



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ICI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – POSICI

ELIENY DO NASCIMENTO SILVA

**A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA BIBLIOTECONOMIA NAS AÇÕES DE
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

SALVADOR-BA

2017

ELIENY DO NASCIMENTO SILVA

A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA BIBLIOTECONOMIA NAS AÇÕES DE
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia como pré-requisito para conclusão do Doutorado. Área de concentração: Informação, Conhecimento e Sociedade. Linha de pesquisa: Produção, circulação e mediação da informação

Orientadora: Profa. Dra. Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira

SALVADOR-BA

2017

Silva, Elieny do Nascimento
A responsabilidade social da Biblioteconomia nas ações de
extensão universitária / Elieny do Nascimento Silva. --
Salvador, 2017.
249 f. : il

Orientadora: Profª Dra. Maria Isabel de Jesus Sousa
Barreira.

Tese (Doutorado - Programa de pós-graduação em Ciência da
Informação - POSICI) -- Universidade Federal da Bahia,
Universidade Federal da Bahia, 2017.

1. Biblioteconomia social. 2. Responsabilidade social
universitária. 3. Extensão universitária. 4. Bibliotecários -
identidade profissional. 5. Ciência da Informação. I. Barreira,
Profª Dra. Maria Isabel de Jesus Sousa. II. Título.

ELIENY DO NASCIMENTO SILVA

A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA BIBLIOTECONOMIA NAS AÇÕES DE
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia como pré-requisito para qualificação do Doutorado. Área de concentração: Informação, Conhecimento e Sociedade. Linha de pesquisa: Produção, circulação e mediação da informação

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira – POSICI/UFBA
Orientadora

Profa. Dra. Sidélia Santos Teixeira – UFBA
Membro Externo

Profa. Dra. Hildenise Ferreira Novo – UFBA
Membro Interno

Profa. Dra. Ana Lúcia Gomes da Silva – UNEB
Membro Externo

Profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima Portela Cysne – UNILAB
Membro Externo

Profa. Dra. Maria Yêda Falção S. de F. Gomes – POSICI/UFBA
Suplente/Membro Interno

Profa. Dra. Maria Cleide Rodrigues Bernardino – UFCA
Suplente/Membro Externo - UFCA

DEDICO

Este trabalho, primeiramente, a **DEUS**, autor da minha vida, meu guia e amigo, a Ele, toda honra e glória!!!;

Aos meus pais: Raimundo e Teresa, exemplos de perseverança e cuidado para com os filhos (as);

Aos meus irmãos e irmãs, pelo suporte e amizade;

Aos meus sobrinhos e sobrinhas, companheiros constantes desta jornada terrena, que torcem pelo meu sucesso;

Enfim,

A toda **minha Família**, que é responsável por minhas conquistas nesta jornada chamada VIDA!!!

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora Professora **Dra. Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira**, pela dedicação e contribuições, que foram essenciais na concretização desta pesquisa;

A **Prof^a. Dra. Maria Yêda F. S. de Filgueiras Gomes**, pelo suporte no início deste projeto, mas, que por motivos maiores, não pôde continuar até seu término;

À **Banca**, professoras: Dra. Sidélia Santos Teixeira; Dra. Hildenise Ferreira Novo, Dra. Ana Lúcia Gomes da Silva, Dra. Maria do Rosário de Fátima Portela Cysne, Dra. Maria Yêda Falção S. de F. Gomes, Dra. Maria Cleide Rodrigues Bernardino pelas contribuições com o propósito de melhorar minha pesquisa;

À **UFCA**, pela liberação e incentivo para meu aperfeiçoamento e qualificação profissional;

Ao **Colegiado do Curso de Biblioteconomia da UFCA**, pelo apoio para cursar o Doutorado;

Aos **alunos do Curso de Biblioteconomia da UFCA**, pela compreensão acerca da minha ausência;

À **equipe da biblioteca da UFBA e da UFCA**, pelo apoio dispensado;

À **UFBA** pela oportunidade ímpar de cursar o Doutorado;

Aos colegas e amigos da **UFCA**, pelo apoio;

Ao **POSICI**, pelo acolhimento a mim dispensado;

À **FAPESB**, pelo incentivo por meio da concessão de bolsa, apoio importantíssimo para a realização do Doutorado;

Aos Professores do POSICI, em especial, **Dra. Isa Freire, Dra. Henriette Ferreira Gomes, Dra. Fernanda Ribeiro; Dra. Kátia de Carvalho, Dra. Zeny Duarte, Dra. Aida Varela, Dra. Maria Isabel Barreira**, pelos ensinamentos;

À Coordenação do POSICI, representada pela **Dra. Zeny Duarte e Dra. Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira**, pela amizade e solidariedade no decorrer do curso;

Aos secretários do POSICI: **Marilene Luzia Silva e Valdinei Silva de Souza**, como também aos ex-secretários **Karoline Nunes Régis, SaintClair Batista e Avelino Pereira**, pela dedicação e excelência nos serviços prestados;

Aos **colegas do POSICI, Turma 2013**, pela convivência e cooperação no decorrer do curso; aos demais colegas de outras turmas, dentre os quais: Sônia Silva e Cleiciane Pereira, pelo incentivo e entusiasmo;

Às amigas construídas ao longo do percurso do doutorado: Agnaldo Oliveira; Francis Miranda; Maíra Salles; Noáide Reis; Vagna Felício, pela amizade, companhia e solidariedade;

A todos, que direta ou indiretamente, contribuíram para o alcance deste êxito,

Em especial,

À **professora Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira**, exemplo de solidariedade, pessoa ímpar, meu muito obrigada por todo o empenho e confiança dedicados para realização desta pesquisa;

A minha família, pelo apoio constante e colaboração;

A DEUS, pela sabedoria a mim dispensada na realização deste trabalho,

OBRIGADA!!!!!!

“A educação socialmente responsável, no âmbito da Responsabilidade Social Universitária, diz respeito aos processos acadêmicos de formação humanística e profissional no cumprimento da missão socialmente responsável da universidade e se manifesta, sobretudo, na formação ética e cidadã”.

(SILVA, I., 2014)

RESUMO

Esta pesquisa analisou a responsabilidade social universitária, por meio das ações extensionistas – no formato programas e projetos –, sua operacionalização – nos cursos de Biblioteconomia – e suas derivações das Universidades Federais da região Nordeste do Brasil. Investigou ainda a relevância dessas ações para a formação cidadã discente e visibilidade social bibliotecária. Em razão do proposto, foi delineado o objetivo geral: analisar como as ações extensionistas realizadas pelos cursos de Biblioteconomia e suas derivações nas IFES nordestinas se configuram enquanto aspecto da responsabilidade social bibliotecária, suas contribuições para a formação cidadã e visibilidade profissional. Com o propósito de alcançar esse objetivo, foram mapeadas as ações desenvolvidas nos cursos, a fim de identificar de que forma os conhecimentos e práticas da área são utilizadas nessas atividades, quais os impactos para a formação discente e qual visibilidade profissional. Além disso, nesta pesquisa discorre-se sobre a responsabilidade social das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), apresentando um panorama das universidades brasileiras, sua missão, com ênfase para a indissociabilidade de suas funções básicas. Transcorre-se também sobre a Biblioteconomia e a Ciência da Informação, na perspectiva da mediação do conhecimento, apresentando o paradigma social da área como pilar essencial nesse processo. A metodologia que norteou esse estudo é a que busca compreender como os programas e projetos de extensão dos cursos pesquisados se apropriam dos conhecimentos e técnicas da área para fortalecer a responsabilidade social e universitária. Quanto à abordagem, a pesquisa configura-se como quali-quantitativa; as técnicas para levantamento dos dados foram a documentação, entrevista, questionário e observação. A análise qualitativa dos questionários e entrevistas foi fundamentada na Análise de Conteúdo, técnica que analisa os instrumentos a partir da percepção dos atores pesquisados. O recorte temporal da pesquisa foi o período de 2012-2016; a opção pelo mesmo decorre do tempo utilizado pelas agências de fomento que avaliam os trabalhos em uma periodicidade de cinco anos. A população investigada foi composta por bolsistas de extensão, coordenadores dos programas e bibliotecários (ex-bolsistas de extensão); o *lócus* da pesquisa constituiu-se dos cursos de Biblioteconomia das universidades Federais da região supracitada. O quadro teórico traz autores que tratam da sociedade contemporânea, responsabilidade social universitária, extensão universitária, responsabilidade social do bibliotecário, mediação da informação etc. Partindo do princípio que a Ciência da Informação é uma ciência social, suas teorias são importantes para os estudos das ações de extensão dos Cursos de Biblioteconomia. Diante do que foi observado, os resultados revelaram que ações de extensão, direcionadas às comunidades carentes, são exercidas de forma tímida, carecendo de intensificá-las no currículo acadêmico; as ações desenvolvidas nas comunidades têm impactos positivos, tanto na comunidade interna (discente) e externa (as comunidades), constituindo-se variável fundamental para a consolidação da responsabilidade social universitária. Como contributo desta pesquisa, elaborou-se um conceito para extensão universitária para os cursos de Biblioteconomia. Por fim, concluiu-se que a ação extensionista precisa atingir sua finalidade: disseminação do conhecimento produzido nas universidades para as comunidades e sua inserção efetiva na formação acadêmica.

Palavras-chave: Responsabilidade Social Universitária. Extensão Universitária. Bibliotecários. Identidade profissional. Ciência da Informação. Biblioteconomia Social.

ABSTRACT

This study analyzed the university social responsibility, through the extensionist actions – e.g. programs and projects – and its operationalization in the Librarianship courses from Federal Universities of the Northeastern region of Brazil. In doing so, the relevance of these actions in the formation of the academics is assessed, in terms of how they improve the exercise of its citizenship, as well as a way to raise the social visibility of the Librarian. As results, this study traces a map of the actions, identifying how the core knowledge and practices of librarianship are being applied in those initiatives, and how they are influenced by the student training and how they increase professional visibility. Besides, this research focuses on the social responsibility of the Federal Institutions of Higher Education (IFES), presenting an overview of Brazilian universities in terms of their mission, and what they are doing in practice, in order to achieve their basic functions in their communities. The theoretical foundations of the analyses of these rich realities made by this study are based on the perspective of mediation of knowledge and information - which is the basis of the social Librarianship and Information Science. In order to reach the research goals, this study relies on methods that seek to understand how the extension programs and projects are embedded by the core knowledge and techniques of the Librarianship area, and how they are contributing to strengthen the university social responsibility. Regarding this approach, this study configures itself as quali-quantitative, because we use both quantitative and qualitative techniques for data collection, especially: documents, interviews, questionnaires, and participant observation. The qualitative analysis of the questionnaires and interviews was based on Content Analysis, an appropriate technique to explore the data perception of the surveyed actors. The temporal cycle of the research was the period of 2012-2016, following the same quantity of years that the governmental development agencies take to evaluate the universities work. The population of the study is formed by extension fellows, program coordinators and librarians (former extension scholars), and the locus of the research consisted of the courses of Librarianship and similars from Federal universities of the Northeastern region of Brazil. The social view of information of this study is supported by many authors that deal with the contemporary society, university social responsibility, university extension, social responsibility of the librarian, mediation of the information, etc. Assuming that Information Science is a social science, this research uses those concepts to better understand the actions of extension of the Courses of Librarianship. As results, it's revealed extension actions to poor communities - and the greatest parcel of Brazilian population - barely exists, and indeed they need to intensify in the Librarian academic curricula; it was also observed that the actions developed in the academic communities have positive impacts both in the internal (student) and external community (the society), which indicates that they are essential for consolidating the university social responsibility. Another contribution to this research was the formulation of a willing concept of the university social responsibility, specifically from an information and library view. This study concludes that extensionist action must continue to reach its main goal, which is the dissemination of the knowledge produced by universities; it is also highlighted the importance of social responsibility for the academic communities, and formation of the future librarians.

Keywords: University Social Responsibility. University Extension. Librarians. Professional identity. Information Science. Social Librarianship.

RESUMEN

Esta investigación se propuso a analizar la responsabilidad social universitaria, a través de las acciones extensionistas – en el formato programas y proyectos -; su operación en los cursos de Biblioteconomía; y sus derivaciones de las Universidades Federales de la región Nordeste del Brasil; Más allá, de investigar la relevancia de las acciones para la formación ciudadana discente y visibilidad social bibliotecaria. En razón del propuesto, fue delineado el objetivo general: analizar como las acciones extensionistas desarrolladas por los cursos de Biblioteconomía y sus derivaciones en las IFES nordestinas se configuran en cuanto aspecto de responsabilidad social bibliotecaria, sus contribuciones para la formación ciudadana y visibilidad profesional. Con el propósito de alcanzar ese objetivo, fueron mapeadas las acciones desarrolladas en los cursos a fin de identificar de qué forma los conocimientos y prácticas de la área son utilizadas en esas actividades, cuáles los impactos para la formación discente y cuál visibilidad profesional. Además, esta investigación discurre sobre la responsabilidad social de las Instituciones Federales de la Enseñanza Superior (IFES), presentándose un panorama de las universidades brasileñas, sus misiones, con énfasis para la indisociabilidad de sus funciones básicas. Se transcurre también sobre la Biblioteconomía e la Ciencia de la Información, en la perspectiva de mediación del conocimiento, mostrando un paradigma social del área como pilar esencial del proceso. La metodología que orientó este estudio busca comprender cómo los programas y proyectos de extensión de los cursos investigados se apropian de los conocimientos y técnicas del área para fortalecer la responsabilidad social y universitaria. En relación con el abordaje, la investigación se configura como cuali-cuantitativa; las técnicas para el levantamiento de los datos fueron la documentación, entrevista, cuestionario y observación. El análisis cualitativo de los cuestionarios y entrevistas fueron fundamentales para el Análisis de Contenido, técnica que analiza los instrumentos a partir de la percepción de los actores investigados. El recorte temporal de la investigación fue el periodo de 2012-2016, la opción por eso tiempo deriva porque es utilizado por las agencias de fomento que evalúan los trabajos en una periodicidad de cinco años. La población investigada fue compuesta por los becarios de extensión, coordinadores de los programas y bibliotecarios (ex-becarios de extensión); el *locus* de la investigación se constituyó de los cursos de Biblioteconomía de las universidades federales de la región citadas anteriormente. El cuadro teórico trae autores que se dedican a la sociedad contemporánea, responsabilidad social universitaria, extensión universitaria, responsabilidad social del bibliotecario, mediación de la información, etc. Partiendo del principio que la Ciencia de la Información es una ciencia social, sus teorías son importantes para los estudios de las acciones de extensión de los Cursos de Biblioteconomía. Delante de lo que fue observado, los resultados revelaron que las acciones de extensión, direccionadas a las comunidades carentes, son ejercidas de forma débil, necesitando intensificarlas en el currículo académico; las acciones desarrolladas en las comunidades tienen impactos positivos, tanto en la comunidad interna (discente) y externa (las comunidades), constituyéndose variable fundamental para la consolidación de la responsabilidad social universitaria. Como contribución de esta investigación, se elaboró un concepto para extensión universitaria para los cursos de Biblioteconomía. Por fin, se concluyó que la acción extensionista necesita alcanzar su finalidad: disseminación del conocimiento producido en las universidades para las comunidades y su inserción efectiva en la formación académica.

Palabras-llave: Responsabilidad Social Universitaria. Extensión Universitaria. Bibliotecarios. Identidad profesional. Ciencia de la Información. Biblioteconomía Social.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Região Nordeste – Brasil.....	93
Figura 02 – Página do curso no website da Universidade.....	95
Figura 03 – Mapeamento do corpo docente UFCA.....	96
Figura 04 – Plataforma <i>Lattes</i> – página inicial.....	97
Figura 05 – Plataforma <i>Lattes</i> – busca currículo.....	97
Figura 06 – Plataforma <i>Lattes</i> – Projetos de Extensão.....	98
Figura 07 – Planilha Excell.....	98
Figura 08 – Ações extensionistas – UFAL.....	121
Figura 09 – Página facebook – Projeto de Extensão UFPB.....	136
Figura 10 – Página facebook – Projeto de Extensão UFAL.....	136
Figura 11 – Página facebook – Projeto de Extensão UFC.....	136
Figura 12 – Projeto Biblioterapia para velhos jovens/idosos – banner.....	139
Figura 13 – Projeto Doutores da Leitura (UFCA)	158
Figura 14 – Projeto Biblioencanta (UFAL).....	159
Figura 15 – Projeto Biblioencanta (UFAL).....	159
Figura 16 – Projeto Biblioencanta (UFAL).....	160
Figura 17 – Projeto Biblioteca Comunitária do Conjunto Ceará - BCCC.....	160
Figura 18 – Projeto Biblioencanta (UFAL).....	173
Figura 19 – Projeto Biblioencanta (UFAL).....	173
Figura 20 – Funções universitárias.....	178
Figura 21 – Caderno de poemas.....	179

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Universidades Federais – Região Ne /Brasil.....	63
Quadro 02 – Universidades Estaduais da Região Ne/Brasil.....	64
Quadro 03 – Tipologias das ações desenvolvidas pelas IFES.....	70
Quadro 04 – Currículo primeiro curso de Biblioteconomia no Brasil.....	77
Quadro 05 – Categorias para análise dos instrumentos de coleta de dados.....	102
Quadro 06 – Nomenclatura dos cursos de Biblioteconomia das IFES/Nordeste do Brasil.....	104
Quadro 07 – Instrumentos de divulgação das ações de extensão das IFES /NE.....	117
Quadro 08 – Temática dos projetos de extensão.....	123

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 –	Comparativo docentes x ações extensionistas.....	110
Gráfico 02 –	Comparativo das temáticas dos programas/projetos de extensão.....	114
Gráfico 03 –	Tempo de participação em projetos extensionistas.....	129
Gráfico 04	Categoria remunerado e voluntário.....	130
Gráfico 05	Participação em outros projetos extensionistas.....	132
Gráfico 06	Dispositivos de divulgação de projetos extensionistas.....	134
Gráfico 07 –	Práticas biblioteconômicas aplicadas nas ações extensionistas.....	140
Gráfico 08 –	Sexo dos entrevistados.....	151
Gráfico 09 –	Tempo de docência.....	153
Gráfico 10 –	Tempo de coordenação de projetos.....	154
Gráfico 11 –	Articulação extensão, ensino e pesquisa.....	155
Gráfico 12 –	Articulação projetos extensionistas x comunidades.....	156
Gráfico 13 –	Identidade do curso x projeto de extensão.....	161
Gráfico 14 –	Práticas biblioteconômicas aplicadas nos projetos de extensão.....	161
Gráfico 15 –	Promoção da visibilidade profissional.....	162
Gráfico 16 –	Ferramentas de divulgação das ações extensionistas.....	162
Gráfico 17 –	Bibliotecários por sexo.....	168
Gráfico 18 –	Bibliotecários por titulação.....	168
Gráfico 19 –	Modalidade voluntário e remunerado.....	169
Gráfico 20 –	Tempo de projeto / Universidade.....	170
Gráfico 21 –	Práticas da Biblioteconomia aplicada nos projetos.....	171
Gráfico 22 –	<i>Práxis</i> profissional e projetos sociais.....	174
Gráfico 23 –	Panorama geral - docentes com/sem projetos de extensão.....	180
Gráfico 24 –	Panorama geral – temáticas-programas / projetos extensionistas.....	181

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEBD	Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação
ABECIN	Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação
ABNT NBR	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACCS	Ações Curriculares em Comunidade e Sociedade
CFB	Conselho Federal de Biblioteconomia
CI	Ciência da Informação
CJN	Conselho Nacional de Justiça
CMDMC	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa
CONADU	Federação Nacional de Docentes Universitários
CRUB	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
EaD	Educação a Distância
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileira
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GRUNEC	Grupo de Valorização Negra do Cariri
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Avançada
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
ISSO	Organização Internacional para Padronização
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LGBTTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Intersexuais
MEC	Ministério da Educação e Cultura
NE	Nordeste
ONU	Organizações da Nações Unidas

OS	Organizações Sociais
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PNDU	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNE	Plano Nacional de Educação
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
PROMISAES	Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior
PROUNI	Programa Universidade para Todos
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SER	Responsabilidade Social e Empresarial
RSU	Responsabilidade Social Universitária
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
TICs	Tecnologias da informação e comunicação
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
URCA	Universidade Regional do Cariri
ZPD	Zona Proximal de Desenvolvimento

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	18
2	SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: MARCOS HISTÓRICOS, TECNOLÓGICOS E HUMANÍSTICOS.....	30
2.1	Exclusão Social – panoramas sociais vigentes.....	33
2.2	A problemática da exclusão social no Brasil.....	36
2.3	Grupos vulneráveis no Nordeste brasileiro.....	41
3	RESPONSABILIDADE SOCIAL – CONCEITOS, ABRANGÊNCIA E COMPLEXIDADE.....	46
3.1	Responsabilidade social - ética e alteridade.....	53
3.2	Responsabilidade social das instituições de ensino superior.....	57
3.3	A universidade pública no Brasil: histórico e perspectivas.....	60
3.4	Extensão universitária: histórico, conceitos e transformações.....	65
3.5	Extensão Universitária: oportunidades e desafios.....	69
4	BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL: MARCOS HISTÓRICOS.....	75
4.1	O bibliotecário do século XXI: desafios e perspectivas.....	80
4.2	A interdisciplinaridade das ciências como fator de responsabilidade social: contribuições da Ciência da Informação na <i>práxis</i> bibliotecária.....	83
5	PERCURSO METODOLÓGICO.....	89
5.1	Métodos e tipos de pesquisa.....	90
5.2	O <i>locus</i> e os sujeitos da pesquisa.....	92
5.3	Técnicas e instrumentos da pesquisa.....	94
5.4	Procedimentos de coleta e análise de dados.....	101
5.5	Aspectos éticos.....	103
6	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	104
6.1	Mapeamento dos cursos de Biblioteconomia no Nordeste do Brasil.....	104
6.1.1	<i>Mapeamento dos docentes das IFES que desenvolvem ações extensionistas na categoria programas/projetos.....</i>	109
6.1.2	<i>Mapeamento dos programas/projetos com temáticas sociais.....</i>	114
6.1.3	<i>Mapeamento dos instrumentos de divulgação de extensão nas IFES nordestinas.....</i>	117
6.1.4	<i>Análise documental dos formulários de inscrição dos projetos de extensão na</i>	

	FORPROEX	122
6.2	Ações extensionistas: análise das entrevistas e questionários	128
6.2.1	<i>Análise dos questionários e entrevistas dos (ex)bolsistas e voluntários</i>	128
6.2.2	<i>Ações extensionistas: o olhar dos docentes</i>	150
6.2.3	<i>Análise questionários e entrevistas dos bibliotecários ex-bolsistas de extensão</i>	167
6.3	Cruzamento dos dados qualitativos e quantitativos	178
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	184
	REFERÊNCIAS	187
	APÊNDICE A– CONVITE: PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA	208
	APÊNDICE B – CARTA CONVITE	209
	APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA: DOCENTES (COORDENADOR DE EXTENSÃO)	210
	APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA: DISCENTES (EX)BOLSISTAS DE EXTENSÃO	211
	APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA: BIBLIOTECÁRIOS (EX-BOLSISTA DE EXTENSÃO)	212
	APÊNDICE F – TERMO DE CONSENTIMENTO	213
	APÊNDICE G – QUESTIONÁRIO: DISCENTES	214
	APÊNDICE H – QUESTIONÁRIO: COORDENADORES PROJETOS DE EXTENSÃO	216
	APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO: BIBLIOTECÁRIOS	219
	ANEXO A – FORMULÁRIO DE CADASTRAMENTO NA PROEXT / PROJETO: BIBLIOTERAPIA PARA VELHOS JOVENS/IDOSOS: VIVER É ENVELHECER NADA MAIS	222
	ANEXO B – FORMULÁRIO DE CADASTRAMENTO NA PROEXT / PROJETO: BIBLIOTECA COMUNITÁRIA DO CONJUNTO CEARÁ – BCCC	238
	ANEXO C – FORMULÁRIO DE CADASTRAMENTO NA PROEXT / PROJETO: BIBLIOENCANTA	242

1 INTRODUÇÃO

"Assim é nossa crença que o destino final, o objetivo do trabalho com a informação é promover o desenvolvimento do indivíduo, de seu grupo e da sociedade. Entendemos por desenvolvimento de uma forma ampla, como um acréscimo de bem-estar, um novo estágio de qualidade de convivência, alcançado através da informação. A ação social maior é fazer a luz brilhar para cada ser humano através da informação como mediadora do conhecimento"

(BARRETO, 2002).

Na sociedade contemporânea, a informação tornou-se base paradigmática do desenvolvimento e bem-estar social das pessoas e nações, sobretudo, com o advento das tecnologias da informação e comunicação no período pós-Segunda Guerra Mundial. Dependem dela os diversos setores econômicos, sociais, políticos, culturais, educacionais etc., explicitando-se novas relações de poder na estrutura social. Após ser reconhecida como fator de desenvolvimento econômico, atribui-se à informação uma característica revolucionária – “Revolução da Informação” (OLIVEIRA, 1994). Da apropriação de terras ou dinheiro (base do capitalismo), as diferenças sociais passaram a basear-se na posse e uso, de forma crítica, da informação (TOFLER, 1993).

Paradoxalmente ao crescente volume informacional produzido, confronta-se a problemática da exclusão social (hipossuficiência financeira, analfabetismo digital, funcional etc.), desvendando um cenário contraditório: desequilíbrio ambiental; exclusão em todas suas tipologias (social, racial, cultural etc.); desvelando grupos sociais sem acesso ao bem econômico mais precioso da atualidade – a informação. Entre esses segmentos permanecem desigualdades que clamam por soluções, dentre essas a participação social das classes que compõem os chamados grupos vulneráveis¹: mulheres, crianças, adolescentes, homossexuais, religiosos, deficientes e idosos (quando nos referimos a sua participação social em situação de risco), indígenas e negros-quilombolas, dentre outros. Realidade esta constatada nos relatórios de indicadores sociais do país. Nesses instrumentos – mais especificamente no Relatório dos Indicadores Sociais do Brasil (2015) – os resultados apontaram que as regiões Norte e Nordeste concentram os maiores índices de pessoas que vivem com renda per-capita com até

¹ Grupos vulneráveis - conjunto de seres humanos, possuidores de direitos civis e políticos, munidos do direito de cidadão, porém, a sociedade de maneira geral, macula certos direitos inerentes às pessoas vulneráveis. Pode-se conceituar grupos vulneráveis como sendo o conjunto de pessoas ligadas por ocorrências fáticas de caráter provisório, o qual não possui identidade, havendo interesse em permanecer nessa situação, sendo seus direitos feridos e invisíveis aos olhos da sociedade e do poder público. Exemplificando: idosos, mulheres, crianças etc. (TREVIZAN; AMARAL, 2010, p.5-6).

¼ (um quarto) do salário mínimo, reflexo das desigualdades regionais produzidas ao longo do processo de desenvolvimento econômico do país (IBGE, 2015).

Na conjuntura atual em que a crise moral e ética atinge um patamar elevado, os direitos sociais como saúde, educação, segurança, moradia ficam distantes da maioria dos que compõem a população sem acesso aos bens produzidos pela sociedade; sendo assim, a responsabilidade social das instituições torna-se fator diferencial para promoção dos direitos sociais constituídos na Carta Magna do País, principalmente aos segmentos supracitados, ou seja, a maior parte da população. Nesse cenário Bobbio (1992, p.25) cita “o problema grave do nosso tempo, com relação aos direitos do homem, não é mais fundamentá-los, e sim protegê-los”. A questão fundamental é garantir a efetivação desses direitos, pois sua não concretude vai de encontro aos documentos normativos da nação, dados esses refletidos nos relatórios sociais (IBGE, 2015). Assim, fomentar discussões para colaborar com essa assertiva é um dos aspectos necessários nesse cenário de disparidade e exclusão social.

Por conseguinte, as instituições, independente de natureza (social, financeira, educacional, filantrópica etc.), precisam posicionar-se para cooperar no tocante a essa problemática social. Nesse panorama, as instituições educacionais são essenciais para fortalecer esse debate que afeta severamente as sociedades. Sobre esse aspecto Freire (1996) sintetiza que a Educação não transforma o mundo; mas, muda as pessoas, as quais transformam a sociedade. A Educação, que oportuniza o empoderamento² dos indivíduos, é pilar essencial de mudanças no país. Nessa direção, as organizações educacionais devem ter participação efetiva nos debates de inclusão, haja vista ser dispositivo que colabora com a transformação social.

² *Empowerment* é um conceito que tem raízes na Reforma Protestante. Contemporaneamente, se expressa nas lutas pelos direitos civis, no movimento feminista e na ideologia da "ação social", presentes nas sociedades dos países desenvolvidos, na segunda metade do século XX. Nos anos 70, esse conceito foi influenciado pelos movimentos de auto-ajuda, e, nos 80, pela psicologia comunitária. Na década de 1990, recebe o influxo de movimentos que buscam afirmar o direito da cidadania sobre distintas esferas da vida social, entre as quais a prática médica, a educação em saúde, a política, a justiça, a ação comunitária. O termo tem sido utilizado em diferentes áreas de conhecimento - educação, sociologia, ciência política, saúde pública, psicologia comunitária, serviço social, administração - constituindo-se em ferramenta de governos, organizações da sociedade civil e agências de desenvolvimento em agendas direcionadas para a melhoria da qualidade de vida e dignidade humana de setores pobres, boa governança, maior efetividade na prestação de serviços e responsabilização social. (BAQUERO, 2012). Na pesquisa optou-se utilizar o termo empoderamento como utilizado por Paulo Freire (1996), direcionado à cidadania, como possibilidade de promoção da autonomia, emancipação, da afirmação, direcionado às classes sociais, principalmente aos grupos considerados vulneráveis.

Face ao exposto, provocar reflexões sobre temáticas relevantes, a exemplo da globalização e suas novas tecnologias de comunicação e seus impactos na sociedade; acesso à informação; preservação ambiental; direitos humanos; ética; exclusão social etc. constitui-se uma das formas dessas instituições se posicionarem enquanto mecanismos propulsores de desenvolvimento, potencializadoras de empoderamento dos indivíduos e grupos sociais. A responsabilidade social das instituições educacionais enquanto mecanismo de transferência da tecnologia social³ consiste em contribuir para a formação de indivíduos com competências técnica e cidadã, fundamentais no cenário vigente. No campo do ensino superior, por ser a universidade um espaço multidimensional, que trata tanto com a dimensão técnica quanto social do indivíduo, o estudo da responsabilidade social torna possível a inclusão da temática cidadania, proporcionando espaços de discussões para essa temática.

Nas universidades, âmbito desta proposta de pesquisa, tal desafio se mostra como fator essencial para constituição de sociedades democráticas e igualitárias nessa ambiência marcada pela exclusão social. Em detrimento, a sociedade tem impetrado uma cultura educacional tecnológica, individualista e competitiva, em que valores como justiça social, igualdade, fraternidade não são destaque nos currículos educacionais, evidenciando uma formação com aparatos técnicos fortes, porém com uma formação humana ínfima, atestando, assim, a urgência de formação cidadã consistente nesse processo formativo. A ausência de mecanismos que propiciem ações que possibilitem o desenvolvimento pleno do educando reflete, muitas vezes, indivíduos com títulos universitários, mas sem a adequada compreensão de compromisso social.

Nessa perspectiva, apontar direcionamentos para uma educação polivalente, que valorize não somente as técnicas, mas também a formação cidadã é fundamental para a sociedade que sofre as consequências da fragmentação por classes sociais, pautadas em quem tem poder econômico e intelectual daqueles que pouco ou nada possuem. Frente essa realidade social verificar o desenvolvimento da responsabilidade social nas instituições educacionais, com enfoque para a educação pública superior, especificamente na Extensão Universitária, visto ser o elo que integra Universidade e sociedade, torna-se *locus* propício para analisar essa premissa. Freire (1996) em suas abordagens teóricas e atemporais destaca

³ Tecnologias sociais, mais do que a capacidade de implementar soluções para determinados problemas, podem ser vistas como métodos e técnicas que permitam impulsionar processos de empoderamento das representações coletivas da cidadania para habilitá-las a disputar, nos espaços públicos, as alternativas de desenvolvimento que se originam das experiências inovadoras e que se orientem pela defesa dos interesses das maiorias e pela distribuição de renda. (BAVA, p.116). Disponível em: <<http://200.169.104.5/uploads/1522/1522.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

que a educação é um processo que proporciona mudanças, capaz de impactar as sociedades, essencial na formação do indivíduo. Face a essa assertiva, tratar sobre formação cidadã no âmbito da educação superior, na perspectiva da Extensão Universitária, é desafiador diante de um ensino técnico e com fortes resquícios elitistas.

No tocante a Extensão Universitária, os documentos normativos das Instituições de Ensino Superior (IES) pontuam a indissociabilidade entre o tripé básico das universidades: ensino, pesquisa e extensão. Em face dessa premissa analisar como a Extensão vem sendo praticada no âmbito das universidades federais da região Nordeste do Brasil, especificamente nos cursos de Biblioteconomia e suas derivações, é relevante para perceber como essas instituições estão desenvolvendo o processo educativo dos futuros profissionais mediadores da informação na perspectiva da responsabilidade social universitária frente ao disposto sobre a indissociabilidade das funções universitárias.

Assim, investigar os impactos sociais das ações extensionistas na formação discente é relevante para compreender a efetivação dessa função nos referidos cursos. Face ao exposto, o objeto desta proposta investigativa constitui-se investigar como as ações extensionistas, direcionadas principalmente às comunidades desfavorecidas socioeconomicamente, contribuem para a formação cidadã do profissional da informação, identificado, nesta pesquisa, como Bibliotecário. Em virtude de a prática extensionista intercalar as funções universitárias e expandir a realidade micro (sala de aula) para macro (sociedade), colaborar para a construção do conhecimento científico fundamentado em experiências empíricas, resultando em um ensino contextualizado, variável essencial no processo de ensino e aprendizagem, analisar como estas práticas estão sendo desenvolvidas no âmbito dos respectivos cursos é um dos caminhos para averiguar como as universidades estão desenvolvendo parte de sua responsabilidade social. Em consonância destaca-se que,

a educação socialmente responsável e a formação ética e cidadã se expressam em diferentes fundamentos, princípios, estratégias e iniciativas institucionais, com destaque às disciplinas que tratam desses temas e às **experiências teórico-práticas na realidade social**. As percepções dos alunos alimentam essas expressões e revelam concepções, lacunas e expectativas em relação ao papel da universidade na formação socialmente responsável (SILVA, I.,-2014, p.8, grifo nosso).

Nesse direcionamento das experiências teóricas e práticas, ampliar o ambiente “restrito” da sala de aula, em que é construído o conhecimento teórico, propicia experiências que somente o espaço da universidade não comporta. O conhecimento produzido em múltiplos lugares proporciona aprendizagem significativa, agregadora de saberes, essencial na formação acadêmica plena. O ensino integrado ao meio social permite aos discentes ampliar o

leque de conhecimento, alargar a percepção acerca dos vários espaços de atuação profissional e, intercalar os diversos tipos de conhecimento, fatores essenciais para uma educação holística e cidadã. Enquanto ferramenta que favorece a *práxis*⁴ acadêmica é necessário que a função da Extensão se torne prática efetiva, não somente em ações pontuais, isoladas, descontextualizadas do processo formativo, mas integrada com as demais funções a fim de corroborar para a qualidade da formação educativa. Assim, investigar a prática dessa função pelo viés dos cursos de Biblioteconomia torna-se essencial para analisar como esta ação está presente nos referidos cursos.

Cabral (2012) pontua que a prática social universitária só terá sentido se for inserida na proposta pedagógica. Dessa maneira, o processo extensionista precisa estar integrado à *práxis* acadêmica. Nesse pensamento, a discussão teórico-metodológica da pesquisa está fundamentada no conceito de extensão enquanto: “processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012, p.15), por expressar a postura que a Universidade deve manter com a comunidade interna (docentes, discentes, técnicos) e externa (a sociedade em geral). Outro aspecto verificado na pesquisa foi a contribuição dos projetos extensionistas desenvolvidos nas comunidades para visibilidade profissional, visto que a profissão bibliotecária sofre em virtude da invisibilidade social, fato esse refletido na *práxis* profissional e na literatura da área (SOUZA, 2006; WALTER, 2004, etc). Sobre a questão destaca-se que,

a realidade socialmente construída pelo, para e conjuntamente ao profissional bibliotecário e cientista da informação no Brasil se encontra difusa ou está

⁴ *Práxis* - (transcrição da palavra grega que significa ação) - a terminologia marxista designa o conjunto de relações de produção e trabalho, que constituem a estrutura social, e a ação transformadora que a revolução deve exercer sobre tais relações. Marx dizia que é preciso explicar a formação das idéias a partir da "práxis material", e que, por conseguinte, formas e produtos da consciência só podem ser eliminados por meio da "inversão prática das relações sociais existentes", e não por meio da "crítica intelectual" (ABBAGNANO, 2007, p.786). O termo *práxis* designa a atividade que produz historicamente a unidade entre o homem e o mundo, entre a matéria e o espírito, entre a teoria e a prática, entre o sujeito e o objeto, entre a essência e aparência. Trata-se de atividade humana e social que se manifesta e se realiza na e pela realidade. Enquanto forma específica do ser humano, a *práxis* torna-se uma atividade transformadora, criadora, autocriadora, uma atividade que produz, forma e transforma o homem social, seu meio, sua consciência e suas ações no mundo real. Não ações isoladas de pessoas ou grupos, mas intervenções entre indivíduos singulares e o gênero humano, pois a *práxis* articulada em sua dialética fornece os meios necessários para se estabelecer e compreender as relações entre o indivíduo e a totalidade. A *práxis* educativa freiriana é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. O embate dialético entre ação-reflexão presente neste método favorece a uma mudança da consciência humana da estrutura social e a uma aproximação crítica, reflexiva da realidade estudada. A *práxis* é a pedagogia dos homens empenhados na luta por liberdade, uma pedagogia humanista e libertadora. (PIO, CARVALHO, MENDES, 2014).

embaralhada. E, por ser assim, traz para o interior da formação acadêmica, no âmbito dos projetos pedagógicos, currículos e práticas de ensino e pesquisa, e não as resolvem, as questões da identidade e as **angústias da visibilidade profissional e, por conseguinte, afeta também o reconhecimento social da Biblioteconomia e da Ciência da Informação.** (SOUZA, 2006, p.26, grifo nosso)

Essa inquietação profissional, acerca da visibilidade, continua atual, urgindo por soluções, que carecem de ser discutidas não somente pelos órgãos competentes, as Associações e Conselhos de classe, mas pela própria Academia, visto ser o local de formação e capacitação profissional. Essa realidade, também diagnosticada em minha experiência como docente do Setor de Estudos “Gestão de Unidades de Informação”, especificamente na Disciplina “*Marketing Bibliotecário*” suscitou discussões acerca da contribuição do Curso para minimizar essa variável que interfere na identidade profissional, visto que a profissão não conseguiu alcançar a mesma notoriedade que seu objeto de estudo, a informação, tornando necessário investigar as causas que interferem nesse processo. Para Walter (2004) a visibilidade profissional precisa acompanhar o mesmo *status* que a informação alçou na sociedade. Essa questão deve perpassar toda formação (graduação e pós-graduação), pois é uma temática que afeta o comportamento profissional.

Ainda sobre a questão, Souza (2006) pontua que a profissão continua restrita a uma parcela pequena da sociedade, mas especificamente aos acadêmicos, profissionais e especialistas, mas, em contrapartida, é pouco vislumbrada nas comunidades desfavorecidas socialmente. Face ao exposto, verificar estratégias para modificar essa acepção é tarefa necessária para alterar o estereótipo bibliotecário consolidado nas sociedades desde a gênese da profissão: o da apatia e do isolamento profissional. Em virtude dessa realidade, a busca pela visibilidade profissional é um dos pressupostos desta investigação. Nesse cenário, apropriamo-nos dos referenciais dos campos da Ciência da Informação e da Biblioteconomia, respectivamente, ciência e disciplina social, para analisar a responsabilidade social universitária pelo viés da Extensão e como essas ações cooperam para uma educação cidadã e para a visibilidade social profissão.

Esta investigação decorre de minhas experiências profissionais em projetos sociais em que foi percebida a ausência da Academia nas comunidades, exceção às Ciências da Saúde (visto que os Postos de Saúde comunitários servem de laboratório para os respectivos cursos) em um bairro periférico da cidade de Fortaleza/Ce, mesmo que nas circunvizinhanças desse projeto está localizada a Universidade Estadual (UECE); como também fruto de minhas inquietações como docente da Universidade Federal do Cariri, como coordenadora de estágio supervisionado, onde percebi a ausência das Universidades públicas

na sociedade civil (escolas, orfanatos, empresas etc) na região do Cariri. Decorre também das lacunas oriundas da pesquisa de mestrado realizado na Universidade Federal da Paraíba, que analisou uma ação extensionista do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri, o III Curso Iniciativas Negras: trocando experiências e seus impactos para a comunidade externa. Os resultados evidenciaram a relevância dessa ação enquanto espaço de (des)construção da realidade que proporciona a criação de novos conhecimentos (SILVA, E., 2012). Essas experiências suscitaram questionamentos os quais deram origem a esta investigação.

Em virtude da dimensão social evidenciada no programa investigado, foram suscitados novos questionamentos acerca dos impactos das ações extensionistas realizadas nas comunidades pelos cursos de Biblioteconomia da região Nordeste do Brasil, no tocante à comunidade interna (discentes e egressos, ou seja, os bibliotecários - (ex-bolsistas de extensão). Em virtude das questões supracitadas, originou-se o problema desta proposta investigativa: a Extensão universitária praticada nas Universidades Federais do nordeste, mais especificamente nos cursos de Biblioteconomia, está focada no público acadêmico, letrado, e essas ações são incipientes, fragilizando a indissociabilidade das funções acadêmicas apregoada nos documentos normativos dessas instituições educacionais e conseqüentemente a formação cidadã discente.

Face a essa assertiva, formulou-se as questões norteadoras desta proposta investigativa: como os cursos de Biblioteconomia, da região Nordeste do Brasil, tem alinhado sua responsabilidade social com seus programas/projetos de extensão desenvolvidos nas comunidades? Como as ações extensionistas desenvolvidas nas comunidades têm contribuído para a formação cidadã do bibliotecário? Como essas ações proporcionam a visibilidade social da profissão? Como questões de apoio têm-se: como os cursos de Biblioteconomia têm fortalecido a responsabilidade social da área por meio das ações extensionistas? Como as ações de extensão estão presentes nos cursos de Biblioteconomia?

Em razão desses questionamentos, foi delineado o objetivo geral da pesquisa: Analisar as ações extensionistas realizadas nas comunidades externas, pelos cursos de Biblioteconomia das Universidades Federais da região Nordeste, como essas ações se configuram enquanto aspecto da responsabilidade social da área, sua contribuição para a formação cidadã e para visibilidade profissional bibliotecária. Para alcançar tal objetivo, foram formulados os objetivos específicos: Mapear os docentes dos cursos de Biblioteconomia da região Nordeste do Brasil que desenvolvem projetos de extensão universitária, a partir dos currículos *lattes*, destacando os projetos desenvolvidos nas

comunidades; Analisar como os Coordenadores dos programas/projetos de Extensão de Biblioteconomia trabalham a educação profissional dos bolsistas e como essas ações cooperam para a visibilidade da profissão; Analisar a percepção dos bolsistas de extensão dos programas/projetos acerca da responsabilidade social nas ações que desenvolvem; Identificar como os bibliotecários, ex-bolsistas de extensão, desenvolvem a responsabilidade social da área em termos de intervenção social, por meio da *práxis* bibliotecária.

Como premissas que norteiam esta pesquisa têm-se: as ações extensionistas (programas e projetos) dos cursos de Biblioteconomia direcionadas as causas sociais são incipientes em detrimento as demais ações realizadas; a extensão realizada pela Biblioteconomia nordestina está mais direcionada para a comunidade acadêmica e profissional do que para a sociedade em geral, principalmente para os grupos menos favorecidos socialmente; a visibilidade da profissão precisa ser trabalhada com eficácia nas referidas ações extensionistas em virtude de que o conhecimento da área está restrito a um público restrito, “letrado”, carecendo modificar essa variável da área.

Para verificar tais premissas, selecionou-se como *locus* de observação as Universidades Federais da região Nordeste, pois são mecanismos educacionais de formação profissional, relevantes para o desenvolvimento da sociedade. Partindo dessa perspectiva, destaca-se: “a missão da educação superior é formar cidadãos profissionais e cientificamente competentes, bem como comprometidos com o desenvolvimento social do país” (CALDERÓN, 2007, p.58). Em face disso, analisar as contribuições da Biblioteconomia nordestina aos programas/projetos de extensão torna-se essencial na atual conjuntura social, em que a informação, objeto de estudo da Biblioteconomia e Ciência da Informação, é vetor de desenvolvimento social. Diante do exposto, analisou-se os motivos da ausência (ou não) de ações extensionistas, direcionadas às causas sociais, nos cursos de Biblioteconomia supracitados a fim de compreender como essa função vem sendo operacionalizada nos cursos pesquisados e como corroboram para uma formação profissional e cidadã.

Partindo-se do princípio que a Ciência da Informação é uma ciência social, suas teorias são importantes para os estudos do acesso e mediação da informação. Como eixo norteador dessa investigação tomou o paradigma social da Ciência da Informação, que enfatiza o usuário como centro do processo de transferência da informação e suas necessidades informacionais, portanto, fundamental para análise dos contributos dessa ciência para promoção da responsabilidade social universitária pelo viés da Extensão universitária. A justificativa da pesquisa dá-se por ser a Biblioteconomia uma profissão de cunho social, cujo

metier é tornar acessível à informação, insumo principal da sociedade, portanto, de fundamental importância para o progresso das sociedades.

Nesse pressuposto, estudar a temática “responsabilidade social universitária”, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social é desafiador diante do cenário nacional, em que as questões sociais ficam, muitas vezes, distantes das agendas educacionais, principalmente no âmbito do ensino superior. Nessa direção, Targino (1991, p.155) destaca: "não há exercício de cidadania sem informação". Em razão do exposto, destaca-se a responsabilidade social do bibliotecário em fortalecer o acesso à informação a quem precise. Assim, analisar como a Extensão universitária pode fortalecer o processo formativo no tocante a responsabilidade social é essencial nesse cenário marcada por uma educação tecnicista, competitiva e individualista. *Delors* (2010, p.5) corrobora ao afirmar,

face aos múltiplos desafios do futuro, a educação surge como um trunfo indispensável à humanidade na construção dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social. Só a educação conduzirá a um desenvolvimento humano mais harmonioso, mais autêntico, de modo a fazer recuar a pobreza, a exclusão social, as incompreensões, as opressões, as guerras.

A Educação como ferramenta que possibilita ruptura com as amarras sociais, demanda profissionais para atuarem em espaços onde a mediação da informação é fator decisivo, evidenciando assim a responsabilidade social das profissões como fator determinante para atuação mais eficaz na sociedade (VALENTIN, 2000; ALMEIDA JÚNIOR, 2000; VERGUEIRO, 1990; CYSNE, 1993 etc.). A construção de novas capacidades, além das competências técnicas, são requisitos essenciais para que os profissionais se tornem agentes de transformações sociais. Nessa proposição, a Biblioteconomia atual não pode continuar fundamentada nos paradigmas da Biblioteconomia patrimonialista (foco no acervo, público seletivo), mas precisa efetivamente ser pautada na dimensão social: centralidade no usuário e suas necessidades de informação, ampliando seu escopo de atuação para além das tradicionais bibliotecas. Assim, investigar a responsabilidade social da Biblioteconomia nas ações de extensão universitária é fundamental para constatar os pontos fortes e fragilidades da área e, traçar estratégias para o empoderamento da classe bibliotecária. A relevância da pesquisa dá-se por tratar de uma temática que busca fortalecer a questão da cidadania, discutindo, entre outros aspectos, a formação acadêmica.

Acredita-se que as contribuições desta proposta investigativa serão capazes de fortalecer a temática, principalmente no campo das ciências sociais, com ênfase para a Ciência da Informação e Biblioteconomia. Desta forma apropriamo-nos dos referenciais

teóricos da Ciência da Informação e da Biblioteconomia, com ênfase para o paradigma social, para analisar como essas áreas do conhecimento estão contribuindo para fortalecer a responsabilidade social dos cursos de graduação por meio da intervenção da Extensão Universitária nas comunidades pelo processo de mediação da informação.

Nessa acepção, eleger a responsabilidade social como eixo norteador da educação superior implica compreender o compromisso dos atores que participam desse processo, direta ou indiretamente, com enfoque nesta pesquisa para docentes e discentes dos cursos de Biblioteconomia da região Nordeste do Brasil, os quais desenvolvem ações com as comunidades externas, principalmente os segmentos vulneráveis. Nesses termos, o objetivo da investigação resume-se em analisar como a Extensão universitária operacionalizada pelos cursos de Biblioteconomia da região Nordeste fortalece a responsabilidade social universitária, corrobora com a formação cidadã e contribui com a visibilidade social bibliotecária. Como resultado dessa investigação, tem-se a construção de um conceito de extensão universitária para os cursos de Biblioteconomia e suas derivações no Nordeste do Brasil a fim de atender, com especificidades, as necessidades informacionais da sociedade vigente.

A pesquisa encontra-se dividida em seções, apresentadas a seguir: **Capítulo I – Introdução** traz uma contextualização da sociedade atual, apresentando as demandas necessárias para as atuais profissões, com ênfase na responsabilidade social das instituições de ensino superior e as habilidades necessárias para o bibliotecário no processo de mediação da informação. Ademais, descreve os objetivos, a justificativa e a relevância da pesquisa para a área da Ciência da Informação e da Biblioteconomia no país, tanto no âmbito profissional quanto social.

O **Capítulo II** trata da Sociedade contemporânea, seus marcos históricos, humanísticos e tecnológicos, traçando um panorama sobre questões sociais impetradas que afetam uma parcela da população brasileira. Enfatiza o antagonismo da exclusão/inclusão social, destacando a Educação enquanto ação modificadora da realidade, essencial no processo de fortalecimento da cidadania. Destaca a relevância e a necessidade de construção de espaços para promoção do acesso à informação para os grupos sociais, com ênfase nos grupos vulneráveis. Para tratar da temática, adotou-se o referencial teórico composto por autores como Tedesco (2002); Thiollent (2002); Miranda (2000); Barreto (1994); Santos (2011); Castells (1999); Lévy (1999); Pereira (2002) etc.

O **Capítulo III** discorre sobre a responsabilidade social das instituições, os conceitos de responsabilidade empresarial, ética, alteridade, a abrangência e complexidade

desses conceitos para as instituições. O referencial teórico está embasado em autores, com destaque para *Ashley* (2005); *Alessio* (2004); Instituto Ethos (2009); *Simões* (2008); *Goldstein* (2007); *Veloso* (2005) etc., os quais tratam a problemática da responsabilidade social, principalmente das instituições educacionais de nível superior, em uma perspectiva tanto internacional quanto nacional. A centralidade do capítulo está na responsabilidade social das universidades públicas brasileiras, destacando suas origens, evolução e missão. O aporte teórico para essa discussão foi respaldado nos teóricos *Calderón* (2006); *Carrizo* (2006); *De La Jara et al.* (2006); *Vallaey*s (2006a); *Martine* (2005); *Silva* (2011; 2014); *Boeri Villagran* (2002) etc. Apresenta a Extensão Universitária como uma das estratégias das universidades para fortalecimento dessa responsabilidade social acadêmica por meio da indissociabilidade com ensino e a pesquisa. O aporte teórico dessa discussão foi fundamentado em autores como *Silva* (2012e); *Silva* (2014i); *Freire* (1996); *Nogueira* (2005); *Paiva* (1986); *Caldas e Barboza* (1995); *Sousa* (2010), *Bólan e Motta* (2007); *Cálderón* (2006); *Valleys* (2006).

O **Capítulo IV** discorre sobre a Biblioteconomia e seu protagonismo social, enfatizando a interdisciplinaridade com a Ciência da Informação. Trata questões da visibilidade social da profissão e como as ações de extensão podem dirimir essa problemática. A fundamentação teórica utilizada para essa discussão foi apoiada em teóricos como *Capurro* (2003); *Shera* (1977); *Ranganathan* (2009); *Oliveira* (1994); *Suaiden* (2000); *Cysne* (1993); *Almeida Júnior* (2000); *Valentin* (2000); *Souza* (2009); *Vergueiro* (1990) etc. Apresenta considerações sobre o perfil do bibliotecário na contemporaneidade e sua responsabilidade social em "tornar acessível a informação para todos que dela precisam", focando as contribuições da extensão universitária nesse processo.

O **Capítulo V** apresenta o percurso metodológico percorrido para alcançar os propósitos da pesquisa. A metodologia está ancorada nos autores: *Mueller* (2007); *Minayo* (2004); *Prodanov* (2013); *Quivy e Campenhoudt* (1998); *Yin* (2005a); *Laville e Dionne* (1999); *Caregnato e Mutti* (2006), dentre outros. Quanto à abordagem, a pesquisa se configura quali-quantitativa. A análise qualitativa dos questionários e entrevistas foi fundamentada na Análise de Conteúdo de *Bardin* (1977) e *Minayo* (2009), que consiste em técnicas que permitem analisar os instrumentos a partir da percepção dos atores pesquisados.

O **Capítulo VI** apresenta a análise e interpretação dos dados coletados, considerando os objetivos formulados na pesquisa. A análise foi realizada em três grupos, definidos a priori: bolsistas de extensão, coordenadores dos programas de extensão e bibliotecários. Depois de construídos esses três blocos, foram elaboradas três categorias para verificar os impactos da extensão universitária na formação acadêmica: práticas extensionistas

e responsabilidade social universitária; projetos de extensão e identidade bibliotecária e, por fim, *práxis* bibliotecária e compromissos sociais. Após análises das respostas por grupos de respondentes foi realizada uma síntese interpretativa das categorias de análise.

O **Capítulo VII** apresenta às considerações finais da pesquisa, a saber: na categoria **prática extensionista e responsabilidade social universitária**, os dados coletados revelaram a insipiência de programas e projetos executados nas comunidades e, esse quantitativo foi menor à medida que delimitou a temática dos projetos: “inclusão social”. O mapeamento e análise dos currículos *lattes* evidenciaram uma extensão direcionada às camadas internas, ao público acadêmico/profissional. Em contraponto, os dados investigados revelaram a responsabilidade nas ações desenvolvidas pelos cursos. Na categoria **Projetos de Extensão e Identidade Bibliotecária**, os pesquisados evidenciaram que as práticas específicas da área de Biblioteconomia estão presentes nas referidas ações e cooperam na visibilidade social da profissão. Em virtude do quantitativo dessas ações ser ínfimo, a problemática da visibilidade continua a persistir na área. Em detrimento desse fato, o *marketing* profissional faz-se também na Academia, na graduação, a partir de ações que fortaleçam a imagem social dos profissionais. Nessa direção, conclui-se a necessidade de maior participação na sociedade pela classe profissional.

Na categoria **Práxis Bibliotecária e Compromissos sociais**, os respondentes demonstraram uma parcela de profissionais que priorizam a relação com a sociedade, executando ações que perpassam o ambiente organizacional. Entende-se que, em virtude das tipologias das unidades de informação, há a dificuldade de desenvolver atividades sociais com outros públicos, mas isso não pode tornar-se obstáculo para realizar a integração com as comunidades ao entorno. A disponibilidade para atuar além das funções inerentes da profissão reproduz um modelo de educação gerada na formação acadêmica, portanto, variável fundamental para ser discutida no processo formativo profissional.

E por fim, nas **Considerações finais**, discorre sobre os resultados obtidos: o fortalecimento dos grupos assistidos por meio da transferência da tecnologia social, fundamental para o exercício da cidadania; o aperfeiçoamento discente voltado para formação social e a visibilidade profissional. Esses aspectos positivos são essenciais para o aprofundamento de questões acerca da relevância dessa atividade que precisa perpassar todo o processo formativo. Como resultado da pesquisa formulou-se um conceito para a extensão universitária no campo da Biblioteconomia, a fim de fortalecer a identidade do bibliotecário na sociedade, evidenciando o seu compromisso social como mediador da informação, profissão essencial na sociedade.

2 SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: MARCOS HISTÓRICOS, TECNOLÓGICOS E HUMANÍSTICOS

“Mas há cidadania e cidadania. Nos países subdesenvolvidos de um modo geral há cidadãos de classes diversas, há os que são mais cidadãos, os que são menos cidadãos e os que nem mesmo ainda o são. [...]. Não podemos partir do princípio de que homens livres possam ter respostas diferentes aos seus direitos essenciais apenas pelo fato de viverem em países diferentes”.

(SANTOS, 2011)

A contemporaneidade, denominada “Sociedade do conhecimento”, da “informação”, “aprendente”, marcada pelo excessivo volume informacional, exige do indivíduo habilidades e capacidade crítica para filtrar as informações necessárias para seu desenvolvimento. Nessa nova ordem social, a informação assumiu uma dimensão pragmática, como força produtiva na geração de capital, essencial para o desenvolvimento da sociedade. Enquanto fundamento de uma nova ordem social provocou o surgimento de novas formas de aprendizagem, novas demandas (interpessoais, técnicas) etc. A influência do conhecimento e a manipulação das tecnologias assumiram a primazia nas decisões e intensificaram seu poder na tomada de decisões, estabelecendo um novo contrato social. Destarte, o conhecimento - elemento modificador de comportamentos e ações, interfere na organicidade das sociedades e em seu desenvolvimento. Nesse direcionamento, a responsabilidade de cada geração no processo de criação de novos conhecimentos é fundamental para o desenvolvimento das sociedades.

Em contraponto ao grande volume informacional gerado, o acesso ao conhecimento é precário, sobretudo em sociedades com grande atraso educacional (GADOTTI, 2005). Em face dessa realidade, o paradoxo da desinformação precisa ser investigado a fim de que todos possam ser partícipes dessa sociedade da informação e do conhecimento. Nessa nova ordem social, a competência dos sujeitos para acessar e utilizar a informação é fundamental em virtude de que a ausência dessas habilidades resultará em exclusão. Nesse cenário, as instituições sociais são determinantes para cooperar na formação de indivíduos aptos a enfrentar os desafios propostos pela sociedade. Dentre essas instituições sociais, destacam-se as organizações educacionais, as quais colaboram com a formação técnica e social do indivíduo.

Sobre a relevância social da Educação pontua-se que,

é o elemento-chave para a construção de uma sociedade da informação e condição essencial para que pessoas e organizações estejam aptas a lidar com o novo, a criar e, assim, a garantir seu espaço de liberdade e autonomia. A dinâmica da sociedade da informação requer educação continuada ao longo da vida, que permita ao indivíduo não apenas acompanhar as mudanças tecnológicas, mas, sobretudo inovar. (TAKAHASHI, 2000, p.7).

Enquanto ferramenta modificadora da realidade, a Educação precisa propor ações para que os indivíduos desenvolvam competências requeridas por esse modelo global da sociedade. Assim, o enfrentamento da questão da desinformação torna-se responsabilidade do Estado, a fim de garantir a disseminação da informação para todos os tecidos sociais. Desta forma, o processo educacional deve ser centrado no ato de aprender, de conhecer (GADOTTI, 2005), visto que a cidadania está vinculada à questão da informação. Caracterizada enquanto conjunto de direitos (sociais, políticos, individuais, coletivos etc), a cidadania tem sua consagração no respeito ao indivíduo e na garantia de acesso a esses direitos (SANTOS, M., 2011). Entretanto, nas sociedades existem os que são mais, menos e os que nem mesmo são cidadãos, carecendo de soluções para amenizar esse processo discriminatório que fere os princípios da dignidade humana.

Como consequência tem-se um quadro distorcido de.

cidadania mutilada no trabalho, através das oportunidades de ingresso negadas; cidadanias mutiladas na remuneração, melhor para uns do que para outros; cidadania mutilada nas oportunidades de promoção; cidadania mutilada também na localização dos homens, na sua moradia; cidadania mutilada na circulação. Esse famoso direito de ir e vir, que alguns nem imaginam existir, mas que na realidade é tolhido para uma parte significativa da população. Cidadania mutilada na educação, na saúde (SANTOS, 1997, p.134).

A Cidadania, princípio fundamental da Constituição, permite ao indivíduo ser participe da sociedade e conseqüentemente seu desenvolvimento (pessoal, profissional, social etc). Em contraposição, o processo de exclusão social nega esse direito basilar do indivíduo. Esse processo, acentuado pela globalização, desvela o drama dos que não usufruem dos direitos preconizados na Constituição Federal: a situação de miséria, desemprego, analfabetismo (IBGE, 2015). Permitir que todos sejam partícipes dos benefícios sociais (moradia, saúde, educação, emprego etc) é dever da nação e, torna-se uma temática que precisa perpassar todos os segmentos da sociedade.

O determinismo tecnológico, outra marca característica da pós-modernidade, tem sua parcela nesse processo excludente. Os efeitos das novas tecnologias, sua penetrabilidade em todos os setores (tecnológico, econômico, educacional, social etc.), têm impetrado uma nova ordem que interfere no *modus operandi* das sociedades, suscitando novos modelos e padrões de comportamento, onde o conhecimento é o elo que propicia acesso as benesses

sociais. O imperativo da tecnologia, que alarga fronteiras geográficas, dirime tempo e distâncias, proporciona desenvolvimento econômico, também exclui. Esse processo de exclusão tecnológica, que se traduz no analfabetismo tecnológico, dá-se por diversos fatores: a acelerada evolução dos equipamentos; ausência de condições financeiras por grande parte da população para ter acesso a essas ferramentas; ausência de uma educação tecnológica eficaz nos currículos educacionais etc, refletido em uma educação de usuário incipiente para o momento histórico atual, resultando na exclusão de uma grande parcela da população, fato esse que precisa ser superado pelas nações.

O analfabetismo digital tem agravado o quadro de desigualdade social, emergindo um conjunto de necessidades sociais, políticas e educativas para a formação de uma sociedade igualitária. Diante disso, a educação de usuários é urgente e necessária pois,

não basta estar na frente de uma tela, munido de todas as interfaces amigáveis que se possa pensar, para superar uma situação de inferioridade. É preciso, antes de mais nada, estar em condições de participar ativamente dos processos de inteligência coletiva que representam o principal interesse do ciberespaço (LÉVY, 1999, p.238).

As competências informacionais precisam ser efetivamente trabalhadas pelas instituições que colaboram para o desenvolvimento dos indivíduos, seja família ou Estado. Essa lacuna precisa ser uma variável constante no processo educacional, seja na educação formal ou não formal, visto que as novas tecnologias são, em grande parte, protagonistas no processo de transmissão e disseminação da informação. Por consequente, a manipulação das novas tecnologias deve perpassar todos os tecidos sociais a fim de garantir a inserção do indivíduo nessa sociedade tecnológica.

A ausência de mecanismos para prover as competências e habilidades necessárias fortalece a exclusão social no país, privando o desenvolvimento do indivíduo, tornando-o alijado para o enfrentamento dos desafios colocados pela sociedade. Em vista disso, o desenvolvimento das potencialidades individuais e coletivas exige o compromisso de as instituições, que compõem o tecido social, desenvolverem competências a fim de minimizar o processo de exclusão social. O mesmo desencadeia privação que limita a atuação social do indivíduo, ferindo a dignidade humana. Os grupos excluídos socialmente sofrem os reflexos desta conduta social e como consequência são marginalizados e impedidos de exercer sua cidadania.

A exclusão social exprime diversas facetas, desde a privação das necessidades básicas (saúde, educação, moradia, segurança, autoestima) a não participação em instâncias sociais. Esse processo gera o alijamento do indivíduo, ferindo assim a dignidade humana.

Compreender as causas desse alijamento e buscar fomentar ações para saná-las faz parte da responsabilidade social. Nesse direcionamento, a seção posterior faz um panorama do processo de exclusão social, destacando alguns dos segmentos sociais afetados diretamente por essa prática que, impulsionada pelo capitalismo, cristalizou-se nas sociedades, tornando-se uma problemática social que atinge todos os países, carecendo da construção de mecanismos e artefatos para cooperar com os grupos atingidos por esse processo.

2.1 Exclusão social – panorama sociais vigentes

A globalização, processo de diluição de fronteiras geográficas e espacial, afeta a economia e a cultura do país. Definida como um sistema cultural que homogeneiza, a partir da introdução de identidades culturais diversas que se sobrepõem aos indivíduos, seus reflexos revelam-se nos hábitos e costumes sociais, que são afetados diretamente por essa ação, deixando marcas peculiares da época (RIBEIRO, 1995). Esse fenômeno possui um potencial transformador nas atividades sociais e altera a estrutura das sociedades, sua economia, sua cultura etc, interferindo no *modus operandi* das mesmas.

A globalização tem seus impactos e consequências: a diluição de fronteiras espaciais entre as nações, os avanços tecnológicos e científicos, os quais desencadeiam transformações sociais, fatos esses relevantes para o progresso da humanidade. Em contraponto, figura a desigualdade social retratada no cenário mundial: desigualdade no acesso das informações, que impacta fortemente os indivíduos - variável fundamental - visto que o conhecimento, capital intangível, é um dos vetores de desenvolvimento social; aumento da violência urbana gerada em consequência do desemprego; analfabetismo (funcional, tecnológico); etc.

As consequências da globalização repercutem intensamente nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, afetando os direitos de cidadania. Sobre a questão destaca que,

a globalização não globaliza direitos nem deveres. Ao contrário, se distancia de qualquer projeto de humanização e de formação de cidadania. Com isto, se afirma a globalização, no contexto em que vivemos, como um projeto excludente, cujo único interesse é o lucro. Sua base é a economia de mercados. Por sua vez, aparentemente em contradição com o próprio processo, a complexidade das políticas globais exige ajustes frequentes nas estruturas centrais de poder. (PEREIRA, 2002, p.124).

Os reflexos negativos da globalização – suas consequências – fortalecem o processo de exclusão já instaurado nas sociedades desde os primórdios. O enfrentamento desse fato deve ser constante, visto que reflete diretamente nas questões de cidadania. Santos

(2011) critica os aspectos perversos da globalização (desemprego, precariedade dos bens públicos, perda da qualidade de vida etc.) e destaca a necessidade do acesso à informação, do conhecimento nas relações pessoais, coletivas para o enfrentamento dessas problemáticas.

Para Santos (2011) a cidadania é uma lei social, que precisa ser cumprida, portanto, um dever da nação, para assegurar direitos e deveres aos cidadãos. A cidadania implica que "todos são iguais perante a Lei", mas, os fatos contradizem as teorias normativas institucionalizadas no país. Os relatórios governamentais, que tratam sobre o índice de desenvolvimento humano, revelam a ausência de direitos e reflete uma dimensão multidimensional da exclusão em diferentes níveis (ambiental, cultural, econômico etc). Esse processo viola os direitos humanos e atinge uma grande parcela da população do país, principalmente os menos favorecidos socialmente.

Para compreender a dimensão dos impactos ocasionados pela exclusão social é necessária a compreensão do termo. Para Leal (2009, p.26): "exclusão social significa o enfraquecimento ou a ruptura dos laços sociais que ligam o indivíduo à sociedade e/ou a condição a que ele chega após tal ruptura", gerando consequências negativas para os grupos atingidos. Essa realidade evidencia um processo discriminatório em que ser cidadão e usufruir dos bens produzidos não é um processo igualitário. O Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) tem demonstrado que, apesar das melhoras econômicas de alguns países, as questões de cidadania e direito continuam configura-se desafio para diversas sociedades.

O Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNDU (2016), realizado nos países da América Latina e Caribe, destacou que questões sobre as desigualdades econômicas e sociais, a discriminação, a exclusão, requerem atenção por parte dos governantes, visto que,

los análisis de mediciones cuantitativas aplicados en 18 países de la región permiten confirmar que aquellos factores que se relacionan con la reducción de la pobreza, principalmente vinculados con la educación y la inserción laboral, difieren de aquellos que previenen la caída en la pobreza, vinculados con los sistemas de protección social (transferencias sociales y pensiones), los sistemas de cuidados, el acceso a activos físicos y financieros, y la mejora de las capacidades laborales. Una "canasta de resiliencia multidimensional" que incluya esta combinación de intervenciones dibuja un nuevo rumbo para los hacedores de política pública, tendiente a garantizar que las personas no caigan en situación de pobreza. El análisis de la evolución de la pirámide de ingresos en el período comprendido de 2003 a 2013 permite observar que, mientras que el 49% de la población experimentó una transición ascendente durante dicho período, cerca de un 13% experimentó movilidad descendente. La coyuntura actual pone de manifiesto que no es suficiente que las personas salgan de la situación de pobreza. Reforzar su resiliencia es imperativo (PNDU, 2016, p.2).

Esses dados revelam que apesar do desenvolvimento econômico, tecnológico, cultural de alguns países, a exclusão social continua sedimentada na pós-modernidade. Muitos fatores interferem nesse processo, principalmente as novas formas de aprendizagem, que perpassam o ensino teórico ministrado em salas de aulas etc. As sequelas do processo de exclusão resultam em desajustes, que sensibiliza todo o metabolismo social, sendo necessário capacitar os indivíduos para enfrentamento dessa realidade.

Nesse cenário, fortalecer o processo educacional, promover mecanismos para que os indivíduos possam acompanhar essas transformações são fundamentais para modificar esse fato. Sem a capacitação necessária os indivíduos estarão, automaticamente, excluídos desse processo global. O processo de exclusão perpassa todas as esferas sociais, configurando-se em um mal que mutila as sociedades, característica difícil de ser dirimida na história da humanidade. Esse processo, com suas várias tipologias: social, econômica, cultural etc, afeta severamente os indivíduos, principalmente os grupos considerados vulneráveis, negando a eles o direito proposto pela sociedade.

Em face disso, um segmento social torna-se superior aos demais e cristaliza-se uma ideologia de supremacia, desencadeando uma cultura de subserviência no país. Segregar pessoas por motivos diversos, como cor, condição financeira, orientação sexual, religiosa, nacionalidade, é um ato de injustiça e que deve ser tratado. A prática da discriminação e do preconceito constitui leis em diversos países, mas, mesmo com instrumentos que visam a combater os efeitos dessas ações, suas consequências perpassam sociedades, sedimentando-se na contemporaneidade.

Combater a exclusão, em todas suas formas, é um dever das nações, tornando a justiça social uma busca nas sociedades. A ONU, por meio de suas ações, intensifica o debate sobre essa temática a fim de propor políticas para minimizar essa realidade nas sociedades hodiernas. O empoderamento dos grupos menos favorecidos é essencial para que todos possam usufruir dos direitos e deveres, tornando-se cidadãos, não apenas no tocante aos deveres civis, mas aos direitos sociais.

A utopia da "igualdade social e racial", almejada por muitos homens e mulheres (Madre Teresa de Calcutá, *Martin Luther King*, Nelson Mandela, *Gandhi*, Jesus Cristo etc.), os quais travaram uma luta com a sociedade em busca da alteridade, do respeito, da igualdade, não se efetivou, apesar de muitas tentativas, mas fortaleceu o discurso da temática cidadã. Apesar de todo o esforço em prol de uma sociedade mais fraterna, a desigualdade social prevalece como uma das problemáticas que mais vitima indivíduos na história da humanidade.

No Brasil, esses aspectos são decorrentes do processo de colonização, escravocrata, fortalecidos pelo sistema capitalista, e alcançam grupos sociais, étnicos, religiosos que continuam em busca de seus direitos. Essa temática, apresentada na seção posterior, expõe alguns desses grupos (negros, indígenas, religiosos etc.) assim como as consequências desse processo excludente, destacando que a ausência da informação colabora para acentuar esse processo no país.

2.2 A problemática da exclusão social no Brasil

Na sociedade contemporânea, os problemas sociais graves - a pobreza, entendida na falta de recursos econômicos, a discriminação (com todas suas facetas), convivem em um ambiente onde as tecnologias da informação e comunicação imperam dirimindo fronteiras geográficas, mas, permanecendo barreiras que parecem impossíveis de serem estagnadas: todos os tipos de preconceitos, fundamentados na condição econômica ou intelectual do sujeito, na cor da pele, da cultura, nas etnias, resultando na injustiça social, comprometem a questão da cidadania.

Nesse cenário, onde as extremidades apresentam fatos antagônicos: rico e pobre, negro e branco, alfabetizado e analfabeto etc, a ética – individual e profissional – tem cooperado para provocar reflexões e modificar essa realidade enraizada na cultura global. A responsabilidade social institucional tem contribuído para minimizar essa situação que tem se agravado, constantemente, na história da humanidade. Face ao exposto, construir reflexões sobre a temática da exclusão social no Brasil é necessário mediante um cenário social discriminatório, imbricado desde sua colonização.

A história relata que após a ocupação da nação por Portugal, ocorreu o genocídio dos povos indígenas, a exploração da população negra, que desembarcava no país como mão de obra escrava, negando a esses indivíduos os direitos básicos de sobrevivência, privando-os desses benefícios, inculcando na cultura da nação a supremacia da população branca em detrimento das demais etnias, resultando no massacre de vidas e culturas no país, na exploração dos imigrantes, desprovidos de condição socioeconômica, cristalizando uma cultura de subserviência, desvela uma realidade onde a questão da cidadania precisa ser discutida e modificada.

O processo de exclusão social não é novo e tem se agravado com a falta de políticas públicas efetivas. Em detrimento a essa situação, a sociedade vivencia momentos de tensão entre seus segmentos constituintes, deflagrando uma guerra, muitas vezes

silenciosa, que corrobora para enfraquecer e dizimar os mais fracos socialmente: a população indígena, que vive em conflitos pela posse da própria terra; a população negra, que ainda sofre as consequências da escravidão no país; as mulheres, crianças e idosos, quando em situação de risco; a questão de gênero, dos grupos religiosos minoritários etc.

Sobre a questão tem-se,

durante muitos séculos, a exclusão de certos indivíduos, grupos e minorias, foi tida pelas classes dominantes como algo natural, portanto, inerente à civilização humana e legitimado sob o argumento de que esta seria uma condição necessária para que uns (minorias privilegiadas) pudessem usufruir os bens e serviços socialmente produzidos (MOTA, 2010, p.31-32).

Esse processo excludente consolidou-se com o sistema capitalista, visto que a condição de mão de obra especializada gerou desempregos e conseqüentemente o aumento da pobreza. A divisão de classes, característica do capitalismo, coopera para fortalecer a divisão econômica entre os indivíduos, apesar do trabalho desempenhado, causa prejuízos aos grupos sociais que compõem o proletariado. Essa cultura implantada no país, no qual uma classe tem direito e acesso aos bens produzidos em detrimento da maioria da população é resquício da apropriação indevida das terras brasileiras pelos portugueses, que perseguiram, aprisionaram e exploraram a população nativa.

O racismo, consequência do período escravocrata, permanece sedimentado nas sociedades e suas consequências são perversas na atualidade. Definido como doutrina que existe uma raça superior,ariana, destinada a dirigir o gênero humano (ABBAGNANO, 2012), ultrapassou a barreira do tempo e intensificou-se na medida em que países foram ocupados por outras nações. Sobre a questão, o Instituto de Pesquisa Econômica Avançada - (IPEA) destaca

o racismo, seus efeitos e mecanismos de reprodução têm impactado de modo expressivo e perverso a sociedade brasileira. As mazelas da escravidão se disseminaram, criaram raízes e se transmutaram a ponto de funcionar como meio eficiente de segregação em tempos de liberdade, alimentado e disfarçado pelo mito da democracia racial. (IPEA, 2014, p.14).

Apesar de esforços por parte de órgãos governamentais e não governamentais para fomentar discussões e criar dispositivos para minimizar os efeitos catastróficos desse sistema opressor, não conseguiram sanar as sequelas desse processo discriminatório que fere a dignidade do indivíduo. A negação dos direitos básicos (saúde, educação, moradia digna, dignidade humana, respeito, igualdade etc.) em detrimento da cor da pele é um ato cruel e desumano, que não se deve perpetuar como ato aceitável. Incidir sobre a temática da exclusão é desafiador mediante uma sociedade globalizada, em constantes transformações, mas que

reflete uma trajetória de luta e reconhecimento dos segmentos menos favorecidos socialmente.

No âmbito governamental, para enfrentamento dessa realidade deu-se a criação de mecanismos para fortalecer a identidade negra: o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288, 2010), destinado a garantir a efetivação da igualdade de oportunidades; a defesa dos direitos étnicos, individuais, coletivos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica; a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR) que ampliou o debate para a possibilidade da efetivação de ações acerca do processo racial no país, promovendo políticas de acesso e inclusão para as minorias menos favorecidas socialmente (BRASIL, 2010). Iniciativas não-governamentais, com a criação de entidades populares e grupos de discussões sobre a temática, tornaram-se efetivas. A criação desses dispositivos não inibiu essa ação no país e, continua notório nos censos realizados. Os avanços na área social, como a redução da pobreza e a Lei de Cotas nas universidades públicas (Lei nº 12.711/2012), não foram suficientes para sanar essa problemática social na qual se encontra a população negra. Dados esses comprovados nos relatórios do IPEA, 2014, os quais sinalizaram que a população negra ainda tem os piores índices de desenvolvimento na nação.

Sobre a questão pontua-se que,

apesar do evidente avanço nas condições de inserção econômica e social, ainda persistem os diferenciais que colocam os negros em desvantagem, comparativamente aos brancos, em todos os indicadores analisados. A permanência das desigualdades raciais se deve às enormes desvantagens acumuladas pelo segmento negro até o momento em que o país passa a ampliar as oportunidades em vários campos da vida social, inclusive com a adoção de ações afirmativas na educação. As diferenças do ponto de partida de cada grupo racial, soma-se a resiliência do racismo que, como elemento estruturante das relações sociais no Brasil, opera no sentido de amortecer o dinamismo do processo de inclusão social (IPEA, 2014, p.14).

Essa realidade demonstra que a luta por libertação e uma vida digna não findou com a Lei Áurea (1888), mas persiste de outras formas: falta de moradia adequada, ausência de saúde e educação de qualidade e igualdade de acesso aos postos de trabalho. O processo de igualdade racial configura uma luta que parece não se findar, carecendo de discussões e ações para que a população negra não seja desprovida de bens sociais. Acerca dessa problemática social tem-se que,

a renda, os arranjos familiares e a qualidade da moradia são quesitos essenciais para avaliar as condições de vida de grupos e indivíduos em uma sociedade. Arranjos familiares estáveis, com ingressos de rendimento adequados, aliados a moradias com boas condições de espaço e de estrutura sanitária representam elementos importantes para superar a pobreza e assegurar a melhoria das condições de vida (IPEA, 2014, p.14).

Na dimensão econômica e social, não somente a população negra sofre a negação desses direitos, outros grupos étnicos sentem os reflexos desses arranjos econômicos e sociais. A população nativa, os indígenas, sofreu as consequências oriundas da colonização: a desapropriação das terras, catequização, o genocídio etc., e os reflexos dessas ações persistem na contemporaneidade. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI), instituiu, em 1973, o Estatuto do índio (Lei 6.001), ferramenta para o enfrentamento da realidade dessa etnia no país. Sobre a questão, a FUNAI enfatiza: "o desafio do Estado Brasileiro hoje é programar uma política indigenista não assimilacionista, que supere relações de dominação ou de dependência impostas pelo modo de vida não-indígena" (FUNAI, 2009), respeitando a diversidade da cultura e seus direitos enquanto cidadãos.

O Relatório da ONU (2013) apontou que a discriminação e a exclusão do povo indígena têm um alto custo social, político e econômico para o Brasil, carecendo de políticas efetivas para modificar essa realidade. O país tem buscado sanar essa temática da exclusão, por meio da elaboração de documentos, como Estatuto dos Povos Indígenas (2009), onde explicita os direitos dessa cultura, mas os empecilhos, dentre eles a questão fundiária, demonstra ainda a fragilidade dessas ações para solução dessa problemática que perdura na sociedade, trazendo sérias consequências a essa parcela da população.

Nesse aspecto, observa-se que,

a Constituição de 1988 não conseguiu democratizar e nortear minimamente a questão agrária e fundiária nacional, muito menos a amazônica. [...]. Também não criou instrumentos concretos e rigorosos que desestimulassem a fraude ligada à terra, a ação das milícias privadas que se haviam criado naqueles anos e ainda existem, ou o trabalho escravo (que, quase sempre, vem sendo considerado como um problema trabalhista e não como violação de direitos humanos). (LOUREIRO; PINTO, 2005, p.80).

A fragilização do indivíduo frente às intempéries sociais provoca, muitas vezes, um sentimento de não pertencimento, de inferioridade, maculando e dirimindo a estima desses grupos, interferindo na forma como estes percebem e fazem parte da realidade, tornando-os, muitas vezes, impossibilitados de enfrentarem a realidade social vigente no país. A passividade do governo em fazer cumprir suas leis coopera para o enfraquecimento das culturas locais, ocasionando conflitos sociais. O antagonismo é um desafio que precisa ser superado: de um lado tem-se a lei que ampara o indivíduo, do outro tem a burocracia e a letargia para o seu cumprimento, gerando no indivíduo um sentimento de descrédito nessas leis.

A construção de artefatos pelo Estado, concomitantemente a parcerias empresariais e sociais, é pertinente para fazer fluir com celeridade a questão social e racial no

país. Contribuir para minimizar as consequências dessa luta por direitos iguais para todos, conforme rege a Carta Magna do país, deveria ser uma bandeira alçada por todos que buscam e acreditam em uma sociedade igualitária. Nesse panorama de discriminação, outros segmentos sociais são afetados por essa política capitalista e mercadológica: as mulheres, crianças e idosos (quando em situação de risco), os deficientes, os analfabetos (funcional, tecnológico), as lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros (LGBTTI) etc.

Sobre a questão pontua-se que,

a violência e a agressão contra mulheres, negros e homossexuais, até bem pouco tempo, eram práticas consideradas tão comuns que passavam despercebidas como formas de violência em nossa sociedade, onde os grupos oprimidos escondiam o seu sofrimento sem poder sequer denunciá-lo ou compreendê-lo. As mudanças de consciência na sociedade, se é que de fato existem – dado o contingente de crimes cometidos contra esses atores sociais nos últimos anos – traduzem uma nova interpretação da realidade ora vigente. (SILVA, S., 2010, p.562).

A cidadania e a dignidade do indivíduo, fundamentos da Constituição Federal (1988), são questionadas na assertiva, visto que os direitos de determinados grupos são usurpados pela sociedade a qual pertencem-por meio da morosidade ou a (im)parcialidade da justiça, que acabam por ofuscar esses direitos institucionalizados porém, muitas vezes, não operacionalizados. Mesmo com as conquistas adquiridas, como o direito ao voto, inclusão na política, nos esportes, questões trabalhistas e sexuais etc., o gênero feminino continua vítima de muitos tipos de violência, desde a física à psicológica, sendo fato que afeta severamente as mulheres no país. O machismo, impetrado nas sociedades, principalmente na região Nordeste do Brasil, torna essa questão muito delicada, visto que a luta não findou com as conquistas femininas na década de 1960.

Essa realidade é ratificada na assertiva abaixo,

O problema do preconceito e da discriminação contra a mulher se torna, portanto, um problema de inclusão e de exclusão de indivíduos em uma dada sociedade. Os que não podem participar da grande maioria são colocados à margem, e, por isso mesmo, devem lá ficar e sofrer as consequências que lhes são impostas pela chamada maioria (nesse caso, masculina) (SILVA, S., 2010, p.562).

A igualdade de gênero é uma busca que perpassa gerações. Esse processo discriminatório é vivenciado pelas comunidades GLBTs. Mesmo com o reconhecimento do casamento homoafetivo (Resolução nº 175, Conselho Nacional de Justiça – CJN, 2003) e a adoção de crianças por essas famílias, o país está longe de erradicar a discriminação contra esses grupos. Pontua-se que todo tipo de preconceito e discriminação fere os

direitos e repercute no desenvolvimento e integridade dos indivíduos. É um processo que precisa ser inibido para dirimir a violência contra esses grupos.

Há várias tipologias de preconceitos sociais que refletem no desenvolvimento do indivíduo: a discriminação das culturas, consideradas subculturas, faz parte desse processo excludente no país. O preconceito cultural tem deixado um legado de inferioridade em muitas comunidades. O Brasil, em toda sua extensão geográfica, possui cinco regiões, que têm características peculiares, mas isso não implica que a cultura de uma região seja superior a outra. O preconceito regional contra determinadas culturas (nordestina, "caipira" etc.), ironizada, pelo viés do "falso humor", denota que as práticas discriminatórias continuam sedimentadas na sociedade e maculam o direito da identidade cultural.

A promoção de uma sociedade igualitária deveria ser uma premissa premente nas agendas governamentais. Se não solucionar, mas, minimizar essa situação pelas quais perpassam os indivíduos, será necessário, portanto, demonstrar, quantitativamente e qualitativamente, por meio de Relatórios, as condições vivenciadas por esses grupos e propor ações para dirimir essa realidade. Ressalta-se o empoderamento desses grupos para o enfrentamento dessa realidade partindo do acesso à informação. Nesse direcionamento, destacam-se as instituições sociais e suas responsabilidades sociais em promover debates e ações para fortalecer a discussão no país e, cooperar para que esse processo social impacte toda a sociedade por meio de uma formação crítica e cidadã, que visa ao desenvolvimento do país.

Com o propósito de embasar os objetivos da pesquisa, ressalta-se a realidade desses grupos considerados vulneráveis na região Nordeste do país, *locus* de realização desta investigação, destacando a responsabilidade social das instituições de ensino enquanto cooperadores no processo de emancipação das sociedades, descritos na seção posterior.

2.3 Grupos vulneráveis no Nordeste brasileiro

A região Nordeste do Brasil, considerada a terceira do país por sua dimensão geográfica e a segunda em nível populacional, tem nove Estados e conseqüentemente sofre efeitos dos preconceitos e discriminações arraigadas na cultura da nação. O povo nordestino deriva-se da miscigenação étnica dos povos indígenas, negros e portugueses, gerando uma população heterogênea, com muitos pardos e mulatos. Esses grupos apresentam características e culturas específicas, diversos dialetos, resultando uma diversidade cultural

que enriquece a identidade do povo nordestino. A região se destaca por sua natureza exótica, sua biodiversidade e religiosidade – característica marcante da região como também pelo alto índice de pobreza, violência urbana, analfabetismo e discriminação social etc. Esses fatores geográficos e sociais impactam a realidade socioeconômica da região e afeta o índice de desenvolvimento humano, que é considerado um dos menores do país (IPEA, 2014).

Nesse cenário, destacam-se os preconceitos: cultural (negros quilombolas); étnico (indígena, negro); gênero (mulheres, GLBTs); social (pobreza, analfabetismo, deficiência, presidiários) na história da região. Em detrimento dessa realidade, a criação de mecanismos não implicou a regularização dos direitos as partes afetadas; porém, enfatizou a a necessidade da criação de leis para amparar os grupos que ainda sofrem com a ausência de seus direitos institucionalizados na Lei vigente do país, a Constituição Brasileira, 1988, que assegura direitos iguais para todos. Nesse cenário, infere-se que existem lacunas que precisam ser discutidas acerca dessa Legislação que regulariza esses direitos, mas, que na prática, sua efetividade não condiz com sua normatização. Esse fato dá-se por diversos motivos: ausência de órgãos reguladores nos municípios, morosidade nas ações impetradas a favor desses segmentos; a cultura da região, que muitas vezes nega o direito a quem pertence, questão essa destacada no favoritismo a determinado gênero, com ênfase, para o masculino, o que detém condições socioeconômicas favoráveis em detrimento ao feminino; a questão fundiária, que dirime os direitos a terra aos povos nativos etc.

Assim, debater e pontuar as causas da efetivação dessa Legislação é uma realidade que precisa ser sancionada no país. Nesse direcionamento, apresentam-se alguns grupos que têm seus direitos negligenciados, mesmo com a Legislação que ampara os direitos dos mesmos, dentre esses destaca-se a população indígena, as mulheres, crianças, idosos, dentre outros. No tocante a população nativa na região, os indígenas, os direitos sociais, como a questão da terra, a preservação de sua cultura persiste e carece ser mais discutida nas agências sociais do país. Essa situação dos povos indígenas na região é reflexo da colonização portuguesa e persiste até a atualidade. O processo de catequização foi um massacre à cultura e uma forma de "domesticá-los" (GOMES, 2013). O etnocentrismo dos portugueses gerou prejuízos culturais aos nativos; além disso, a ausência do relativismo cultural gerou impacto negativo na memória do país, principalmente dessa etnia, que teve sua cultura dizimada em detrimento da cultura portuguesa. Esses reflexos foram verificados nos impactos da catequização desse povo.

No tocante à educação impetrada à cultura nativa, enfatiza-se que,

quando a escola foi implantada em área indígena, as línguas, a tradição oral, o saber e a arte dos povos indígenas foram discriminados e excluídos da sala de aula. A função da escola era fazer com que estudantes indígenas desaprendessem suas culturas e deixassem de ser indivíduos indígenas. Historicamente, a escola pode ter sido o instrumento de execução de uma política que contribuiu para a extinção de mais de mil línguas (FREIRE, 2004, p.28).

As consequências desse "processo educacional", fundamentado no etnocentrismo, causou danos seríssimos a essa cultura, portanto, reconstruir a história do povo indígena é um *déficit* da nação para com essa parcela da população brasileira. Na atualidade, a educação indígena tem sido pauta das agendas educacionais, alguns direitos têm sido adquiridos – material pedagógico em língua materna, professores nativos –, mas são ínfimos em relação ao que foi perdido ao longo da história. Alargar o leque de alcance para minimizar os efeitos da catequização dessa etnia é um desafio vigente.

Face ao exposto, destaca-se que,

o direito a uma Educação Escolar Indígena - caracterizada pela afirmação das identidades étnicas, pela recuperação das memórias históricas, pela valorização das línguas e conhecimentos dos povos indígenas e pela revitalizada associação entre escola/sociedade/identidade, em conformidade aos projetos societários definidos autonomamente por cada povo indígena - foi uma conquista das lutas empreendidas pelos povos indígenas e seus aliados, e um importante passo em direção da democratização das relações sociais no país (HENRIQUES *et al.*, 2007, p.9).

Na medida em que as tradições culturais de um povo são esquecidas, sua identidade se perde na História. No Estado do Ceará, em que a maior parte da população é descendente de índios e negros, há uma luta intensa para combater o preconceito decorrente do processo de urbanização. Em Caucaia, região metropolitana de Fortaleza, os índios Tapebas sofrem as consequências desse processo, principalmente pelo setor imobiliário, que acaba se apropriando de suas terras; outra realidade é a ausência dessa parte da população cearense dos censos demográficos; a falta de moradia digna, escolas nativas, postos de trabalhos, saúde, esses são benefícios sociais que não chegam com efetividade nessa parcela da população.

Sobre a questão Jucá (2014 p.12) é enfático em dizer que,

não existe na literatura etnológica nem em documentos históricos, qualquer referência a uma sociedade indígena denominada Tapeba. Barretto Filho (2004) menciona matérias de jornais locais que dataram do período anterior a 1984, as quais falam sobre as precárias condições de vida desta população. Em abril de 1968, no Jornal do Brasil, saiu a matéria intitulada “Indígena no Ceará não é nem cidadão”. Em maio de 1982, o Estado de São Paulo, publica “Os últimos Tapebas na miséria”.

Esse mascaramento da ausência dessa *etnia* no Estado é preocupante, pois revela um preconceito velado, sutil, escondido por trás de algumas ações, o que dificulta sua percepção, prova disso tem-se a questão fundiária, essência da discussão central desse povo. A reintegração das terras é um processo que se prolonga por muito e tem sido a causa maior do genocídio desse povo. Não somente a população negra e nativa sofre preconceito, pessoas com deficiências; idosos e crianças, quando em situação de abandono; mulheres, quando têm seus direitos cerceados por uma cultura machista.

Essas questões pontuam a agenda sobre cidadania na região, que tem buscado fomentar discussões para coibir essas práticas. Sobre o retrato da desigualdade e da exclusão de gênero no Estado do Ceará, destaque para a região do Cariri, considerada uma das mais violentas em número de agressão contra as mulheres e a população GLBTs. Em face dessa realidade, instituições governamentais e não-governamentais buscam propor ações para minimizar esse fato na cultura local. Dentre essas, destaca-se a parceria da Universidade Regional do Cariri (URCA), Universidade Federal do Cariri (UFCA), Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDMC), conjuntamente a Cáritas Diocesanas e os grupos sociais locais para fortalecer os grupos vulneráveis da região (SILVA, E., 2012).

Questões de ordem social e racial estão presentes na agenda social do país, com a criação de instrumentos normativos: Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 2006); Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 2003); Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 1990); Lei da Acessibilidade (Decreto-lei 5296, de 2004) etc. Esses mecanismos, teoricamente, pontuam as questões urgentes dos grupos direcionados, mas sua efetividade está distante da teoria. A inoperância dessas ferramentas dá-se por diversos motivos: ausência em muitos municípios de órgãos para aplicação dos mesmos (Delegacia da Mulher, Conselho tutelar etc.); morosidade da justiça em aplicar as sentenças, a falta de conhecimento das vítimas sobre seus direitos, o que implica no acesso à informação etc.

Nesse cenário de lutas das instituições educacionais e sociais, a implementação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 55, aprovada em outubro/2016 – que limita os gastos nas áreas da saúde, educação e assistência social –, resultará em retrocesso social no país e afetará principalmente os setores menos favorecidos socialmente. A realidade exposta conclama a sociedade aperfeiçoar as políticas de promoção de igualdade social e racial e seus arranjos institucionais para modificar essa realidade caótica do país (IPEA, 2014).

Não basta a construção de instrumentos para dirimir as diferenças sociais impostas pela cor de pele, *etnia*, condição social, é necessário saná-las e propor meios do cumprimento dessas ações para que a igualdade de direitos sociais seja fato na nação. O

grande desafio da sociedade – a desigualdade social persiste e precisa ser enfrentada. Nesse tocante, a responsabilidade social é uma das premissas para alcançar esse objetivo. Promover meios para incluir os indivíduos no devir social é parte da responsabilidade social das instituições que constituem as sociedades. Diante disso, é responsabilidade da nação a promoção de ferramentas para o empoderamento dos grupos sociais, sem distinção, a fim de que todos possam ser partícipes dos direitos e deveres sociais. A Educação, por sua vez, deve ser um canal de interlocução social fundamental para discutir temáticas que afetam os indivíduos.

Sobre a questão, a seção posterior trata sobre a relevância da responsabilidade social das empresas e a contribuição dessa ação para o desenvolvimento da cidadania, destacando as instituições de ensino como suporte fundamental nesse processo.

3 RESPONSABILIDADE SOCIAL – CONCEITOS, ABRANGÊNCIA E COMPLEXIDADE

“A responsabilidade social exige, a partir de uma visão holística, a articulação das diversas partes da instituição, em um projeto de promoção social de princípios éticos e de desenvolvimento social equitativo e sustentável, com vistas à produção e transmissão de saberes responsáveis e à formação de profissionais cidadãos igualmente responsáveis”. (VALLAEYSb, 2006).

Para compreender a responsabilidade social na educação, com foco para a responsabilidade social universitária, é necessário retornar a sua gênese. A responsabilidade social teve seu nascedouro na Administração, ciência que estuda e sistematiza as práticas utilizadas para gerenciar organizações. Em virtude da natureza interdisciplinar a responsabilidade social perpassa todas as áreas do conhecimento, campo de saberes e disciplinas, no aspecto individual e coletivo. Sua importância perpassa todas as áreas, tornando-se, na atualidade, um tema transversal⁵. Preocupações organizacionais em gerir e aperfeiçoar os recursos econômicos, humanos, ambientais, dentre outros, são atuais mediante o cenário global em constantes transformações. As mudanças advindas da necessidade de vida em agrupamentos resultaram na criação de comunidades, em divisão de tarefas e, conseqüentemente, em normas. Isso reflete que o desenvolvimento das comunidades, decorrentes dos esforços individuais e coletivos, é à base da responsabilidade social.

A ideia de responsabilidade social esteve presente desde os primórdios para organização e divisão de tarefas: moradia, alimentação, proteção do grupo etc., mesmo antes do surgimento do termo. Desse modo, infere-se que a responsabilidade social é pautada na relação: eu, outro e meio ambiente. Assim, ser responsável envolve uma relação de convivência entre pessoas distintas, que engloba a noção de compromisso mútuo. Resgatar a gênese da responsabilidade social é essencial para compreendê-la na atualidade. Aprender o termo e compreender a sua aplicação nas organizações é um desafio, tendo em vista que, muitas vezes, os interesses das instituições sobrepujam os interesses coletivos da sociedade, gerando ações que não cooperam para o desenvolvimento holístico do conjunto social,

⁵ Os temas transversais são assim adjetivados por não pertencerem a nenhuma disciplina específica, mas atravessarem todas elas como se a todas fossem pertinentes. Eles fazem parte dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), criados a partir do Plano Nacional de Educação (PNE), estabelecido em 1999, os quais não constituem uma imposição de conteúdos a serem ministrados nas escolas. Esses temas, que correspondem a questões presentes na vida cotidiana, foram integrados no currículo por meio do que se chama de transversalidade (MENEZES; SANTOS, 2001).

denotando uma supremacia dos interesses das instituições em detrimento dos interesses sociais, em nível macro.

Para entender a abrangência do conceito "responsabilidade social", faz-se necessário desmembrar e analisar cada parte separadamente. O conceito responsabilidade social é formada por dois termos distintos, cada um com seu significado peculiar, que juntos, tem um sentido maior. O primeiro significado do termo foi político, em expressões como "governo responsável" ou "responsabilidade do governo", indicativas do caráter do governo constitucional que age sob o controle de cidadãos e em função desse controle (ABBAGNANO, 2012). O termo responsabilidade está relacionado a compromisso, obrigação, atribuição do agir humano frente aos desafios e soluções dos problemas sociais e ambientais.

A noção de social emana da necessidade de princípios e valores existentes nas comunidades, do compartilhamento e do envolvimento das partes que constituem todo o tecido social, que se inter-relaciona, apesar das diferenças sociais e culturais. Na concepção de *Abbagnano* (2012, p.1080) social é: "que pertence à sociedade ou tem em vistas suas estruturas ou condições, que diz respeito à análise ou ao estudo da sociedade". A responsabilidade social evidencia-se enquanto ação que proporciona meios para que a harmonia seja preponderante no devir social. A conduta moral, ética, alteridade e a justiça social devem ser variáveis presentes nesse conjunto de valores que rege o viver social, haja vista que favorece a interação homem-sociedade-natureza, essencial para o desenvolvimento da cidadania.

A responsabilidade social das instituições decorre das transformações decorridas das grandes revoluções que impactaram a humanidade (Revoluções Francesa, Americana e Industrial), do advento das tecnologias de comunicação que suscitaram novos compromissos com a sociedade etc. Ações de responsabilidade social são essenciais para que as instituições possam gerir seus recursos, humanos e financeiros, com eficiência. O retrato do processo da má administração das reservas naturais tem ocasionado impactos ambientais irreversíveis, denotando que ações de responsabilidade social são urgentes e necessárias em todos os setores sociais.

Pesquisas recentes demonstram que ações tomadas sem análise macro geram impactos sociais negativos: poluição ambiental, desmatamento, degelo do ártico, efeito estufa, aquecimento global, aumento do índice da pobreza, aumento da violência urbana em detrimento do desemprego, dentre outras. Em contraposição, a responsabilidade social corporativa tem sido uma exigência mercadológica atual, uma conduta baseada em princípios

éticos, respeito aos direitos trabalhistas, ao meio ambiente. Para *Ashley* (2005) o motivo principal para a organização ser socialmente responsável é a consciência de si mesma e de suas interações na sociedade. Neste cenário em que a realidade de mercado muda com velocidade cada vez maior, a empresa precisa saber sua missão e saber que sua existência deve voltar-se tanto às relações de mercado quanto às relações além do mercado e zelar por seus valores morais, da mesma forma que preza sua qualidade, suas marcas e seus produtos.

A mudança de pensamento decorrente das necessidades sociais e ambientais e isso deve ser uma premissa presente nas agendas das empresas. Não somente os números de ações são relevantes, mas principalmente sua consistência e efetividade, que tornarão esse compromisso real nas instituições. A articulação de todos os segmentos sociais é essencial para o sucesso dessas ações, o envolvimento dos *stakeholder* é fundamental nesse processo de compromisso mútuo, em que todos os atores envolvidos, direta e indiretamente, devem compreender e participar, tornando-se parte intrínseca da empresa.

A gestão das empresas não deve ser reducionista, direcionada exclusivamente para a maximização dos lucros, mas desenvolver uma consciência social e ambiental, direcionada também para o social. Para o Instituto *Ethos* (2009), há várias formas das organizações desenvolverem a responsabilidade social corporativa, dentre elas destaca-se o trabalho voluntário e o envolvimento com a comunidade local, que deve ser uma prioridade na administração hodierna. A participação de funcionários em projetos comunitários, criando de vínculos com as comunidades ao entorno; promoção de ações e eventos para conscientizar e capacitar a população para ser colaboradora da organização etc. são ações que permeiam a responsabilidade social das instituições. Desenvolver essa consciência e relacionamento com as comunidades é papel do gestor, pois agregar valores às comunidades no entorno é imprescindível para a imagem social da instituição.

Dessa forma, as organizações podem colaborar com seus recursos em projetos que visem a minimizar as distorções e desigualdades sociais. O compromisso social, respeitando a identidade e a cultura das comunidades, é essencial nesse processo de interlocução. *Quelhas* (2010) destaca que as empresas precisam investir na comunidade local, formando parceira com elas. Essa relação pode ser realizada no recrutamento de indivíduos, na troca de saberes, resultando no processo dialético efetivo com os diversos interlocutores do discurso. Isso revela o grau de maturidade empresarial para influir positivamente perante os paradigmas vigentes. Nessa direção, o agir politicamente das instituições representa um olhar direcionado para as causas sociais prementes. Nesse contexto global, não pode excluir o Brasil dessas

tendências organizacionais que alertam para a defesa da cidadania, do meio ambiente, do compromisso social das empresas.

Em face do exposto,

o tema responsabilidade social tem sido cada vez mais encarado com seriedade por muitas empresas, organizações não-governamentais, instituições e governos. Isso porque ser responsável socialmente é a forma mais avançada e coerente para romper barreiras e quebrar paradigmas. Esta adesão em busca da empresa cidadã leva a organização ao amadurecimento, que se baseia em interesses e qualidade nas relações de sustentabilidade econômica, social e ambiental para a sobrevivência do mundo atual (QUELHAS, 2010, p.12).

A ação de responsabilidade social tornou-se código de conduta, o diferencial que assinala as instituições que têm compromisso explícito daquelas que não primam por explicitar essa variável em suas ações. Pontua-se ainda que o imbricamento do ambiente social com o institucional é fundamental para validar essa ação. Essa integração promove o diálogo necessário para o desenvolvimento das empresas e conseqüentemente da sociedade. Na medida em que a ação organizacional está comprometida com o ambiente em que está inserida demonstra o grau do comprometimento com a responsabilidade social.

A discussão dessa temática acontece em todos os segmentos, inicialmente foi mais intensa no plano organizacional, expandindo gradativamente para outras esferas, públicas, privadas, sem fins lucrativos, tornando-se essencial em todas as ações individuais e coletivas. No Brasil, a discussão mais aprofundada do tema foi no período 1950, década em que a economia havia deslocado do setor agrário para o industrial, refletindo no crescimento do número de empresas no país. Com o acréscimo de trabalhadores nas fábricas, foram gerados conflitos entre empregador e empregados e, conseqüentemente, a reivindicação de direitos trabalhistas, campo fértil para discussão da responsabilidade social organizacional.

A publicação da obra *Social Responsibilities of the Businessman* (Howard Bowen, 1953), que definiu responsabilidade social corporativa como a responsabilidade dos empresários em impulsionar políticas corporativas conforme as expectativas da sociedade, foi um marco para o fortalecimento da questão no país, visto que desencadeou discussões e as empresas passaram a ter preocupação maior com a questão em foco. No Brasil, essa publicação foi o prelúdio para basilar essas questões trabalhistas, parte da responsabilidade social das empresas.

Na década de 1960, assuntos ambientais passaram a fazer parte das agendas das empresas. A análise dos impactos dessas ações no meio ambiente tornou-se mais concisas, refletindo parte da responsabilidade social com o ecossistema. Para alguns autores, foi nesse período que houve a busca pela conceituação de responsabilidade social empresarial,

ampliando a temática para todos os segmentos sociais (CARROLL, 1999). Nesse cenário de expansão das organizações e desenvolvimento do país a ênfase sobre o termo "responsabilidade social" ficou mais acentuada. Na década de 1970, o surgimento dos microprocessadores, a incorporação da tecnologia na medicina, a indústria automobilística e forças armadas provocaram mudanças de paradigmas nas empresas e os debates com governo se intensificaram quanto à questão dos compromissos sociais das organizações para sociedade, ampliando, assim, a temática para a esfera pública. Nessa direção,

nos anos 70, a Responsabilidade Social das empresas passou a fazer parte do debate público dos problemas sociais como a pobreza, desemprego, diversidade, desenvolvimento, crescimento econômico, distribuição de renda, poluição etc. Em consequência, houve mudança no contrato social entre os negócios e a sociedade, gerando o envolvimento das organizações com os movimentos ambientais, preocupação com a segurança do trabalho e regulamentação governamental (BERTONCELLO; CHANG JR., 2007, p.71).

Em consonância, as empresas passaram a incorporar, efetivamente, a responsabilidade social em suas atividades, refletindo no surgimento de conceitos e nomenclaturas para elas nas organizações: responsabilidade social corporativa; empresarial; organizacional; universitária, dentre outras. Nesse direcionamento, elencaram-se alguns conceitos para demonstrar a evolução conceitual do termo e dialogar como estes estão presentes nas ações investigadas nessa pesquisa.

Kotler e Armstrong (1998) afirmam que a organização deve determinar necessidades, desejos e interesses dos mercados-alvo e proporcionar aos clientes um valor superior de forma que mantenha ou melhore o bem-estar do cliente e da sociedade. Sobre isso, *Czinkota e Dickson* (2001) consideram a responsabilidade social como um conjunto de filosofias, políticas, procedimentos e ações de *marketing* com a intenção primordial de melhorar o bem-estar social. *Kok et al.* (2001) definem responsabilidade social empresarial como a obrigação de um negócio para usar seus recursos de forma a beneficiar a sociedade (KOK *et al.*, 2001, tradução nossa). As empresas devem apoiar-se em uma abordagem moral, em princípios valorativos, suas ações devem ser pautadas na ética e impactar todos os atores envolvidos no processo, seja direta ou indiretamente.

Em virtude da diversidade conceitual do termo, *Jorge-Peña* (2003) diferencia responsabilidade filantrópica – o modo como as empresas atuam como "bom cidadão", comprometendo parte de seus recursos a melhorar o bem-estar dos demais indivíduos, da responsabilidade social corporativa – um comprometimento maior das empresas não somente em nível micro, com projetos e ações que proporcionem o bem-estar do próximo, mas

também em nível macro, com tripla faceta de sustentabilidade: econômica, social e com o meio-ambiente.

O Instituto *Ethos* (2009) corrobora com a assertiva ao diferenciar responsabilidade social de filantropia: a responsabilidade social é a forma de a empresa conduzir seus negócios de modo a torná-la parceira e corresponsável pelo desenvolvimento social, buscando atender às demandas de todos e não apenas dos acionistas enquanto que a filantropia trata exclusivamente da ação social da empresa. Para Alessio (2004) responsabilidade social deve ser assumida como princípio moral, acima de interesses privados, buscando o desenvolvimento de toda a comunidade envolvida no processo.

*Vallaey*s conceitua responsabilidade social empresarial enquanto

conjunto de práticas da organização que integra sua estratégia corporativa e que tem como finalidade evitar danos e/ou gerar benefícios para todas as partes envolvidas na atividade da empresa (clientes, empregados, acionistas, comunidade, periferia etc.), com finalidades racionais, que devem redundar em benefício tanto da organização como da sociedade. (VALLAEYS, 2006, p.36)

Tendo em vista os conceitos que se complementam, depreende-se que a responsabilidade social não deve ser tratada como "obrigação", mas, percebida como valor intrínseco, inculcado em toda a cultura organizacional, como sua parte constitutiva. Na medida em que a responsabilidade social torna-se parte essencial da organização proporciona benefícios que refletem em todos os *stakeholder*. A responsabilidade social corporativa compreendida como a forma de conduzir os negócios que torna a empresa parceira e corresponsável pelo desenvolvimento social é vital no contexto atual em que questões com o meio ambiente são essenciais para a preservação da vida no planeta.

Assim, a responsabilidade social empresarial enquanto

forma de gestão que se define pela relação ética, transparente e solidária da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona – acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, clientes, comunidade, governo, sociedade e meio ambiente – e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, de forma a preservar recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitar a diversidade e promover a redução das desigualdades sociais. (ANDI; INSTITUTO ETHOS, 2006, p.17)

A empresa socialmente responsável precisa conhecer os interesses das diferentes partes envolvidas e incorporá-las ao planejamento de suas atividades, atender às demandas, agregar os segmentos envolvidos com os seus objetivos. Para o Instituto Ethos (2009), a responsabilidade social tornou-se uma das características das empresas e a preocupação destas deixou de ser exclusivamente a maximização de lucros, visto que o mercado exige um novo

contrato social, comprometido com o desenvolvimento humano e social. As organizações não podem ser mais concebidas apenas como utilitárias, cumprindo sua função de gerar riquezas, precisam ser organismos sociais de vetor transformacional produzindo benefícios que perpassam o nível interno da instituição. Em virtude da variedade de conceitos que pontuam várias facetas da responsabilidade social das instituições, nessa pesquisa, optou-se por utilizar o conceito que define RSE enquanto

compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente de modo amplo, ou a alguma comunidade de modo específico, agindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e sua prestação de contas para com ela. (ASHLEY, 2002, p.6-7)

Em face disto, questões éticas e de responsabilidade social fazem parte das agendas organizacionais nos diferentes aspectos, exigindo comportamentos e atitudes a fim de atender às necessidades impostas por esse cenário mercadológico. Para validar essa assertiva, destacam-se as certificações enquanto pré-requisitos para as empresas socialmente responsáveis, dentre as quais a ABNT NBR 16001 – Responsabilidade Social – Sistema da Gestão – estabelece os requisitos mínimos para um sistema de gestão; ISO 14001 (2005) – trata dos Sistemas da gestão ambiental etc. Essas iniciativas refletem a preocupação sobre o modelo de uma gestão socialmente responsável não somente com os indivíduos, mas com o meio ambiente visto que,

o atual panorama da globalização tem exigido das empresas novos desafios para que possam acompanhar o ritmo que a sociedade se encontra. Um desses desafios tem sido a responsabilidade social empresarial. Hoje, mais do que nunca, as empresas precisam estar comprometidas com o desenvolvimento social. Sua fundamentação na ética, valores e princípios precisa ser a base para a sobrevivência e desenvolvimento nesse mercado globalizado (SILVA, 2011, p.39).

A responsabilidade social institucional é um acordo entre empresas e a sociedade visando ao aperfeiçoamento das partes envolvidas. Para alcançar essa finalidade é necessário que a missão da instituição e as ações praticadas denotem esse compromisso. Nesse entendimento, princípios e preceitos morais preconizados nos documentos normativos devem estar atrelados à conduta de cada instituição, cooperando para desenvolver em seus *stakeholder* valores para fortalecer a cidadania. Nessa acepção, a subseção posterior discorre sobre responsabilidade social pelo viés da ética e da alteridade a fim de fundamentar as discussões acerca da responsabilidade social universitária e perceber como esses parâmetros perpassam pela Educação pública, na perspectiva do ensino superior.

3.1 Responsabilidade social – ética e alteridade

Frente às crises vivenciadas na contemporaneidade, discutir os dispositivos éticos na relação eu-outro é primordial, visto que no espaço social dá-se a construção do sujeito, sua identidade e o processo de responsabilidade social. Nessa perspectiva, abordar temáticas que interferem em um agir solidário é premente nessa sociedade onde os valores individuais suprimem os coletivos, causando danos psicológicos, morais e sociais à população. Em virtude disso, compreender os construtos e variáveis dos princípios da ética e alteridade no âmbito da responsabilidade organizacional, em especial a responsabilidade social universitária, é essencial para o desenvolvimento da pesquisa em foco. Ressalta-se que a questão ética não é responsabilidade somente das instituições de ensino, mas não podemos eximi-las de suas funções no tocante à formação técnica social atrelada a uma formação social.

Nesse intuito, compreender a realização das ações para fortalecer as questões que dizem respeito à cidadania nos cursos de Biblioteconomia da região Nordeste do Brasil, é relevante para identificar como estes cursos estão cooperando para a formação direcionada para as causas sociais. O profissional da informação⁶, nas suas diferentes denominações (FARIA *et al.*, 2005), denominado, nesta pesquisa, como bibliotecário precisa estar consciente da dimensão social de sua profissão enquanto sujeito protagonista de um cenário em que a informação é o vetor de desenvolvimento, portanto, fundamental para inserção social.

Face ao exposto, entender a ética enquanto base para atuação profissional a fim de compreender como os cursos, por meio das ações extensionistas desenvolvidas, colaboram para a dimensão social da área, no que se refere a tornar a informação acessível para aqueles que dela necessitam – princípio basilar da área. A responsabilidade social se desenvolve na relação eu-outro, assim é premente compreender como a Educação Superior, por meio do processo de extensão universitária, proporciona a intercalação do contexto global e local, contribuindo para a formação cidadã do bibliotecário.

⁶ Os profissionais da informação estão codificados na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO (2003) sob número 2612, formando uma família que compõe: • 2612-05 – Bibliotecário, Bibliógrafo, Biblioteconomista, Cientista da informação, Consultor de informação, Especialista de informação, Gerente de informação, Gestor de informação. • 2612-10 – Documentalista – Analista de documentação, Especialista de documentação, Gerente de documentação, Supervisor de controle de processos documentais, Supervisor de controle documental, Técnico de documentação, Técnico em suporte de documentação. • 2612-15 – Analista de informações – Pesquisador de informações de rede.

A ética e a alteridade, valores constituintes da responsabilidade social corporativa, são basilares para análise como empresas e indivíduos desenvolvem tais ações. Esses pilares norteiam a relação social e são constituintes da cidadania. Entender a ética na dimensão da educação implica discutir as questões valorativas trabalhadas no campo educacional. Analisar como as ações extensionistas cooperam para a formação cidadã do bibliotecário implica compreender como a ética contribui para a atuação desse profissional nas questões de ordem social. Como conjunto de normas que norteia o comportamento social, a ética é o pilar das sociedades, portanto, essencial para compreensão da responsabilidade social. A ética - teve como nascedouro a Grécia Antiga, com as discussões filosóficas de Sócrates, Platão e Aristóteles, constitui-se eixo fundamental das relações sociais.

Para Sócrates a ética não se baseava nos costumes dos povos e nas leis exteriores, mas, na convicção pessoal, fundamental entre os homens, princípio norteador da ordem social. Para Abbagnano (2012), ética é a ciência da conduta; alteridade está relacionada ao outro, "pôr-se ou constituir-se como outro". Nesse direcionamento, as relações sociais precisam ser pautadas em princípios em que a relação "eu" e o "outro" produza benefícios mútuos, resultando em privilégios ao ambiente social. Valls (2006) destaca que a ética, enquanto código de conduta pode ser compreendida em duas perspectivas: os problemas gerais (consciência, liberdade, valor, bem, lei etc.) e os problemas específicos de aplicação concreta (ética profissional, política, sexual, bioética etc), denotando assim a abrangência e complexidade dessa questão, que reflete na postura individual e profissional do indivíduo e, conseqüentemente, nas relações sociais.

A historiografia dos países tem demonstrado um fosso entre a *práxis* coletiva da ética e o antagonismo social refletido nas sociedades. Como exemplo desses fatos destaca-se o genocídio dos judeus na segunda guerra mundial; a destruição de *Hiroshima* e *Nagasaki*; o processo escravocrata, que continua a dizimar vidas na atualidade; as guerras em detrimento de poder econômico e social, que afeta severamente os países do Oriente Médio e o continente Africano; todos os tipos de preconceitos, (social, cultural, *étnico*, religioso etc.). Esses fatos históricos demonstram que a ética, preconizada pela ONU (1998) está formalizada nas convenções dos países, mas, sua *práxis* está distante do ideal de cidadania apregoada na Declaração dos Direitos Humanos, carecendo de discussões sistemáticas sobre tais dados.

A má distribuição de renda, o analfabetismo (funcional, tecnológico), a ineficiência da gestão política de alguns países, a exemplo do Brasil – com suas crises política, econômica etc. –, inibem o desenvolvimento do indivíduo, dirimindo o direito de ser co-partícipe da sociedade, resultando no aumento da violência, intolerância (religiosa, cultural,

social) etc. Essa é uma das grandes problemáticas que precisam ser discutidas pelos países e suas instituições (Estado, família, organizações) a fim de buscar ações para enfrentamento dessa realidade caótica que ultrapassa gerações e permanece nas sociedades, denotando a ausência de ética nessas ações. Perceber o sujeito em sua singularidade, respeitando suas características físicas e condições sociais, é comportamento ético, fundamental para o devir social. Face ao exposto, *Trasferetti* (2010, p.18) pontua: "buscar a felicidade é difícil, porém, pensar que exista indivíduo ou até mesmos grupos sistematizando a deterioração da vida social torna a felicidade mais difícil". Assim, valores altruístas precisam estar presentes na formação social do indivíduo, formal ou informal, perpassando todas as esferas: familiar, educacional, organizacional.

Nesse tocante,

o princípio fundamental que constitui a ética é o outro, um sujeito de direitos e, sua vida deve ser digna tanto quanto a nossa deve ser. O fundamento dos direitos e da dignidade do outro é a sua própria vida e a sua liberdade (possibilidade) de viver plenamente. As obrigações éticas da convivência humana devem pautar-se não apenas por aquilo que já temos, já realizamos, já somos, mas também por tudo aquilo que poderemos vir a ter, a realizar, a ser. As nossas possibilidades de ser são parte de nossos direitos e de nossos deveres. São partes éticas da convivência. (TRASFERETTI, 2010, p.28).

A conduta ética implica um olhar profícuo para as causas sociais, morais da população e, implica a busca de um ambiente harmônico. Não consiste em um conjunto de normas e proibições, mas, sugere direitos e deveres, princípios norteadores para a vida. *Chauí* (2000) destaca que o campo ético é constituído por valores e obrigações, que formam a conduta moral, as virtudes. A ética perpassa todas as esferas da vida social e o ambiente educacional é um dos campos férteis para trabalhar essa dimensão peculiar da formação humana, indispensável para a conduta do bem viver social. Nesse conjunto de virtudes, destaca-se a alteridade – pressuposto básico de que todo ser humano interage e interdepende de outros, um contraponto da individualidade, característica da sociedade moderna. A alteridade está relacionada às particularidades, necessidades e aspirações do indivíduo, com sua identidade – característica peculiar do sujeito, que é compreendida na relação “eu”, "outro" (SANTOS, 2010). Respeitar as particularidades individuais coopera para formação de uma tessitura social mais harmônica. A identidade pessoal deve ser alicerçada sobre princípios éticos, e a identidade profissional é um campo fértil para analisar como as profissões, com suas normas, parâmetros, visões de mundo, desempenham sua responsabilidade social em seu espectro de atuação.

Face ao exposto, destaca-se que a identidade profissional bibliotecária tem estado na pauta das discussões da área há tempo. Fatores referentes à estima, valoração profissional, estereótipo tem sido discutidos a fim de promover a visibilidade profissional da área. Essas discussões são frutos das observações decorrentes de pesquisas que analisam como estes profissionais percebem sua autoimagem na sociedade. Nesse contexto de questionamentos e inquietude, a informação instaurou um paradigma que modificou os aspectos da vida humana, mas o bibliotecário não alçou a devida relevância social que seu objeto de estudo, a informação, insumo da nova ordem social.

Nesse cenário,

o estudo sobre a auto-imagem do bibliotecário insere-se como necessário e apropriado para compreensão da identidade desse profissional. O conhecimento da auto-imagem é, pois, fundamental para que o profissional repense seus conceitos, atitudes e valores para que, de modo mais consciente, seja sujeito determinante do fortalecimento da Biblioteconomia e da Ciência da Informação no país (SILVA, A., 2009).

A autoimagem bibliotecária, reflexo da identidade profissional, é construída no espaço acadêmico e ao longo de sua jornada profissional. Uma formação ética, que proporcione a intercalação com a sociedade é essencial nesse processo. Freire (1983) destaca que o processo educativo precisa ser contextualizado, pois a construção do conhecimento acontece na interação homem-mundo, nas relações de transformação e se aperfeiçoa no olhar crítico destas relações, enfatizando a relevância da extensão universitária para a formação cidadã, cooperando para a autonomia do sujeito.

A identidade bibliotecária – sua autoimagem profissional – está intrinsecamente relacionada à atuação social. Mesmo com os avanços na área da Biblioteconomia – a mudança da nomenclatura do campo de ação desse profissional, que se alargou das tradicionais bibliotecas para “unidades de informação”, ampliando o *locus* de exercício profissional – a questão da visibilidade continua atual e carece de reflexões para compreensão dos motivos que interferem nesse processo. Consequentemente, a não ocupação de alguns desses postos de trabalhos por estes profissionais, a exemplo das bibliotecas escolares, que são gerenciadas por professores readaptados ou por técnicos com ensino médio, das bibliotecas públicas municipais e estaduais, onde muitas continuam sendo geridas por outros profissionais de nível superior, denotam que os setores de atuação precisam ser ocupados pelo bibliotecário, aspectos estes que precisam ser investigados. Essa realidade denota a visão míope da sociedade para com esse profissional e precisa ser modificada.

A atuação bibliotecária deve ultrapassar os intramuros das unidades de informação e chegar efetivamente à sociedade, impactando-a com ações que cooperem para o bem-estar social ao mesmo tempo promovendo o *marketing* profissional. Assim, a formação acadêmica é a base para permitir ao futuro bibliotecário oportunidades para interagir, efetivamente, com a sociedade e a Extensão, função acadêmica que amplia os limites da sala de aula, fortalece a responsabilidade social do curso na promoção da informação e contribui para a visibilidade social da profissão. Nessa acepção, a seção posterior disserta sobre responsabilidade social das instituições de ensino superior na perspectiva da extensão universitária, os impactos na formação cidadã e como essa ação contribui para melhoria profissional do bibliotecário.

3.2 Responsabilidades social das instituições de ensino superior

A responsabilidade social é exigência organizacional e o setor educacional tem sido impactado por ela. No ensino superior a responsabilidade social ultrapassa os princípios da gestão, nesse entendimento, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), na Conferência Mundial de Educação Superior (1998), declarou a relevância de incorporar a responsabilidade social à educação superior, tornando-se parte constituinte das funções universitárias. Enquanto instituições formadoras de competências, as universidades precisam alinhar a formação técnica e social de seus discentes, a fim de fortalecer a cidadania. Para compreender a responsabilidade social universitária é necessário retomar a história das universidades, suas transformações até a atualidade, destacando a Extensão enquanto ação que possibilita as universidades desenvolverem parte de sua responsabilidade social.

A gênese das universidades foi na Itália, século XI, em um período marcado pela desigualdade social e o conhecimento era privilégio de quem podia pagar; além disso, o domínio da Igreja era predominante. A história das universidades divide-se em quatro períodos: século XII até o Renascimento, etapa em que se constituiu o modelo de universidade tradicional; século XV época em que as universidades renascentistas sofreram o impacto das transformações comerciais do Capitalismo, da Reforma e da Contrarreforma; século XVII, fase marcada pelas ideias do Iluminismo, a institucionalização das ciências; século XIX, em que ocorreu a implantação da universidade moderna até os nossos dias. Nessa fase, deu-se uma nova relação entre Estado e Universidade, estabelecendo suas principais variantes institucionais (TRINDADE, 2000).

Essas transformações proporcionaram visibilidade social a estas instituições visto que foram mecanismos de denúncia social, de luta, de resistência contra governantes que suprimiam a cidadania, período áureo na história dessas organizações. Dessa forma, a universidade tornou-se instituição inseparável da ideia de democracia. No cenário contemporâneo, marcado pela competitividade, torna-se uma tarefa complexa a formação cidadã comprometida com o social. Enquanto centro formador de competências as universidades precisam ir além de uma relação simplista no processo de aprendizagem, tornando-se ferramenta política e de inserção social. Face ao exposto, promover ações de responsabilidade social é uma das alternativas para as universidades se destacarem nessa aldeia global, marcada pela individualidade.

Nesse entendimento,

a universidade tem de servir a todos. Servir a todos não significa que todos tenham acesso à universidade, mas fazer com que todos os profissionais universitários sirvam a todos. A universidade tem de ser a elite da força de trabalho, a serviço de toda a população (BUARQUE, 2003, p.39).

A Educação, enquanto mecanismo de desenvolvimento social, deve contribuir para que a formação acadêmica perpassse os aspectos técnicos. Para alcance desse objetivo é necessária uma formação cidadã e política, a fim de que o indivíduo se torne agente de transformação social. Nesse entendimento Matos (2011) cita que uma instituição que produz conhecimento científico e tecnológico deve contribuir para a consolidação de uma sociedade justa e solidária. Face ao exposto, as instituições de ensino superior devem atrelar a sua função educacional a prática da responsabilidade social.

A formação técnica e o desenvolvimento da pesquisa não podem ser concebidos como fundamentos essenciais da RSU, questões da cidadania, ética, devem compor o currículo acadêmico a fim de basilar uma formação comprometida com questões sociais. A promoção dos saberes desenvolvidos pela Universidade em integração com a sociedade visa a proporcionar o desenvolvimento social equitativo, refletindo em profissionais com formação técnica e cidadã. Sobre a questão *Vallaes* (2006) pontua que a RSU, entendida como o compromisso de uma educação democrática e solidária, transcende declarações e exige, entre outros aspectos, discutir seriamente as implicações éticas do exercício profissional como temática transversal na formação acadêmica.

A intercalação dos processos educacionais exige uma conexão para que a Universidade tenha excelência em suas atividades. Outrossim, a relação entre os princípios, valores e processos das universidades é um processo cíclico, de interdependência. A inter-

relação desses princípios fortalece essas instituições de ensino, permitindo o alcance de seus objetivos. Quando há quebra nesse processo, essa relação enfraquece e fragiliza a instituição. No contexto brasileiro, essa assertiva é questionada na literatura especializada da área, a qual destaca a pesquisa e o ensino em detrimento da extensão (NOGUEIRA, 2005; PAIVA, 1986; CALDAS; BARBOZA, 1995; SOUSA, 2010 etc.).

Essa realidade é percebida no quantitativo maior de bolsas para a iniciação científica, ou seja, a ênfase para a pesquisa nos currículos *lattes* dos docentes em detrimento da pouca visibilidade das ações extensionistas pelas agências de fomento e o quantitativo de bolsas destinado à atividade extensionista é ínfimo em relação à pesquisa. *Bourdieu* (2004) destaca a tensão existente nas ciências, representadas pelas Universidades e agências de pesquisa, como reflexo das forças que fazem esta instituição e de seus agentes, professores, técnicos e discentes, promovendo distinção entre suas ações. Face ao exposto, a responsabilidade dos grupos que compõem estas organizações é fundamental para nivelar as atividades acadêmicas. Enquanto as universidades não conceber a extensão como parte fundamental de sua estrutura, deixará de executar, com eficiência, sua responsabilidade social.

Destarte,

a exemplo da empresa, que precisou superar o enfoque filantrópico do investimento social (como despesa extra) para entender a si mesma em função do novo paradigma da responsabilidade social, a universidade precisa tratar de superar o enfoque da “projeção social e extensão universitária” como “apêndices” bem intencionados de sua função central de formação estudantil e produção de conhecimentos, a fim de poder atender ao que de fato está a exigir a Responsabilidade Social Universitária (VALLAYES, 2006, p.38).

A RSU vai além da formação técnica, exige comprometimento social, implica o engajamento da Universidade nas comunidades, aprendizado contextualizado, fortalecimento do vínculo da academia e sociedade. A dialogicidade é necessária para as IES serem reconhecidas como centros *Vallaey*s de desenvolvimento social. *Habermas* (1993) enfatiza a necessidade da renovação da universidade para que não se transforme em mera produtora do saber tecnicamente aplicável, mecânica. Para que não perca seu espírito libertador e de instrumento de emancipação social, a universidade é convocada a repensar seu papel enquanto instituição formadora de agentes de transformação social, capacitados para enfrentar o mercado global, classificatório, individualista e excludente. Formar eticamente é proporcionar experiências reais junto às comunidades, essenciais para a formação acadêmica. Para isso é necessária a mudança de percepções acerca do processo formativo, sendo, portanto, uma tarefa árdua e morosa.

Nessa direção *Vallaey*s (2006b) resume a responsabilidade social universitária como a intercalação entre as atividades universitárias, essenciais para uma formação holística do discente. Nessa acepção, a responsabilidade social universitária é um processo que conclama a participação de todos que compõem o sistema universitário, implica um novo contrato da universidade com a sociedade, uma adequação de sua missão ao contexto atual vigente. Corroborando *Vallaey*s (2006) propõe três grandes eixos para este novo contrato social universitário: a) Responsabilidade Social da Ciência; b) Formação visando à cidadania democrática; c) Capacitação para o desenvolvimento. Esses eixos denotam o grau de comprometimento que essas instituições precisam assumir para que possam desenvolver, com mais eficiência, sua responsabilidade social. Frente a esses três eixos é fundamental que as Instituições de Ensino Superior promovam discussões sobre sua função social e formulem planos para acompanhar as transformações sociais, haja vista que esse posicionamento pressupõe mudança de cultura organizacional, além da interação dos múltiplos setores da universidade, transformações no comportamento organizacional a fim de alcançar os objetivos propostos.

Diante disso, compreender as possibilidades geradas pela extensão é importante para fortalecer a formação acadêmica. Nesse direcionamento, a seção posterior trata das universidades públicas no Brasil, destacando o processo de extensão no tripé ensino, pesquisa e extensão.

3.3 A Universidade pública no Brasil: histórico e perspectivas

Enquanto organização social, as universidades têm características, funções e objetivos específicos que norteiam sua *práxis*. São sistemas complexos, regidos por normas, valores etc., que exprimem seu funcionamento, níveis de abrangência e cultura organizacional. A universidade brasileira, estatutariamente, apresenta três funções básicas: ensino, pesquisa e extensão. Enquanto organizações educacionais, as universidades públicas têm como missão qualificar recursos humanos e contribuir na produção científica, tecnológica, cooperando com o desenvolvimento social, cultural e científico da nação, promovendo a inclusão e a redução das desigualdades sociais e regionais, sendo elemento-chave de desenvolvimento no país (MEC, 2002).

A gênese do ensino superior no país ocorreu com a chegada dos Jesuítas, com a criação das catedrais. Em seus primórdios, a universidade brasileira sofreu influência da Universidade de *Coimbra*, com ênfase na educação técnica. As escolas de Direito são

exemplos dessa educação pragmática (SCHWARTZMAN, 1984). Em termos gerais, a universidade brasileira foi uma universidade técnica, formando profissionais competentes para a administração do Estado. Com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, a prática universitária foi se aperfeiçoando e tornando-se uma instituição menos pragmática. Até metade do século XX, o sistema universitário formava profissionais técnicos, para o desenvolvimento econômico e tecnológico, gerando a crise da identidade das universidades brasileiras. Com as transformações advindas das revoluções e do processo de emancipação das sociedades, as universidades tornaram-se mecanismos de intervenção social indispensáveis na sociedade.

A Universidade, como mecanismo de transformação, precisa definir metas para alcance desses objetivos por meio de práticas educativas direcionadas à formação comprometida com as questões da sociedade. Enquanto ferramenta educacional, precisa intervir proativamente para consolidar sua função social enquanto transformadora da realidade. Para alcançar tal objetivo é necessário conhecer e reconhecer-se como mecanismos de intervenção social. Nessa direção, Buarque (2003) pontua que a universidade precisa identificar suas dificuldades e limitações, reformular suas estruturas e métodos de trabalho, empoderar-se enquanto agente de transformação social e renovar-se como instrumento de esperança.

O estabelecimento de vínculos pragmáticos com as comunidades deve ser uma das prioridades que as universidades devem colocar em suas agendas, visto que esses elos podem refletir a função social destas instituições. Siqueira (2015) enfatiza que a universidade tem o compromisso com o exercício da crítica livre e com a construção do saber, baseados em valores como a ética, democracia, justiça e igualdade, fundamentais para a construção de uma sociedade harmônica e equitativa. Macedo (2005, p.11) destaca que: "a responsabilidade social da instituição de ensino superior não pode ser interpretada como pretexto para dela fazer um substituto do Estado ou uma agência de implementação de políticas de governo", mas, isso também não pode ser um motivo para que a universidade se isente de seu papel de agente de transformação social.

A universidade não pode eximir-se de seus compromissos com a sociedade que a financia. Um olhar mais profícuo para a formação humana é essencial nesse cenário em que os direitos sociais estão sendo suprimidos e a injustiça e a desigualdade imperam nas sociedades. Face ao exposto, Buarque (1994) afirma que a crise das universidades decorre da perda de capacidade destas para definir os problemas os quais a formação e as pesquisas devem servir, continuando concentrada no que chama o "problema-da-universidade" sem

observar quais deveriam ser os problemas-para-a-universidade. Nesse entendimento, infere-se que as universidades estão direcionadas ao aperfeiçoamento técnico discente e desenvolvimento de pesquisas em detrimento das problemáticas sociais gerais do país, que também fazem parte do leque de atuação dessas instituições. Há, portanto, a necessidade de ampliar o foco de atuação e direcionar ações para a própria sociedade.

A responsabilidade social universitária implica cooperar para o empoderamento dos grupos vulneráveis ao desenvolver espaços de interlocução efetivos. Freire (1987) destaca que ninguém pode ser potencialmente humano sem permitir que o outro seja também. Cooperar com o desenvolvimento do "outro" é essencial nesse contexto global, que tem como uma de suas marcas a individualidade.

Neste contexto destaca,

o Brasil vive um raro momento em que o ensino superior estatal é criticado em nome da justiça social. As universidades dos estados são ocupadas, gratuitamente, pelos filhos das classes média e alta; nas universidades particulares ficam os demais. [...]. A injustiça da universidade pública não reside no fato de que nela só entram os filhos dos ricos — isso é injustiça social. A injustiça da universidade está em que todos aqueles que dela saem trabalham apenas para os ricos, em decorrência da estrutura, do currículo e dos métodos de trabalho. Formar e ser elite intelectual não é erro, é obrigação. Errado é só servir à elite econômica e social (BUARQUE, 1994, p.117).

Na atualidade, a Educação Superior tem sido reconhecida, não apenas em função do seu valor instrumental de formação profissional e pesquisa, mas igualmente em função do lugar estratégico que ocupa nas políticas públicas orientadas para a cidadania democrática, a justiça social e o desenvolvimento sustentável (SINAES, 2003). Em detrimento a isso, a responsabilidade social universitária implica um novo contrato da universidade para com a sociedade. Refletir a forma como está sendo operacionalizada a indissociabilidade das funções de ensino, pesquisa e extensão é uma premente no atual contexto nacional.

No tocante ao primeiro curso universitário do Brasil surgiu na Bahia, destacando o pioneirismo da região na educação superior no país. Atualmente há várias universidades na região, tanto na esfera pública (federal, estadual), como na esfera privada, além das Organizações Sociais. A maior parte das instituições de ensino superior na região Nordeste, *lócus* desta pesquisa, está sediada nas capitais ou regiões metropolitanas. Na esfera federal, contabiliza-se 19 universidades nas quais os cursos de Biblioteconomia, objeto deste trabalho, estão alocados (QUADRO 01)

Quadro 01 – Universidades Federais – Região Ne /Brasil

ESTADOS	CIDADE	UNIVERSIDADE	SIGLA
Alagoas	Alagoas	Universidade Federal de Alagoas	UFAL
Bahia	Salvador	Universidade Federal da Bahia	UFBA
	Cruz das Almas	Universidade Federal do Recôncavo Baiano	UFRB
	Itabuna	Universidade Federal do Sul da Bahia	UFSB
	Barreiras	Universidade Federal do Oeste da Bahia	UFOB
	São Fco. do Conde	Univ. da Integração Intern. da Lusofonia Afro-Brasileira	UNILAB
Ceará	Redenção	Univ. da Integração Intern. da Lusofonia Afro-Brasileira	UNILAB
	Fortaleza	Universidade Federal do Ceará	UFCE
	Juazeiro do Norte	Universidade Federal do Cariri	UFCA
Maranhão	São Luiz	Universidade Federal do Maranhão	UFMA
Paraíba	João Pessoa	Universidade Federal da Paraíba	UFPB
	Campina Grande	Universidade Federal de Campina Grande	UFCG
Pernambuco	Petrolina	Universidade Federal do Vale do São Francisco	UNIVASF
	Recife	Universidade Federal de Pernambuco	UFPE
		Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE
Piauí	Teresina	Universidade Federal do Piauí	UFPI
Rio Grande do Norte	Natal	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN
	Mossoró	Universidade Federal Rural do Semi-Árido	UFRSA
Sergipe	Aracaju	Universidade Federal de Sergipe	UFSE
Total Geral			19

Fonte: MEC

No período de 2003-2015, o ensino superior intensificou-se no país, houve a interiorização dos centros acadêmicos, permitindo que um maior número de indivíduos ingressasse na Academia, fator relevante para o empoderamento social da nação (PNE, 2014). Em contrapartida, a ampliação da oferta da educação superior, ameaçada pela atual política governamental (Temer 2016-2018), tem sofrido cortes drásticos, implicando na redução de abertura de novas unidades acadêmicas, cursos e contratação de docentes e técnicos qualificados. Retomando ao panorama das instituições de ensino superior público, na esfera estadual há 14 universidades distribuídas na região (QUADRO 02).

Quadro 02 – Universidades Estaduais da Região Ne/Brasil

Estados	Universidades	Sigla
Alagoas	Universidade Estadual de Alagoas	UNEAL
	Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas	UNCISAL
Bahia	Universidade do Estado da Bahia	UNEB
	Universidade Estadual de Feira de Santana	UEFS
	Universidade Estadual de Santa Cruz	UESC
	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	UESB
Ceará	Universidade Estadual do Ceará	UECE
	Universidade Estadual Vale do Acaraú	UVA
	Universidade Regional do Cariri	URCA
Maranhão	Universidade Estadual do Maranhão	UEMA
Paraíba	Universidade Estadual da Paraíba	UEPB
Pernambuco	Universidade de Pernambuco	UPE
Piauí	Universidade Estadual do Piauí	UESPI
Rio Grande do Norte	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	UERN
Sergipe	Universidade Estadual de Sergipe	UES
Total Geral		15

Fonte: MEC

A universidade traz a oportunidade de desenvolvimento e emancipação, fatores essenciais para o progresso social. A interiorização da educação superior colaborou no ingresso dos indivíduos que residem fora das capitais, ampliando o acesso para uma parcela da população que se encontrava desprovido do ensino superior, essencial do processo formativo educacional. Como nas demais regiões, no Nordeste brasileiro a educação superior é percebida como mecanismo de ascensão e mobilidade social.

O ingresso no ensino superior constitui um dos fatores determinantes para a progressão financeira, apesar de existirem outras opções, como os cursos técnicos e profissionalizantes, mas, o acesso às universidades continua sendo ferramenta de mobilidade social, principalmente, das classes menos favorecidas economicamente. Diante dessa assertiva, um ensino de qualidade para integrar o alunado na sociedade é primordial. A responsabilidade social universitária relaciona-se com a formação de recursos humanos adequados ao desenvolvimento da nação.

Partindo dessa premissa, compreender o papel das atividades extensionistas para a formação cidadã é essencial para a sua discussão. Para alcance desse objetivo, a seção posterior traz um levantamento historiográfico da extensão universitária, seu desenvolvimento no país e como está sendo operacionalizada pelos cursos investigados de Biblioteconomia.

3.4 Extensão universitária: histórico, conceitos e transformações

A alegoria da Caverna, de *Platão*, relata a cena de indivíduos que vivem, por várias gerações, em uma caverna, aprisionados, sem movimentar-se, inerte em suas conjecturas, vendo apenas sombras que são projetadas por um pouco de luz que adentra ao interior da mesma. Para sair do obscurantismo necessita libertar-se das algemas e percorrer a trilha que dá acesso a saída. Ao encontrar a “luz” o indivíduo consegue a liberdade. De posse desse conhecimento, o indivíduo retorna a caverna para libertar os outros. Essa alegoria, de cunho pedagógico, enfatiza que o acesso ao conhecimento gera transformação. Nessa direção, a Extensão Universitária, enquanto caminho que une universidade e sociedade, torna-se o fundamento basilar que permite a promoção do conhecimento.

Enquanto ação transformadora, a extensão propicia meios para que a população tenha acesso ao conhecimento proporcionando oportunidade de crescimento aos que são afetados por essa ação. Freire (1996) enfatiza que não é possível tornar-se sujeito ativo da sociedade senão por meio das práticas educativas, fundamentada na dialética entre teoria e prática. Nessa dialogicidade, as ações extensionistas colaboram no processo formativo discente e corrobora para que o conhecimento produzido nas universidades alcance as comunidades. A extensão permite que a universidade estenda seu conhecimento, muitas vezes "estanque e compartimentado" pelas departamentalizações, tornando-se processo de transformação social, essencial para a emancipação dos indivíduos.

Para compreensão da temática, apresenta, a partir de uma perspectiva histórica e conceitual, as principais vertentes da função extensionista e os modelos adotados pela universidade brasileira, analisando como a mesma vem sendo operacionalizada nos cursos de Biblioteconomia pesquisados. A extensão universitária tem natureza interdisciplinar, se realiza, em parte, além das salas de aulas e laboratórios, é voltada para o atendimento de demandas por conhecimento e informação de um público amplo, difuso e heterogêneo. Em virtude dessas características, a extensão não tem sido adequadamente compreendida pelas universidades (PAULA, 2013). Para o autor, as dificuldades conceituais e práticas da compreensão e implementação da extensão universitária decorrem, em grande parte, do fato de por questões complexas, exigindo postura intelectual aberta à inter e à transdisciplinaridade, que valorize o diálogo e a alteridade.

As primeiras manifestações da extensão universitária deram-se na Inglaterra, na segunda metade do século XIX, na Universidade de Cambridge ao criar um programa formal de “cursos de extensão” a ser levados por seus docentes a diversas regiões e segmentos da

sociedade, sendo que das três dimensões constitutivas da universidade, a extensão foi a última a surgir. Da Inglaterra, transitou para a Bélgica, para a Alemanha, continente europeu e os Estados Unidos. Nas universidades americanas, as atividades de extensão foram caracterizadas pela prestação de serviços nas áreas urbanas e rurais, direcionado ao aperfeiçoamento de uma parte da população desprovida de capacitação técnica e que precisava aperfeiçoar-se.

Na América Latina, a extensão universitária foi praticada a partir por parâmetros e motivações das questões sociais na região, durante o século XX e pela Reforma Universitária, iniciado pelos estudantes de Córdoba, em 1918. Essa Reforma originou-se da luta contra o distanciamento das universidades dos grandes problemas sociais, econômicos, políticos e culturais das nações latino americanas. Paula (2013) destaca que o reconhecimento da Extensão enquanto função que possibilita as instituições cooperar nas comunidades é uma oportunidade para estas instituições intensificar-se enquanto mecanismos de transformações sociais.

Nesse direcionamento, a extensão universitária convoca a universidade para o aprofundamento de seu papel de transformação social, como colaboradora do processo de empoderamento dos indivíduos. Nos países latinos americanos, a reflexão sobre a participação das instituições universitárias tem sido pauta das agendas educacionais. A Federação Nacional de Docentes Universitários (CONADU) tem discutido como as universidades podem contribuir na qualidade de vida da população por meio da capacitação dos segmentos menos favorecidos socialmente. Nessa perspectiva, países como a Argentina e o Chile têm dialogado fortemente sobre a temática no intuito de contribuir para o desenvolvimento do país na perspectiva da Extensão Universitária.

No contexto nacional, a extensão foi introduzida pela vertente do modelo europeu, caracterizada pela realização de cursos. A primeira universidade a desenvolver atividades de extensão foi a Universidade de São Paulo. A primeira referência legal à extensão universitária foi o Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, que pontuava que a extensão universitária tinha como objetivo dilatar os benefícios da atmosfera universitária àqueles que não se encontram diretamente associados à vida da Universidade, dando amplitude às atividades universitárias, e elevar o nível da cultura geral do povo (BRASIL, 1931). O reconhecimento legal da extensão como atividade acadêmica deu-se no fim da década de 1980, juntamente com a organização do Fórum de Pró-Reitores de Extensão (BRASIL, 2002).

O conceito de extensão enquanto processo educativo, cultural e científico, articulador do ensino, da pesquisa, viabilizador da relação transformadora entre Universidade

e sociedade foi formalizado em 1987, no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão Universitária. Esse conceito refletia a posição que as universidades deveriam manter com a sociedade, fundamentada no diálogo, na interação. Freire (1983) com suas críticas atemporais, enfatiza a relevância dessa função universitária, enquanto ação educacional transformadora da realidade social. Para o autor,

Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a "sede do saber" até a "sede da ignorância" para "salvar", com este saber, os que habitam nesta. Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que pouco sabem - por isso sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais - em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais (FREIRE, 1983, p.25).

A Educação possibilita o encontro desses agentes para que em uma ação dialógica possa interagir e colaborar com o desenvolvimento do outro, permitindo conhecer diferenças, desigualdades e favorece a formação crítica do indivíduo. Nessa compreensão, gera benefícios as universidades e as comunidades. Freire (1983) critica o modelo de extensão que a universidade estende seus conhecimentos e suas técnicas para um grupo de indivíduos ignorantes⁷, reconhecendo-os como receptores passivos. A crítica ao processo de extensão enquanto tão somente transmissor do conhecimento continua atual e que fere os preceitos preconizados pelo Fórum de Extensão Universitária, que percebe a mesma enquanto ação dialógica.

Em decorrência das transformações sociais, esse conceito sofreu modificações, ampliando-se para processo educativo, articulador das atividades de ensino e pesquisa, viabilizador da relação universidade e sociedade, que favorece a troca dos saberes institucionalizados e o popular, para democratizar o conhecimento (BRASIL/MEC, 1987). A amplitude dessa ação exige um trabalho interdisciplinar de todas as instâncias universitária, cooperando com a integração universidade e sociedade. Nessa relação dialética dá-se a construção de um processo educacional que proporciona desenvolvimento, tanto da comunidade interna quanto externa. Para cooperar com a consolidação desta função universitária, a Lei Básica da Reforma Universitária (5.540/68) tornou obrigatória a extensão em todas as instituições de ensino superior, demonstrando avanço na efetivação dessa ação.

Sobre a questão, o FORPROEX enfatizou essa ação essencial nos currículos institucionais, dos discentes e docentes, equiparando-a ao ensino e a pesquisa. Nessa acepção, o Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2024), em sua meta 12 definiu: “assegurar, no

⁷ Diz-se daqueles que não tem conhecimento sobre determinada coisa ou que pouco sabem, que não tem instrução. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/ignorante/>. Acesso em: 01. jul. 2014.

mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (PNE, 2014-2024, p.74), destacando a relevância da curricularização dessa função acadêmica. Nessa direção, cabe às universidades desenvolverem ações para que esta estratégia seja cumprida e a indissociabilidade entre as funções universitárias, seja, efetivamente, operacionalizada. Face a isso, o Programa de Extensão Universitária – PROEXT, criado em 2003, tem como objetivo apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam na inclusão social, potencializando as comunidades (PROEXT, 2014).

A *práxis* extensionista fortalece todos os agentes envolvidos, é uma ação complexa, que engloba as múltiplas dimensões da universidade e é essencial para fortalecer a formação acadêmica. Desta forma, a efetivação da Curricularização proposta pelo PNE 2014-2024 é uma necessidade premente no sistema educacional superior vigente no país. Em consonância com as transformações sociais, o FORPROEX atualizou o conceito de extensão, evidenciando que a percepção de responsabilidade social não está somente atrelada à formação, ao ensino, como no desenvolvimento sustentável e humano da sociedade, portanto, indispensável no processo formativo. A colaboração entre países, tem sido o intento das universidades brasileiras para cooperar com as transformações sociais.

O FORPROEX (2012) pontua a extensão enquanto metodologia de produção do conhecimento que integra estudantes, professores e técnico-administrativos, formando-os para uma cidadania expandida do ponto de vista ético, técnico-científico, social, cultural e territorial, assim como interação dialógica que ultrapassa, inclusive, as fronteiras nacionais, projetando-se para fora do País. A criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), atualmente com dois *campi* - um no Ceará e outro na Bahia⁸, e a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILAB) é uma ação para integrar o país com outros, principalmente, os países de língua portuguesa e fortalecer o intercâmbio dos discentes. O Programa Ciências sem fronteiras configura-se como ação para fortalecer o vínculo entre os países. A extensão contribui para modificar estruturas sociais enraizadas que alijam a população, por meio do desenvolvimento crítico da população, permitindo que o indivíduo possa sair da “caverna da ignorância” e encontrar a “luz”, isto é, o conhecimento.

⁸ Redenção (Ce) foi a primeira cidade do Brasil a libertar seus escravos. Bahia é o Estado com a maior concentração da população negra do país.

Em face disso, propor ações que modifiquem essa realidade é imprescindível nas comunidades onde as mazelas ainda dizimam e mutilam parte da população, não somente no cenário nacional, como também além das fronteiras do país. Nesse aspecto é relevante discutir as oportunidades e os desafios da Extensão nesse processo de facilitadora do conhecimento, descrito na seção abaixo.

3.5 Extensão Universitária: oportunidades e desafios

Dentre as três funções da universidade, ensino, pesquisa e extensão, a última é a mais recente e a que carece de maiores investigações, visto que a não há equiparação com as demais funções, dado esse percebido nos editais das agências de fomento, nos currículos acadêmicos etc. Em face dessa realidade, investigar a Extensão na universidade, suas atribuições, desafios e oportunidades é pertinente para compreensão de seu papel enquanto processo educacional essencial, portanto, analisar esses pressupostos é fundamental para compreender e fortalecer a RSU.

É notório que a Extensão amplia as fronteiras da Universidade, propicia que o conhecimento produzido seja difundido às comunidades dentro de uma proposta integradora, consolida o processo de ensino e aprendizagem, corrobora na formação discente, além de integrar as funções universitárias. Dentro desse leque de perspectivas, um dos desafios principais é a efetiva integração com as demais funções universitárias. Esse fato é originário desde a gênese dessa ação na gestão universitária até os dias atuais, que luta por seu reconhecimento como função essencial no meio universitário, tornando-se *práxis* nos currículos da educação superior e de toda a comunidade acadêmica (FORPROEX, 2012).

O ensino de qualidade implica a inclusão do alunado na realidade social do país, objetivando a formação cidadã e profissional. Assim, promover práticas para capacitar indivíduos a atuarem eticamente na sociedade, por meio de um processo educacional participativo, político e crítico é essencial. Nesse direcionamento, a incorporação da extensão na *práxis* acadêmica, a partir da curricularização, possibilita a maior participação do número de discente, haja vista o baixo índice atual.

Nesse entendimento, algumas universidades do Nordeste têm buscado implementar a atividade extensionista no processo acadêmico, a exemplo da UFBA, que tem incorporado a Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS), regida pela Resolução nº 01/2013 - CONSEPE, na graduação, com implantação efetiva, na graduação, até 2017, sendo para a pós-graduação opcional, concedendo a oportunidade de o programa incluir

em seus currículos. Esse componente abrange uma perspectiva dialógica, participativa e compartilhada por intermédio de intervenções em comunidades e sociedades, na busca do enfrentamento das problemáticas sociais contemporâneas.

Nessa acepção, retornamos para as teorias de Freire (2006) que aponta a extensão como processo essencial que objetiva resultados satisfatórios tanto para as comunidades assistidas quanto para as próprias instituições de ensino. A Extensão pode ser operacionalizada por meio de diversas ações: Programas e projetos; Cursos; Eventos acadêmicos; Promoções de Arte, Cultura, Esporte e Lazer; Prestação de serviços, consultorias e assessorias e Extensão Tecnológica (FORPROEX, 2013). Dentre essas diversas ações extensionistas, determinou-se, nesta pesquisa, analisar a variável Programas/projetos visto que tem como foco a comunidade externa. Com o objetivo de verificar como essas ações estão sendo executadas, foi feito o mapeamento dos currículos *lattes* dos docentes dos cursos pesquisados para verificar a presença/ausência dessa atividade nas referidas instituições. A extensão direcionada para o meio acadêmico (cursos, palestras, oficinas) é notória nos currículos docentes, conforme dados obtidos nas universidades pesquisadas (QUADRO 03).

Quadro 03 – Tipologias das ações desenvolvidas pelas IFES

AÇÕES DE EXTENSÃO REALIZADAS NAS UNIVERSIDADES					
IFES	Programas/ projetos	Cursos	Eventos	Prestação serviços	Extensão Tecnológica.
UFAL	X	X	X	X	X
UFBA	X	X	X	X	X
UFCE	X	X	X	X	X
UFCA	X	X	X	X	X
UFMA	X	X	X	X	
UFPB	X	X	X	X	X
UFPE	X	X	X	X	X
UFRN	X	X	X	X	X
UFS	X	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pela autora.

Os dados demonstram que ações extensionistas direcionadas à comunidade acadêmico-letrada são constantes, denotando compromisso com o público interno, ou seja, o profissional e acadêmico; porém, no tocante a ações para o público externo, esse dado é ínfimo às demais ações. A crítica atemporal de Freire (2006) da extensão enquanto processo que expande o conhecimento produzido nas universidades é atual, informação essa ratificada nos dados que refletem uma quantidade maior de ações direcionadas à comunidade interna.

A extensão possibilita a democratização dos saberes enquanto ferramenta dialógica entre o saber científico com os múltiplos saberes da sociedade, sendo, portanto, uma ação essencial na Academia. Desafio que, se superado, resultará em benefícios mútuos para todas as partes. Nesse aspecto, a curricularização da Extensão é uma premente fundamental nessas instituições. Para alcançar seu objetivo, a extensão precisa ser parte integradora e favorecer a formação acadêmica, contribuindo para profissionais comprometidos com as causas sociais.

Nessa acepção, o paradigma social da Ciência da Informação é essencial para compreender a extensão sob o prisma da dialogicidade entre universidade/sociedade por meio do processo de mediação. O paradigma social dessa ciência destaca a importância do indivíduo, sua necessidade informacional e o contexto como fundamental para o processo de mediação da informação. Assim, a interdisciplinaridade é essencial na formação discente. A interdisciplinaridade configura-se como desafio no processo de ensino e aprendizagem, visto que o jogo de poder entre os campos do conhecimento, destacado por *Bourdieu* (2004), é um dos empecilhos de uma comunicação mais eficaz entre as disciplinas. Possibilitar uma formação interdisciplinar permite, ao discente, novos espaços de interlocuções, de aprendizagem, contribuindo para dar subsídios aos saberes. A aproximação entre os diversos campos do conhecimento contribui para o fortalecimento das áreas e, conseqüentemente, para o desenvolvimento das ciências.

Outro desafio vivenciado pela Extensão universitária refere-se aos escassos recursos financeiros destinados aos programas. Ampliar as verbas para a execução dessa função assim como o número de bolsas é fundamental visto que a questão econômica é primordial no processo de seleção por bolsas nas universidades, distinguindo o número de bolsistas entre essas funções. O reconhecimento dessa atividade na própria instituição e pelas agências de fomento é um dos entraves enfrentados por essa ação. A pouca visibilidade da Extensão reflete como essas ações são percebidas pelas agências de fomento, repercutindo na percepção dos docentes acerca de tal função.

Bourdieu (2004) enfatiza o jogo de poder no ambiente acadêmico como fator determinante para quem comanda as intervenções científicas, as publicações, os temas das pesquisas, determinando as relações entre os agentes que compõem esse campo. As agências de fomento precisam participar dessa discussão e promover ações que fortaleçam a Extensão, a fim de ascendê-la à posição de função necessária na universidade. Esse fato é comprovado nos editais para seleção de docentes, em que as atividades de pesquisa têm pontuação maior que as atividades extensionistas. Esse impasse de superioridade de uma função é um problema

grave nas universidades e coopera para o enfraquecimento da equiparação entre as funções acadêmicas.

Os dados apresentados demonstram que são muitos os desafios enfrentados pela Extensão, mas, diante de tantos obstáculos, ela tem se destacado em muitas ações, promovendo as academias enquanto instituições responsáveis pelo desenvolvimento social. Nesse cenário, enfatizam-se também as oportunidades dispostas a esta função universitária, dentre as quais o fortalecimento da relação dialógica com a sociedade, facilitando o processo de transferência do conhecimento e corroborando com a responsabilidade social universitária; fortalecimento da formação discente cidadã; retroalimentação da pesquisa e o ensino, dentre outras.

A integração universidade e sociedade desempenha papel essencial no processo formativo discente visto que,

a promoção do ensino socialmente responsável abarcaria a formação de indivíduos qualificados para a inclusão no mercado de trabalho e igualmente a formação de indivíduos críticos, moralmente competentes, capazes de tomada de decisão frente a questões éticas, não apenas considerando uma questão deontológica, mas também seus contextos pragmáticos, morais e sociológicos (BÓLAN; MOTTA, 2007, p.17).

O ensino contextualizado coopera para um aprendizado não somente com aparatos técnicos, mas também cidadão. Nesse contexto, uma das alternativas de corrigir a pouca participação das universidades públicas nas questões sociais é envolver-se nas comunidades, promovendo o processo de mediação, a fim de que o conhecimento gerado no ambiente acadêmico retorne em benefícios (não atividades de assistencialismo social⁹) às comunidades. As oportunidades de promoção de acesso às comunidades são diversas e precisam ser exploradas por esses centros acadêmicos.

Nessa direção, promover projetos de integração entre as IES e as comunidades é vital para tornar as ações de extensão concretas visto que essa experiência possibilita o aprendizado no contexto social, aprimorando também a formação profissional. Buarque (2003, p.5) corrobora ao afirmar: "a universidade ainda representa patrimônio intelectual, independência política e crítica social. Em virtude dessas características, a universidade é uma das instituições educacionais para reorientar o futuro da humanidade". Não se pode ser utópico ao dizer que a universidade é a solução para todas as problemáticas sociais, mas não pode eximi-las de suas responsabilidades enquanto mecanismo de transformação social.

⁹ Assistencialismo: forma de oferta de um serviço por meio de uma doação, favor, boa vontade ou interesse de alguém e não como um direito. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/>>. Acesso em: 02 maio 2016.

Enquanto produtora de conhecimento e tecnologia, o compromisso com o progresso é um desafio para as universidades na contemporaneidade visto ser um motor propulsor de desenvolvimento. Nesse direcionamento, repensar a formação dos profissionais da informação, com destaque para os bibliotecários - mediadores da informação, é relevante para que a sociedade compreenda a função social desse profissional. Assim, a concepção de mediação na formação do bibliotecário implica propor meios para facilitar esse processo midiático. Nesse direcionamento, a educação do usuário é fundamental nesse processo de interlocução e os programas de extensão são um aporte para promover essa educação essencial para a participação do cidadão na sociedade.

Por mediação da informação compreende,

toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional (ALMEIDA JUNIOR, 2009, p.92).

Nessa perspectiva de interferência, o bolsista de extensão precisa conhecer as necessidades dos usuários, a fim de dispor a informação certa para suprir a carência informacional do indivíduo. Para que ocorra a apropriação da informação é necessário que as fontes disponíveis possam ser acessadas e compreendidas pelos usuários. O processo midiático da informação é uma oportunidade para que as universidades exerçam sua responsabilidade pelo viés da ação da extensão, principalmente para as comunidades externas. Para alcance desse objetivo, deixar de ser uma instituição desarticulada dos interesses sociais e tornar-se protagonista de um processo educativo capaz de interferir na sociedade é uma conquista que deve ser galgada por essas instituições. A universidade participativa está intimamente relacionada à aproximação desta com a realidade externa e provoca um processo de revisão do processo de interpretação da missão educacional da instituição.

Formar cidadãos comprometidos com o social, com uma visão das questões sociais, é ímpar para melhorar a situação dos setores marginalizados na sociedade. Diante disso, compreende-se que a base de transformação social está na educação, em suas instituições de ensino, portanto, em seus professores, técnicos, discentes, os quais representam o ponto de partida para a formação de um coletivo que construa uma educação a serviços dos interesses sociais (PEREIRA, 2002). Nessa perspectiva, afirma-se que uma educação comprometida com a formação cidadã implica uma formação integrada com o contexto social, que não se isola em seus intramuros.

Esta pesquisa não perde o foco sobre a função maior da universidade é – formar técnicos capacitados para cooperar com o desenvolvimento da ciência, da tecnologia,

profissionais com habilidades e competências para o progresso da nação, o que está sendo realizado por estas instituições – mas pontua uma dimensão, que está sendo esquecida, por força do próprio sistema capitalista, referente às causas sociais, variável que precisa ser discutida por essas instituições.

Nessa direção, busca-se compreender como os cursos de Biblioteconomia investigados trabalham a função Extensionista, para cooperar com a formação cidadã dos futuros bibliotecários, por meio dos projetos e programas desenvolvidos nas comunidades externas, conforme descreve a seção posterior.

4 BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL: MARCOS HISTÓRICOS

"Prometo tudo fazer para preservar o cunho liberal e humanista da profissão de Bibliotecário, fundamentado na liberdade de investigação científica e na dignidade da pessoa humana"

Juramento Bibliotecário

Esta seção traz um apanhado histórico sobre a Biblioteconomia e a Ciência da Informação, destacando o paradigma social e seus fundamentos, com enfoque para o protagonismo social do bibliotecário. Destarte, navegar pelas transformações decorridas no percurso histórico para verificar o desenvolvimento dessas áreas permite analisar como os fatores sociais modificam e fundamenta os referidos campos da Biblioteconomia e Ciência da Informação, seu campo de atuação e abrangências decorridas nesse processo. No tocante à Biblioteconomia, sua história está vinculada ao nascedouro das bibliotecas, antes mesmo da invenção da Imprensa, por Johann Gutenberg, no século XV. O surgimento das bibliotecas data desde a Antiguidade, com a biblioteca de Alexandria. A necessidade de organizar e preservar os documentos levou as bibliotecas a criar procedimentos e métodos que formaram um conjunto de técnicas que, ao longo do tempo, se constituíram na base da futura disciplina Biblioteconomia (SANTOS; RODRIGUES, 2013). A criação das bibliotecas públicas brasileiras deu-se em 1811, na Bahia. A partir da década de 1930, em detrimento aos esforços de Rubens Borba de Moraes, a Biblioteconomia começou a progredir em passos mais largos, com a criação da primeira Escola de Biblioteconomia (FONSECA, 2007).

Em sua origem, as bibliotecas tinham como propósito a guarda e preservação de materiais impressos e sua preocupação inicial era o público interno, vinculado a essas instituições (monges, copistas etc.). Em detrimento disso, a imagem da área e, respectivamente, de seu profissional, por muito tempo, restringiu-se a um público seletivo, mais precisamente à elite intelectual, tornando-se a profissão desconhecida para a sociedade em geral. Em decorrência do desempenho industrial e tecnológico e a necessidade de aperfeiçoamento técnico dos indivíduos, o ensino formal e não formal se expandiu e, conseqüentemente, surgiram novas tipologias de bibliotecas: especializadas, universitárias, escolares, comunitárias etc. A historiografia da área demonstra que, em sua gênese, as bibliotecas sofreram com sanções financeiras e de autonomia por parte dos governantes, e, no decorrer da sua evolução, elas têm buscado se reestruturar para cumprir com a missão para as quais são criadas, mas tem sido uma labuta árdua e morosa visto que as sanções e o pouco investimento nessas instituições continuam presentes na atualidade.

No contexto brasileiro, a trajetória das bibliotecas no Brasil iniciou-se com as ordens religiosas dos Beneditinos, Franciscanos e Jesuítas. Entretanto, toma-se como marco principal a criação da Biblioteca Nacional (BN), 1810, gênese do movimento fundador do campo de ensino da Biblioteconomia no Brasil. Essa biblioteca é remanescente da Biblioteca Real da Ajuda, criada por D. João I, rei de Portugal, depois do terremoto de 1º de novembro de 1755, que destruiu a antiga Biblioteca Real. No ano posterior a sua fundação, é franqueada ao público, mas facultada apenas aos estudiosos, aqueles que obtinham consentimento régio. Somente em 1914 é suprimida essa exigência, sendo aberta à população (CASTRO, 2000a). As bibliotecas em seus primórdios foram gerenciadas por religiosos, que chegaram junto com a família real. Frei Gregório José Viegas e padre Joaquim Dâmaso foram os primeiros dirigentes da Biblioteca. Somente em 1825 a Biblioteca foi adquirida pelo Brasil e, em 1876, passa a ser definitivamente Biblioteca Nacional. Em 1846 é nomeado o primeiro dirigente não religioso da Biblioteca, o Dr. José de Assis Branco Muniz Barreto, com formação em medicina. O primeiro bibliotecário contratado foi João Capistrano de Abreu, um dos primeiros grandes historiadores do país. Esse concurso é considerado o marco inicial da formação profissional em Biblioteconomia no Brasil.

O reconhecimento das bibliotecas como mecanismos de apoio didático ainda não se efetivou, mesmo com a criação da legislação (Lei 12.244 de 2010) que ampara a profissão no país, as bibliotecas continuam em busca de espaço e reconhecimento no panorama educacional e cultural. Como área do conhecimento, a Biblioteconomia passou a existir a partir de 1911 com a criação do primeiro Curso de Biblioteconomia (decreto nº 8.835), sendo o primeiro da América do Sul e o terceiro no mundo. Seu funcionamento deu-se a partir de 1915 e adotou como parâmetro a *École Nationale des Chartes* (SOUZA, 2009). O curso nasceu com cunho humanístico, o tecnicismo não era predominante dentro da formação bibliotecária da época. O foco tecnicista de Dewey, como aplicabilidade profissional foi adotado pelas Escolas de São Paulo e posteriormente nos demais cursos do país. Antônio da Costa (1647-1722) foi um dos primeiros bibliotecários e o Catálogo organizado por ele foi o primeiro instrumento biblioteconômico produzido no país. O segundo texto: *Plano para o estabelecimento de huma bibliotheca publica* (Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco) foi escrito na Bahia, considerada como o berço da Biblioteconomia no Brasil (TARAPANOFF, 2006).

Quanto ao termo bibliotecário, este passou a ser utilizado, na BN, a partir de 1824, quando da aprovação do segundo dispositivo legal – Artigos Regulamentares para o Regimento da Bibliotheca Imperial e Pública, elaborado pelo frei Antônio de Arróbida. Nesse

documento, após a Independência do Brasil, troca-se a denominação Biblioteca Real por Biblioteca Imperial e o administrador geral, denominado Prefeito ou Zelador, passou a chamar-se Bibliotecário (CASTRO, 2000a). Com a Proclamação da República, deu-se a mudança do nome de Bibliotecário para Diretor e de Biblioteca Imperial para Biblioteca Nacional. O primeiro curso de Biblioteconomia, criado pela BN, teve como objetivo sanar as dificuldades existentes na Biblioteca no tocante à qualificação de pessoal. Em consequência dessa necessidade, foi constituído por quatro disciplinas, que se desdobravam em cinco matérias (CASTRO, 2000b). (QUADRO 04).

Quadro 04 – Currículo primeiro curso de Biblioteconomia no Brasil

Bibliografia	Paleografia e Diplomática	Iconografia e Numismática
. Administração de Bibliotecas . Catalogação	. Cartografia	. Sigilografia . Filatelia

Fonte: Castro (2000b).

O curso, criado em 1911, iniciou suas atividades somente em 1915 em virtude de que o número de candidatos não era suficiente. A primeira turma foi composta por vinte e sete alunos. A aula inaugural, proferida pelo Dr. Constantino Antônio Alves, teve como tema “A Função do Bibliotecário”. O curso funcionou regularmente na BN e encerrou suas atividades em 1922 em virtude da criação do curso técnico em Biblioteconomia, o qual não logrou êxito. A retomada do curso de Biblioteconomia deu-se em 1931 (Decreto 20.673). O início da Biblioteconomia no Brasil está vinculado a Biblioteca Nacional, Biblioteca do *Mackenzie* e à Biblioteca pública. A criação do Curso de Biblioteconomia do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, em 1936, criado por Rubens Borba de Moraes consolidou as atividades de ensino no país.

O Estado de São Paulo foi o precursor no protagonismo feminino na área ao trazer a bibliotecária Ms. *Doroty Murriel Gropp* para ministrar um curso no Estado. Adelpha Rodrigues de Figueiredo, bibliotecária do *Mackenzie*, abriu espaço para a atuação feminina no cenário nacional nesse campo do conhecimento. A criação da profissão foi uma abertura para a ocupação das mulheres nesse espaço, ao ponto de que ainda hoje, algumas pessoas pensam ser a Biblioteconomia uma profissão feminina. As contribuições do público feminino na área são muitas, a exemplo de Lydia de Queiroz Sambaquy, Célia Ribeiro Zaher e Hagar Espanha Gomes etc (CASTRO, 2000b). Outro marco histórico no país foi a Lei nº 2.839 (1937) que estabelecia que portadores de diploma de Curso Superior e de Biblioteconomia exercessem o cargo de Bibliotecários, com exceção para cargos em pequenas bibliotecas. A abertura para

portadores de nível superior gerenciar as bibliotecas foi uma crítica a essa Lei, esse reflexo negativo pode ser percebido na atualidade, em que muitas bibliotecas, principalmente as públicas, são geridas por portadores de nível superior não necessariamente o bibliotecário (CASTRO, 2000a).

A década de 1940 foi o marco precursor do desenvolvimento das técnicas biblioteconômicas e a criação das Escolas de Biblioteconomia no país: Bahia; Minas Gerais e Paraná; Campinas/SP; Rio Grande do Sul; Pernambuco; São Carlos/SP; São Paulo etc. A criação dessas escolas foram fundamentais para o progresso do curso no país. Na década de 1950, período pós segunda guerra, a informação tornou-se fator chave de desenvolvimento e dominação no Brasil houve a criação das entidades de fomento para a informação científica e tecnológica, fato que favoreceu o fortalecimento da área: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), que posteriormente tornou-se o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), a Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD), atual Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN) etc.

Quanto à regulamentação profissional, deu-se somente em 1962 (Lei nº 4.084) e pelo Decreto nº 56.725, de 1965; o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), regulamentado pela Lei 4084 de 1962, foi oficialmente instalado em 1966, e tem como missão fiscalizar o exercício profissional do bibliotecário. A criação das entidades da classe bibliotecária foi essencial na consolidação da profissão no país. A década de 1960 foi o solo fértil para a estabilização da Ciência da Informação no país com a criação dos Cursos de Mestrado, o surgimento de revistas especializadas e a expansão de oportunidades de emprego, a formação de bibliotecas especializadas e universitárias, ampliando o campo de atuação do bibliotecário. Na década de 1970 houve a expansão do ensino superior no país, dos cursos de graduação em Biblioteconomia e o prelúdio dos cursos de pós-graduação na área, com a criação do primeiro curso de mestrado no IBBB. Entre 1972 e 1973 foram lançados os primeiros periódicos de biblioteconomia brasileiros: a Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG; Ciência da Informação, no Rio de Janeiro a Revista de Biblioteconomia de Brasília, (MUELLER, 1965).

Na década de 1980 teve o surgimento dos cursos de Doutorado, para contribuir na pesquisa e literatura da área, aspectos essenciais para um campo do conhecimento científico. Nesse período deu-se a estabilização do crescimento quantitativo das escolas de Biblioteconomia no país e o início das discussões acerca do currículo e sua adequação às demandas informacionais da população. Na década de 1990 houve a mudança do paradigma

da Biblioteconomia do objeto “documento” para a “informação”, reflexo das discussões ocorridas na década anterior, juntamente ao advento das novas tecnologias e da Internet, o que acarretou a ampliação do campo de atuação do bibliotecário. Nesse cenário, deu-se ênfase aos usuários e o acesso a informações e a incorporação do termo “moderno profissional da informação”, gerando discussões acerca das novas habilidades e competências necessárias no currículo dos cursos de Biblioteconomia no país.

Quanto ao currículo do curso, houve três alterações significativas em sua composição desde o currículo inicial, década de 1930. O primeiro currículo, originado na década de 1960, enfatizava as competências técnicas do profissional e o acervo, sua organização e preservação; nos anos de 1980, o foco era preservação da informação e o usuário, destacando-se nesse período os estudos de usuários e comunidades; em 2000, destacava o acesso à informação, as competências dos indivíduos para acessar a informação e, nas habilidades e competências profissionais, tanto técnicas como humanísticas. Essas transformações pelas quais passaram o currículo foram decorrentes das necessidades vigentes dos usuários e das habilidades requeridas pela sociedade para o bibliotecário, implicando em transformações para a área em virtude do desenvolvimento das sociedades. Além dos conteúdos curriculares de formação geral e específica, foi recomendado pelos órgãos competentes (Ministério da Educação, Conselho Federal de Educação etc) que os projetos acadêmicos acentuassem a perspectiva humanística na formação acadêmica, conferindo um sentido social e cultural que ultrapasse os aspectos formais da profissão (OLIVEIRA; CARVALHO; SOUZA, 2009).

Destaca-se que, com mais de 100 anos do curso no país e mais de 60 anos na região Nordeste, a profissão é desconhecida por uma grande parte da sociedade, o que infere que está direcionada para uma parcela ínfima da população. Nessa direção, buscar fortalecer o protagonismo social profissional é fundamental para reverter essa situação. Face a isso, a visibilidade profissional precisa ultrapassar a população “letrada” e atingir a sociedade em geral, mas, para alcance desse objetivo há muito que realizar. Nesse direcionamento, as atividades extensionistas são fundamentais para fortalecer esse vínculo da profissão com a sociedade. A mediação é uma ação fundamental e ao mesmo tempo uma oportunidade ímpar para que esse profissional possa intervir efetivamente no contexto social.

Nesse entendimento, surgem novas perspectivas de atuação profissional, permitindo ao “moderno profissional da informação” ampliar seu campo de atuação, cooperando com a visibilidade da profissão. Compreender os desafios e as oportunidades oriundas desse processo social são imprescindíveis para que esse profissional possa exercer

seu exercício com eficiência, colaborando para que o juramento do bibliotecário, quando destaca a dignidade da pessoa humana, implica no protagonismo profissional para tornar a informação acessível a todos que precisem, denotando a responsabilidade social da área.

4.1 O bibliotecário do século XXI: desafios e perspectivas

Em virtude das atuais necessidades mercadológicas, a sociedade exige novas habilidades e competências profissionais. Nessa proposição, adequar o perfil profissional às demandas vigentes é essencial para que o bibliotecário atenda essas exigências e torne-se uma profissão (re)conhecida por toda a sociedade. Superar os desafios e aproveitar as oportunidades oriundas desse processo global coopera para que a profissão saia de seu “ostracismo acadêmico, letrado” e torne-se um agente de transformação, facilitador do fluxo informacional, desde a guarda à disseminação da informação. A formação acadêmica é o ponto de partida para compreender o escopo de atuação profissional. Em sua organização curricular, o curso evidencia, satisfatoriamente, a parte técnica, pilar fundamental da profissão. Sua matriz curricular está dividida em seis unidades: Fundamentos teóricos da Biblioteconomia e Ciência da Informação; Processamento da informação; Recursos e serviços de informação; Gestão de unidades de informação; Pesquisa; e Estágio, acrescido das atividades complementares, que constituem conjunto de estratégias didático-pedagógicas, que visa a oferecer ao aluno condição para articular saberes teórico-prático, para complementar sua formação profissional e cidadã. (UFCA. Resolução nº 07/CEPE).

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) a composição do projeto político pedagógico deve incluir a realidade global e local enquanto elemento chave. Uma das recomendações dessa Lei é a necessidade de autoconhecimento da profissão para a sociedade. Nas diretrizes educacionais, a formação acadêmica precisa estar fundamentada em dois pilares: a competência técnica e o compromisso social. Nessa acepção, formar profissionais implica mais que uma especialização técnica, denota cooperar com o desenvolvimento crítico, emancipação, prover meios para possibilitar uma formação cidadã, ética, valorativa. A contribuição social da área da Biblioteconomia não se restringe somente à preservação da memória documental do país, o acesso e a mediação da informação são fundamentais no escopo da profissão. Nesse direcionamento, Cysne (1993, p.15) pontua: "é mister o repensar da função social da Biblioteca e dos serviços de informação, bem como o papel que deve ser assumido pelo bibliotecário, numa relação direta com o contexto social a

que a profissão está afeta”. Libertar-se dos arquétipos, “improdutivo, ultrapassado, guardiões do saber”, construídos ao longo da história é uma das condições básicas para que a sociedade possa enxergar esse profissional como mediador da informação, agente de transformação social.

Desconstruir essa visão requer além de discursos, precisa de ações efetivas, constantes, que promovam interação com a sociedade. Almeida Júnior (2003) destaca que não há possibilidade de modificar essa imagem criada pela sociedade sem, antes, a profissão refletir a sua veracidade, os motivos para a existência dela e traçar estratégias para transformá-la. Essas características resultam em mutismo que faz com que, em nenhum momento da história, esse profissional esteja presente, fato esse que deve ser investigado e buscar ferramentas para mudar essa realidade, é um desafio das instituições de ensino a fim de que os futuros profissionais não desfaleçam nessa imagem, e esqueçam o compromisso com as questões sociais, sendo uma dessas a disseminação da informação.

No ensino superior, a aquisição e o desenvolvimento de novas habilidades e competências são promissores para compreender as atuais necessidades do mercado, visto que a educação enquanto processo formativo preocupa-se com a pessoa em seu sentido amplo. A formação profissional envolve aspectos desde a apreensão de conhecimentos específicos a fatores mais subjetivos como ética profissional, empregabilidade e desenvolvimento da profissão (WALTER, 2008). Frente a isso, no Encontro Nacional de Ensino de Biblioteconomia e Ciência da Informação (1998) foram firmados compromissos em relação à formação profissional dos bibliotecários, dentre os quais penetração social da profissão e a abertura de novos mercados de trabalho (VALENTIM, 2000). A formação bibliotecária perpassa a capacitação em responder não somente problemas técnicos como sociais, estes últimos relacionados aos usuários e suas necessidades informacionais.

A invisibilidade profissional é um dos reflexos que precisa ser superado. Trilhar um caminho em busca de fortalecimento da identidade social é um compromisso a ser trilhado. O bibliotecário do século XXI não pode ser mais visto apenas como guardador da biblioteca, como ressaltado no filme "O nome da Rosa" nem tampouco a biblioteca pode ser entendida como um espaço somente para os letrados. O local de atuação profissional deve perpassar as tradicionais bibliotecas, conquistando setores que haja necessidade da organização e mediação da informação.

Walter (2008, p.39) destaca: "como os bibliotecários são pouco presentes na vida comunitária do país, pelo menos em grande parte dos municípios brasileiros, isso contribui para essa aparente ausência de uma identidade profissional nacional". Estar a serviço dos

acadêmicos ou letrados é a premissa maior que precisa ser rompida pelos cursos para modificar essa realidade impetrada desde a origem das bibliotecas no país. Ampliar o leque de atuação torna-se, portanto, essencial para que ocorram mudanças, assim a formação acadêmica precisa traçar estratégias para modificar essa realidade. Neste entendimento, a extensão universitária é uma oportunidade para minimizar os impactos do desconhecimento social profissional. A preparação para atuar em novos ambientes de trabalho é campo favorável para dilatar a imagem profissional em todos os segmentos sociais. A Biblioteconomia Social, que enfatiza o usuário e suas necessidades informacionais, precisa superar a Biblioteconomia patrimonialista, cujo enfoque é o acervo.

Perceber a mediação como *práxis* profissional fundamental em detrimento da guarda é uma premissa que precisa ser ensejada por todos aqueles que fazem a profissão. Para Almeida Jr. (2004) a responsabilidade social da área está intrinsecamente atrelada ao processo de mediação, tornando-se uma exigência nas agendas profissionais. Nesse entendimento, o bibliotecário é responsável em cooperar para o acesso à informação a todos que dela necessitam e isso se constitui parte fundamental de sua responsabilidade social.

Destarte,

é fato que a responsabilidade social é parte intrínseca da prática profissional bibliotecária. Mas responsabilidade não pode ser entendida apenas e somente para os excluídos socialmente, mas, igualmente, para os setores que tem que com suas pesquisas, atuação, produção e possibilidade de oferta de produtos, serviços e empregos podem significar a diferença para os excluídos. E isso torna a formação e a responsabilidade social para atendimento desse segmento tão importante e tão estratégico quanto para os menos favorecidos. (WALTER, 2008, p.83)

Diante dessa assertiva, destaca-se que a Biblioteconomia precisa intervir em todos os segmentos sociais, letrados ou não, ricos ou pobres. A crítica que se faz à profissão é que ela, muitas vezes, está direcionada somente aos que têm acesso às informações, ficando o setor menos favorecido socioeconomicamente, desprovidos da atuação profissional. A relevância das instituições disseminadoras de informação é fundamental na sociedade. Face ao exposto, a Biblioteconomia, enquanto ciência social deve compreender que não é suficiente tratar somente dos aspectos técnicos dos documentos é necessário promover a mediação, o acesso à informação. Proporcionar aos discentes a participação em programas/projetos fora do ambiente da sala de aula é uma oportunidade para cooperar com uma formação que extrapola os moldes tradicionais de ensino, proporcionando uma educação integradora, crítica, denotando assim, parte da responsabilidade social universitária.

Silva e Cunha corroboram ao destacar,

a universidade deverá reforçar seus papéis no aumento dos valores éticos e morais da sociedade e no desenvolvimento do espírito cívico ativo e participativo de seus futuros graduados. A universidade precisa dar “maior ênfase para o desenvolvimento pessoal dos estudantes, juntamente com a preparação de sua vida profissional. (SILVA; CUNHA, 2002, p. 80)

Face à necessidade de uma educação transformadora, a Biblioteconomia precisa redefinir o perfil profissional tecnicista para uma *práxis* social. Uma Biblioteconomia humanística implica na fluidez da informação, parte fundamental do ciclo informacional. A biblioteca urge extrapolar o espaço físico e atingir outras dimensões, seja por meio do espaço digital, seja com atividades nas comunidades etc. Romper o ideal do acervo e projetar-se para mediação é um dos desafios da área. Nesse direcionamento, o paradigma social da Ciência da Informação (CAPURRO, 2003) e a Biblioteconomia social (SHERA, 1977) destacam que o exercício biblioteconômico precisa alargar as suas fronteiras de formação e atuação. Nesse pensamento, a seção posterior trata das contribuições da Ciência da Informação para a *práxis* social, por meio de suas teorias, com ênfase para o paradigma social da área.

4.2 A interdisciplinaridade das ciências como fator de responsabilidade social: contribuições da Ciência da Informação na *práxis* bibliotecária

A responsabilidade social e a questão da informação são temáticas multidisciplinares, que perpassam todos os campos do conhecimento, encontrando-se numa posição central nas discussões acadêmicas e científicas. Nesse direcionamento, trataremos da responsabilidade social da Ciência da Informação e da Biblioteconomia na *práxis* profissional bibliotecária, destacando a mediação da informação enquanto fator de desenvolvimento e empoderamento dos indivíduos e das sociedades. A compreensão da responsabilidade social de determinado campo do conhecimento dá-se pelo entendimento de seu objeto, seus paradigmas e sua função na sociedade.

Para *Borko* (1968) a Ciência da Informação, enquanto disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam seu fluxo e os meios de processamento para otimizar sua acessibilidade e uso, é fundamental para contribuir para a difusão da informação. *Capurro* (2007) destaca que a informação desempenha papel central na sociedade, responsável pelas decisões, portanto, essencial em todo o agir social. *Saracev* (1996) pontua que os problemas básicos de se compreender a informação e a comunicação, suas manifestações, o comportamento informativo humano e os problemas aplicados ligados

ao "tornar mais acessível um acervo crescente de conhecimento" não podem ser resolvidos no âmbito de uma única disciplina, em virtude disso, a interdisciplinaridade entre as ciências coopera para compreender tal fenômeno.

A Ciência da Informação e a Biblioteconomia são subáreas das ciências sociais aplicadas e tratam do fluxo da informação interno e externo. Essas áreas têm fortes relações teórico-científicas e mantêm relações interdisciplinares que consistem no compartilhamento de seu papel social e sua preocupação comum com os problemas da efetiva utilização da informação (SARACEVIC, 1996). A Ciência da Informação, *strictu sensu*, trata das teorias da informação, dos processos de comunicação e das políticas governamentais de informação; por sua vez, a Biblioteconomia, *graduação e strictu sensu*, trata as teorias da classificação, representação, disseminação e a dimensão social da informação.

Aquino (2007) pontua que a Ciência da Informação, enquanto ciência social, se preocupa com os princípios e as práticas do ciclo informacional, desde sua geração até a apropriação pelo usuário. Nesta direção, considerar a CI uma ciência social parte do entendimento de que a informação se constitui no contexto das relações sociais e sua mediação acarreta desenvolvimento social, econômico, cultural etc. Barreto (1994) pontua que, em virtude da importância da informação na atualidade, suscitam-se questões relevantes para as sociedades.

Targino (1991, p.155) enfatiza: "não há exercício de cidadania sem informação, isto porque, até para cumprir seus deveres e reivindicar seus direitos, o cidadão precisa conhecer e reconhecê-los, e isto é informação". Enquanto fator de cidadania, a informação precisa ser disponibilizada, daí a importância das unidades informacionais como suporte no processo de transferência e disseminação da informação. A responsabilidade social da Ciência da Informação é atribuída ao acesso à informação, aos canais que cooperam como mediadores, destacando-se as bibliotecas enquanto instrumentos de mediação do conhecimento.

A informação e seu valor estão intimamente ligados à circulação, portanto, uma Biblioteconomia patrimonialista já não atende mais aos ensejos informacionais da população. Enquanto fenômeno social para geração de novos conhecimentos, a informação necessita de três condições básicas para a sua existência: a) ambiente social – contexto que possibilita a comunicação de informação, esse ambiente se caracteriza sempre pela existência de uma possibilidade de comunicação; b) agentes – no processo de comunicação, os agentes são o emissor, que produz a informação, e o receptor, que recebe a informação; c) canais – meios por onde as informações circulam (FREIRE, 2004).

Para que o fluxo informacional seja eficiente, é necessário que essas condições estejam inter-relacionadas e que o usuário seja capaz de processá-las, a fim de alcançar seu propósito. Como agentes disseminadores da informação, os bibliotecários são responsáveis para que esse fluxo informacional seja dinâmico e efetivo, cooperando para que os canais de disseminação se tornem acessíveis. Nessa direção, as iniciativas para facilitar o acesso e a transferência da informação são necessárias. Propostas para facilitar o processo de busca e disseminação da informação são fundamentais mediante um cenário onde a explosão informacional acarreta falta de informação.

Essa ambiguidade demonstra a necessidade do profissional bibliotecário, que trata da organização do conhecimento, como parte integrante e necessária para organizar e dispor, com efetividade, as informações dispostas. Nessa abordagem, compreender a responsabilidade social desta ciência torna-se tarefa emergencial nessa sociedade onde os direitos sociais são negligenciados a uma grande parcela da população. Nesse contexto de compromisso social, destaca-se uma *práxis* profissional transformadora, que ultrapassa os tradicionais ambientes informacionais e se expandem até os usuários, é a Biblioteconomia caminhando em direção às comunidades.

A Ciência da Informação juntamente com a Biblioteconomia deve favorecer o desenvolvimento de profissionais comprometidos com as problemáticas sociais do país. Almeida Júnior (1997) enfatiza “não basta espalhar bibliotecas em cada esquina. É preciso que o bibliotecário saiba que o seu trabalho pode alterar comportamentos; portanto, é preciso ir até a população, procure o povo, trabalhe com a comunidade. Nesse tocante, retornamos aos paradigmas da Ciência da Informação, com enfoque para o paradigma social, para compreender as bases epistemológicas que fundamentam a responsabilidade social da área. Enquanto modelos, os paradigmas norteiam e estabelecem limites ao campo do conhecimento. São eixos norteadores a partir dos quais são fundamentadas as teorias das ciências, pois atestam ou refutam as discussões científicas do campo científico (KUHN, 1982).

Para fundamentar as discussões sobre o paradigma social da Ciência da Informação e sua contribuição para a responsabilidade social da Biblioteconomia, selecionamos as obras de Capurro (2003) e Jesse Shera (1977) para fundamentar a teoria apresentada. O surgimento do paradigma social deu-se em virtude de considerar o usuário e suas necessidades informacionais. A ausência do usuário no processo de transferência da informação já não atende aos ensejos sociais. Essa discussão teve origem nas obras de Jesse Shera (1977), Bernard Frohmann (1995), Birger Hjørland (2003), Rafael Capurro (1992) e

Søren Brier (1996, 1999) etc, os quais centralizaram o usuário e a mediação como fator preponderante dos fluxos informacionais.

Shera (1977) propôs o conceito de epistemologia social, sua principal contribuição para o desenvolvimento teórico da Ciência da Informação, destacando a importância da Biblioteconomia no processo de mediação.

Assim,

o objetivo da Biblioteconomia seja qual for o nível intelectual em que deve operar é aumentar a utilidade social dos registros gráficos, seja para atender à criança analfabeta absorva em seu primeiro livro de gravuras, ou um erudito absorvido em alguma indagação esotérica. Portanto, se a Biblioteconomia deve servir à sociedade em toda extensão de suas potencialidades, deve ser muito mais do que um monte de truques para encontrar um determinado livro numa estante particular, para um consultante particular. Certamente é isso também, mas fundamentalmente Biblioteconomia é a gerência do conhecimento (SHERA, 1977, p.11).

O bibliotecário possui estratégias para facilitar o processo de mediação da informação. Esse processo mediativo precisa ser fortalecido por meio de uma formação acadêmica inclusiva. Acredita-se que a imagem construída do usuário na perspectiva discente irá refletir no protagonismo social. Um processo formativo inclusivo, que perpassa o contexto da universidade, desenvolverá percepção acerca das carências informacionais da sociedade, destacando a responsabilidade social do profissional para traçar estratégias para chegar ao usuário e promover o acesso, com eficácia, da informação. Infere-se que as técnicas biblioteconômicas são fundamentais para a preservação da história da humanidade, mas, promover a disseminação da informação é parte essencial da responsabilidade social da área.

Sobre a questão *Shera* (1973, p.90) enfatiza que “a marca da epistemologia social consiste na ênfase no ser humano e na sociedade, e todas as suas formas de pensar, conhecer, agir e comunicar”. Em consonância, o bibliotecário precisa desenvolver habilidades e competências para exercer seu ofício em detrimento do dilúvio informacional existente e cooperar para que o usuário fique desprovido das técnicas de busca e acesso dessas informações. *Hjørland* (2002) descreve onze competências para bibliotecários e cientistas da informação para que possam atuar efetivamente, dando ênfase à responsabilidade social bibliotecaria. Para o autor o conhecimento é visto como resultado das práticas sociais, da interação do indivíduo com o meio. O usuário e seu contexto devem ser percebidos como fatores elementares no processo de guarda, transferência e mediação da informação. Enquanto agente central das práticas biblioteconômicas, precisa ser incorporado como o principal elemento das unidades de informação.

Nessa direção, “a formação do profissional da informação deve privilegiar sua ação como mediador informacional e pedagógico, uma vez que ele surge no cenário contemporâneo como líder e agente educacional de transformação” (VARELA; BARBOSA, 2007, p.126). Diante disso, o bibliotecário precisa desenvolver habilidades necessárias para realização dessa ação mediativa. Para Teixeira (2008) competência é a capacidade de mobilizar conhecimentos, valores e decisões para agir de modo pertinente numa determinada situação. Nessa acepção, as competências derivam a aplicação dos conhecimentos adquiridos. Varela e Barbosa (2007) enfatizam que as competências são constituídas na prática, visto que o saber e o fazer estão inter-relacionados e, aprende-se fazendo nas situações que requeiram competências e habilidades. O desenvolvimento e aperfeiçoamento dessas características evidenciam a responsabilidade social da área na formação profissional. Assim, entende-se que o êxito profissional está diretamente vinculado a sua formação.

Somar as capacidades técnicas e cidadãs são fundamentais para uma formação com qualidade. Nessa esteira, a Biblioteconomia precisa trazer essa temática para o escopo de suas discussões e compreender os construtos dessa responsabilidade social, por meio do viés da educação contextualizada. Enquanto viabilizador do conhecimento, perceber a interferência desse agente nas comunidades é fundamental para discutir a responsabilidade social da área no tocante à transmissão do conhecimento. Por ser o conhecimento vetor de progresso social precisa circular e permitir aos indivíduos o desenvolvimento. O conhecimento enquanto agregador de valor econômico e social é essencial para todos.

Em consequência dessa característica,

o bibliotecário fará mal sua tarefa se não compreender todo o papel do conhecimento na sociedade que ele serve e a parte que as máquinas podem realizar no processo da "ligação do tempo". O bibliotecário é o supremo ligador do tempo, e a sua disciplina é a mais interdisciplinar de todas, pois é a ordenação, relação e estruturação do conhecimento e dos conceitos. (SHERA, 1977, p.11).

O bibliotecário, enquanto profissional da informação, precisa estimular o pensamento crítico dos usuários por meio do acesso à informação. Para que sua *práxis* alcance destaque é necessário que sua formação seja de excelência, isto é, poder intercalar as atividades de sala de aula com atividades extrassala, ampliando a dimensão de sala de aula, como enfatiza *Vygotsky* (1991), uma educação integrada ao contexto social. No âmbito universitário, essa proposta pode ser realizada por meio das ações de extensão. Nessa perspectiva, fomentar discussões acerca da participação dos discentes em ações que possibilitam as suas intervenções em meios diversos é importante frente ao processo educacional, muitas vezes, isolacionista e teórico.

A prática, ação fundamental em todas as profissões, é pilar relevante para desenvolver competências necessárias para o exercício profissional. Entender as práticas extensionistas, desenvolvidas nas comunidades, e sua aplicação nos cursos de Biblioteconomia é necessário para perceber se a visão antropocêntrica da área está sendo trabalhada nos atuais cursos, informações verificadas nos dados coletados.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

“A escolha da metodologia mais adequada a um projeto de tese é certamente um momento de incerteza para o estudante das Ciências Sociais e em especial da Ciência da Informação. Como ainda não há na Ciência da Informação, métodos preferenciais ou abordagens teóricas exclusivas, possibilita ao pesquisador ampla escolha de métodos e estratégias, refletindo sua condição de ciência em expansão, tornando então, essa tarefa ainda mais difícil na escolha dos métodos aplicados nas pesquisas da área”.

(MUELLER, 2007, p.9)

Este capítulo apresenta a metodologia para alcançar os propósitos da pesquisa. O primeiro estágio, o que antecede a escolha dos métodos e técnicas pertinentes ao desenvolvimento da pesquisa, foi um momento conflitante, de expectativas e de muita reflexão. Passada essa etapa, foram selecionados os métodos, técnicas e instrumentos pertinentes para a consecução da pesquisa, conforme descrito nas seções posteriores. Braga (2007, p.25) destaca que: "o ponto de partida para a seleção de uma metodologia aplicada à pesquisa social precisa levar em conta a variedade, diversidade e a ambiguidade das opções disponíveis". De antemão, o pesquisador precisa fazer um levantamento que lhe fornecerá um mapa das opções metodológicas disponíveis para somente depois tentar adequar ao seu projeto. Em face disso, depois de analisar o projeto e verificar as possibilidades para sua execução foram determinados os métodos que se adéquam à proposta do projeto, construídas as hipóteses e o corpo metodológico.

A metodologia que fundamentou esse estudo busca compreender como os programas e projetos de extensão dos referidos cursos se apropriam dos conhecimentos e técnicas do campo para fortalecer a identidade bibliotecária na sociedade, destacando o compromisso social da área no processo de mediação da informação. Essa abordagem foi fundamentada em autores como *Mueller* (2007), *Minayo* (2004), *Prodanov* (2013), *Quivy*, *Campanhoudt* (1998); *Yin* (2005a); *Laville, Dionne* (1999), *Caregnato, Mutti* (2006), dentre outros.

O caminho metodológico iniciou-se com o levantamento bibliográfico, a partir do qual foram identificadas e selecionadas as fontes¹⁰: primárias¹¹, secundárias¹² e terciárias¹³

¹⁰ Fontes de informação: meios utilizados para equacionar problemas informacionais estabelecidos pelo esforço de converter as necessidades em resultados práticos por meio das diversas formas de conhecimento.

(livros, artigos, currículos *Lattes*, formulários de inscrição dos projetos de Extensão nas Pró-Reitorias de Extensão etc.) e os documentos que não receberam tratamento analítico, mas que se constituem como elementares para o progresso da pesquisa (formulários de inscrição dos programas e projetos de extensão cadastrados nas pró-reitorias de extensão), com o objetivo de fundamentar a parte teórica da pesquisa. Discorrida essa etapa, definimos a metodologia da pesquisa: os métodos e tipos; *locus* e sujeitos; técnicas e os instrumentos; procedimento de coleta e análise de dados e, por fim, os aspectos éticos, descritos a seguir.

5.1 Métodos e tipos de pesquisa

No contexto da unidade de contrários, o caminho que vai é o mesmo que volta; criticar e ser criticado são, essencialmente, o mesmo procedimento metodológico. Nesse sentido, o conhecimento científico não produz certezas, mas fragilidades mais controladas (DEMO, 2000, p.25).

Por metodologia compreende-se a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade. Método pode ser entendido como "um procedimento ou caminho para alcançar determinado fim e, que a finalidade da ciência é a busca do conhecimento, podendo dizer que o método científico é um conjunto de procedimentos adotados com o propósito de atingir o conhecimento" (PRODANOV, FREITAS, 2013, p.24). Assim método é todo como o caminho para se chegar a determinado fim. Nessa proposição, pode-se definir método científico como "conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento" (GIL, 2008, p.8). Como conjunto de processos empregados na investigação que fornece as bases lógicas à pesquisa, definiu-se utilizar o método indutivo para que direcionasse, com mais propriedade, o seu desenvolvimento.

A seleção do método Indutivo ocorreu por ser responsável pela generalização, o qual parte do particular para uma questão mais geral. No raciocínio indutivo, a generalização deriva de observações de casos da realidade concreta. As constatações particulares levam à

¹¹ Fontes primárias: Documentos que contêm informação de primeira mão ou dados originais sobre um tópico, tal como foram concebidos por seus autores/produtores, usados no preparo de trabalhos derivados. As fontes primárias incluem manuscritos, artigos que relatam pesquisas ou ideias originais, diários, memórias, cartas, fotografias, jornais etc. (IBICIT. Tesouro Brasileiro de CI, 2014)

¹² Fontes secundárias: Documentos publicados ou não que geralmente descrevem, resumem, indexam, reestruturam, analisam e/ou avaliam documentos primários como, por exemplo, as bibliografias, bases de dados, revisões de literatura. Referem-se também às outras fontes, que não as primárias, usadas na preparação de um trabalho.

¹³ Fontes terciárias: Documentos gerados a partir das fontes primárias e secundárias. Referem-se à bibliografia de bibliografia, diretórios, índices, catálogos etc.

elaboração de generalizações. (PRODANOV; FREITAS, 2013). Esse método permite a observação de fatos ou fenômenos para conhecer, e compará-la com a finalidade de descobrir as relações existentes entre eles. Por fim, procede à generalização, com base na relação verificada entre os fatos ou fenômenos. Após a análise das categorias construídas, foi realizada a mensuração dos dados para se chegar à síntese geral.

Quanto à natureza das fontes utilizadas, optou-se pelas pesquisas bibliográfica, documental e a pesquisa de campo, pois atendem aos objetivos propostos e proporcionam bases teóricas para a pesquisa. No tocante a pesquisa Bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A principal vantagem dessa pesquisa reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos do que aquela que poderia pesquisar diretamente. (GIL, 2008). *Quivy e Campenhoudt* (1998) corroboram ao enfatizar que as leituras ajudam a constituir a problemática da investigação. A pesquisa bibliográfica e documental auxilia a análise dos conhecimentos relativos aos problemas de partida.

Quanto a pesquisa Documental caracteriza-se pela utilização de materiais que ainda não receberam tratamento analítico, isto é, que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa, como os formulários de inscrição dos projetos de extensão nas pró-reitorias de extensão das universidades pesquisadas. (GIL, 2008). Por sua vez, a pesquisa de campo consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que presumimos relevantes, para analisá-los (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Quanto à abordagem, a pesquisa pode ser classificada como qualitativa com viés quantitativo. Por investigação qualitativa compreende-se como “um processo contínuo de construções, de versões da realidade”, cujo foco não é apenas o fenômeno estudado em si, mas o relato ou discurso do sujeito de pesquisa sobre o fenômeno vivido ou presenciado por ele, e que é este o verdadeiro objeto da pesquisa (FLICK, 2004, p.25). Para Minayo e Sanches (1993), a metodologia qualitativa trabalha com valores, crenças, representações, atitudes e opiniões e é propícia a aprofundar a complexidade dos fenômenos, fatos e processos particulares e específicos de grupos mais ou menos delimitados em extensão e capazes de serem abrangidos intensamente.

Já a pesquisa quantitativa é definida como uma pesquisa que traduz em números as opiniões e informações para serem classificadas e analisadas e utiliza-se de técnicas estatísticas (RODRIGUES, 2007). As pesquisas quantitativas são caracterizadas, normalmente, pela utilização de números absolutos ou estatísticos e indicadores numéricos,

que, trabalhados em seu conjunto, corroboram para a criação de modelos abstratos que possibilitam descrever e explicar fenômenos recorrentes e exteriores aos sujeitos (MINAYO, 2013). Para as autoras, as metodologias quantitativas e qualitativas podem ser aplicadas em concomitância. Tendo em vista a complementaridade das abordagens, optou-se por adotar a abordagem qualitativa com viés quantitativo, pois permitiu ampliar o escopo de abrangência da pesquisa em sua fundamentação metodológica.

Quanto aos objetivos, a pesquisa configura-se como exploratória e descritiva (ou explicativa). A pesquisa exploratória tem o objetivo de reunir dados, informações, padrões, ideias e hipóteses sobre um problema ou pesquisa com pouco ou nenhum estudo anterior. Para *Quivy e Campenhoudt* (1998, p.109) o objetivo do trabalho exploratório é alargar a perspectiva de análise, travando conhecimento com o pensamento de autores cujas investigações e reflexões podem inspirar o investigador e revelar facetas do problema nas quais não teria certamente pensado por si próprio e, por fim, optar por uma problemática apropriada. Quanto à pesquisa descritiva, nota-se que tem o objetivo de identificar as características de um determinado problema ou questão e descrever o comportamento dos fatos e fenômenos.

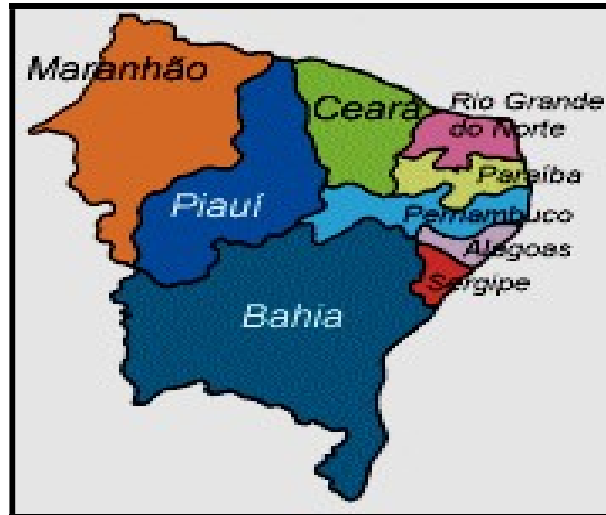
5.2 O *locus* e os sujeitos da pesquisa

O *locus* da pesquisa é parte fundamental, por ser o local onde serão colhidos os dados. *Yin* (2005b, p.27) define estudo de caso como "estratégia para se examinar acontecimentos contemporâneos dentro de seu contexto da vida real especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos". O autor retrata que o diferencial do estudo de casos é a capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências - documentos, artefatos, entrevistas e observações, e que a pesquisa de estudo de caso pode incluir tantos estudos de caso único quanto de múltiplos casos.

Pela diversidade dos cursos analisados, a pesquisa configura-se como estudo de múltiplos casos. Assim sendo, os Cursos de Biblioteconomia das Universidades Federais da região Nordeste do Brasil configuram-se o *locus* desta proposta investigativa. O curso do estado do Piauí não fará parte da amostra por ser o único em que é ofertado na esfera estadual (Universidade Estadual do Piauí), além da ausência de informações sobre o curso no ambiente digital. Dessa forma, serão pesquisados os nove cursos de Biblioteconomia, alocados nas Universidades Federais da região, dispostos nos seguintes Estados: Alagoas, Bahia, Ceará,

Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe, conforme distribuídos geograficamente no mapa (FIGURA 03).

Figura 01 – Região Nordeste – Brasil



Fonte: IBGE

O recorte espacial corresponde à abrangência em termos empíricos do recorte teórico ao objeto da investigação (MINAYO, 2006). Nesta pesquisa são os programas/projetos de extensão do curso de Biblioteconomia das referidas Universidades, em funcionamento e com atividades com foco nas comunidades externas. Quanto aos objetos e sujeitos da presente investigação, são constituídos pelos *websites* dos cursos, Plataforma *Lattes*, bolsistas remunerados dos programas/projetos de extensão, Coordenadores dos programas/projetos de extensão e bibliotecários – ex-bolsistas de extensão (formados no período de 2012-2016). A amostra selecionada constituiu-se dos 09 *websites* das IFES nordestinas, 144 currículos *lattes* docentes. Esses dados foram coletados em março/2016 e serão reaplicados em janeiro/2017, a fim de validá-los.

Embora existam muitas técnicas de realizar o trabalho de campo, dois são os instrumentos principais: a observação e a entrevista. Enquanto que a primeira é feita sobre tudo aquilo que não é dito, mas pode ser visto e captado por um observador atento e persistente, a segunda tem como matéria-prima a fala de alguns interlocutores (MINAYO, 2009). Diante dessa assertiva são descritas, na seção posterior, as técnicas e instrumentos utilizados para coleta dos dados.

5.3 Técnicas e instrumentos da pesquisa

Para a consecução foi utilizado um conjunto de fontes, a fim de atingir os propósitos. As técnicas são procedimentos operacionais imprescindíveis para alcançar os objetivos. Estas precisam ser compatíveis com a metodologia. Nesse cenário optamos por utilizar as técnicas da Documentação, Observação, Entrevista e Questionário, descritos a seguir. Para *Laville e Dionne (2008)* a informação é à base da pesquisa. Sobre ela se estabelece os procedimentos, principalmente o indutivo, da construção dos problemas e hipóteses, e do dedutivo, da verificação da hipótese.

As pesquisas têm início na Documentação. Segundo as autoras, os documentos contêm informações, portanto, convém fazer a triagem, criticar, julgar sua qualidade em função da necessidade da pesquisa, codificar ou categorizar. Sintetizando, a documentação resume-se em reunir os documentos, em descrever ou transcrever eventualmente seu conteúdo e talvez em efetuar uma primeira ordenação das informações para selecionar aquelas que parecem pertinentes (LAVILLE; DIONNE, 2008). Enquanto documentação de análise, utilizou-se os documentos dos programas e projetos de extensão analisados, os currículos docentes dispostos na plataforma *lattes*, os questionários e entrevistas (após aplicação destes), além de outras fontes descritas no final deste trabalho.

A proposta desta investigação não se restringe somente aos aspectos bibliográficos, outras técnicas foram utilizadas para dar mais exequibilidade à pesquisa. A técnica de observação proporcionou verificar, no meio digital e físico, informações relevantes para o desenvolvimento da pesquisa. A observação enquanto técnica engloba,

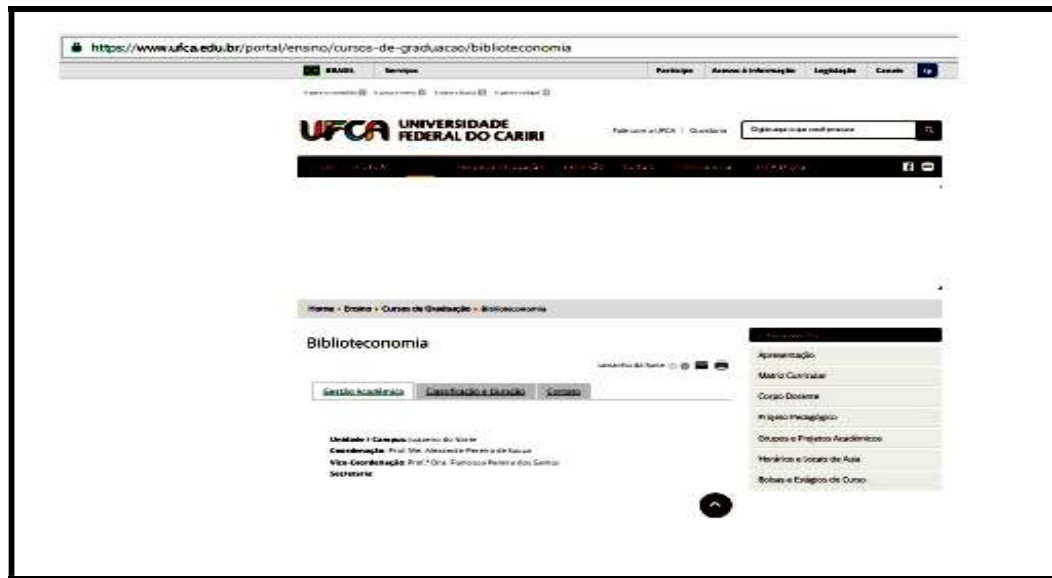
o conjunto de operações através das quais o modelo de análise (constituído por hipóteses e conceitos) é submetido ao teste dos factos e confrontado com dados observáveis. Ao longo dessa fase são reunidas numerosas informações, que serão sistematicamente analisadas numa fase ulterior. (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998, p.155).

Esta técnica apresenta-se de duas formas: "a observação direta e a observação indireta. A observação direta é aquela em que o pesquisador procede diretamente a recolha das informações, sem se dirigir aos sujeitos pesquisados. Apela diretamente ao seu sentido de observação". (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998, p.169). O mapeamento dos cursos, dos docentes e dos programas/projetos foi coletado por meio da técnica de observação direta e serão discutidos à luz da teoria abordada no percurso bibliográfico realizado para fins desta pesquisa. Para efetivação da técnica de observação foram analisados os *websites* das universidades pesquisadas e a plataforma *lattes*, onde foram subtraídas informações, que, após

análise, tornaram-se parte da documentação em estudo. A seguir são delineadas algumas das etapas da pesquisa.

No primeiro momento, observou-se as páginas dos cursos das universidades (FIGURA 02).

Figura 02 – Página do Curso no website da Universidade



Fonte: <<https://www.ufca.edu.br/portal/ensino/cursos-de-graduacao/biblioteconomia>>

A partir dos *websites* das IFES, foi feito o levantamento do corpo docente do curso. Nesta etapa, verificou-se que os sites das IFES, além da desatualização, alguns não disponibilizam as informações necessárias sobre o corpo docente, tampouco, as atividades extensionistas desenvolvidas pelos cursos. O difícil acesso para obter essas informações foi um dos obstáculos preliminares para a realização da pesquisa.

Após identificação do corpo docente, buscou-se o endereço eletrônico do currículo *lattes* para facilitar a busca na plataforma do CNPq. (FIGURA 03).

Figura 03 – Mapeamento do Corpo Docente – UFCA

ORD	Professores Efetivos	Currículo Lattes	Formação A
1	Alexandre Pereira de Sousa	http://lattes.cnpq.br/3416064810722284	Mestre
2	Arlúci Goes Elliott	http://lattes.cnpq.br/9873581625743462	Mestre
3	Carla Façanha de Brito	http://lattes.cnpq.br/6421811965337503	Mestre
4	David Vernon Vieira	http://lattes.cnpq.br/3561131844492762	Doutor
5	Débora Adriano Sampaio	http://lattes.cnpq.br/6540558738558126	Mestre
6	Deise Santos do Nascimento	http://lattes.cnpq.br/6021294493465636	Mestre
7	Eleny do Nascimento Silva	http://lattes.cnpq.br/1365092858604074	Mestre
8	Francisca Pereira dos Santos	http://lattes.cnpq.br/0939531253224149	Doutora
9	Gracy Kelli Martins	http://lattes.cnpq.br/7431498333122929	Mestre
10	Henry Poncio Cruz de Oliveira	http://lattes.cnpq.br/4231993792347599	Mestre
11	Irma Gracielle Carvalho de Oliveira Souza	http://lattes.cnpq.br/7768460764767759	Mestre
12	Jonathas Luiz Carvalho Silva	http://lattes.cnpq.br/2376636144965734	Mestre
13	Joselina da Silva	http://lattes.cnpq.br/1785433331883652	Doutora
14	Lucas Almeida Serafim	http://lattes.cnpq.br/8413756820860572	Mestre
15	Luiz Manoel Lopes	http://lattes.cnpq.br/0148195378287401	Doutor
16	Maria Cleide Rodrigues Bernardino	http://lattes.cnpq.br/5619979866984830	Doutora

Fonte: <<https://www.ufca.edu.br/portal/ensino/cursos-de-graduacao/biblioteconomia/corpo-docente>>

Em alguns dos repositórios, a disposição das informações pertinentes aos cursos (localização, corpo docente, coordenação, contato etc.) são de difíceis localização, outras não disponibilizadas. Em virtude desses fatos, foram enviados *e-mail* aos coordenadores das IFES. A desatualização das informações dispostas é uma das variáveis detectadas no decorrer da pesquisa. Em alguns *websites*, verificou-se que professores transferidos, aposentados etc, continuam na relação do corpo docente.

Nessa perspectiva, destaca-se que o curso, que trabalha com o fluxo informacional, apresenta problemas para dispor informações elementares atualizadas. Os profissionais, coordenadores e corpo docente precisam perceber essa limitação na organização acerca do próprio curso, a fim de sua prática não divergir das teorias ministradas em sala de aula. Entende-se que a morosidade das atualizações dos *websites* é conseqüência da carência do número de funcionários para suprir a demanda da gestão, visto que os coordenadores assumem, além das atividades administrativas de gestão, o ensino e a pesquisa.

Identificados os docentes, recorreu-se à observação direta na Plataforma do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), para mapear os currículos a fim de apontar os docentes que desenvolvem extensão, identificando essas ações. Devido à confiabilidade, a plataforma foi o *locus* para verificar as ações extensionsitas realizadas pelos sujeitos pesquisados. (FIGURA 04).

Figura 04 – Plataforma *Lattes* – página inicial

Fonte: <<http://lattes.cnpq.br/>. 2016>

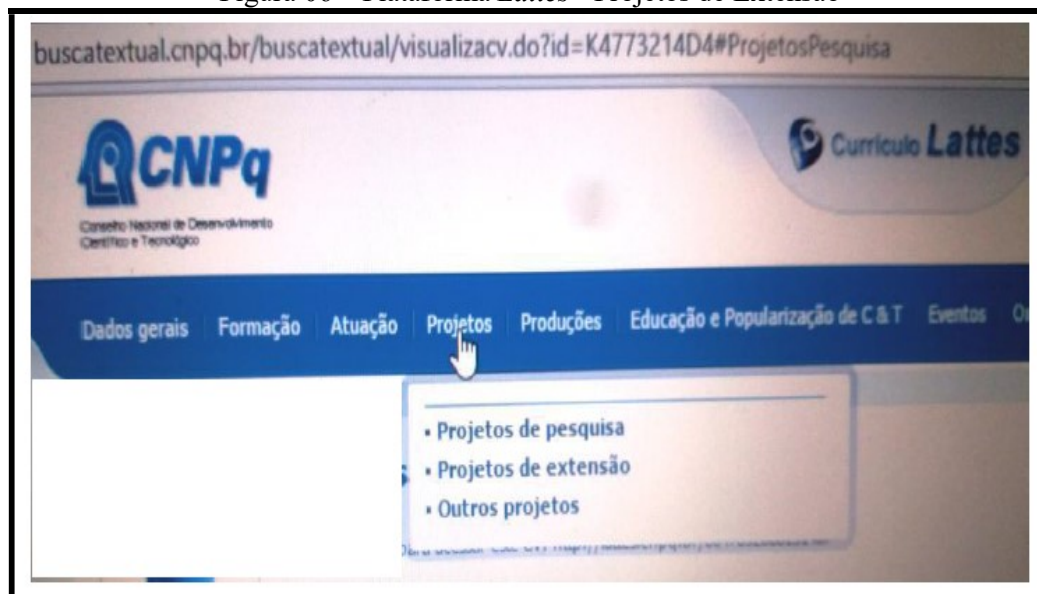
O Currículo *Lattes* é um padrão nacional do registro da vida acadêmica de estudantes e demais pesquisadores do país. Por sua credibilidade e abrangência, é um instrumento indispensável para análise de competências no tocante ao financiamento de pesquisas (CNPq, 2016). Em virtude dos requisitos desse documento utilizou-se como parte da análise. (FIGURA 05).

Figura 05– Plataforma *Lattes* – busca currículo

Fonte: <<http://lattes.cnpq.br/>. 2016>

No segundo momento, foram identificadas as ações extensionistas desenvolvidas pelos docentes (FIGURA 06). A busca dessas informações deu-se no campo Projetos, de onde foram subtraídas as informações necessárias.

Figura 06 – Plataforma *Lattes* - Projetos de Extensão



Fonte: <<http://lattes.cnpq.br/>. 2016>

Tabuladas as ações extensionistas desenvolvidas pelos docentes, foi feita a seleção das informações pertinentes. Após análise dessas ferramentas, foi construída uma planilha no *Excel* para mapear os docentes e as ações extensionistas desenvolvidas por eles (FIGURA 09). As informações obtidas foram adotadas como fontes documentais.

Figura 07 – Planilha *Excel*

 A screenshot of a Microsoft Excel spreadsheet. The title bar reads 'MAPEAMENTO DOS DOCENTES E PROJETOS DE EXTENSÃO - Microsoft Excel'. The ribbon shows 'Início', 'Inserir', 'Layout da Página', 'Fórmulas', 'Dados', 'Revisão', 'Exibição', and 'Suplementos'. The spreadsheet has columns A through E. Row 1 contains 'UNIVERSIDADE' in column C. Row 3 has headers: 'ORDEM' in A, 'DOCENTE' in B, 'TÍTULO: PROJETO EXTENSÃO' in C, and 'PERÍODO' in D. Rows 4-13 contain data for ORDEM 01 to 10. Row 14 has 'TOTAL' in A, 'XX' in B, and 'XX' in D. Row 15 is empty.

Fonte: Elaborada pela autora.

Foram verificados casos que o docente possui várias ações em detrimento de outrem que não desenvolvem ações extensionistas direcionadas às comunidades externas. Os dados coletados foram tabulados e representados graficamente na seção ulterior. A variável "desatualização" do Currículo *Lattes* foi recorrente. A desatualização pontuada está direcionada não à inclusão de novos dados (publicação de artigos, participações em banca), mas, à ausência do termo “concluído” ou “interrompido” quando a ação foi encerrada. A atualização curricular é de responsabilidade docente e não da Plataforma *Lattes*. Em virtude dessa variável, a pesquisa foi reaplicada em janeiro de 2017 para fazer comparativo com os dados coletados anteriormente, e foi detectado que não houve alteração.

Em virtude da necessidade de observar o cotidiano das pessoas para alcançar os objetivos da pesquisa, utilizou-se a técnica da observação indireta pois permite

o investigador dirigir-se ao sujeito para obter a informação desejada. Ao responder às perguntas, o sujeito intervém na produção da informação. Esta não é recolhida diretamente, sendo, portanto, menos objetiva. Na realidade, há dois intermediários entre a informação procurada e a informação obtida: o sujeito, a quem o investigador pede que responda, e o instrumento, constituído pelas perguntas. Na observação indireta, o instrumento de observação é um questionário ou um guia de entrevista. (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998, p.169).

Para lograr êxito na técnica de observação indireta foram empregados os instrumentos questionários e entrevistas. Etapa realizada após o processo de qualificação da tese. A técnica de observação indireta consiste em três operações essenciais: criação, validação e recolhimento do documento (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998), as quais foram observadas na construção dos instrumentos de coleta. O Diário de Campo, enquanto instrumento de coleta de dados, foi utilizado desde a gênese até a conclusão da pesquisa, em que foram anotadas as percepções do pesquisador e utilizadas na síntese final dos dados.

As entrevistas contribuem para alargar o campo de investigação das leituras. A técnica de entrevista exploratória tem como função principal revelar determinados aspectos do fenômeno estudado. *Quivy e Campenhoudt* (1998) destacam três categorias válidas para aplicação dessa técnica: docentes, investigadores especializados e peritos no domínio, visto que esses grupos cooperam para expandir o conhecimento do pesquisador com seus conhecimentos, metodologias e trabalhos realizados; testemunhas privilegiadas, sujeitos responsáveis, que desenvolvem ações ou pertencem ao público que realiza o trabalho pesquisado; público-alvo do estudo. Na pesquisa essas categorias são compostas pelos coordenadores dos projetos de extensão, bibliotecários e bolsistas.

Quanto à elaboração dos roteiros das entrevistas, as questões foram estruturadas para alcançar os objetivos das categorias pré-definidas: compreensão de responsabilidade social universitária e relação com a sociedade, destacando os compromissos com os grupos vulneráveis; prática extensionista; identidade bibliotecária; formação discente cidadã e ética. Após a construção dessas categorias foram elaboradas as entrevistas estruturadas para o levantamento de dados e aplicadas à população pesquisada. No tocante à elaboração dos questionários, *Quivy e Campenhoudt* (1998) destacam que consiste em colocar, para um conjunto de investigados, uma série de perguntas relativas à sua situação social, profissional ou familiar, às suas opiniões, à sua atitude em relação a opções ou a questões humanas e sociais etc. Para *Laville e Dionne* (2008) os questionários, enquanto técnica para coleta de dados permitem coletar informações pertinentes por meio da percepção dos respondentes, podendo constituir-se de questões abertas, fechadas ou mistas.

Para aplicação das referidas técnicas foram empregados os instrumentos de coleta:

a) Técnica da Documentação

Nessa categoria foram analisadas as informações dispostas nas fontes primárias, secundárias e terciárias haja vista a importância desses instrumentos para conhecer os objetivos e propostas dos respectivos projetos, além de outras fontes dispostas no final da pesquisa;

b) Técnica de Observação direta e indireta

Nessa etapa de observação, direta e indireta, foram identificados e mapeados os materiais coletados dos *websites*, da plataforma *Lattes*, dos formulários de projetos etc. Essa técnica foi complementada pelo Diário de Campo;

c) Técnica de Entrevista

Foi realizado um roteiro de entrevista estruturada, com questões previamente construída, abertas e fechadas, aplicadas a uma amostra da população pesquisada,

d) Técnica do Questionário

Foram construídos questionários, com questões abertas e fechadas, aplicados à população pesquisada, enviados por correio eletrônico.

A fim de utilizar todas essas ferramentas metodológicas, optou-se por triangulação de métodos e técnicas, que consiste no uso de metodologias distintas, permitindo ao pesquisador uma visão ampliada acerca do objeto pesquisado, ao fazer um cruzamento das informações coletadas no decorrer da pesquisa, permitindo assim a realização de uma síntese geral dos dados, chegando-se a uma conclusão.

5.4 Procedimentos de coleta e análise de dados

A coleta de dados foi realizada em duas partes: a primeira parte consistiu na técnica de observação direta, realizada nos *websites* das IFES e na Plataforma *Lattes*; e, na segunda parte, deu-se a aplicação dos questionários e entrevistas, enviadas por correio eletrônico, *e-mail*, e, *in lócus*. Essa fase de coleta teve dois momentos: em 2016, fase em que deu-se a coleta dos dados dos *websites*, dos cursos investigados e dos currículos *lattes* dos docentes e, nos meses de janeiro a abril de 2017, período que se deu a aplicação das entrevistas e dos questionários. Após coletados, os dados passaram para a fase de análise. Para validar a coleta de dados foi realizado o pré-teste, etapa que antecedeu a aplicação geral dos instrumentos e permitiu verificar se as ferramentas de coleta atendiam aos objetivos propostos. De acordo com os respondentes, houve pequenas modificações nesses instrumentos. Os questionários e entrevistas utilizados no pré-teste não constaram da amostra final da pesquisa.

A análise é um momento singular da pesquisa de verificação das hipóteses construídas para chegar-se ao objetivo geral do estudo; tem por foco organizar e sumarizar os dados a fim de possibilitar o fornecimento de respostas ao problema proposto para a investigação. Para *Minayo* (2009) a fase de análise tem como finalidade a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que se pretende investigar. Para a autora, essa fase ocorre ao longo de todo o processo de construção da pesquisa e, quando chega à reta final, retorna às fases anteriores. No tocante à interpretação que visa “à procura do sentido das respostas, é feita mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos” (GIL, 1987, p.167) e constitui-se fase fundamental da pesquisa. Para compreensão dos dados coletados os mesmos foram agrupados em categorias pré-estabelecidas.

A análise foi fundamentada em uma abordagem compreensiva a fim de prezar os aspectos qualitativos dos dados. Essa etapa foi pautada na Análise de Conteúdo de *Bardin* (1977) e *Minayo* (2009), que consistem em técnicas que permitem verificar os instrumentos a partir da percepção dos atores pesquisados. A análise de conteúdo, definida enquanto conjunto de técnicas configura-se como um leque de apetrechos adaptável a um campo de aplicação vasto: as comunicações (BARDIN, 1977). Em virtude de seu rigor científico, essa técnica pode ser aplicada a todas as formas de comunicação, independente da natureza do suporte, visto que tudo é passível de interpretação. Esse recurso permite a análise de documentos de forma ampla, sendo uma ferramenta relevante para análise das entrevistas e questionários.

A fim de obter o máximo de informações necessárias derivadas desse processo, utilizou-se o Método de Interpretação de Sentidos, técnica das “perspectivas das correntes compreensivas das ciências sociais que analisa: a) palavras; b) ações; c) conjunto de inter-relações; d) grupos; e) instituições; f) conjunturas, dentre outros corpos analíticos” (GOMES *et al.*, 2005, p. 202). Desse modo, a interpretação ocorreu em três etapas, a saber: a) leitura compreensiva do material selecionado; b) exploração do material; c) elaboração de síntese interpretativa (MINAYO, 2009).

A análise foi realizada em três grandes blocos, definidos a priori, a saber: **docentes** (coordenadores dos programas/projetos de extensão), **discentes** (ex)bolsistas de extensão) e **profissionais** (bibliotecários com até 5 anos de formação e ex-bolsistas de extensão). Depois de construídos esses três grandes blocos de análise, foram construídas três categorias temáticas: **Prática Extensionista x Responsabilidade social universitária; Projetos de Extensão x Identidade Bibliotecária; Práxis Bibliotecária x Compromissos sociais**, sendo que esta última será analisada apenas no segmento bibliotecário, visto tratar-se da *práxis* profissional. Essas categorias permitiram agrupar os objetivos específicos e alcançar o objetivo geral da pesquisa: analisar as ações extensionistas realizadas nas comunidades externas, pelos cursos de Biblioteconomia e suas derivações nas IFES nordestinas, como estas ações se configuram como aspecto da responsabilidade social da área, sua contribuição para a formação cidadã e para visibilidade profissional bibliotecária (QUADRO 05).

Quadro 05 – Categorias para análise dos instrumentos de coleta de dados

CATEGORIAS DE ANÁLISES	
Categorias	Objetivos
Prática Extensionista x RSU	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Mapear os projetos de extensão nos Cursos de Biblioteconomia, desenvolvidos nas comunidades, que visam ao progresso social, a partir dos currículos <i>lattes</i> dos professores; ✓ Quantificar os docentes dos referidos cursos, que desenvolvem projetos de extensão universitária; ✓ Analisar como o conceito de responsabilidade social está presente nos programas/projetos de extensão mapeado; ✓ Analisar a percepção dos bolsistas de extensão dos programas/projetos acerca da responsabilidade social nas ações que desenvolvem.
Projetos de Extensão x Identidade Bibliotecária	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Investigar como as práticas específicas da área de Biblioteconomia estão presentes nas ações desenvolvidas e como esses programas cooperam na visibilidade social da profissão; ✓ Verificar como os Coordenadores dos projetos de Extensão de Biblioteconomia trabalham a educação dos bolsistas no tocante à identidade profissional.
Práxis Bibliotecária x Compromissos sociais	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Identificar como os bibliotecários, ex-bolsistas de extensão, desenvolvem a responsabilidade social da área em termos de intervenção social em sua <i>práxis</i> profissional.

Fonte: Elaborado pela autora.

Após a construção dessas categorias, foram observados os aspectos éticos para a realização da pesquisa, conforme descreve seção posterior.

5.5 Aspectos éticos

Quanto aos aspectos éticos, a população pesquisada foi devidamente informada por meio de um termo de consentimento esclarecido (APÊNDICE B) dos objetivos da pesquisa, sendo mantido o anonimato dos respondentes e a utilização dos dados coletados somente para fins específicos da pesquisa. Após a coleta dos dados, passou-se à fase de análise e interpretação descritas na seção posterior.

6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

"Assim é nossa crença que o destino final, o objetivo do trabalho com a informação é promover o desenvolvimento do indivíduo, de seu grupo e da sociedade. Entendemos por desenvolvimento de uma forma ampla, como um acréscimo de bem-estar, um novo estágio de qualidade de convivência, alcançado através da informação. A ação social maior é fazer a luz brilhar para cada ser humano através da informação como mediadora do conhecimento"

(BARRETO, 2002).

Esta seção apresenta os resultados obtidos na pesquisa, suas análises e interpretações, fundamentadas no referencial teórico abordado. A seção encontra-se dividida em três subseções: o primeiro momento apresenta os dados quantitativos: mapeamento dos Cursos de Biblioteconomia no Nordeste do Brasil, dos docentes das IFES que desenvolvem ações extensionistas, dos programas/projetos de extensão com a temática inclusão e os instrumentos de divulgação das ações de Extensão – os periódicos e os boletins informativos das universidades pesquisadas e, a análise dos documentos de inscrição desses projetos na FORPROEX. No segundo momento, foi feita a interpretação dos dados coletados por meio dos questionários e entrevistas aplicados aos (ex)bolsistas de extensão, remunerados e voluntários; docentes coordenadores de projetos extensionistas e bibliotecários – ex-bolsistas de extensão; no terceiro momento, foi realizada uma síntese comparativa dos dados, tendo como objetivo averiguar os objetivos propostos da pesquisa, conforme descritos nas subseções posteriores.

6.1 Mapeamento dos cursos de Biblioteconomia no Nordeste do Brasil

O mapeamento dos cursos de Biblioteconomia e suas derivações forneceu uma variável relevante para a pesquisa, a quantificação dos cursos ofertados na região, localização geográfica e as suas nomenclaturas, conforme apresentado no QUADRO 06.

Quadro 06 – Nomenclatura dos cursos de Biblioteconomia das IFES/ Nordeste do Brasil

Estado	Cidade	Universidades	Título	Criação
Alagoas	Alagoas	UFAL	Curso de Biblioteconomia	1998
Bahia	Salvador	UFBA	Curso de Biblioteconomia e Documentação	1942
Ceará	Fortaleza	UFCE	Curso de Biblioteconomia	1965
	Juazeiro do Norte	UFCA	Curso de Biblioteconomia	2006

(Continua)

Quadro 06 – Nomenclatura dos Cursos de Biblioteconomia das IFES/ Nordeste do Brasil (*Conclusão*)

Estado	Cidade	Universidades	Título	Criação
Maranhão	São Luiz	UFMA	Curso de Biblioteconomia	1969
Paraíba	João Pessoa	UFPB	Curso de Biblioteconomia	1969
Pernambuco	Recife	UFPE	Curso de Biblioteconomia	1950
Piauí	Teresina	UESPI	Curso de Biblioteconomia	2003
Rio Grande do Norte	Natal	UFRN	Curso de Biblioteconomia	1997
Sergipe	Aracaju	UFS	Curso de Biblioteconomia e Documentação	2008
Total Geral	10			

Fonte: Elaborado pela autora.

O curso de Biblioteconomia está presente em todos a região Nordeste, sendo que, em oito Estados, o curso é ofertado pelas universidades federais e, somente no Piauí é alocado em uma universidade estadual. Em virtude dessa característica, a UESPI não foi contemplada na pesquisa, visto que o *locus* da investigação constitui-se das universidades federais. Quanto à implantação e expansão do curso na região, foi lenta e gradual, se comparada ao primeiro curso de Biblioteconomia no país (Decreto 8.835 de 11 de julho de 1911), mas, oficialmente, iniciou-se em 1915 (CASTRO, 2000a). Na região, a criação do primeiro curso deu-se em 1942, no Estado da Bahia, seguida de Pernambuco. A década de 1960 foi um período áureo da ampliação das Escolas de Biblioteconomia no país, conseqüentemente para a região (Ceará, Maranhão e Paraíba); regulamentação da profissão (criação da Lei 4.034 de 30 de junho de 1962), uniformização curricular dos cursos pelo Conselho Federal de Educação (Parecer 326/62 da Resolução s/n; intensificação do movimento associativo – FEBAB) e o prelúdio da Ciência da Informação no país (ARAGÃO; QUARESMA, 1992).

Nas décadas de 1960 e 1970 houve o crescimento da pós-graduação, com a criação dos cursos de mestrados e doutorado, fortalecendo a discussão teórica e metodológica da área no país. Nas décadas seguintes (1990-2000) teve a implantação de cursos na região, nos Estados das Alagoas, Rio Grande do Norte e Sergipe, contemplando assim todos os estados nordestinos com a graduação em Biblioteconomia. Quanto à localização geográfica, a maioria dos cursos encontra-se nas capitais, fato esse que limita os oriundos dos interiores a ingressarem no curso, episódio esse que carece de ser discutido pelas instituições ofertantes. Em sua maioria, o curso é ministrado no período diurno, situação que impossibilita os discentes trabalhar ou ter um estágio para manter-se nos estudos, o que acarreta em desistência dos alunos. Essa realidade foi comprovada na UFCA, a qual tem buscado meios para solucionar esse dado e reduzir o número de desistência e evasão de matrículas. Enquanto docente do setor de estudos de gestão e recursos humanos, a quantificação dos alunos que

chegam às disciplinas desse Setor (5º - 7º período) é reduzida, denotando que a evasão ocorre nos primeiros anos de curso. Esses dados são frutos das observações empíricas da realidade local e vêm sendo discutida nas reuniões do Colegiado (Curso de Biblioteconomia. Ata Colegiado. 2010)

Quanto aos aspectos conceituais relativos à nomenclatura dos cursos investigados, verificou-se que em Sergipe e em Salvador a titulação diverge dos demais, “Biblioteconomia e Documentação”, ampliando o campo de atuação profissional. Considerando a titulação regulamentar do profissional, a fragmentação advinda da nomenclatura reflete no campo de atuação. A identidade profissional é fortalecida por meio da padronização da titulação dos cursos, a ausência dessa uniformidade prejudica a identidade profissional. A UFAL, após ter modificado o título do curso para Ciência da Informação – Habilitação em Biblioteconomia (2004), foi recomendada pelo MEC a denominar-se Curso de Biblioteconomia (SANTOS, 2010). Padronizar a terminologia é importante para reforçar a imagem da profissão e serve assim como parâmetro de alinhamento das funções desempenhadas. Nesse tocante, a uniformização dos títulos dos cursos de graduação é relevante para fortalecer para promoção da visibilidade profissional, fato esse comprovado nos dados coletados.

Os cursos de Biblioteconomia, inicialmente, foram ofertados por outras instituições: Biblioteca Nacional, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Escola da Filosofia *Sedes Sapientiae*, Departamento de Documentação e Cultura da Prefeitura Municipal de Recife, *Mackenzie College*, somente em 1962, quando a profissão foi elevada à condição de "nível superior", foi introduzido nas universidades federais. Nessa época, foi estabelecido o primeiro currículo mínimo para os cursos, que vigorou até 1982, marcando por duas décadas, toda a formação profissional (MUELLER, 1988). A justificativa da oferta de um curso pela esfera pública implica a relevância social da profissão para contribuir no desenvolvimento do país.

Quanto à matriz curricular, houve três mudanças significativas: Década de 1960: período em que ocorreu a padronização do currículo (Resolução 16/11/1962 - CFE) e o predomínio das técnicas biblioteconômicas na formação acadêmica. A centralidade dos estudos era os problemas cotidianos da biblioteca e questões acerca do Usuário e Avaliação de Coleção não eram destacadas. Década de 1980: período de expansão dos cursos de pós-graduação e domínio da tecnologia, a ênfase curricular passou dos documentos impressos para os usuários. A atuação bibliotecária, antes bibliocêntrica, passou a ser antropocêntrica, focando o elemento humano como centro da *práxis* profissional. Nessa fase ocorreu a transferência da centralidade do “documento físico” para o usuário, acompanhando as

transformações sociais, mais precisamente, a evolução da Teoria evolução literária, com a Estética da Recepção de *Hans Jauss* (1981), passando da ênfase do autor, do texto e posteriormente do leitor (FONSECA, 2007).

Nesse momento, a transformação da visão da área como uma ciência, ocasionada principalmente pela criação dos cursos de pós-graduação, fez afluir novas perspectivas e discussões no campo. Em decorrência, deu-se aprovação de um novo currículo multidisciplinar, publicado pelo Conselho Federal de Educação, na resolução nº 08/82 que fixou o mínimo de conteúdo e de duração do curso de Biblioteconomia (1982). Essa resolução modificou a duração do curso, que passou para quatro anos e trouxe alterações na estrutura curricular. Em virtude das transformações sociais, em 2000, as Diretrizes Curriculares Nacionais determinaram novas competências e habilidades aos graduados:

Competências gerais:

- Gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los;
- Formular e executar políticas institucionais;
- Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos;
- Utilizar racionalmente os recursos disponíveis;
- Desenvolver e utilizar novas tecnologias;
- Traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação;
- Desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres;
- Responder a demandas sociais de informação produzidas pelas transformações tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo. (OLIVEIRA; CARVALHO; SOUZA, 2009, p.20-21).

Competências específicas:

- Interagir e agregar valor nos processos de geração, transferência e uso da informação, em todo e qualquer ambiente;
- Criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação;
- Trabalhar com fontes de informação de qualquer natureza;
- Processar a informação registrada em diferentes tipos de suporte, mediante a aplicação de conhecimentos teóricos e práticos de coleta, processamento, armazenamento e difusão da informação;
- Realizar pesquisas relativas a produtos, processamento, transferência e uso da informação (OLIVEIRA; CARVALHO; SOUZA, 2009, p.20-21).

Em consequência dessas novas competência a formação profissional direcionada para o acervo, retratado no clássico filme "O nome da Rosa" (1986), não comporta as atribuições da Biblioteconomia hodierna, centrada no usuário e no acesso à "informação. O estereótipo do Bibliotecário foi impactado pelas tecnologias, que ocasionaram mudanças em todas as profissões.

Nesta direção, destaca-se que,

a mudança de paradigma da Biblioteconomia, do objeto “documento”, para a “informação”, juntamente como advento das novas tecnologias, e por conseguinte, da Internet, acarretaram uma ampliação do campo de atuação do bibliotecário. Nota-se ainda nessa década uma ênfase da presença dos “usuários” que passaram a nortear a finalidade das bibliotecas, em que elas, sobretudo, ao invés da posse deveriam privilegiar o acesso a informações nas suas diferentes manifestações. (OLIVEIRA; CARVALHO; SOUZA; 2009, p.20).

O usuário, antes sujeito coadjuvante, passa a protagonista do processo da profissão e a interdisciplinaridade foi um dos fatores que colaborou nessa mudança. O paradigma social da Ciência da Informação e a Biblioteconomia Social cooperaram com subsídios metodológicos para intensificar o papel do usuário no fluxo informacional, enfatizando que a informação precisa “circular, expandir” a fim de gerar conhecimentos. Nesse direcionamento foi necessário conciliar as atribuições de conservação e preservação com a mediação da informação foi imperativo nessa sociedade onde o conhecimento é vetor de desenvolvimento social.

A responsabilidade de uma área está vinculada a sua dimensão social, política e educativa, refletida em sua organização curricular. Cysne (1993, p.52) enfatiza que: "o valor social da biblioteca e do serviço de profissionais competentes é sempre aceitável quando enfatiza as necessidades de organizar a informação para sua própria disseminação". Destarte, o compromisso da universidade é formar cidadão-participativo, que contribua para o desenvolvimento de suas comunidades, capaz de influenciar proativamente para a fluidez da informação. Desta forma, os cursos têm buscado atualizar sua matriz curricular, para atender às necessidades informacionais da população, dentre essas a criação de disciplinas optativas para atender às necessidades locais, visto que, mesmo com uma matriz comum, cada região tem suas especificidades.

No primeiro momento de levantamento de dados quantitativos, observou-se que a área tem buscado acompanhar as transformações sociais e alinhar sua responsabilidade social no tocante à padronização da titulação dos cursos na região; que a matriz curricular precisa ser atualizada em detrimento das necessidades informacionais sociais vigentes, mas, como essa ação demanda tempo, há a criação das disciplinas optativas e eletivas para atender às demandas profissionais hodiernas; as universidades precisam alargar a fronteira de alcance desses cursos, promovendo que eles sejam ofertados nos interiores dos estados, visto que a maioria está nas capitais.

Após o mapeamento dos cursos, sua localização e denominação, foram identificados os docentes que desenvolvem projetos de extensão, os projetos desenvolvidos nas comunidades e os instrumentos de divulgação dessas ações; além disso, foi feita uma análise documental dos formulários de inscrição desses projetos na PROEXT, descritos na seção posterior.

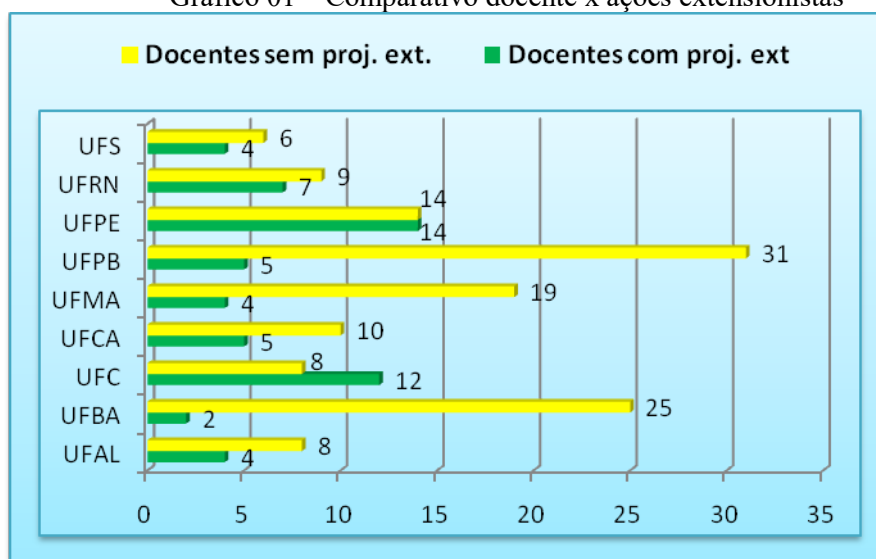
6.1.1 Mapeamento dos docentes das IFES que desenvolvem ações extensionistas na categoria programas/projetos

Nesta subseção são apresentados os dados referentes à população docente que realiza ações extensionistas no formato **programas e projetos**¹⁴. Para conseguir tal objetivo, foi realizado um mapeamento do corpo docente dos cursos analisados. Os dados coletados, obtidos do levantamento nos *websites* das universidades pesquisadas e da plataforma *lattes* estão apresentados graficamente a fim de proporcionar uma visão clara e objetiva do panorama geral de cada instituição. Para análise dessa subseção, tomou-se como parâmetro as categorias avaliativas do FORPROEX (2007) para a Extensão Universitária: concepção de extensão universitária; função prioritária da extensão nas universidades; formas de operacionalização das ações de extensão; instâncias responsáveis pela política e execução da extensão universitária e, dificuldade para o desenvolvimento dessas ações. Estabeleceu-se adaptar e utilizar duas dessas categorias: **prioridade e formas de operacionalização das atividades extensionistas**, tendo em vista que estas atendem aos propósitos da pesquisa.

Para verificar a Categoria **prioridade da extensão na *práxis* docente**, foram mapeados os professores que desenvolvem atividades extensionistas, no formato **programas e projetos**, de 2012 até o período atual, representadas no **Gráfico 01**. Para melhor disposição das informações coletadas, os dados foram organizados pela ordem alfabética dos Estados da região.

¹⁴ Programa de Extensão – conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, de caráter multidisciplinar e integrado a atividades de pesquisa e de ensino. Tem caráter orgânico-institucional, integração no território e/ou grupos populacionais, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo por alunos orientados por um ou mais professores da instituição (PROEXT/MEC, 2015).

Gráfico 01 – Comparativo docente x ações extensionistas



Fonte: Elaborado pela autora.

Os dados relevaram um panorama que carece ser discutidos nos cursos de Biblioteconomia na região nordeste do país, visto que as categorias investigadas constataram um número ínfimo de docentes que desenvolvem a prática extensionistas nas referidas universidades, fato esse que colabora para enfraquecer a indissociabilidade das funções acadêmicas nos currículos acadêmicos. Ao analisar a **variável prioridade** nos dados coletados, verificou-se que se encontra de forma ínfima na maior parte dos currículos docentes pesquisados. A presença da extensão apresentada nos Currículos *Lattes* não se configura como uma prioridade, visto que na maioria dos cursos, o percentual de docentes que desenvolve tais ações é incipiente em detrimento da população geral pesquisada, dado observado na UFBA, evidenciando que, do total de 27 docentes, apenas dois desenvolvem atividades extensionistas no formato programas e projetos, demonstrando que o curso, pioneiro na implantação da graduação de Biblioteconomia na região, tem um número pequeno de docentes que atuam nessa perspectiva, demonstrando uma visão reducionista dessa atividade acadêmica. Mesmos os cursos organizados por Departamento (Biblioteconomia e Arquivologia –UFBA e UFPB) demonstraram um percentual ínfimo de profissionais comprometidos com atividades extensionistas.

A Biblioteconomia e a Arquivologia constituem-se disciplinas coirmãs, com traços identitários fortes e possuem um campo de atuação interdisciplinar comum: conservação, guarda, preservação e acessibilidade da informação, o que favorece a interdisciplinaridade e, conseqüentemente, a departamentalização entre os cursos. Mesmo com essa característica incomum, o envolvimento dos docentes com as ações extensionistas é

reduzido. Esse fato deriva de inúmeros fatores: currículo docente repleto de atividades de pesquisa, ensino, cargos burocráticos (coordenação de cursos, pró-reitorias etc), ficando a atividade extensão aquém do desejável pelo FORPROEX. Nesse direcionamento, ampliar o número de ações na categoria programas e projetos torna-se uma variável necessária nas referidas instituições a fim de fortalecê-las na ambiência universitária.

A extensão universitária institui-se como espaço de reflexão crítica e contribui para a oxigenação do pensar e do agir nas Universidades (FORPROEX, 2006), portanto, essencial no processo formativo. A UFBA, com o propósito de modificar essa realidade, tem fomentado ações para incorporar a extensão como parte obrigatória na matriz curricular, sendo pioneira na criação da Ação Curricular em Comunidade (ACCS). Para sua efetivação foi criada a Resolução nº 01/2013, que preconiza a obrigatoriedade para os cursos de graduação incluírem em seus currículos (prazo limite de 5 anos) esse componente curricular, sendo opcional para pós-graduação. O Art. 2º desta resolução prescreve que a ACCS é uma atividade de extensão e tem como a finalidade:

- I. intensificar o contato da Universidade com a sociedade, contribuindo para o cumprimento de seu compromisso social;
- II. articular o conhecimento técnico, científico, artístico e cultural produzido na Universidade com o conhecimento construído pelas comunidades e os diversos atores sociais, com vistas a instrumentalizar os participantes para atuarem nos processos de transformação social;
- III. fortalecer a indissociabilidade entre as funções essenciais da Universidade, ensino, pesquisa e extensão;
- IV. contribuir para a melhoria da qualidade da formação acadêmica propiciada pelos cursos de Graduação e Pós-Graduação desta Universidade;
- V. contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e da expansão das atividades de extensão universitária e do desenvolvimento tecnológico, criação e inovação etc. (UFBA. Resolução 01/2013).

A efetivação da Extensão nos Currículos docentes, pautada nas recomendações do MEC e do FORPROEX, dá-se de forma tímida nas universidades brasileiras, mesmo esta atividade constituindo-se parâmetro de avaliação pelo SINAES. Frente a essa realidade a Resolução nº 01/2003 da UFBA visa a sanar a ausência dessa ação nos cursos da referida universidade. Sobre a questão da efetivação dessa ação destaca-se que,

o preceito constitucional de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e os institutos consagrada à Extensão Universitária na LDB e no PNE 2001-2010 denotam sua institucionalização no âmbito formal. Por seu caráter vinculatório, essas iniciativas representam a consolidação de uma etapa decisiva na construção da política de Extensão Universitária. **Mas ainda há muito a ser feito para o fortalecimento dessa política, em termos de sua implantação e implementação.** (FORPROEX, 2012, p. 23, grifo nosso).

A concretização da Extensão Universitária no âmbito dos cursos não é um processo fácil e exige esforço de todos que constituem a *práxis* universitária. Os dados coletados evidenciaram que as leis e normas elaboradas para efetivar a concretude da Extensão nas IES ficam nos documentos normativos, carecendo de estratégias para sua efetivação. Pontua-se que há inúmeros fatores interferentes nesse processo: limitação dos recursos financeiros; pontuação dessa atividade no currículo docente; ênfase dessa ação nas IES e etc. Esses motivos dificultam a efetiva implementação dessa função na Universidade. Os dados coletados reiteram essa assertiva e precisam ser discutidos nos referidos cursos, visto que uma *práxis* educativa, fundamentada na indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, traduz um currículo dinâmico, flexível e transformador, resultando em democratização do conhecimento.

A regulamentação dessas ações vem se consolidando em algumas das universidades pesquisadas: UFPE, UFRN, UFS, nos referidos cursos foi observado que o quantitativo de docentes que desenvolvem ações extensionistas é expressivo, mas falta muito para que o cumprimento dessa função seja efetivado nas universidades pesquisadas. As limitações das ações nos currículos docentes, conseqüentemente, repercutem nos currículos discentes e na *práxis* dos futuros profissionais. Uma formação que não fornece uma interlocução com as comunidades reflete um processo formativo alijado, carente de experiências para melhorar a formação profissional. Sobre a Extensão nas IES no país destaca-se que,

quanto à extensão e sua presença na estrutura oficial da educação em nível nacional, destaca-se que existe uma predisposição, por parte do MEC e das IES, em encontrar um caminho que possa trilhar juntos, aceitando os conflitos, influenciando e se deixando influenciar de ambos os lados (SOUSA, 2010, p.78).

No entendimento das contradições e tensões que influenciam a prática dessa ação, executar medidas para promoção do conhecimento, fundamentadas na aprendizagem interdisciplinar, em um espaço macro, deveria ser uma prática contínua nas IES. Nesse direcionamento, Nogueira (2005) destaca que repensar a Extensão enquanto ação acadêmica significa colocá-la ao lado do ensino e da pesquisa, constitui-se entendê-la enquanto instrumento que possibilita a democratização dos saberes produzidos e ensinados nas universidades. Significa a universidade compreender-se enquanto mecanismo social de fomento à transformação por meio de uma educação emancipadora, cidadã, colaborativa, que se encontra e se reencontra nos diversos tipos de conhecimento.

À medida que os protagonistas do processo ensino-aprendizagem não conceberem a Extensão enquanto prática essencial do fazer acadêmico e integrar essa ação à sua *práxis*, os

discentes não poderão desenvolver uma percepção desejável acerca dessa temática. Enquanto somente as ações de pesquisa e ensino destacarem-se no âmbito da educação superior, a disparidade das funções acadêmicas persistirá na *práxis* docente e nos discursos de todos os que compõem o fazer acadêmico. Em síntese dessas categorias investigadas, os dados retratam a insuficiência da extensão na *práxis* docente. Sendo a Extensão Universitária variável de avaliação pelas instâncias reguladoras do ensino superior, o esforço para consolidar essa prática aponta um longo caminho a percorrer para alcançar tal objetivo. É notória a consolidação institucional da extensão nas IES nos documentos normativos das universidades e nos próprios currículos pedagógicos dos cursos; entretanto, a busca da indissociabilidade entre as ações de ensino, pesquisa e extensão persiste e precisa ser superada.

O amadurecimento da gestão acadêmica sobre este processo é um fato em construção, percebido na UFBA (criação da Resolução nº 01/2013) que precisa ser discutido nos fóruns de reitores das universidades, nos fóruns dos pró-reitores de ensino, pesquisa, inovação tecnológica, cultura, enfim, por todos os que fazem a universidade. Pontua-se que a multiplicidade das atividades desenvolvidas nas Academias exige dinamicidade para sua execução; mas, essas instituições não podem perder o foco para seu protagonismo social no tocante a difusão do conhecimento para as comunidades locais e essa ação faz parte da responsabilidade social universitária. A escassez da extensão, na forma de programas e projetos, traduz um modelo de ensino direcionado para o tecnicismo, ficando a questão social à margem das discussões universitárias.

A Extensão precisa ser compreendida pelos agentes formativos como um componente acadêmico indispensável na formação universitária, porém as barreiras para sua efetivação são muitas e refletem-se na ausência dessa ação na maioria dos currículos pesquisados. Esses déficits precisam ser sanados para que a indissociabilidade das funções universitárias seja fato nos currículos acadêmicos. Apesar de escassos, existem recursos destinados à função extensionistas, a exemplo dos editais da PROEXT,

O PROEXT 2016 é um instrumento que abrange programas e projetos de extensão universitária, com ênfase na formação dos alunos e na inclusão social nas suas mais diversas dimensões, visando aprofundar ações políticas que venham fortalecer a institucionalização da extensão no âmbito das Instituições Federais, Estaduais e Municipais e Comunitárias de Educação Superior tendo como objetivos (PROEXT/MEC, 2016).

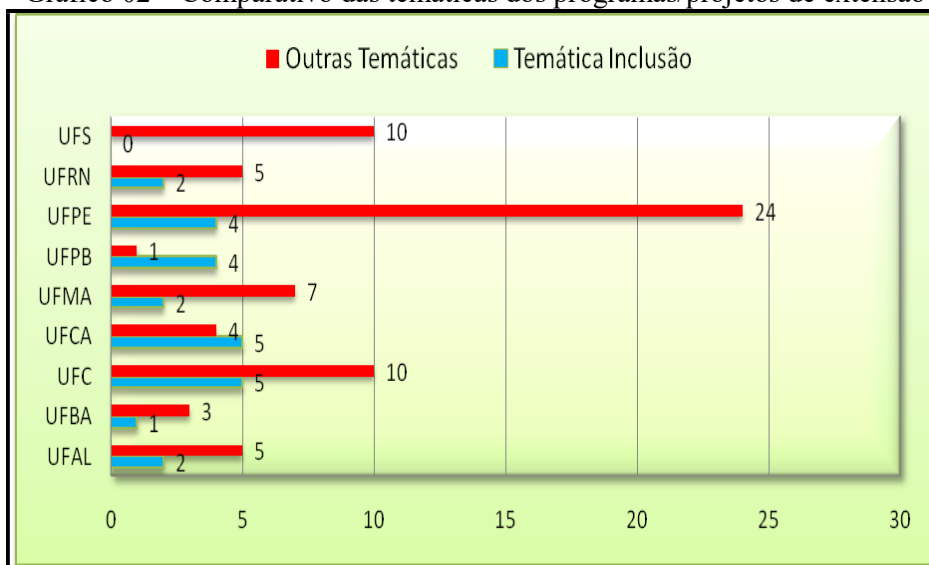
Antes compreendidas como ação voluntária, portanto, mais difícil de ser realizada, as universidades incluíram as horas disponíveis para estas atividades como atividades curriculares. Esses recursos, ainda ínfimos, visam a contribuir na efetivação da Extensão na ação *práxis* acadêmica. Freire (1983) destaca que a extensão se relaciona com transmissão e traz em sua essência a função de educar e educar-se, ação significativa capaz de produzir efeitos que extrapolam o ambiente da Academia, fundamental na formação acadêmica. Fomentar metodologias para incluir essa ação nos currículos acadêmicos é uma premente nas universidades, visto ser uma prática que coopera no processo de ensino e aprendizagem.

Concluída a fase de mapeamento docente, foram identificadas as temáticas desses programas/projetos, sendo que foram padronizadas duas categorias para efeito de análise: projetos extensionistas que desenvolvem ações na perspectiva da inclusão social e, projetos que desenvolvem atividades com outras temáticas, conforme descreve a seção posterior.

6.1.2 Mapeamento dos programas/projetos com temáticas sociais

Nesta seção são demonstrados os dados do mapeamento das ações extensionistas, nas categorias programas/projetos que trabalham a temática inclusão social, desenvolvidos nas comunidades externas. As informações advindas dessas ações foram tratadas estatisticamente (GRÁFICO 02) evidenciando o quantitativo dessas ações e a particularidade de cada *locus* investigado. Para melhor compreensão, as informações foram dispostas em ordem referentes às instituições pesquisadas

Gráfico 02 – Comparativo das temáticas dos programas/projetos de extensão



Fonte: Elaborado pela autora

Os dados evidenciaram que o percentual das ações extensionistas, com ênfase para inclusão social, é pequeno em comparação a outras temáticas, de caráter acadêmico profissional. O FORPROEX (2000) pontua que as universidades brasileiras, neste final de século, enfrentam inúmeros desafios, sendo um destes a interação com a sociedade. O Plano Nacional de Extensão 1999/2000 expressa, entre seus objetivos, que as Universidades devem criar condições para a participação das IFES na elaboração das políticas públicas voltadas para a população. Essa premissa ressalta o papel da Universidade enquanto colaboradora do desenvolvimento da nação. Para alcance desse objetivo, integrar a universidade com a sociedade é essencial.

Os resultados apontam ações pontuais, de uma parte do coletivo docente, na busca para efetivar essa ação. Os dados evidenciaram que na UFBA a interação com as comunidades externas, na perspectiva de inclusão social, é ínfima. A UFS revela um dado peculiar: apesar de o curso desenvolver ações extensionistas, 40% dos docentes apresentaram em seus currículos ações extensionistas (GRÁFICO 01), em contrapartida não há programas/projetos direcionados à inclusão. Observou-se nos dados coletados, que a maior parte das ações extensionistas está direcionada à comunidade acadêmica, isto é, à comunidade interna, denotando que a Universidade continua "fechada", dialogando pouco com a sociedade.

Freire (1983) critica esse ostracismo das atividades acadêmicas, visto que a interlocução com o mundo exterior é essencial, pois permite a apropriação e elaboração de novos conhecimentos, propiciando o desenvolvimento da capacidade crítica, fundamental para um processo formativo de qualidade. O aprender a aprender, um dos pilares da educação moderna, demonstra que o aspecto hermético do processo educacional, muitas vezes descontextualizado da realidade e fundamentado nas teorias, interfere na forma de aprendizado, requer práticas significativas de ensino. Educar pela participação propicia senso crítico e ressignificação do processo formativo em espaços diversificados.

Nesse entendimento, a construção do conhecimento exige a presença investigativa do sujeito em face do mundo, a construção de novos saberes resultantes dos processos de experiência, inter e extra sala de aula. Essa ação pedagógica demanda reflexão crítica dos atores sobre o ato de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se, percebe o outro e os condicionamentos a que está submetido seu ato (FREIRE, 2000). Destarte, o ato de aprender a aprender engloba diversos artefatos pedagógicos, ressaltando a insuficiência do ambiente sala de aula para o aprendizado pleno. Essa assertiva instiga as

instituições de ensino a implementar mecanismos de apropriação e transformação do conhecimento fora de seu ambiente interno.

Nessa acepção, o ensino integrado é essencial para a formação de um sujeito crítico e participativo. A Extensão universitária, por suas características, permite a Universidade ampliar esse contexto de ensino e aprendizagem, além de alargar as fronteiras para experiências fundamentais para a formação acadêmica. A totalidade de programas/projetos extensionistas desenvolvidos pelas Universidades, com a temática Inclusão, configura-se como contraposição à acepção de Freire (1983) sobre o processo educativo ser construído na interação sujeito-meio, visto que os dados revelaram que a maior parte das ações são realizada para a própria Academia (GRÁFICO 02).

Essa realidade, comprovada nos currículos docentes pesquisados, revela que a preocupação das Academias está direcionada para um público seletivo, profissional (organização de arquivos pessoais, centros de documentação, monitorias, seminários), configurando-se em atividades com enfoque científico. Para Nogueira (2005, p.20): "a extensão institucionalizada reduz-se ainda mais a cursos ministrados por docentes e dirigidos, de modo geral, a uma clientela já ligada às universidades, seja frequentando seus cursos regulares ou portadores de diplomas universitários". Essa crítica precisa ser discutida pelos cursos a fim de fomentar ações para modificar essa realidade vigente.

A interação propiciada pela extensão é “via de mão dupla”, ou seja: “da Universidade para a sociedade e da sociedade para a Universidade” (FORPROEX, 2012, p.17), e por isso precisa alargar suas fronteiras e sair do ambiente interno. Isso não implica que as ações extensionistas sejam também dirigidas a essa parcela da população “letrada, acadêmica”, o que se pontua é um equilíbrio do raio de extensão, tanto na comunidade interna como externa. Os Programas extensionistas não podem perder o objetivo dessas ações. Para Fujita e Barravieira (2014) a extensão universitária permite que a universidade cumpra sua responsabilidade social na medida em que serve como um laboratório social para a transmissão do conhecimento para o conjunto da sociedade, principalmente o local. Nessa vertente, é necessária a efetivação dessa prática nas IES, visto que,

uma instituição não pode voltar-se somente para o ensino ou para a pesquisa. Se compartilhar com a sociedade, o conjunto ensino e pesquisa, por meio da extensão, aí sim, estar-se-á construindo uma universidade voltada para a formação de cidadãos e para a transformação da realidade. (LOURENÇO, 2011, p.18).



Nessa percepção, a função real da universidade deve perpassar o modelo tradicional de ensino e alargar as suas fronteiras, das práticas docentes e integrar-se ao social,

a fim de possibilitar a formação humanística. Porém, os dados coletados apontam que a integração com as comunidades é pouco vislumbrada por parte dos atores que constituem o fazer acadêmico. Trabalhar a percepção desses agentes (reitores, pró-reitores, docentes, discentes, técnicos) é fundamental para fortalecer o entendimento desse processo no âmbito do ensino superior do país. Com o propósito de verificar como as Universidades divulgam suas ações realizadas, fez-se o mapeamento dos periódicos destinados à promoção dessas ações, conforme seção posterior.

6.1.3 Mapeamento dos instrumentos de divulgação de extensão nas IFES nordestinas





Em busca de verificar como as universidades têm desenvolvido a promoção das ações extensionistas, foi realizado um mapeamento dos mecanismos constituídos para publicizar suas ações. Após pesquisas nos *websites* dos cursos e das universidades, foram detectados alguns formatos, impressos ou digitais e, tipos de publicações: periódicos, folhetins, informativos, anais etc. (QUADRO 07).

Quadro 07 – Instrumentos de divulgação das ações de extensão das IFES /NE

IFES	Título da Publicação	Capa Publicação
UFAL	Revista Extensão em Debate	
UFBA	Livro SEMEX	

(Continua)

Quadro 07 – Instrumentos de divulgação das ações de extensão das IFES /NE (Continuação)

IFES	Título da Publicação	Capa Publicação
UFC	Revista Extensão em Ação	
UFCA	Boletim Informação	
UFMA	Revista Bibliomar	
UFPB	Revista Eletrônica Extensão Cidadã	

(Continua)

Quadro 07 – Instrumentos de divulgação das ações de extensão das IFES /NE (Continuação)

IFES	Título da Publicação	Capa Publicação
UFPE	Cadernos de Extensão Anais	
UFPE	Cadernos de Extensão Anais	
UFRN	Revista Extensão e Sociedade	
UFS	Revista Extensão em Ação	
TOTAL		10

Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre as nove IFES/Ne que constituem o universo da pesquisa, em oito dessas foram mapeados instrumentos específicos de divulgação das atividades extensionistas. Somente a UFMA não apresentou esses dados, mas, o curso possui uma revista que divulga todas as atividades (ensino, pesquisa e extensão), portanto, configurou-se, nesta pesquisa, como mecanismo de promoção das ações extensionistas. Esses dispositivos demonstram que os cursos e as universidades têm usado *marketing* para fortalecer as ações realizadas.

O *marketing* organizacional, também chamado institucional, consiste em atividades para criar, manter ou modificar as atitudes e comportamentos do público-alvo com relação a uma organização. As organizações sem fins lucrativos, como as universidades, fazem *marketing* de si mesmas com o objetivo de levantar fundos e atrair membros ou patronos (KOTLER; ARMSTRONG, 1998). Essas publicações tem como objetivo divulgar as ações realizadas pelas universidades e atrair o público interno para participar das mesmas; no tocante ao público externo, buscam fomentar as atividades desenvolvidas nas comunidades, fortalecendo assim a imagem institucional, quesito essencial na sociedade hodierna. Sobre a questão, Kapferer (2003, p.385) destaca: "a comunicação dita "institucional" enuncia os valores da empresa: é sua porta-voz. A comunicação institucional assinala a contribuição da empresa para a coletividade: esse último termo é crucial", visto que aponta o compromisso das IFES para a sociedade.

Em todos os periódicos, o termo Extensão é expressivo, uma referência direta as ações realizadas. Destacar, no título, o termo de referência é fundamental para propagar o produto, serviço. O *marketing* de conteúdo é utilizado com propriedade nesses mecanismos para fortalecer a ação extensionista tanto nas universidades como na sociedade em geral. Ressalta-se que essas ações também são meios de a universidade e de seus cursos prestarem contas de suas ações extra-universidades, demonstrando assim um de seus aspectos da RSU. Uma crítica a esses mecanismos é a pouca visibilidade dada a eles nas comunidades acadêmicas, sendo que sua divulgação é restrita aos ambientes virtuais dessas universidades, sendo pouco propagados nos eventos científicos da área. Na UFCA, um dos *lócus* desta pesquisa, no seminário de apresentação dos ingressos na Academia há a promoção das ações desenvolvidas pelo curso, dentre essas a divulgação das revistas, tornando-se uma ação para promover esse periódico no curso. Destaca-se que não basta somente ter o instrumento de promoção das atividades, é preciso o fortalecimento desses na própria universidade.

Quanto ao formato desses instrumentos, utiliza-se o digital, somente alguns têm publicação impressa, principalmente os boletins e os informativos. Quanto ao acesso, esses mecanismos caracterizam-se como *open acess* para facilitar a mediação do conhecimento,

sendo acessível a todos. A classificação desses periódicos, o *Qualis*, é uma variável negativa, visto que a maioria se configura como *Qualis* B4, B5 e C. Em virtude dessa característica, a publicação nesses artefatos é pouco explorada pelos docentes, visto que a exigência de publicar em periódicos científicos, com *Qualis* A, é notória. Esse dado é percebido em editais para Docência nas IFES, em que a pontuação destinada à publicação de um periódico científico é maior que o periódico de extensão. Face a isso, impulsionar os docentes a publicarem constitui-se um desafio a ser superado.

O propósito de construir um espaço de interlocução entre os atores que desenvolvem tais ações é favorável para fortalecer essa prática no âmbito universitário. Ao tempo que se verifica que as universidades têm mecanismos de promoção dessas atividades (periódicos, eventos na área etc), a visibilidade deles ainda é restrita. Sobre a questão de promoção de ações desenvolvidas, detectou-se que a maior parte dos cursos de Biblioteconomia não divulga em seus *webistes* suas ações extensionistas, fato esse que merece análise pela comunidade docente. Exceção, o Curso de Biblioteconomia da UFAL (FIGURA 10), em que foi encontrado um campo em seu *website* que identifica as referidas ações.

Figura 08 – Ações extensionistas – UFAL



Fonte: <<http://www.ichca.ufal.br/graduacao/biblioteconomia/v1/category/informes-gerais/extensao/>>

Essa realidade pontual da UFAL diverge dos demais *websites* pesquisados os quais dispõem na página principal do curso, no campo “Extensão”, o *link* para a PROEX onde estão disponíveis todas as atividades extensionistas realizadas pelos cursos da universidade, dificultando o acesso para as ações oriundas de um curso específico e, o “conceito de extensão”. No tocante ao curso de Biblioteconomia da UFAL, a *homepage* colabora para o acesso mais rápido a essas informações. Nesse direcionamento, enfatiza-se que o *marketing*

institucional é ferramenta essencial para promoção das tarefas desenvolvidas, carecendo de ser mais explorado pelos cursos, visto que foram identificadas variáveis interferentes no processo de busca e acesso às informações nas *homepages* dos cursos pesquisados.

Na fase de coleta de dados, dentre as dificuldades encontradas estão aquelas relativas à acessibilidade e à desatualização das informações nesses ambientes virtuais. Nesse sentido, a busca pela relação da composição do corpo docente, tarefa subtendida como célere, tornou-se morosa, consumindo um tempo considerável da pesquisa. Entende-se que os *websites* devem consistir em ferramentas de promoção profissional, mas, estes estão sendo subutilizados pelos cursos assim como as demais ferramentas do *marketing*. Consolidar a imagem da profissão é uma necessidade discutida na literatura da área há muito tempo, persistindo ainda na atualidade.

Verificou-se, no decorrer da pesquisa, que há instrumentos disponíveis para contribuir nessa tarefa, resta aos protagonistas desse processo, professores, discentes, bibliotecários, utilizar esses dispositivos e promover a visibilidade profissional por meio das ações realizadas. Perceber essas deficiências e modificá-las é uma premente nessas instituições. Um dos objetivos da pesquisa foi verificar como as ações extensionistas colaboram com a visibilidade social da profissão, fato esse que merece interlocuções por parte dos cursos em virtude do reduzido número de ações protagonizadas no ambiente interno e externo.

Em face dessa constatação, fez-se uma análise documental de alguns formulários de inscrição dos projetos pesquisados a fim de verificar os objetivos das ações, raio de atuação e como estes cooperam com a formação discente e com o desenvolvimento das comunidades, destacando o protagonismo do bibliotecário em espaços que perpassam as tradicionais bibliotecas.

6.1.4 Análise documental dos formulários de inscrição dos projetos de extensão na FORPROEX

Nessa seção apresenta-se análise documental dos formulários de inscrição dos projetos na FORPROEX, visto que a documentação se constitui elemento importante em uma pesquisa. Para *Laville e Dionne (1999)*, a análise documental é primordial em uma investigação visto que os documentos contêm informação direta, sendo da responsabilidade do pesquisador fazer a triagem em função dos objetivos, para selecionar aqueles pertinentes à pesquisa. A análise documental foi intercalada com as respostas dos participantes, tanto dos

questionários, quanto das entrevistas e das leituras que formaram o referencial teórico da pesquisa.

Nesse entendimento, foram analisados três formulários de inscrição dos programas/projetos pesquisados, os quais trabalham a temática mediação da leitura, categoria pré-determinada, para analisar como essas ações configuram-se prática de responsabilidade social da área, verificando o protagonismo social do futuro bibliotecário. Os formulários analisados foram dos projetos “Biblioterapia para velhos jovens/idosos: envelhecer é viver e nada mais – (UFPB); Biblioencanta: contação de histórias como incentivo à leitura – (UFAL); Biblioteca comunitária do Conjunto Ceará (UFC). Ensejando alcançar os objetivos propostos, analisou-se dois dos critérios dos formulários: público-alvo e justificativa.

Quadro 08 – Temática dos projetos de extensão

Título Projeto	Público-alvo	Justificativa
Biblioencanta: Incentivo à leitura por meio da hora do conto	Crianças em risco social	Contribuir para a formação de novos leitores e de cidadãos críticos, conscientes; estimular o hábito de leitura e a frequência às bibliotecas; oportunizar o contato de arte e cultura para crianças que raramente possuem a possibilidade de interagir em apresentação de contação de história
Biblioteca Comunitária do Conjunto Ceará	População do conjunto Ceará: Idosos, adultos, jovens, velhos, crianças; Atua também nas escolas do bairro	Contribuir com a comunidade do Conjunto Ceará, elevando a qualidade de leitura e escrita do bairro; capacitar formadores de leitores e mediadores da leitura; fortalecer a biblioteca comunitária no bairro
Biblioterapia para velhos jovens/idosos: Viver é envelhecer nada mais.	Idosos	Desenvolver ações extensionistas, na Associação Metropolitana de Erradicação da Mendicidade – AMEM, direcionadas à biblioterapia, considerando a leitura como fonte e forma de apropriação de informação e de conhecimento, que oportuniza a construção de ideias e ações para favorecer idosos, ou seja, pessoas da terceira idade que se encontram afastadas do convívio familiar, a se (re) construir diante das adversidades da vida.

Fonte: Elaborado pela autora

Ao se verificar o público-alvo e a justificativa desses projetos (QUADRO 08), constatou-se a intencionalidade dos projetos em atuar junto a segmentos, muitas vezes, desprovidos de assistência mais efetiva no país, a exemplo dos idosos, crianças em situação de risco, comunidades com baixa renda *per-capita* etc. Os recursos destinados e as políticas do Estado para atender à demanda dessa parcela da população são escassos, o que torna a situação desses segmentos mais vulneráveis. Em detrimento dessa situação muitas empresas e

organizações têm contribuído nessa vertente no tocante a desenvolver ações de responsabilidade social nessas comunidades.

As universidades, por meio de seus programas e projetos têm desenvolvido ações com o propósito de contribuir para a qualidade de vida dos indivíduos. Dessa forma, o Programa de Extensão Universitária (ProExt) tem como objetivo apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas. Criado em 2003, o ProExt abrange a extensão universitária com ênfase na inclusão social. Contribuir para a melhoria da qualidade da educação brasileira, por meio do contato direto dos estudantes extensionistas com realidades concretas e da troca de saberes acadêmicos e populares, assim como dotar as Instituições Públicas e Comunitárias de Educação Superior de melhores condições de gestão de suas atividades acadêmicas de extensão para os fins prioritários enunciados nesse programa são objetivos propostos do ProExt (PROEXT/MEC, 2016).

As universidades precisam cooperar que o alunado possa participar dessas experiências que, conforme Freire (1983) enriquece o processo de ensino e aprendizagem e fortalece a imagem das IES nas comunidades. Projetos extensionistas com temáticas sociais são essenciais para que esse objetivo da ProExt seja alcançado. Assim, é necessário, nas instituições de ensino superior, traçar metodologias e estratégias para envolver o alunado nessa perspectiva educacional. Nesse direcionamento, os cursos de Biblioteconomia têm buscado desenvolver programas e projetos que tratam de temáticas relevantes para os segmentos neles favorecidos, a exemplo dos projetos de biblioterapia e mediação da leitura em comunidades desprovidas de assistência governamental.

No tocante à biblioterapia, esse conceito é originado de dois termos gregos: *biblion* – livro; *therapeia* – tratamento”. Pode-se dizer que: “existe uma terapia por meio de livros” (CALDIN, 2001, p.32). Para a autora a mediação da leitura, enquanto prática social modificadora da realidade permite uma interlocução eficaz com as comunidades, permitindo o encontro do “eu” com o “outro”, dando “vozes” ao sujeito do discurso. Destarte, os cursos de Biblioteconomia estão percebendo, nessa área, espaço de integração por meio do processo de mediação da leitura. Fato esse comprovado nos cursos investigados em que se detectou a existência desses projetos em vários cursos, tanto ativos como inativos. A leitura proporciona um redimensionamento das possibilidades de diálogo dos bibliotecários com os usuários em situações vulneráveis. A ludicidade cria oportunidades de aproximação e favorece um espaço integrador de indivíduos com interesses comuns. Nesse espaço, a interdisciplinaridade é

fundamental, visto que os indivíduos assistidos, idosos em situações de abandono, crianças com câncer etc. exigem a presença de outros profissionais.

Pinto (2005, p.40) destaca a importância da integração das profissões nessa ação pontuando que

somente a leitura, sem um acompanhamento terapêutico, não se traduz em Biblioterapia, pois esta atividade é pautada no encontro entre o indivíduo que está enfrentando uma situação específica, que busca encontrar o sentido para a sua vida, e aquele que possibilita alguns recursos para a concretização deste intento, ou seja, o bibliotecário com formação terapêutica, o psicólogo, o psicoterapeuta, o psiquiatra, ou ainda o bibliotecário em uma atividade conjunta com estes profissionais.

A associação com outros profissionais demonstra habilidades para atuar em espaços diversos e multidisciplinares, isto é, a capacitação para o trabalho em equipe, variável fundamental nos ambientes profissionais. Nessa proposição, cabe aos docentes, mediante o Projeto Pedagógico do Curso, criar oportunidade para efetivar essa inter-relação entre diferentes áreas do conhecimento na experiência discente. A ausência dessa oportunidade acarreta na formação uma perspectiva reducionista da profissão. Isso denota que o moderno profissional da informação, o bibliotecário, precisa ir além das capacidades técnicas e pessoais.

No tocante ao novo perfil profissional bibliotecário, relativo

às qualidades pessoais bibliotecárias, destacam-se, dentre outras: a) a motivação para buscar novas oportunidades, tanto em bibliotecas, como noutras unidades de documentação; b) a associação e as alianças com outros profissionais e instituições, demonstrando sua capacidade de trabalhar em equipe etc. (PINTO, 2005, p.37).

A adaptação às novas mudanças, o desenvolvimento de habilidades pessoais como a comunicação e a integração com outros profissionais são basilares para uma formação de qualidade. Para validar essa assertiva, destaca-se o discurso do respondente **D10** sobre a contribuição de uma ação extensionista em seu processo formativo:

A possibilidade de contextualizar a profissão e de interagir numa troca dialógica com a comunidade externa e interna da Universidade. A oportunidade de consolidar minha formação com experiências de outros profissionais. (D10).

A intenção nesse momento não é analisar esse trecho de entrevista de um dos respondentes, mas dar ênfase aos propósitos da documentação por meio de sua percepção. Desse modo, a integração com outros profissionais, assim como o alargamento do espaço profissional, são fatores que mostram que o discente de Biblioteconomia possui habilidades para esse campo de atuação, desmitificando a teoria que o bibliotecário é apenas tecnicista. Essas oportunidades estabelecem pontos de comunicação necessários para um profissional

que viveu muito tempo isolado em sua profissão, conseqüentemente, em suas bibliotecas (SOUZA, 2006). Oportunizar esse contato com indivíduos, muitas vezes desprovidos de ferramentas de acesso à informação, deveria ser prática efetiva em todos os cursos, visto que a aprendizagem gerada nesses ambientes promove sensibilidade no tocante às causas sociais. Nessa acepção, integrar o alunado do curso às ações extensionistas propicia um ensino emancipatório, crítico, reflexivo. A Biblioterapia, enquanto espaço de ação bibliotecária, proporciona ao discente articular os conhecimentos aprendidos em sala de aula, convertendo-os em práticas, que atendam aos anseios da sociedade, promovendo uma visão inclusiva acerca de sua atuação profissional, com a possibilidade de mudança a partir do que pode ser realizado e o que está sendo feito no tocante à dimensão social da profissão.

A Biblioteconomia tem cooperado no processo de mediação, não somente na participação dos projetos de Biblioterapia, mas a promoção da leitura tem sido realizada por diversas ações: contação de histórias, dramaturgia, rodas de leitura, fantoches, recital de poesias etc., objetivando minimizar o déficit de leitura no país, pontuada nos censos educacionais nacionais e internacionais como abaixo da média dos estudantes dos países membros da OCDE. Esses resultados são refletidos em outras áreas do sistema educacional (PISA, 2015). Em virtude dessa carência, os cursos de Biblioteconomia desenvolvem ações que tratam da mediação da leitura, principalmente nas escolas públicas, onde a existência de bibliotecas escolares é ínfima e, quando existem, são espaços inadequados, configurando-se em depósito de materiais (desde livros a materiais sem uso, como computadores) do que bibliotecas. Em detrimento dessa realidade foi criada a Lei 12.244 (2010) que trata da regulamentação da biblioteca escolar nas instituições de ensino, mas, até o presente momento, essa Lei não aplicada. Com a PEC 55 a efetivação dessa Lei fica mais comprometida.

O processo de ensino e aprendizagem deve proporcionar novos ambientes e formas de aprendizagem, a fim de desenvolver a formação crítica do discente. Nesse entendimento, a vinculação com as práticas pedagógicas da leitura colabora para que a Biblioteconomia possa integrar-se à sociedade, em espaços diferenciados das tradicionais salas de aula e das bibliotecas, essenciais para uma formação acadêmica integrada ao social. A experiência proporcionada pela extensão desenvolve uma concepção acentuada acerca das questões sociais, conforme revelaram os discentes ao descrever sobre sua participação nos projetos de extensão.

Tais ações promovem uma relação de pertença com a comunidade e com a própria sociedade. Em se tratando de sujeitos em situação de vulnerabilidade social, esse leque de possibilidades é mais significativo, uma vez que, em algumas situações, a extensão universitária é o contato máximo que estes têm com a cidadania e perspectiva de mudança. (D5)

Na medida em que as práticas educacionais ampliam o espaço de aprendizado, elas permitem o desenvolvimento de habilidades e competências que somente o ambiente formal das salas de aulas não comporta. Na medida em que o alunado não participa dessas ações, o processo educacional fica alijado e repercute na atuação profissional. A ausência dessas experiências torna-se prejudiciais, visto que a interação social promove a abertura de novas relações, atuações e aprendizados. Nessa direção, a curricularização da Extensão é fundamental para proporcionar aos futuros bibliotecários uma formação que atenda às exigências atuais da sociedade.

O conceito de responsabilidade social foi prontamente diagnosticado nos programas/projetos de extensão investigados, tanto nos documentos formalizados, quanto nas ações desenvolvidas. Em um dos programas investigados, o “Biblioencanta: incentivo à leitura por meio da hora do conto”, da UFAL, essa ação foi perceptível em seus objetivos: “Propiciar a convivência dos acadêmicos do curso de Biblioteconomia da UFAL com uma realidade local de crianças em risco social que não possuem acesso à literatura, tampouco são estimulados ao hábito da leitura e a auxiliar essas crianças atendidas a se tornarem leitores e conseqüentemente cidadãos críticos e conscientes”.

Essa ação reflete o compromisso da Extensão em interferir proativamente nas comunidades, propiciando ferramentas para o empoderamento dos indivíduos, característica da responsabilidade social. As atividades desenvolvidas fortalecem a formação discente por meio de experiências teóricas e práticas no decorrer da graduação. Observou-se, nos dados coletados, que a essência dessas atividades se centra na mediação da informação, destacando a importância do acesso à informação para as comunidades. Essas ações têm impacto positivo, configurando-se como ações de responsabilidade social dos cursos. Ao mesmo tempo identificou-se que essas práticas são escassas, necessitando os cursos re(pensarem) esse comportamento e, fomentar ações para sanar os obstáculos que impedem que as ações estejam presentes em todos os currículos dos atores que compõem a comunidade acadêmica, fato esse observado no percentual de docentes que desenvolvem programas/projetos extensionistas. Na seção abaixo são apresentadas e discutidas a percepção dos docentes, discentes e bibliotecários sobre as atividades extensionistas realizadas nos cursos pesquisados.

6.2 Ações extensionistas: análise das entrevistas e questionários

Esta seção apresenta os resultados obtidos na pesquisa, suas análises e interpretações fundamentadas no referencial teórico abordado de modo a verificar a responsabilidade social universitária por meio da prática extensionista. Para preservar a identidade dos respondentes, adotou-se códigos alfanuméricos para identificá-los: **P** – professores; **B** – bibliotecários; **D** – discentes, seguidas dos numerais arábicos. A pesquisa foi realizada tanto presencialmente como virtualmente, por meio do correio eletrônico, *e-mail*. Os dados advindos das entrevistas e questionários foram organizados em três categorias temáticas pré-construídas anteriormente: Prática extensionista e responsabilidade social universitária; Projetos de extensão e identidade bibliotecária; *Práxis* bibliotecária e compromissos sociais, descritas nas seções posteriores.

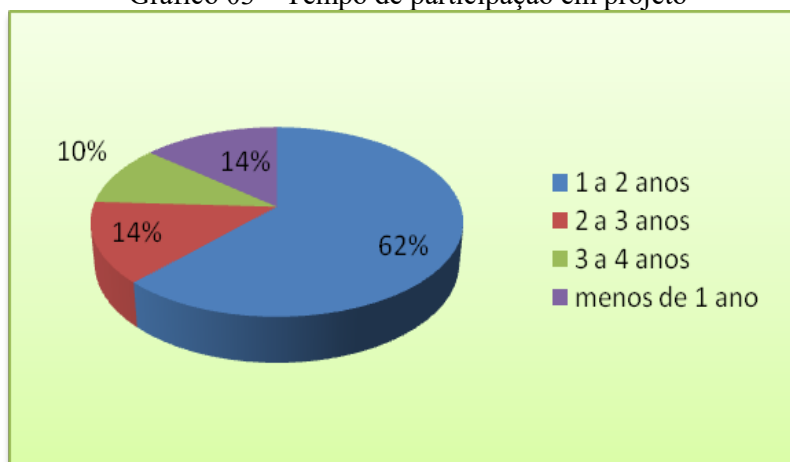
6.2.1 Análise dos questionários e entrevistas dos (ex)bolsistas e voluntários

Nessa seção foram analisados os questionários e entrevistas aplicados aos (ex)bolsistas e voluntários de extensão dos programas/projetos acerca da responsabilidade social nas ações que desenvolvem. Foram aplicados 55 questionários, respondidos 40, dentre os quais 11 estavam incompletos, portanto, não fizeram parte da análise. Os respondentes foram denominados pelas letras **D-1** a **D-29**. Para atender aos propósitos da pesquisa, foram verificadas, nesse grupo de respondentes, duas categorias:

- **Prática extensionista e responsabilidade social universitária** – analisou a percepção dos bolsistas de extensão dos programas/projetos acerca da responsabilidade social nas ações que desenvolvem;
- **Projetos de Extensão e Identidade Bibliotecária** – investigou como as práticas específicas da área da Biblioteconomia são desenvolvidas nas referidas ações e como os programas cooperam na visibilidade social da profissão.

Na categoria **Prática extensionista e responsabilidade social universitária**, verificou-se as variáveis: tempo de participação de projeto; participação em outros projetos; modalidade de participação, bolsista ou voluntário, instrumentos de promoção etc. (GRÁFICOS 21-25). Tendo em vista que o “tempo” dedicado ao aprendizado é um fator relevante para aquisição do conhecimento, esta variável constitui-se elemento fundamental de análise desta categoria (GRÁFICO 21):

Gráfico 03 – Tempo de participação em projeto



Fonte: Elaborado pela autora.

Para Valgiler e Silva (2016), o tempo enquanto construção cultural, social e histórica é fundamental para a formação do sujeito. Dessa forma, o ciclo educativo precisa ser respaldado em uma temporalidade que leva em conta o processo de construção do conhecimento na perspectiva teórica e prática. A variável “tempo” enquanto elemento constitutivo do processo de ensino e aprendizagem origina saberes, base para a *práxis* profissional. As experiências que proporcionam a integração ensino-comunidade são essenciais no processo formativo por possibilitarem vivenciar na prática o aprendizado teórico.

Os dados demonstraram que a maior parte dos respondentes está com menos de um ano de participação em projetos, denotando o primeiro contato dos bolsistas nessas ações. O tempo de permanência implica, dentre outras variáveis, afinidade com a ação ao mesmo tempo em que permite o aluno aprimorar conhecimentos. A participação em projetos extensionistas durante todo o período da graduação foi um dado percebido, refletindo a identificação do bolsista com as temáticas dos projetos. A aprendizagem, fator decorrente dessa ação, é favorecida nesse percurso de vivências nos programas.

Na contemporaneidade, a *práxis* profissional bibliotecária ocorre em um cenário em que a informação é fator de desenvolvimento. Assim, o perfil bibliotecário deve ser constituído por atributos de um agente de mudança para facilitar o acesso à informação, tendo em vista que a sociedade exige mais que eficácia nas técnicas biblioteconômicas, requer também formação cidadã (BARROS, 2005). Destarte, o engajamento nos programas/projetos favorece desenvolver habilidades e competências necessárias para a atuação profissional calcada em uma perspectiva crítica, ética, cidadã. Compreende-se que intercalar o aprendizado da sala de aula com as necessidades informacionais da sociedade desperta nos

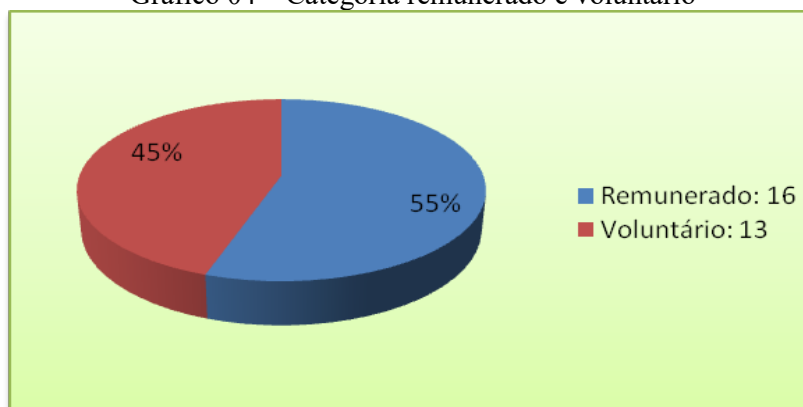
acadêmicos uma visão inclusiva do mundo, cooperando para que se torne um agente transformador da realidade em que está inserido. Este espaço integrativo proporcionado pelas ações da Extensão reflete a dimensão do campo de atuação profissional e coopera para o fortalecimento da responsabilidade social universitária. A ausência dessa prática configura-se negativa, visto que a educação contextualizada possibilita abertura de novas aprendizagens e diálogos.

Para Freire (1983) o conhecimento exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo, reclama sua ação transformadora sobre a realidade; o aprendizado demanda investigação, apropriação, uma busca constante para agir na realidade. O tempo dedicado à prática extensionista permite experiências para aperfeiçoar os atributos necessários para uma atuação eficaz do profissional. As experiências extra-universidade revelam espaços de atuação que carecem ser ocupados pelos bibliotecários. A integração com outros espaços na fase acadêmica resultará no entendimento da expansão da biblioteca tradicional com outras estruturas organizacionais, possibilitando que cada cidadão seja um usuário da biblioteca.

Para Barros (1999) a biblioteca é o reflexo do bibliotecário, sendo de responsabilidade deste dar cumprimento do “fazer algo” para “mudar algo”. Se esse profissional é passivo frente às questões sociais, desmotivado, a biblioteca irá refletir essa imagem. Porém, se criativo, transformador, ativo, a biblioteca refletirá esse comportamento, sendo uma parceira da comunidade. Essa ação implica repensar a formação acadêmica tradicional e integrar os formandos com outros espaços possíveis da atuação profissional. As universidades precisam romper as fronteiras que ainda acorrentam a prática extensionista e propor um ensino integrado com a sociedade. Para efetivação dessas ações são necessários protagonistas (docentes, discentes, técnicos etc.) dispostos a assumirem tais compromissos.

A fim de alcançar os propósitos da pesquisa analisou-se como os bolsistas participam dessas ações, independente de ser remunerado ou voluntário (GRÁFICO 04).

Gráfico 04 – Categoria remunerado e voluntário



Fonte: Elaborado pela autora.

Por voluntário compreende-se o indivíduo que se dedica, espontaneamente, a alguma atividade sem receber ônus financeiro. Enquanto ação baseada na solidariedade, de participação social ativa na busca da realização de objetivos comuns e resgate da dignidade humana (BAVARESCO, 2003) propicia o exercício da cidadania. O voluntariado configura-se como recurso pedagógico que permite o direito de escolha, de decisão das ações que deseja participar, fator relevante para a formação crítica que fortalece a função social do processo educativo.

Os dados coletados evidenciaram um percentual satisfatório de participantes nessa modalidade, pois 13 de 29 pesquisados configuram-se na variável “voluntário”, demonstrando que o envolvimento com as práticas extensionistas envolve não somente questões financeiras, a exemplo das bolsas remuneradas disponibilizadas pelas universidades, como também outros aspectos: afinidade com a temática, convicções pessoais, ideológicas, desejo de conhecer novas oportunidades de engajamento nas atividades acadêmicas etc. A modalidade voluntária ocorre, em grande parte, devido à insuficiência dos recursos financeiros e a necessidade de mais bolsistas para o desenvolvimento dos projetos.

Acerca da relevância da participação em programas extensionistas,

há que serem desenvolvidas habilidades, possibilitadas experiências e construído conhecimento, tendo a ética e a solidariedade como ancoradouro. Aqui, competência técnica necessita estar associada tanto ao desenvolvimento de habilidades e atitudes como ao conhecimento da realidade política, social e econômica (BAVARESCO, 2003, p.75).

O voluntariado crítico e propositivo exige atitudes de comprometimento e entrelaçamento dos atores que desenvolvem a ação. Enquanto ferramenta de ação pedagógica, possibilita ao discente participar em contextos os quais se identifica, tornando o aprendizado eficaz. Para Barros (2005, p.75): “o envolvimento social não se beneficia de altos salários, pois não há vínculo empregatício formal; vale-se do compromisso pessoal e, acrescentamos da participação no exercício da cidadania”. Diante disso, verifica-se que o engajamento social parte da premissa da alteridade, da solidariedade, do contribuir, oportunizar uma melhora de vida para aqueles que necessitam, aspectos basilares da responsabilidade social.

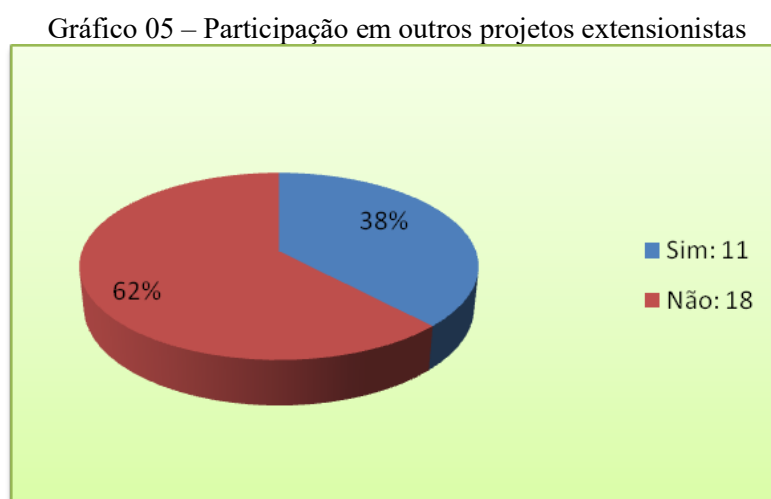
Infere-se que não há a intencionalidade da pesquisa em colocar o voluntariado como uma responsabilidade intrínseca da universidade, eximindo o Estado de seus compromissos. Isso também não pode tornar-se motivo para que essas ações, principalmente em atividades de cunho social, possam estar presentes nos cursos. As universidades não podem esquecer o compromisso em favorecer ambientes propícios para facilitar o entrelaçamento com as comunidades, principalmente, das que estão ao seu entorno.

Para Bavaresco (2003) a prática do voluntariado desperta a consciência cidadã, facilita o protagonismo social do indivíduo e corrobora para o fortalecimento da cidadania. O desenvolvimento do voluntariado reflete uma educação direcionada para as questões sociais, gerando oportunidades de transformação social. Os bolsistas voluntários consideraram que a experiência possibilita desenvolver habilidades e conviver com diferentes realidades, conforme explica o respondente acerca da contribuição dessa ação:

Proporciona um novo tipo de ambiente, que me dá novos tipos de experiência com minha área. (D25)

O voluntariado corrobora no aperfeiçoamento do discente e conhecimento das possíveis dimensões da prática profissional. Os dados obtidos indicam tendências satisfatórias acerca da percepção do alunado dos cursos investigados a respeito da temática do voluntariado. A concepção dos sujeitos que desenvolvem ações extensionistas aponta os seus comprometimentos com as causas sociais, parte da responsabilidade social da profissão. O ambiente da extensão permite o discente desenvolver-se enquanto agente de transformação social.

Face aos dados obtidos, infere-se que as atividades extensionistas, desenvolvidas nas comunidades, deveriam constituir-se parte essencial nos cursos acadêmicos visto que são ações que cooperam para o processo de ensino e aprendizagem reflexivo, participativo, primordiais para a aprendizagem crítica. Buscou-se analisar também a participação dos bolsistas em outros projetos extensionistas (GRÁFICO 05):



Fonte: Elaborado pela autora.

Os dados obtidos mostraram um número satisfatório de bolsistas que participam de mais de uma ação extensionista. A construção do conhecimento a partir de contextos

diferentes gera novas possibilidades que permitem o repensar da atuação profissional. Bolan e Motta (2007) pontuam que as ações extensionistas, enquanto laboratórios de práticas, trazem para as universidades o contexto social e suas necessidades, ao mesmo tempo em que levam as universidades até as comunidades, criando situações de aprendizado, em um contexto democrático, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da sociedade, ao mesmo tempo, uma formação inclusiva.

A participação em situações distintas contribui para adequar o perfil profissional às novas demandas sociais, abertura de campos de atuação e pesquisa etc. Oportunizar experiências em diferentes contextos configura-se enquanto ação educativa proativa tendo em vista desenvolver potencialidades individuais, essencial para a formação humanística. A Educação para a cidadania implica aproximação, diálogos, intervenções. Bavaresco (2003) destaca que as universidades precisam incorporar seu conhecimento, científico e tecnológico, numa ação prática nas comunidades para a construção de uma nova realidade, exercendo dessa forma, parte de sua responsabilidade social.

O currículo acadêmico não pode ser efetivo sem a incorporação das três funções na formação discente. Destarte, a curricularização da extensão configura-se como campo fértil para o aprimoramento do processo educativo visto possibilitar essa relação com as comunidades. Dessa maneira, a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão é essencial para um egresso crítico, humano e capacitado tecnicamente. A integração do discente de Biblioteconomia com as comunidades oportuniza perceber que somente a proficiência técnica não comporta mais as necessidades informacionais vigentes.

As ações extensionistas, desenvolvidas nas comunidades, corroboram para um redimensionamento da conduta discente perante os desafios sociais atuais, relevantes para o fortalecimento da Biblioteconomia social, pautada nos usuários e em suas necessidades informacionais. A participação em projetos extensionistas distintos configura-se como estágios diversos, com configurações distintas e, ao mesmo tempo, inter-relacionadas, que produzem um aprendizado consistente e eficaz. Em contrapartida, o comprometimento dos agentes que participam desses projetos é condição essencial para que essa prática não fique restrita a uma pequena parcela desses atores.

A atuação docente é primordial, visto que os projetos extensionistas são criados pelo professor, denotando a ausência dos discentes nessa etapa. Os dados revelaram uma pequena parcela do professorado que participa do processo extensionista, fato esse que carece de ser analisado, além de ter de buscar metodologias para modificar tal realidade. Buscar minimizar essa deficiência é um dos procedimentos basilares para fortalecer a

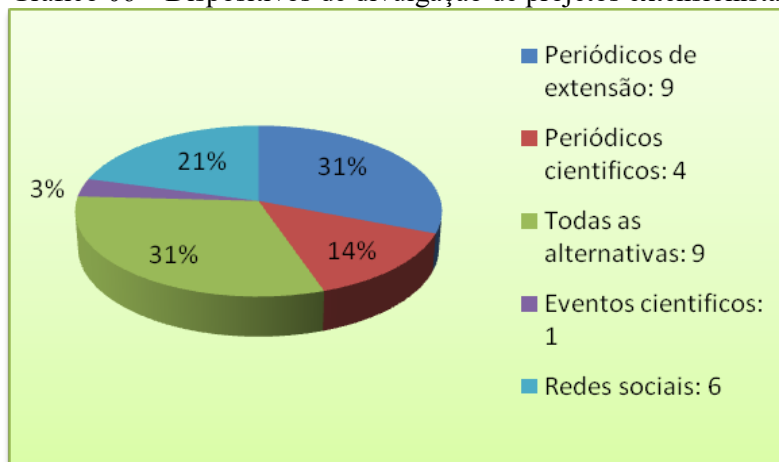
indissociabilidade das funções apregoadas nos documentos normativos das universidades e, ao mesmo tempo, buscar equiparar as funções acadêmicas. Entende-se que esse processo não é fácil de ser resolvido, pois modificar estruturas arraigadas em uma cultura demanda tempo e paciência além de estratégias precisas e regulares, mas não é impossível.

A exigência de um novo perfil profissional determina a adequação às mudanças, não somente da área, mas também as que ocorrem no mundo, para melhor qualificação do profissional. Essa preparação ocorre, em primeiro plano, nas universidades, possibilitando perceber diferentes perfis profissionais e áreas de atuação. A participação em projetos extensionistas possibilita conviver com realidades plurais e garante a interdisciplinaridade na formação. Borges (2004) pontua que o conteúdo disciplinar deve ser produzido na interação com os diversos segmentos sociais, nas comunidades, com especialistas, com empresas a fim de fortalecer a formação profissional.

A compreensão da sociedade e o entendimento das competências necessárias ao bibliotecário na atualidade são elementos fundamentais que as universidades devem discutir com mais propriedade, destacando o currículo como estrutura basilar desse processo. A possibilidade de formação integrada a contextos diversos constitui-se essencial na formação acadêmica. Ademais, a implementação das ações extensionistas traz à baila a retomada da reflexão acerca de como as instituições de ensino estão cooperando para que a Extensão, de fato, seja um componente real de todos os currículos acadêmicos.

Em virtude disso, investigou-se como as universidades estão traçando estratégias para promoção dessa ação, com ênfase para as ferramentas de divulgação das ações extensionistas utilizadas pelos bolsistas (GRÁFICO 06).

Gráfico 06 – Dispositivos de divulgação de projetos extensionistas



Fonte: Elaborado pela autora.

Ficou evidenciado que as universidades disponibilizam mecanismos para promoção dessas ações (QUADRO 07). Os dados evidenciaram que além dos tradicionais periódicos, outros dispositivos são utilizados, como os eventos científicos e as redes sociais. Essa questão demanda discussões acerca das tecnologias da informação enquanto dispositivo de *marketing* profissional.

Assim,

o grande desafio das instâncias formadoras do profissional da informação reside em trabalhar pedagogicamente o uso estratégico das tecnologias em informação, de modo a propiciar ao educando um processo de contínua reflexão que, indo além do simples uso dos recursos tecnológicos, possa conduzir a análise, avaliação e seleção dos mesmos, tendo em vista os objetivos profissionais e científicos almejados. (GUIMARÃES, 2004, p.95)

Nesse contexto tecnológico, novas formas de comunicação surgiram, dentre essas as redes sociais¹⁵, a exemplo dos *blogs*, *youtube*, *instagram* etc. O uso dessas ferramentas amplia a dimensão da biblioteca, dos serviços bibliotecários e das ações desenvolvidas nos cursos. Esses dispositivos possibilitam aproximar os atores que praticam a ação dos seus interlocutores, gerando uma comunicação mais ampla, visto que a construção do diálogo é realizada no mundo digital. Para Amaral (1996) a adoção do *marketing* pela Extensão torna-se uma forma de valorizar as ações desenvolvidas pelo curso e conseqüentemente do bibliotecário, contribuindo para melhorar a imagem do profissional na sociedade. Diante disso, o uso das técnicas de *marketing* para promoção das atividades desenvolvidas pelo curso é fundamental para corroborar com o *marketing* bibliotecário.

As tecnologias da informação otimizam o *marketing* profissional e cooperam na visibilidade da profissão. Nesse entendimento, os cursos e as universidades devem utilizar-se efetivamente dessa ferramenta de promoção para propagar suas ações, pois aproveitar as mídias digitais disponíveis é fundamental para promover o acesso à informação. A compreensão do uso dessas ferramentas deveria perpassar por toda a graduação, oportunizando os discentes explorar esses espaços na Academia. Santos (2002) indaga se as instâncias educativas da área estão sensibilizadas acerca desse aparato tecnológico para que seus discentes possam ter essa cultura permeada pela dimensão tecnológica. Esse fato precisa ser discutido visto que algumas das variáveis identificadas nos sites pesquisados foram a desatualização e a dificuldade de acesso às informações. Esse dado leva-nos a inferir que a dimensão tecnológica precisa ser aperfeiçoada nos cursos pesquisados.

¹⁵ Uma rede social é definida como um conjunto de dois elementos: atores (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas conexões (interações ou laços sociais) (WASSERMAN; FAUST, 1994).

Acerca da utilização das redes sociais identificou-se um percentual de 30% que faz uso dessas ferramentas enquanto canal de diálogo com os usuários (FIGURAS 09-11):

Figura 09 – Página facebook – Projeto de Extensão UFPB



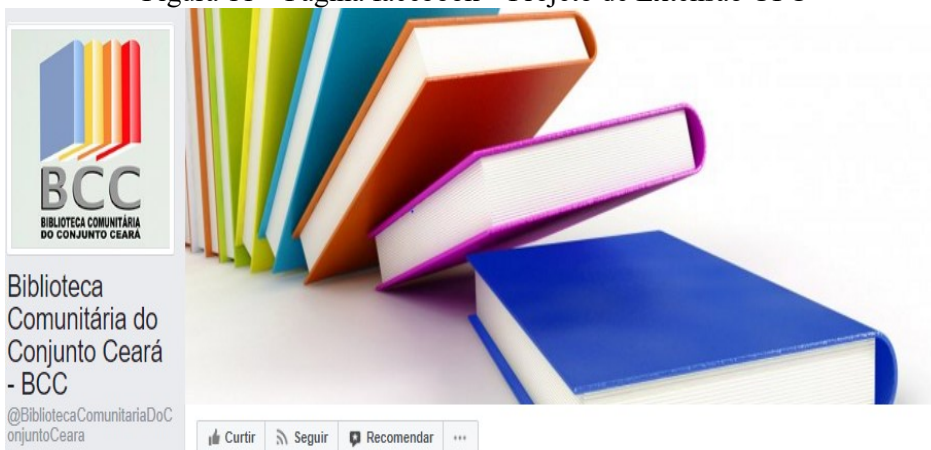
Fonte: <<https://www.facebook.com/groups/418403591880542/?fref=ts>>

Figura 10 – Página facebook – Projeto de Extensão UFAL



Fonte: <<https://www.facebook.com/Biblioencanta/?fref=ts>>

Figura 11 – Página facebook – Projeto de Extensão UFC



Fonte: <<https://www.facebook.com/BibliotecaComunitariaDoConjuntoCeara/?fref=ts>>

A ferramenta mais utilizada foi o *facebook*, seguida dos *websites* dos cursos. Aproveitar os recursos informacionais para promoção das atividades extensionistas constitui-se como importante meio metodológico que precisa ser explorado pelos cursos de Biblioteconomia em virtude de o uso das tecnologias, enquanto ferramenta pedagógica, propiciar, ao discente, a incorporação dessa técnica em sua *práxis* profissional e a implementação do acesso à informação. A formação competente, plural, diversificada, criativa possibilita ao futuro profissional apropriar-se das ferramentas tecnológicas para interagir eficazmente com os usuários, visto que a tecnologia diminui espaços geográficos e tempo e configura-se como uma exigência mercadológica vigente.

Sobre a questão Guimarães (2004, p.100) destaca que,

a formação dos profissionais da informação para a atualidade centra-se na busca por um conjunto de competências e habilidades que possa dar conta de uma realidade eminentemente em mudança e, portanto, deve adiantar-se a ela, buscando uma intervenção competente e criativa na sociedade.

Na contemporaneidade, a formação multidisciplinar é fundamental no processo educativo. Nesse entendimento, a Extensão colabora na ampliação desses espaços de atuação múltiplas, fundamental para o aperfeiçoamento discente. Compete às instituições de ensino propor metodologias para integrar o alunado nesse processo, apesar dos recursos escassos da educação pública. Para Pombo (2005) as práticas interdisciplinares são fundamentais para o processo de ensino e aprendizagem e encontra na articulação da tríade ensino, pesquisa e extensão princípio e estratégia para sua articulação.

No que tange ao uso das tecnologias nos programas e projetos investigados, os dados coletados apontaram situações isoladas, pessoais. Essa percepção leva-nos a inferir que ações pontuais tendem a enfraquecer-se, o que é refletido em alguns desses *facebook* em que o número de integrantes é ínfimo, diferenciando da intencionalidade da criação desses mecanismos que é agregar o máximo de usuários. Para modificar essa realidade é necessária a colaboração de todo o tecido social do curso para fortalecer essas ações, ainda tímidas e insipientes. O uso das redes sociais nos programas/projetos extensionistas visa a corroborar no gerenciamento das informações e no processo de comunicação, favorecendo a interação com os usuários. Promover a aproximação dos usuários com a universidade por meio da construção dessas redes possibilita a Extensão ser o elo que une esses polos, portanto, esse recurso precisa ser explorado pelos protagonistas desse processo.

Ademais, outros mecanismos também se constituem cooperadores da divulgação das ações extensionistas que são os eventos científicos¹⁶. Esses eventos têm a finalidade de discutir temáticas da área, fomentar discussões epistemológicas do campo científico, configuram-se locais de promoção dessas atividades. Os eventos científicos, portanto, são canais utilizados pelos bolsistas para divulgar as atividades extensionistas. Mesmo com escassos recursos para promoção da Extensão no âmbito universitário, as universidades têm cooperado em intensificar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Em contraponto, essas ações são incipientes nos currículos docentes e conseqüentemente nos currículos discentes.

No tocante à Categoria **Prática extensionista e responsabilidade social universitária** os resultados evidenciaram que as instituições de ensino têm contribuído para fortalecer essa ação na *práxis* acadêmica, mas, há muitos desafios que impedem sua concretude nos currículos acadêmicos. Os programas/projetos analisados buscam suprir necessidades informacionais de segmentos sociais ainda desprovidos da assistência efetiva por parte do Estado, demonstrando um olhar mais acentuado para as questões sociais que persistem nas sociedades. A documentação analisada revelou a relevância dessas ações para o empoderamento das comunidades assistidas: crianças em situação de risco (Maceió/AL), idosos (João Pessoa/PB), população com hipossuficiência financeira (Fortaleza/CE).

Os projetos pesquisados dos cursos de Biblioteconomia da UFAL, UFPB e UFC têm buscado proporcionar, a partir das práticas educativas o empoderamento desses indivíduos por meio do processo de mediação da informação. Nesse tocante, a responsabilidade social desses projetos foi notória. Fato esse destacado no *banner* (FIGURA 14) que demonstra as fotos em diversos momentos da ação desenvolvida pelo Projeto Biblioterapia para velhos jovens/idosos: contação de história, dramatização, confecção de matérias, integração do grupo assistido etc. demonstrando a intervenção do curso nesse ambiente, ora desprovida de assistência mais efetiva por parte da sociedade, do Estado, momentos esses que são fundamentais para essa comunidade, conforme descreveu a coordenadora do projeto Prof. Edna Gomes Pinheiro (UFPB):

utilizamos as técnicas de entrevista e de observação, com o intuito de detectar o interesse dos idosos pela leitura e atividades lúdicas, e, por, conseqüente, conhecer até que ponto a biblioterapia beneficia o idoso, devolvendo-lhe o prazer de viver, dando-lhe mais expectativas de vida (PINHEIRO, 1998, p.3).

¹⁶ Acontecimentos programados visando à divulgação, à comercialização e ao desenvolvimento de atividades científicas, culturais, desportivas, assistências etc. Servem como instrumento de incentivo ao turismo (BENI, 1998)

Figura 12 – Projeto Biblioterapia para velhos jovens/idosos – Banner



Biblioterapia para velhos jovens/idosos: viver é envelhecer, nada mais.

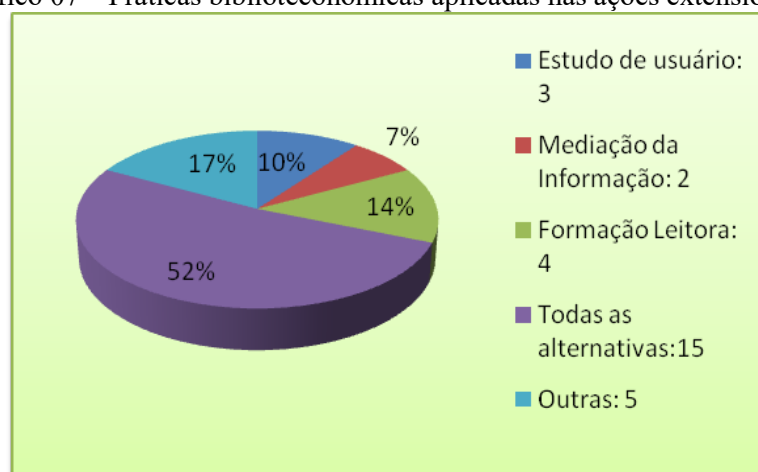
<p>Missão</p> <p>O Projeto 'Biblioterapia para velhos jovens/idosos: viver é envelhecer, nada mais' propõe criar um espaço no qual o apoio, a ajuda mútua e a compreensão emocional/intelectual sejam uma constante no cotidiano dos idosos do abrigo da AMEM, visando reforçar valores e dissipar o isolamento.</p> <p>Objetivo</p> <p>Temos por objetivo desenvolver práticas de leitura como estratégia de integração social e renovação da autoestima dos idosos, residentes no abrigo da Associação Metropolitana de Erradicação da Mendicância - AMEM.</p>			
--	--	--	--

Fonte: Arquivo pessoal. Coordenadora do Projeto.

Em contraponto à dimensão social dessa ação, foi detectado que essas práticas se constituem ínfimas, impossibilitando assim maior quantitativo de discentes participarem e, conseqüentemente, da universidade exercer, com mais propriedade, sua responsabilidade social no tocante à contribuição do desenvolvimento social das comunidades. Esse assunto carece de ser discutido visto que a prática da extensão é essencial para as Academias desenvolverem seu compromisso social nas comunidades externas, principalmente, os segmentos menos favorecidos, ou seja, a maior parte da população do país.

Na categoria **Projetos de Extensão e Identidade Bibliotecária**, investigou-se como as práticas específicas da área de Biblioteconomia são desenvolvidas nas referidas ações, assim como, a maneira com que os programas cooperam na visibilidade social da profissão (GRÁFICO 25).

Gráfico 07 – Práticas biblioteconômicas aplicadas nas ações extensionistas



Fonte: Elaborado pela autora.

O profissional da informação deve ajustar-se as novas exigências do mercado e, essa adequação passa pela correlação do domínio técnico e sua atuação social para sobrevivência no mercado (BORGES, 2004). Esse contexto exige capacidade de trabalhar em equipes multidisciplinares, além de habilidades técnicas e humanas, requisitos indispensáveis para atuação profissional eficaz. Nesse entendimento, analisar como a extensão fortalece a proficiência técnica do futuro bibliotecário é essencial visto que o aperfeiçoamento da profissão se dá no meio social, pois este é formado para atuar na/e para a sociedade.

Entende-se que,

educar em uma sociedade da informação significa muito mais que treinar as pessoas para o uso das tecnologias de informação e comunicação: trata-se de investir na criação de competências suficientemente amplas que lhes permitam ter uma atuação efetiva na produção de bens e serviços, tomar decisões fundamentadas no conhecimento, operar com fluência os novos meios e ferramentas em seu trabalho,

bem como aplicar criativamente as novas mídias, seja em usos simples e rotineiros, seja em aplicações mais sofisticadas. Trata-se também de formar os indivíduos para “aprender a aprender”, de modo a serem capazes de lidar positivamente com a contínua e acelerada transformação da base tecnológica. (TAKAHASHI, 2000, p.45).

Adequar-se a essas exigências impetradas por esse cenário global é fato em todas as profissões. Frente a essa realidade, a prática educativa demanda adaptação a esse contexto que requer sujeitos com o aprendizado contínuo, domínio da tecnologia e engajamento social. Proporcionar uma educação integrada com o meio coopera para o discente desenvolver-se integralmente. Em detrimento a essa assertiva, o papel das instituições formativas é fundamental para propiciar essa educação plena. Para Freire (1996) a inserção do alunado em experiências da realidade, não apenas para adaptar, mas para transformar, intervir faz parte da educabilidade do sujeito.

O conhecimento das diferentes dimensões que caracterizam a prática favorece segurança no desempenho profissional. Nesse entendimento as práticas extensionistas configuram *locus* apropriado para fortalecer o processo de ensino e aprendizagem. A integração dos docentes é de suma relevância para que o ensino seja fortalecido a fim de propiciar metodologias de inserção do alunado na sociedade. A competência técnica *per se* não é suficiente e, as habilidades humanas fundamentadas na ética, na alteridade, no senso crítico, no espírito participativo são atributos essenciais nessa nova demanda mercadológica.

Desta forma a responsabilidade das instituições de ensino constitui-se em promover a participação do futuro profissional em atividades distintas, possibilitar novas formas de apreensão do conhecimento, permitir que o discente bolsista seja mestre e aprendiz ao mesmo tempo, conceder ferramentas para que construa seu próprio conhecimento. Borges (2004) pontua que o profissional da informação é um somatório de formações, competências e habilidades. A compreensão desses aspectos visa a nortear a formação acadêmica visto ser basilar para formação profissional eficiente.

A adoção de posturas que permita aos futuros profissionais aplicar suas habilidades com competência contribui para o fortalecimento da formação e conseqüentemente para a abertura de novos postos de trabalho e visibilidade profissional. Souto (2005) enfatiza que há inúmeras barreiras que cooperam para que a profissão bibliotecária seja relacionada somente às tradicionais bibliotecas. Para incorporar o bibliotecário, ou qualquer outra denominação, em diferentes segmentos, é necessário o redimensionamento da conduta profissional, do campo de atuação, de integrar-se às comunidades. A adoção de novas posturas é fundamental para ampliar o campo de atuação e,

uma possibilidade de a sociedade desmitificar a imagem de que o lugar de bibliotecários é na biblioteca.

Para Borges (2004, p.64): “a preparação e a participação de profissionais com perfis diferentes são exigidas com o objetivo de obter a preservação, coleta, tratamento, recuperação e disseminação da informação”. Face a isso, a Extensão universitária pode vir a ser laboratório essencial na formação acadêmica. Souza (2006) pontua que a formação do profissional da informação precisa incluir os aspectos de capacitação técnica, responsabilidade social e empreendedorismo. Esses aspectos, fundamentais para a inserção social, constituem-se desafios desde a gênese da profissão no país. Nessa direção,

a dimensão educacional da área efetivar-se-á na medida em que puder explicitar um compromisso com esta realidade diversificada, dinâmica e multifacetada, possibilitando que as ambiências de tratamento documental e os processos de transferência da informação dêem respostas concretas às demandas dessa própria sociedade. (GUIMARÃES, 2004, p.101)

A Extensão Universitária corrobora para o aperfeiçoamento das habilidades técnicas necessárias para o fazer da profissão, configurando aporte pedagógico essencial na formação acadêmica. Não se excluem dessa acepção a pesquisa, a inovação e o ensino como fundamentais para o aperfeiçoamento da formação bibliotecária, mas, nesta pesquisa, a ênfase está para as contribuições da Extensão no processo formativo. Os dados coletados demonstram que ações e prática da Biblioteconomia são utilizadas nos projetos, corroborando na construção da identidade profissional, mas em virtude de que o quantitativo discentes que participa dessas ações é ínfimo, essa ação é subutilizada pelos cursos ofertados.

Parafraseando Guimarães (2004) pode-se afirmar que o grande desafio das instâncias formadoras do bibliotecário reside em trabalhar pedagogicamente o uso estratégico das funções universitárias, de modo a propiciar aos educandos um processo de contínua reflexão que, indo além do ensino teórico em sala de aula, possa conduzir a ampliar o campo de atuação profissional, tendo em vista o processo de mediação da informação nas diversas instâncias da sociedade. Tal concepção deve ser explícita nos Projetos Pedagógicos: um estágio inicial, pelo contato com a literatura em sala de aula e, um posterior, na própria sociedade, com a exploração dos espaços de atuação profissional, bem como a identificação de outros. Resta compreender se as instâncias formadoras estão sensibilizadas nessa direção.

Nesse propósito, verificou-se como os Coordenadores dos projetos de Extensão de Biblioteconomia trabalham a educação dos bolsistas no tocante à identidade profissional nas ações desenvolvidas. Sobre a questão destacam-se alguns relatos,

Pude colocar toda teoria aprendida em sala de aula na prática. (D1)

Uma forma de por em prática o que se vê no percorrer do curso, está participando ativamente dessas ações nos torna cada vez mais próximos da área, e isso nos faz querer sempre fazer o melhor (Sic). (D13)

Os dados mostraram a percepção dos respondentes acerca da participação nas ações extensionistas para a formação acadêmica. Enquanto laboratórios do processo de ensino e aprendizagem, as ações permitem que os bolsistas apliquem o aprendizado da literatura e dos discursos docentes na prática. Os respondentes revelaram um panorama primordial para as universidades repensarem a respeito da inclusão das atividades extensionistas desenvolvidas nas comunidades enquanto ação essencial na grade curricular. Se a extensão, enquanto ação metodológica favorece o ensino e aprendizagem conforme destacado por **D1** e **D13**, cabe pontuar e dirimir os fatores que interferem sua efetivação nos currículos acadêmicos.

Para Walter (2008), a formação profissional envolve múltiplos aspectos e compreender as razões que interferem nesse processo é importante e por isso elas devem ser estudadas com profundidade. Nesse direcionamento, busca-se nesta pesquisa, mostrar alguns desses aspectos e aprofundar as discussões sobre o processo formativo, enfatizando a relevância da indissociabilidade das funções acadêmicas na formação profissional. O posicionamento discente acerca da interação com as comunidades e seu desenvolvimento profissional revela a necessidade de incluir o alunado nesse processo educativo. Esse entendimento é destacado na resposta de um dos participantes da pesquisa:

a participação em projetos de extensão permite que apliquemos na prática o que aprendemos na teoria, de forma que percebemos a necessidade de adaptação de atividades referente ao perfil da "empresa" em que atuamos. Com relação à formação social, fica o sentimento de pertencimento e a certeza da importância da profissão, no sentido de que pequenas iniciativas podem transformar uma realidade. (D21).

As ausências dessas ações corroboram para o alijamento na formação acadêmica visto que a formação envolve múltiplos aspectos, sendo um deles a prática, o engajamento nas comunidades. Os dados coletados demonstraram que pouquíssimos docentes desenvolvem atividade extensionista com temáticas sociais (GRÁFICO 02). Nessa discussão de prática, convivência, destaca-se o Estágio supervisionado, enquanto disciplina obrigatória colaboradora na formação acadêmica, mas, pontua-se que essa ação é individualizada e realiza-se em unidades de informação já institucionalizadas, enquanto que as ações extensionistas dão-se no coletivo, em outras instituições que compreendem locais diferentes das tradicionais unidades de informação.

Destarte, a Extensão universitária, no formato programas/projetos, desenvolvida nas comunidades coopera para a formação social do discente. Nessa proposição,

o bibliotecário tem sua prática pautada na preocupação com o indivíduo e suas necessidades de informação. A população ainda é carente do acesso a bens e serviços essenciais e a mediação da informação seria um dos mecanismos para solucionar tal problemática (MORAES; LUCAS, 2014, p.114).

Romper com o paradigma histórico do acervo para a mediação da informação é um desafio da profissão na atualidade. Nesse direcionamento, as ações extensionistas corroboram para que os futuros bibliotecários possam ter uma formação direcionada para as questões de disseminação, fundamentadas em práticas reais, concisas. Assim, a responsabilidade social do bibliotecário deixa de ser centrada na organização do acervo para os processos de mediação da informação.

Freire e Araújo (2012) destacam que a prática do bibliotecário vem pautando-se na mediação da informação e, pode vir a colaborar para o usuário chegar às informações desejadas. Dentre as potenciais contribuições do processo extensionista destaca a colaboração no fortalecimento da responsabilidade social universitária no tocante à transmissão da informação para aqueles que necessitam e para a formação cidadã discente, aspectos fundamentais nessa sociedade marcada pela individualidade e competitividade. Cooperar com a disseminação da informação permite a universidade contribuir com o desenvolvimento das comunidades, fortalecer a pesquisa e proporcionar o desenvolvimento regional. Esse amplo espectro que a Extensão consegue perpassar é percebido na concepção do respondente:

as ações de extensão permitem a aproximação da comunidade com a universidade. Essa vivência é potencialmente uma experiência de conhecimentos múltiplos. É necessário que a universidade saiba da realidade que a cerca e contribua fazendo jus ao seu papel de formadora de recursos humanos especializado. (D17).

Essas potenciais colaborações precisam ser exploradas pelas instituições formativas. Assim a incorporação efetiva dessas ações nos currículos acadêmicos poderá propiciar qualidade ao ensino superior público no país. Transpor os estereótipos que circundam o processo formativo acadêmico, tecnicista, é essencial para adequar as profissões as necessidades mercadológicas vigentes. A responsabilidade social das instituições superiores em formar cidadãos com habilidades e competências técnicas, ao mesmo tempo com formação cidadã, ultrapassa um ensino cerceado dentro das salas de aulas. A educação para a cidadania, para a vida perpassa metodologias engessadas e exige diálogo com a sociedade.

A visão que pode orientar nosso trabalho enquanto profissionais da informação – um caminho no qual poderemos exercitar a responsabilidade social de ajudar a facilitar, em nossa sociedade, a comunicação do conhecimento para aqueles que dele necessitam. Esta visão transcende a estrutura organizacional e, mesmo, comunicacional operada nos SRIs¹⁷. (FREIRE; ARAÚJO, 1999, p.14).

Desta forma, a educação do bibliotecário precisa transpor os limites da sala de aula e chegar às comunidades com intensidade, permitindo que o processo de formação contextualizado e corroborando para um aprendizado eficaz. Castro (2000b) pontua que, com as mudanças em termos universais na esfera social, e as discussões travadas acerca da disseminação da informação, da tendência mercadológicas que fazem da informação o seu objeto de prática, traz à baila a formação desses profissionais que trabalham com a informação, com destaque para o bibliotecário. Nesse posicionamento há a necessidade dos cursos desenvolver metodologias para qualificar e adequar seus profissionais para atender esse perfil mercadológico.

Ao serem indagados sobre a colaboração dessas ações na divulgação da profissão, os discentes enfatizam sua importância:

A sociedade pode ver o que realmente faz um bibliotecário. (D4)

A sociedade visualiza a importância e o papel do profissional bibliotecário. (D8)

A visibilidade social profissional é uma questão que perpassa a história da Biblioteconomia no país. Souza (2006) destaca a relevância da formação acadêmica para cooperar na visibilidade da profissão. Para o autor, dentre os conhecimentos e habilidades que o profissional da informação precisa dominar, as atitudes e qualidades pessoais são essenciais nesse processo. Para o autor “essa reflexão tem levado a análise da formação do profissional da informação por três vieses: a) do profissional empreendedor; b) do profissional atento à responsabilidade social; c) do profissional com atitude de flexibilidade a mudanças” (SOUZA, 2006, p.25). Com a finalidade de compreender, como o profissional atento à responsabilidade social da área coopera com a visibilidade bibliotecária, analisou-se como as práticas desenvolvidas nos programas/projetos extensionistas cooperam nesse processo.

O respondente **D4** enfatizou que as ações praticadas nas comunidades possibilitam a sociedade “ver”, o que “faz” o bibliotecário. Esse reconhecimento só é possível mediante a integração com as comunidades. Práticas direcionadas a segmentos específicos da população tendem a caracterizar um modelo de profissional desconhecido pela maior parte da sociedade. Assim, ao promover essa integração, há o (re)conhecimento desse profissional pelos

¹⁷¹⁷ SRIs – Sistema de recuperação da Informação.

indivíduos. Por muito tempo, os serviços biblioteconômicos estiveram direcionados principalmente à preservação do acervo, e a atuação profissional esteve focada para “dentro” da instituição biblioteca, para as técnicas e para o acervo, e raríssimos usuários utilizavam esse espaço enquanto colaborador e disseminador da informação.

Esse comportamento gerou o isolamento e desconhecimento pela sociedade. Somente na década de 1990, a área alterou seu paradigma da guarda para o acesso, para o usuário. Nessa acepção ocorreram mudanças nos currículos, mas a atitude das unidades de informação continuou arraigada nos paradigmas anteriores, e essa percepção demorou a ser internalizada pelos profissionais da área. A experiência docente da pesquisadora demonstra empiricamente que a pouca visibilidade profissional é um atenuante forte na atualidade visto que ao indagar os alunos sobre o conhecimento da profissão, inicialmente em nível micro, a família, a maior parte dos respondentes enfatizaram que os familiares desconhecem a profissão que escolheram; outros confundem com profissionais que trabalham com Economia e, ao indagar o conhecimento da profissão pelas comunidades em que residem, ressaltam que com exceção da comunidade letrada, ou seja, uma parcela ínfima, os demais desconhecem a profissão.

Essa experiência valida essa concepção destacada por Souza (2006) e urge por soluções. Nessa acepção, destaca-se o relato

através desses programas podemos divulgar nossa formação, explicar o que trata a Biblioteconomia, desmitificar a história de quem se forma em Biblioteconomia fica na biblioteca, mostrar como o curso é expansivo. (D1)

Os projetos desenvolvidos no âmbito do curso cooperam para divulgar a profissão na sociedade, tornando-se ao mesmo tempo instrumento de *marketing* profissional. Nesse sentido, a formação acadêmica deve contribuir para que o discente, futuro profissional, assuma uma dimensão relevante na sociedade. O *marketing* bibliotecário precisa ser trabalhado desde a graduação, na Academia para que os futuros profissionais possam vivenciar essa prática não apenas em disciplinas, muitas vezes optativas e que, em virtude dessa característica, todos os discentes não participam da mesma. O *marketing* profissional precisa ser incluso em todo o processo formativo, em uma perspectiva multidisciplinar, colaborando para minimizar a questão da invisibilidade social profissional.

A visibilidade profissional é um fator que interfere na autoestima do bibliotecário e, conseqüentemente, em sua atuação profissional. Souza (2006) discorre sobre as angústias do bibliotecário no tocante a essa temática. Para o autor, a missão do bibliotecário do futuro não comporta somente a administração do acervo, mas o ajuste dessas atividades para a

disseminação da informação. Moraes e Lucas (2012, p.120) corroboram ao destacar que: “enquanto mediador ele [o bibliotecário] pode se tornar um agente na inclusão dos socialmente excluídos, principalmente, a partir de um maior delineamento acerca de quais seriam as práticas de mediação da informação”.

Corroborando, o respondente enfatiza a relevância das ações realizadas pelas universidades e os cursos de Biblioteconomia pontuando que,

a partir dos projetos podemos dar visibilidades das ações, do papel do bibliotecário e de sua função social. (D10)

Os discentes que participam dessas ações têm a oportunidade de vivenciar experiências que colaboram para desmitificar que local de bibliotecário é nas bibliotecas. Ação essa que precisa ser ampliada para todo o processo formativo. O processo de transmissão e troca de informações favorece o aprendizado discente, permitindo ao futuro profissional ampliar os horizontes acerca da *práxis* profissional. O aprendizado proporcionado por esse processo possibilita novas formas de aprendizagem, de atuação.

Nesse processo, há os obstáculos enfrentados pelos discentes, visto que trata de uma ação educativa e todo processo educativo exige esforço e compromisso. Infere-se que as dificuldades encontradas, como trabalho em equipe, tomada de decisão, exposição ao público etc., tornam-se basilares para uma formação sólida, comprometida com as questões sociais. Esse fato é sinalizado pelo tempo de permanência nos projetos, denotando que essas barreiras são contornadas pelos discentes devido ao fato que muitos perpassam quase todo o processo da graduação envolvido nessas ações, seja na modalidade voluntário ou remunerado.

Os dados revelaram que as ações extensionistas realizadas nas comunidades contribuem com a promoção social da profissão, portanto, deveriam constituir-se tarefas constantes e incluir todo o alunado. Enquanto esse fato não se tornar prioridade na concepção dos protagonistas desse processo, permanecerá esse quadro insípido nas IES. Discutir sobre a temática da responsabilidade social universitária e sua contribuição na formação acadêmica suscita questionamentos e tensões no ambiente universitária visto que existe o entendimento de que a responsabilidade das instituições de ensino deve ser direcionada para o aprendizado de qualidade, com competências técnicas, o desenvolvimento da pesquisa e a inovação tecnológica.

Essas categorias, para muitos, configuram-se como essenciais para que a universidade exerça sua responsabilidade social. Tais competências fazem parte da RSU, mas há também a questão da cidadania, dos direitos sociais que precisam fazer parte das agendas

dessas instituições, de uma formação direcionada também para a questão da cidadania. Para analisar a percepção acerca da responsabilidade social universitária por meio das ações desenvolvidas nas comunidades, destaca-se uma das respostas,

é a forma do discente e da instituição colocar na prática o que é absorvido, compreendido e aprendido na teoria de forma prática. É um retorno para a sociedade do que a academia pode e deve fazer para a sociedade, melhorando e possibilitando a troca do aprender científico com o popular. (D6)

A responsabilidade social universitária está relacionada ao conjunto de competências e habilidades desenvolvidas a partir de um conjunto de saberes oriundos das diversas funções acadêmicas: ensino, pesquisa e extensão e sua relação com a sociedade. Ademais,

a função social da universidade passou a ser entendida como um componente relevante e, portanto, como um compromisso de todos, como forma de romper a tradição e o isolamento histórico da universidade em relação às demandas sociais. Assim, as tensões que marcaram o período anterior na relação da universidade com a sociedade e na sua relação com o governo cederam lugar à liberdade de iniciativas em projetos e programas de extensão universitária criados pelas próprias universidades (CABRAL, 2012, p.66).

O respondente **D6** enfatiza esse retorno para a sociedade como parte essencial da RSU. O diálogo, a interação permite a troca, o reconhecimento, elementos essenciais para o desenvolvimento da responsabilidade social. A proposta de uma universidade comprometida com os direitos sociais vem sendo discutida há tempo no país por teóricos comprometidos com a educação para a vida, dentre esses Paulo Freire, Darcy Ribeiro, Moacir Gadotti, Dermeval Saviani entre outros, os quais discutem o papel da educação democrática, inclusiva e participativa. Nessa direção de educação inclusiva, o respondente destaca que:

através dos projetos a universidade proporciona aos estudantes visualizar as necessidades ao seu redor e como nosso aprendizado pode ser usado para melhorar a sociedade e, contribui para visualizar o mercado de trabalho. (D13)

Nesse contexto, destaca-se que essas ações permitem aos discentes identificar as contribuições da interação da universidade e sociedade. Essa educação contextualizada promove consciência crítica, autonomia, ao mesmo tempo em que corrobora para que o bolsista extensionista seja um partícipe do processo ensino e aprendizado.

O compromisso social com a sociedade passa a ser um caminho a ser buscado pela universidade, com a extensão sendo entendida como uma prática transformadora da relação com a sociedade, articulada às atividades do ensino e da pesquisa. É uma nova visão sobre a extensão universitária e que consegue dar passos importantes no sentido de ultrapassar a discussão sobre o assistencialismo e avançar para o debate sobre e o compromisso social como vocação da universidade. (CABRAL, 2012, p.66).

Novas metodologias de aprendizagem, de criação do conhecimento por meio da intervenção na sociedade são essenciais nesse modelo educacional elitista e excludente. Nesse cenário onde a exclusão social ficou acentuada pelo processo de globalização, a RSU torna-se uma ação fundamental para minimizar as consequências desse processo, principalmente nos segmentos desprovidos de assistência por parte dos governos. Por ser o processo de construção da cidadania contínuo, essa ação carece de ser fortalecida pelas instituições educacionais e as universidades são pilares para fortalecimento desta temática no cenário nacional.

O CONAE (2010) pontua que a função social da educação e das instituições educativas é colaborar com a educação inclusiva, a diversidade cultural, a gestão democrática e o desenvolvimento social. A educação é um processo e prática constituída e constituinte das relações sociais mais amplas. Ampliar espaços de aprendizagem e construção do conhecimento acadêmico sinaliza que a *práxis* acadêmica precisam ocorrer em espaços diversos permitindo ao discente interagir com várias possibilidades de ensino e aprendizagem. Frente a essa realidade, as ações de extensão, desenvolvidas nas comunidades, constituem-se espaços propícios para esse modelo de aprendizagem inclusivo, integrativo.

A configuração do processo educacional focado na relação universidade e cidadania precisa ser incorporada por todos os *stakeholder* envolvidos na proposta acadêmica. Nessa acepção não basta a criação de instrumentos normativos, como Resoluções, Normativos etc. Esses documentos são relevantes por basilarem as ações, mas, o envolvimento dos atores que fazem a universidade é fundamental para a concretude das ações dispostas neles. Nesse entendimento, os dados demonstraram que a compreensão dos respondentes acerca da responsabilidade social universitária é a contribuição das instituições no fortalecimento da cidadania, por meio do processo de mediação da informação.

Para Barros (2005) a informação coopera para o desenvolvimento do indivíduo e de sua comunidade. Essa assertiva foi ratificada pela totalidade das respostas afirmativas dos discentes para a indagação: “os projetos de extensão contribuem para melhorar as comunidades assistidas”. Esse dado reflete a compreensão que a RSU ocorre na cooperação com o outro, revelando que a alteridade é princípio basilar na formação acadêmica. Destaca-se que a RSU não pode ser percebida somente no processo do ensino, pesquisa e inovação, mas que está intrínseco nas ações de extensão. Fato esse destacado na compreensão do discente,

haja vista que as ações extensionistas objetivam o bem-estar das comunidades que transcendem o meio acadêmico e que, desta forma, podem se traduzir nos mais variados projetos, com aulas, palestras, criação de bibliotecas comunitárias, cursos e minicursos, entre outras coisas. Seria correto, então, afirmar que tais ações promovem em seus beneficiários uma relação de pertença com a comunidade e, por conseguinte, com a própria sociedade. Em se tratando de sujeitos em situação de vulnerabilidade social, esse leque de possibilidades é mais significativo, do ponto de vista filantrópico da ação, uma vez que, em algumas situações, a extensão universitária é o contato máximo que estes têm com a cidadania e perspectiva de mudança. Recordo-me de um dos projetos de extensão a que fiz parte, onde tal perspectiva pode ser percebida. Ao lidar com crianças cujo histórico revelou fragilidades de cunho familiar, como irmãos infratores, pais ausentes entre outras questões e que, aquele momento, aquele espaço as fez esquecer destes problemas, inclusive, despertando o desejo de ingressar no meio acadêmico. (D28)

Esse relato permite revelar o entendimento da ação na perspectiva de um bolsista de extensão e os impactos dessa ação para a construção de uma formação crítica, reflexiva. Nesse direcionamento, articular ao ensino essa prática extensionista fortalece a *práxis* educacional. Essa concepção de educação integrada sinaliza para a construção de espaços democráticos da construção do conhecimento, essenciais para a emancipação e criticidade discente. As concepções derivadas das respostas dos discentes a respeito da contribuição das ações extensionistas denotam que essas atividades contribuem para: fortalecimento da RSU; formação cidadã, direcionada para as causas sociais; visibilidade social bibliotecária.

Em detrimento desses resultados, infere-se que:

- a) as ações, no formato projetos e programas, direcionadas às comunidades e que trabalham com a questão da inclusão, são ínfimas nos cursos pesquisados; porém são evidenciadas, com mais incidência, nos formatos cursos e eventos, direcionados a uma parcela específica da população: a letrada;
- b) a extensão realizada pelos cursos de Biblioteconomia da região Nordeste está restrita a uma parcela mínima de docentes, implicando que a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão se encontra fragilizada nesses cursos.

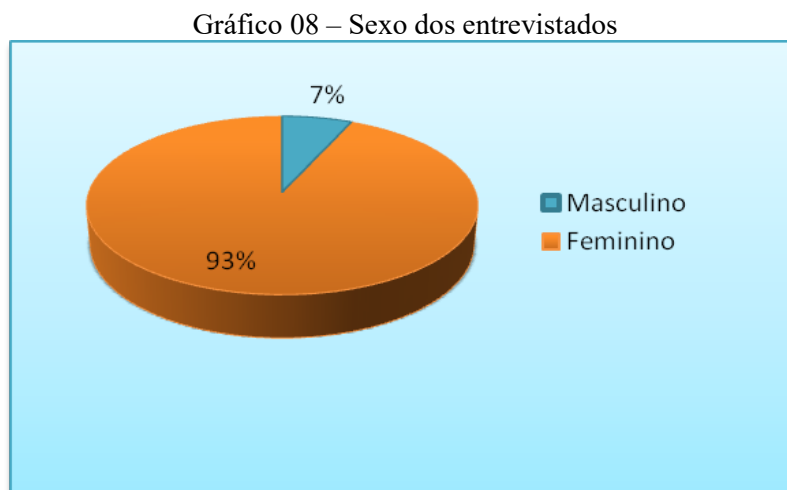
Nesse entendimento, buscou-se compreender os motivos da ausência dessas ações nos currículos docentes descritos na seção posterior.

6.2.2 Ações extensionistas: o olhar dos docentes

Nessa seção foram analisados os questionários e entrevistas aplicados aos professores, dos programas/projetos. Foram aplicados 24 questionários por correio eletrônico, *e-mail* e respondidos 10; foram realizadas 5 entrevistas estruturadas com questões abertas. Os respondentes

foram denominados pelas letras **P-1** a **P-15**. Para atender aos propósitos da pesquisa, foram verificadas as categorias: Prática extensionista e responsabilidade social; Projetos de extensão e identidade bibliotecária. A análise dos questionários e entrevistas está intercalada no decorrer de toda a seção.

Na categoria **Prática extensionista e responsabilidade social universitária** analisaram as variáveis: tempo de coordenação de projeto; participação em outros projetos; percepção acerca da articulação entre as funções universitárias e a sociedade; identidade do curso na extensão e as práticas e promoção da visibilidade profissional nas ações e os instrumentos que divulgam essas ações (GRÁFICOS 26-34). Sobre o sexo dos pesquisados, detectou-se que o gênero feminino predomina (93%) em todos os cursos analisados (GRÁFICO 26):



Fonte: Elaborado pela autora

Sobre a questão Castro (2002) pontua que a profissão é constituída em sua maior parte pelo sexo feminino. A entrada das mulheres nos cursos de Biblioteconomia deu-se no final da década de 1920, com Adelpha Figueiredo. Esse período, marcado pela emancipação feminina, direito ao voto, tornou-se solo fértil para o ingresso das mulheres no nível superior, principalmente nas profissões ditas femininas, a exemplo da enfermagem, biblioteconomia etc. Nos primórdios, essa profissão era majoritariamente masculina mas, com o decorrer do tempo e a abertura de mercado para as mulheres, esse campo de atuação passou a ser permeado pelo público feminino.

Destarte,

a entrada das mulheres nos cursos superiores acelerava-se à medida em que avançava a industrialização no País e à medida em que a ação do movimento sufragista pressionava, exigindo além do voto, o acesso a educação e ao trabalho,

colocando em questão o conservadorismo da sociedade patriarcal que negava à mulher esses direitos.[...], a maioria das mulheres, ao buscarem a profissionalização nas universidades, o faz privilegiando as áreas de educação, saúde e ciências sociais. São crescentes, portanto, o predomínio das mulheres nos cursos de psicologia, farmácia, nutrição. A essas áreas somam-se as profissões tradicionalmente reconhecidas como femininas: professora, enfermeira, assistente social e bibliotecária. (FERREIRA, 2003, p.194)

A profissionalização feminina implicava também em menores salários e distinção na sociedade, com relação ao ingresso no mercado de trabalho foi reflexo da necessidade de mão de obra para as fábricas, visto que nesse período, década de 1950 e 1960, pós-segunda guerra mundial, muitos homens morreram ou voltaram mutilados da guerra. Como consequência, propiciou a entrada das mulheres, inicialmente, nas fábricas e, posteriormente, em outros cargos. A capacitação técnica é uma requisição das sociedades contemporâneas para um mercado cada vez mais exigente. Nessa direção, as mulheres começaram a adentrar os cursos superiores, em busca de aperfeiçoar-se para acompanhar as imposições mercadológicas. Por outro lado, o ingresso das mulheres nas universidades era ainda tímido. Sobre a questão destaca-se,

é evidente que as profissões ditas femininas têm, ao longo da história, enfrentado dificuldades para se impor. As enfermeiras, as assistentes sociais e as bibliotecárias e outras profissões caracterizadamente femininas têm que provar permanentemente que são competentes para inserir-se nesse mercado desigual. E esse mercado é marca principal das sociedades de classe que têm na distribuição de riqueza, poder e conhecimento, fatores que contribuem substancialmente para uma distribuição desigual de competências e recompensas, assim como para a hierarquização do poder. (FERREIRA, 2003, p.195)

Nas universidades, essa característica não se aplica com relação a questões salariais, mas ao verificar os cargos burocráticos é evidente que o número do sexo masculino em cargo de chefia é maior que o feminino, mesmo com as mesmas qualificações, fato evidenciado em algumas universidades. Entende-se que as instituições são reflexos da sociedade e as universidades não estão isentas desse fato. Diante disso, compete traçar ferramentas para equiparar essa situação nas instituições. Como o objetivo da tese não se estende a essa temática, igualdade de gênero, foi enunciada apenas uma preliminar acerca da situação das mulheres na contemporaneidade, reflexo de uma sociedade escravocrata e machista.

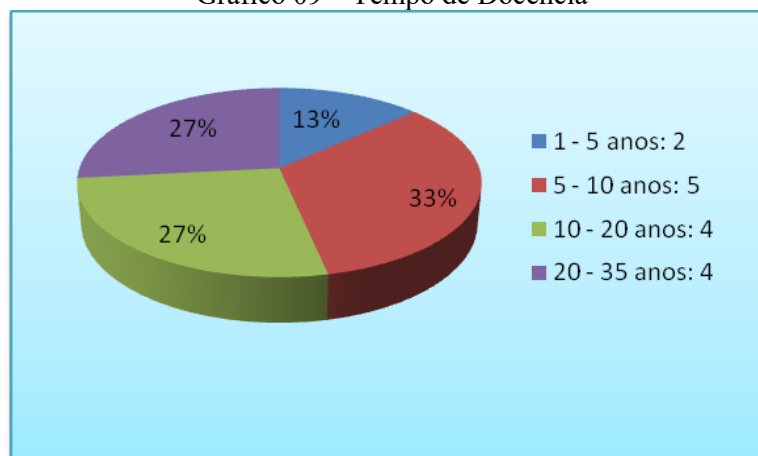
Mesmo com todas essas conquistas, o gênero feminino ainda sofre preconceitos e discriminações. Esse dado é refletido nas lutas constantes acerca da igualdade de salário, licença maternidade, amamentação (CLT. Art. 396) etc. As conquistas logradas pelo sexo feminino não suplantou a violência sedimentada na cultura do país, problemática essa que

afeta uma parcela grande da população, independente do *status* social. Ressalta-se que, apesar de um quadro caótico de desigualdades de gênero, as conquistas das mulheres permitiram galgar espaços importantes da sociedade: a participação na política, a exemplo da primeira mulher eleita, pelo voto popular - presidenta Dilma Vana Rousseff (2011-2016), governo interrompido pelo *impeachment*; o pioneirismo das mulheres em profissões antes restrita ao sexo masculino, como as engenharias etc.

Esse protagonismo feminino foi decisivo pelas ocupações das mulheres em várias instituições, como as universidades, fato esse explícito nos dados coletados. Embora identificado a ampliação do ingresso masculino no curso, o predomínio feminino continua vigente, segundo dados confirmados nas respostas dos bibliotecários (GRÁFICO 26). As profissões revelam status no mercado de trabalho. Sendo um dos propósitos verificar os fatores que interferem na visibilidade social da profissão, esse fato carece de discussões em estudos, *a posteriore*, para identificar se esta premissa interfere ou não na visibilidade social profissional.

Acerca dos docentes que desenvolvem programas/projetos extensionistas foi verificado o tempo de docência (GRÁFICO 09) e de coordenação de projetos (GRÁFICO 10).

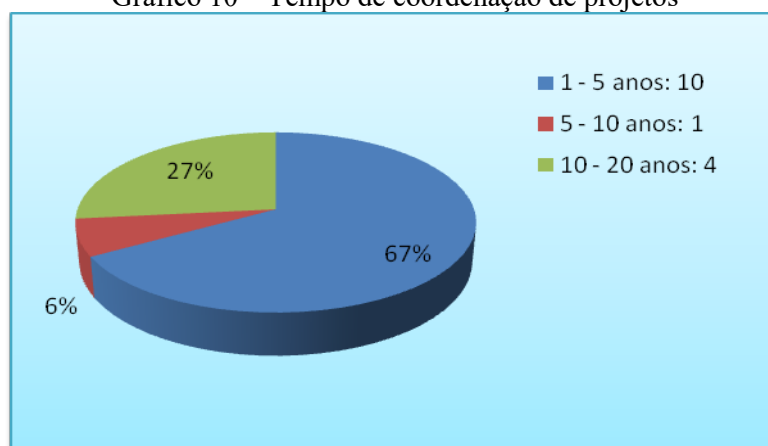
Gráfico 09 – Tempo de Docência



Fonte: Elaborado pela autora.

Os dados demonstraram que a maior parcela dos envolvidos tem até cinco anos na docência, e que uma parte que está na atividade há mais de dez anos. Cabe destacar que nessa população há dois respondentes, aposentados, mas que continuam vinculados à universidade (UFC) em virtude do projeto de extensão. A participação em projetos e a escolha dos eixos temáticos configuram-se aspectos essenciais no processo de pensar a Educação não somente em aspectos teóricos, mas integrando-o à prática cotidiana, essenciais para a formação discente.

Gráfico 10 – Tempo de coordenação de projetos



Fonte: Elaborado pela autora.

No tocante ao tempo de coordenação de projeto ficou evidenciado um período de até cinco anos de ações extensionistas. Buscar averiguar os motivos que corroboram para a prática extensionista nesse intervalo de tempo é um dos objetivos que as universidades devem buscar compreender a fim de que possa intensificar mais essa prática nos currículos docentes. Face a isso, verificar a participação dos docentes nas atividades extensionistas desenvolvidas nas comunidades e as consequências dessas ações para formação discente comprometida com as questões sociais é fundamental para compreender a *práxis* dessa função na Academia.

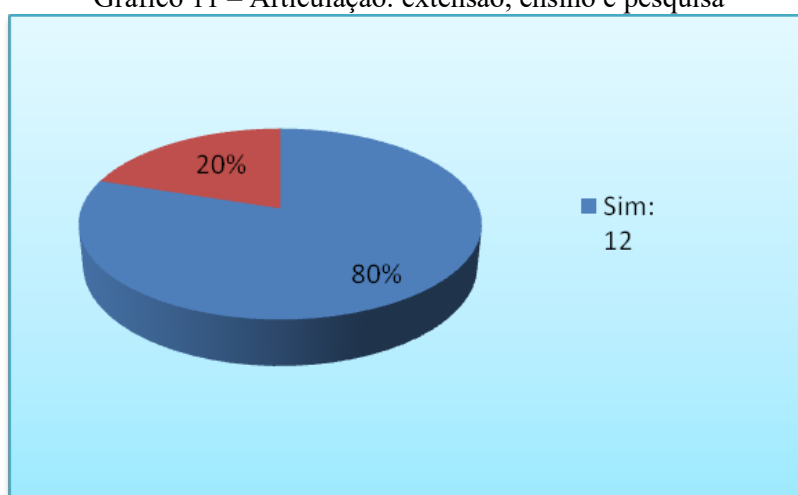
O professor enquanto modelo formativo tem a capacidade de influenciar o alunado. Assim, à medida em que a participação docente é evidenciada na Extensão, corrobora para que a percepção do aluno seja também direcionada para a ação. Por outro lado, o distanciamento do docente refletirá de forma negativa nos discentes. No mapeamento docente obteve-se um número pouco significativo (GRÁFICO 01), provavelmente essa ausência esteja relacionada ao processo formativo da graduação que não fomenta essas ações, visto que as mesmas não são partes constituintes obrigatórias de todo o currículo discente.

Sobre a questão Freire (1996, p.97) pontua: “a maneira como me percebem me ajuda ou desajuda no cumprimento de minha tarefa de professor”. Essa assertiva denota a responsabilidade docente em contribuir para integrar o alunado nas funções universitárias. No entendimento que a docência se faz na prática, subtende-se que os exemplos encontrados no espaço acadêmico, ausência ou presença, coopera, em alguma medida, na percepção desses atos. Nesse direcionamento, Isaia e Bolzan (2012, p.197) afirmam: “a construção do papel de ser professor é coletiva, se faz na prática em sala de aula e no exercício cotidiano dos espaços pedagógicos. É uma conquista social e compartilhada, pois implica trocas e representações”. Assim, o espaço pedagógico é indispensável para fortalecer a identidade desse profissional.

Para Silva, Santos e Mazilli (2010) a participação dos professores é uma variável imprescindível para a concretude da ação extensionista na esfera acadêmica, visto que repercute na percepção discente acerca delas. Em virtude de a Extensão estar focada na aplicação dos conhecimentos acadêmicos na prática social, sua efetivação é necessária para corroborar com a responsabilidade social das IES. Não há a pretensão da pesquisa em sobrecarregar o docente com muitas atribuições, além das atividades do ensino (graduação e pós-graduação), da pesquisa e a produção acadêmica, nem o responsabilizar pela fragilidade dessa função acadêmica tendo em vista que há outros fatores interferentes nesse processo, mas, isso também não pode ser motivo para justificar a quase ausência destes profissionais na *práxis* extensionista, visto que ela faz parte do fazer acadêmico tanto quanto as demais tarefas. Cada *stakeholder* tem sua parcela de contribuição, seja positiva ou negativa, nas instituições, pois não existe neutralidade nos processos.

Acerca da articulação entre as funções acadêmicas, os projetos de extensão e a interação com as comunidades (GRÁFICOS 11,12), os resultados demonstraram o protagonismo universitário, com ênfase para a responsabilidade social universitária, tendo em vista que um percentual significativo (80%) aponta a relação indissociável entre os três pilares da universidade (GRÁFICO 29), bem como a via que se estabelece com a população a que se destina os projetos de extensão, conforme demonstrado no gráfico 30.

Gráfico 11 – Articulação: extensão, ensino e pesquisa



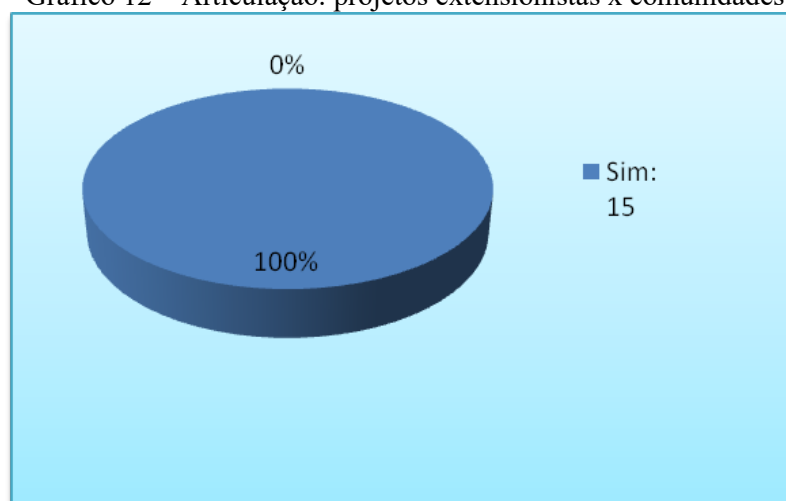
Fonte: Elaborado pela autora.

A Política Nacional de Extensão Universitária – PNEU (2012) apregoa que a indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão essencial para a formação acadêmica e, reafirma a Extensão Universitária como processo acadêmico. Nessa perspectiva, o pressuposto é que as ações de extensão adquiram maior efetividade se estiverem vinculadas

ao processo de formação de pessoas (Ensino) e de geração de conhecimento (Pesquisa). Porém ao se analisar essa diretriz foi percebido, nos dados da pesquisa que essa prática é incipiente, fragilizando assim a Extensão enquanto função essencial na formação discente.

Das três dimensões constitutivas da universidade, a Extensão foi a última ação a surgir, e isso se deu por diversos motivos: seja por sua natureza interdisciplinar, ou pelo fato de realizar, em grande medida, além das salas de aulas e, para o atendimento de demandas por conhecimento de um público amplo, difuso e heterogêneo. Em detrimento desses fatores, talvez as atividades de extensão não tenham sido adequadamente compreendidas e assimiladas pelas universidades (PAULA, 2003). Nesse direcionamento, pensar a contribuição dessa indissociabilidade para o fortalecimento da responsabilidade social universitária é essencial. A tríade ensino, pesquisa e extensão configura-se como reflexo da expressão da responsabilidade social universitária, expressa na Constituição do país, no Art. 207: “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988).

Gráfico 12 – Articulação: projetos extensionistas x comunidades



Fonte: Elaborado pela autora.

Para Rays (2003, p.10): “a indissociabilidade é o princípio fundante para a articulação concreta das atividades-fins do ensino superior. Caracteriza-se como um processo multifacetado de relações e correlações que busca a unidade da teoria e da prática”. Nessa direção, em ambiente propício, apresentar projeto político pedagógico contextualizado e o esforço coletivo de todos os envolvidos no processo são requisitos fundamentais para discutir a fragilidade desse processo integrativo.

Acerca da presença da Extensão na ação da indissociabilidade é relevante considerar que:

ao mesmo tempo que a Extensão tem se colocado como uma das respostas da universidade frente às diversas demandas da sociedade, estando presente desde a origem da universidade e, portanto, fazendo parte da sua longa trajetória histórica, ela ainda continua pouco reconhecida como um espaço de participação para os estudantes e construção da cidadania. Além disso, vem apresentando inúmeras dificuldades, principalmente na superação dos limites encontrados para a sistematização das suas práticas e para o aprofundamento das suas elaborações teórico-conceituais. (CABRAL, 2012, p.51)

A indissociabilidade continua tênue e, esse fato tem perpassado décadas, levando-nos a inferir que as Academias precisam sanar os fatores que interferem nesse processo. Para Maciel (2010), o paradigma de Universidade que contribui para o pensamento crítico e para a transformação da sociedade – papel social da universidade – é fundamental para refletir acerca da indissociabilidade como princípio norteador, visto que as funções estão intercaladas, uma cooperando com a outra e, quando há a fragilidade em uma dessas funções, esse fato acaba refletindo nas demais. Nessa proposta, a participação de todos os *stakeholder* é essencial para que as universidades alcancem seu objetivo enquanto instituição formadora de sujeitos críticos, participativos, objetivando transformação social.

Sobre a questão é clara a compreensão de P7 quanto à RSU:

a responsabilidade social da universidade repousa justamente na contrapartida da instituição para a sociedade, tanto no ensino, necessário para a formação profissional e cidadã, quanto nas ações de extensão e cultura, que são formas de levar a academia para as comunidades (P7)

A universidade precisa integrar-se, primeiro, no plano interno, suas funções, seus departamentos, seus cursos, seus *stakeholder* etc, depois, no plano externo, com a sociedade. O individualismo e o isolacionismo presentes nessas instituições constituem fatores que enfraquecem e colaboram para a crise vivenciada na educação superior. A integração com as comunidades é parte essencial para a universidade tornar-se instituição de referência na sociedade. Desse modo, “a universidade precisa se repensar, colocar a público seu projeto para se fazer entender. Ela é uma instituição da sociedade e a ela tem que se fazer referência” conforme salienta Castro e Mattos (2004, p.2), caso contrário, torna-se um espaço que pouco conhece a realidade que o cerca.

A universidade comprometida com os problemas da sociedade precisa da reforma de pensamento, ser projetiva, emancipatória, cultivar a razão crítica, desenvolver a arte de gestar, alimentar e gerir os valores inalienáveis da condição humana: o direito à vida, à informação, aos benefícios do progresso, da cultura e da felicidade (MORIN, 2000). Esse

modelo de universidade só é possível mediante o fortalecimento de suas ações, de sua participação na sociedade. Diante disso, mudanças de posturas, novas formas de aprendizagem, convênios, integração com as empresas e sociedade são fundamentais para que a educação superior seja um aporte para o empoderamento dos indivíduos.

A reivindicação da responsabilidade social universitária exige mais que ensino técnico ou algumas ações de pesquisas, conclama atuação perante o panorama social vigente. Não há na pesquisa a utopia de afirmar que a universidade é a “solução para todos os problemas da sociedade”, nem a “Arca de Noé” do presente século, mas acredita-se que pode ser colaboradora no processo de geração e disseminação do conhecimento, ferramenta crítica de discussão, que fortalece a sociedade para o enfrentamento das problemáticas existentes. A RSU é mais que reprodução do conhecimento, exige o contato direto com a sociedade, uma interlocução efetiva, capaz de gerar resultados satisfatórios. Nessa acepção, a integração com as comunidades é essencial, fator percebido por todos os respondentes (100%). Essa integração é realizada por meio da intervenção das universidades a partir de seus projetos, conforme retratam as figuras 15 a 19, relativas às ações extensionistas em diferentes universidades.

Figura 13 – Projeto: Doutores da Leitura (UFCA)



Fonte: Arquivo pessoal – coordenador do projeto

Figura 14 – Projeto Biblioencanta (UFAL)



Fonte: Facebook – Internet

Nota: “A criança aprende brincando... e brincando ela é feliz”.

Figura 15 – Projeto Biblioencanta (UFAL)



Fonte: Facebook – Internet

Nota: Ontem foi dia de mais uma apresentação do grupo Biblioencanta no Lar São Domingos, contando histórias infantis de origem africana com muita alegria e brincadeiras!! E o tema do dia foi: Histórias / Lugares / Fauna-Flora

Figura 16 – Projeto Biblioencanta (UFAL)



Fonte: Facebook – Internet

Nota: Dia de apresentação!! Dessa vez o tema foi preconceito, e o resultado foi bastante positivo por parte das crianças. Que maravilha!!

Figura 17 – Projeto Biblioteca Comunitária do Conjunto Ceará – BCC



Fonte: Facebook – Internet

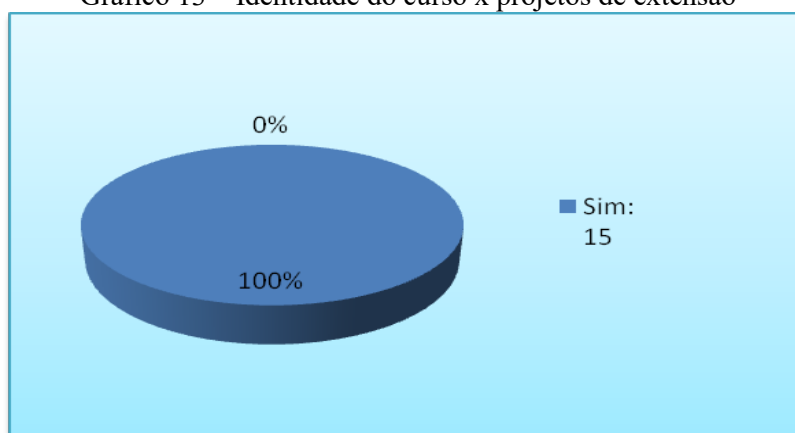
Nota: Atividades realizada com as crianças da E.M.E.I.F João Nunes Pinheiro e o parceiro Proler – Programa Nacional de Incentivo à Leitura

A diversidade dos programas desenvolvidos nas comunidades propicia o diálogo com as universidades, contribuindo no exercício da cidadania dos discentes, por meio do processo de mediação. Morim (2003) afirma que o processo de ensino e aprendizagem precisa

perpassar a aquisição do conhecimento e incluir a participação e integrar a comunidade discente com o meio, com o mundo, permitindo uma educação plena. Essas práticas educativas são impactantes, sendo uma via de mão dupla: colaborando tanto para a comunidade externa quanto interna, corroborando com uma educação crítica e cidadã.

Em razão dessa compreensão, a pesquisa investigou a contribuição dos projetos de extensão para a formação bibliotecária, por meio de práticas específicas da área de Biblioteconomia presentes nas ações desenvolvidas, bem como a colaboração destas para a visibilidade social da profissão (GRÁFICOS 31-34).

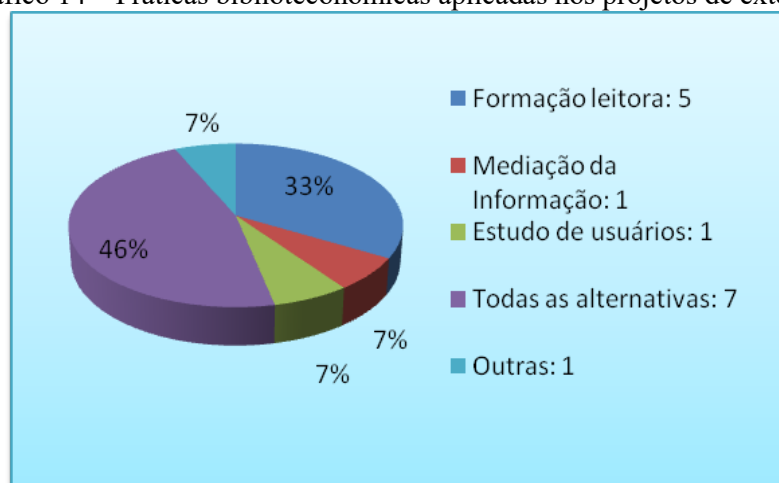
Gráfico 13 – Identidade do curso x projetos de extensão



Fonte: Elaborado pela autora.

No tocante à identidade do curso, por meio de práticas específicas da área, foi denotado que os projetos se utilizam dessas práticas em suas *práxis*, o que corrobora para fortalecer tanto a formação técnica do alunado quanto os aspectos humanísticos. Destaca-se que o aprendizado é evidenciado nessas ações que fornecem novas metodologias de aprendizagens, o que favorece o processo de ensino e aprendizagem discente.

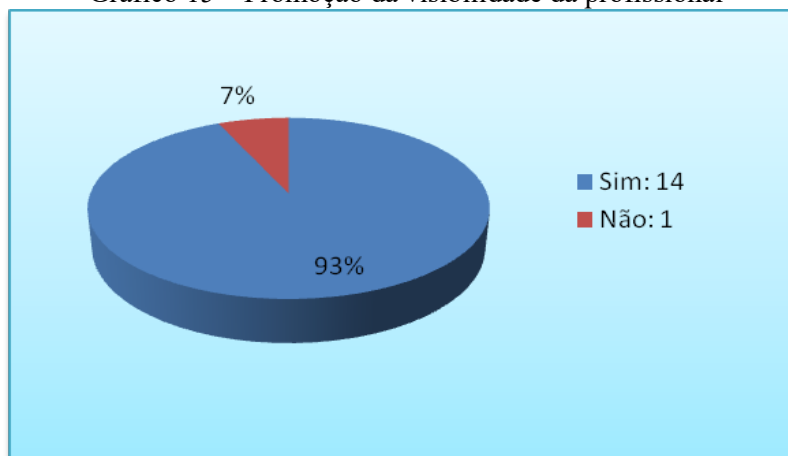
Gráfico 14 – Práticas biblioteconômicas aplicadas nos projetos de extensão



Fonte: Elaborado pela autora.

Os dados evidenciaram que os projetos utilizam as práticas da Biblioteconomia em suas ações, o que corrobora para fortalecimento da aprendizagem da sala de aula em outras ações fora da ambiência universitária. Afirma-se, portanto, que o aprendizado contextualizado é advogado pelas metodologias de ensino que reforçam que as experiências situadas são fundamentais para uma aprendizagem eficaz (FESTAS, 2015).

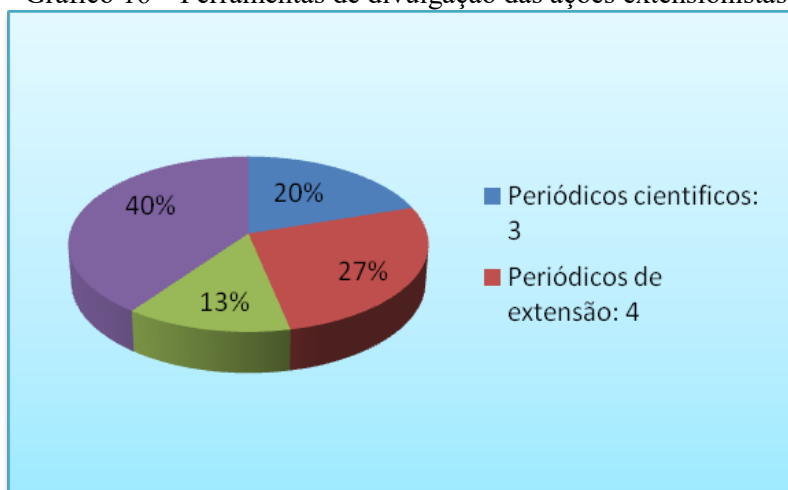
Gráfico 15 – Promoção da visibilidade da profissional



Fonte: Elaborado pela autora.

No quesito visibilidade, quase a totalidade dos respondentes crê que a extensão é o caminho para que a profissão seja conhecida na sociedade, e, por conseguinte, deve ser mais explorada pelos cursos.

Gráfico 16 – Ferramentas de divulgação das ações extensionistas



Fonte: Elaborado pela autora.

É indiscutível a necessidade de publicização as ações extensionistas, a fim de que possa atingir maior parcela da sociedade, seja a comunidade da área, seja a sociedade como um todo. Desse modo, para os participantes, os periódicos e eventos são canais relevantes de

disseminação das ações extensionistas (GRÁFICO 34). Nesse direcionamento em que questões acerca da visibilidade do curso ainda são discutidas na literatura, essa ação constitui-se ferramenta essencial para colaborar nesse processo. Desta forma, é necessário que essas ações sejam efetivadas, tanto na *práxis* docente, quanto discente. Nessa perspectiva, uma questão que se coloca nesse processo é: será que os currículos estão direcionados para essa prática? Os bibliotecários estão sendo formados nessa perspectiva humanística? Destaca-se que o currículo não é solução para todas as problemáticas da profissão, mas, sua contribuição é fundamental nesse processo.

Para Souza (2006, p.23): “a universidade demanda buscas distintas, que podem ser realizadas por um ou por indivíduos diferentes: a busca de competência para o exercício de atividades profissionais ou da competência para o desenvolvimento da investigação científica”. Essa procura pode ser traduzida pelo ensino, pesquisa e extensão, as quais têm como objetivo desenvolver competências necessárias para o pleno exercício da função profissional. Essa busca precisa ser estimulada, vivenciada pelos atores que fazem a *práxis* acadêmica.

A formação integrada perpassa os muros das universidades visto que precisa ser contextualizada. Para Morim (2000, p.55): “a era planetária necessita situar tudo no contexto e no complexo planetário. O conhecimento do mundo como mundo é necessidade ao mesmo tempo intelectual e vital”. Esse percurso envolve uma gama de atividades e requer engajamentos não apenas docentes como de toda a comunidade acadêmica: discentes, técnicos, gestores e, conseqüentemente, a comunidade externa. Essa aceção é reforçada no discurso de um dos respondentes,

no artifício de construção da sociedade as ações promovidas pelos projetos de extensão se configuram como componentes úteis e necessários no processo de apropriação da informação pelos sujeitos/atores, sendo que serviços de informação utilitária, disseminação seletiva da informação, entre outros, podem desempenhar papel fundamental no desenvolvimento e conscientização destes sujeitos, podendo ocasionar transformações efetivas em suas realidades. (P13).

As práticas extensionistas desenvolvidas são fundamentais para o aperfeiçoamento do processo educativo, visto que o ato de educar perpassa a mera transmissão de saberes, implica em direcionar o discente pelos caminhos do aprendizado por meio do raciocínio, reflexão crítica e da prática. Isso ultrapassa o ambiente da sala de aula, carece de espaços multidisciplinares a fim de que a educação alcance sua proposta. Nessa aceção, a curricularização da extensão é essencial para sua concretude na *práxis* acadêmica.

A curricularização implica mais que o desenvolvimento de algumas ações por parte de uma parcela dos docentes na *práxis* acadêmica, demanda comprometimento de todos para tornar essa ação prática universitária. Dessa forma, o Plano Nacional de Educação-PNE (BRASIL, Lei 13.005, 2014) definiu, em suas estratégias, a integralização de, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos nos cursos de graduação, por meio de programas e projetos de extensão em áreas de pertinência social. Nessa direção, o entendimento e a unidade do tripé básico da universidade é essencial para que a responsabilidade social ultrapasse os muros das instituições de ensino e alcance as comunidades, conforme ressalta P4 em sua fala:

a extensão universitária é a vertente da universidade que dialoga com a comunidade e permite, por meio de ações sociais, a aproximação entre a sociedade e o fazer científico. Essa aproximação gera conhecimentos e fortalece as pesquisas no que diz respeito à atuação social da Universidade e a reciprocidade à comunidade por meio da investigação científica sobre experiências e fenômenos sociais. Estas ações devem em grande medida transferir informações e produzir conhecimento para a mudança da realidade social e cotidiana de grupos vulneráveis socialmente, com o apoio de instrumentos de ensino e práticas que favoreçam uma melhor qualidade de vida a partir da compreensão das questões sociais e, com a vivência de experiências coletivas, permitam a construção de novos conhecimentos, alterando contexto social ao qual se está inserido. Na perspectiva da formação em biblioteconomia, os currículos em geral, evidenciam esse aspecto social da profissão. No entanto, esse fazer social precisa estar imbuído nos discursos dos educadores e na promoção de ações extensionistas que permitam ao aluno essa vivência efetiva e o reconhecimento do seu papel social junto à comunidade, para além de uma locação empregatícia. Ações de extensão potencialmente permitem que o aprendiz (docentes, discentes e comunidade) se torne sujeito ativo na produção de novos conhecimentos e na transmissão de informações que gerem impactos de ordem social, econômica e educacional. (P4)

Esse depoimento traduz a responsabilidade social universitária na intercalação de todas as funções acadêmicas, ao mesmo tempo em que revela um panorama de seus distanciamentos na *práxis* acadêmica. Evidencia que a docência não se resume somente ao ensino e pesquisa, envolve compromisso que ultrapassa o “meio”, o “aqui”, ampliando-se para a sociedade, para o “futuro”. Nessa proposição, a Extensão, percebida enquanto espaço estratégico para concretizar a teoria apreendida em sala de aula, exige mais que discussões. Precisam tornar-se *práxis* comprometida. Sua concretude dá-se na apropriação de instrumentos para a construção de profissional com habilidades e competências para intervir proativamente na sociedade. Assim, inserir o discente em experiências além do ensino tradicional implica ampliar a concepção de sala de aula e gerar oportunidades de convivências que propiciam o seu desenvolvimento social, cognitivo, psicológico.

Sobre as ações para o aperfeiçoamento profissional, o participante é enfático em dizer que:

é imprescindível pensar a curricularização da extensão para que ações de extensão, não só ligadas aos projetos promovidos pelos editais, se efetivem na formação dos bibliotecários, tornando-os capazes de reconhecer sua responsabilidade e importância na promoção social, no desenvolvimento de políticas públicas atreladas à área e o desenvolvimento de competências em informação para melhor capacitação dos diversos níveis educacionais na sociedade. (P2)

Validar a Extensão como parte intrínseca da *práxis* acadêmica é fato nas universidades. Essa função não pode ser vista como um anexo, não como obrigatório, porém fundamental para minimizar alguns problemas correlacionados com essa ação, a exemplo de sua quase ausência nos currículos docentes e principalmente discentes, visto que o número de alunos que participam dessas ações é ínfimo. Para isso faz necessário sua concretude na *práxis* universitária.

No tocante as ferramentas utilizadas pelos docentes para à promoção dessas funções os formatos destacados foram os periódicos, em virtude de serem uma publicação corrente, atualização e facilidade no acesso como também os eventos científicos, por ser uma das oportunidades em que uma parte da comunidade interessada se reúne para discussão de temáticas da área, principalmente os pesquisadores. Esses instrumentos também foram os citados pelos discentes (GRÁFICO 24). Os dados apresentaram uma percepção docente acerca da Extensão enquanto ferramenta de promoção da visibilidade profissional e parte constituinte da responsabilidade social universitária, portanto, fundamental no currículo discente, fato esse que merece ser discutido pelos cursos.

Diante desses resultados, compreender o modo como os docentes veem a prática da extensão nas universidades é uma premissa necessária. Os depoimentos são claros ao evidenciar o desencanto acerca desse método:

não há vislumbre, pois cada dia mais o sistema de educação superior valoriza mais a pesquisa e a produção científica do que a prática social. (P9)

A extensão por vezes é preterida dentre as atividades desenvolvidas, uma vez que algumas instituições valorizam mais as atividades de pesquisa e ensino. Políticas de apoio e desenvolvimento da extensão, por vezes, não são tão desenvolvidas como as de Pesquisa. (P11)

A visão pessimista acerca de tal função reflete como a referida atividade vem sendo vivenciada nas instituições, especialmente para os cursos investigados. Destarte, mudanças são necessárias para modificar esta realidade presente nas Academias. Romper as amarras que impedem a Extensão de alcançar a mesma notoriedade que o ensino e a pesquisa implica em compromisso mútuo e contribuição individual de todos os atores que compõem a

estrutura interna das universidades. Substituir práticas sedimentadas nas universidades que não comportam mais na contemporaneidade por ações inovadoras e integradoras demanda tempo e disponibilidade para mudança.

As instituições de ensino precisam cooperar efetivamente para modificar essa visão estereotipada da Extensão, bem como é essencial a contribuição de outros colaboradores, a exemplo das agências de fomento. Nessa perspectiva, assim como as agências de fomento orientam a criação de grupos de pesquisa, deveriam dar igualdade de tratamento para formar grupos extensionistas no intuito de encorajar e fortalecer o compromisso das universidades com a sociedade. É necessário um trabalho conjunto a fim de transformar essa visão míope acerca da Extensão no fazer da Academia.

A responsabilidade social das universidades é usada como critério de avaliação das IES, de acordo com o SINAES em seu Art. 3º, Inciso III. Desse modo, buscou-se compreender a percepção dos professores quanto essa questão, indagando sobre o papel da extensão universitária nesse processo. Os depoimentos não deixam dúvidas quanto à relevância dessas ações:

Entendemos que a extensão é a maior e melhor forma que temos em fazer chegar os conhecimentos da universidade às comunidades de forma direta e pontual. (P1)

Esse é o sentido de ser da universidade: servir à sociedade. E a extensão universitária contribui efetivamente para isso acontecer com os benefícios provenientes de tal prática. (P17)

Os respondentes denotaram uma percepção que a universidade não deve ficar restrita em seus muros, destacando as práticas extensionistas, dentre outras, que cooperam para fortalecer a responsabilidade social universitária. As instituições de ensino precisam colaborar com uma educação cidadã e profissional, sendo que para isso é necessário construir processos pedagógicos e curriculares que atendam a essa educação integral. Nesse sentido, a avaliação realizada pelo poder público (MEC) busca identificar variáveis que mostram ações que cooperam para o fortalecimento da responsabilidade social universitária. Na aceção do respondente **P17**, a Extensão constitui-se via de mão dupla, que corrobora tanto com as comunidades externas quanto internas, destacando os benefícios gerados.

A concretude da extensão nas IES e conseqüente fortalecimento dependem do compromisso institucional, conforme demonstram os relatos dos professores:

“Valorizar as ações de extensão dentro das IES, destinando maior número de bolsas aos graduandos envolvidos. Apoiar na logística dos projetos, como disponibilização de transporte, material, espaço físico adequado. Computar as horas de dedicação do docente à extensão da mesma forma que é computada outras atividades de Pesquisa e Ensino”. (P14)

“Praticar a interdisciplinaridade entre os cursos e não tratar de assuntos de interesses particular. Além de não elevar em nada o status da universidade, acaba-se perdendo grandes oportunidades de trabalhos excelentes”. (P15)

Interessante mostrar que, nas respostas, em sua quase totalidade, houve a predominância do termo valorizar e suas derivações. Isso implica que a notoriedade concedida à Extensão é fator que interfere no engajamento dos docentes nessa função acadêmica. Destaca-se que existem outros fatores no âmbito das relações sociais nas instituições educativas, sendo que a visibilidade se configura como atributo de participação nas instâncias educacionais. Cabe, portanto, as instituições de ensino colaborar para a isonomia entre as funções educacionais corroborando para a equiparação destas.

Os estereótipos limitam as ações e pessoas. Nesse direcionamento, modificar essa concepção de Extensão, enquanto função secundária sedimentada durante o percurso histórico das universidades, é relevante para que ela possa ser percebida prática profissional fundamental. Um dos fatores necessários é a isonomia das funções, principalmente os investimentos financeiros. Outra barreira a ser vencida é o isolacionismo e o individualismo dos programas e projetos. Na universidade, há a cultura do “projeto do professor A”, “projeto do professor B”, tornando-se ações isoladas, gerando seus enfraquecimentos. Diante disso, percebe-se que é necessário entender a universidade como um conjunto coeso, a fim de fortalecer sua *práxis*.

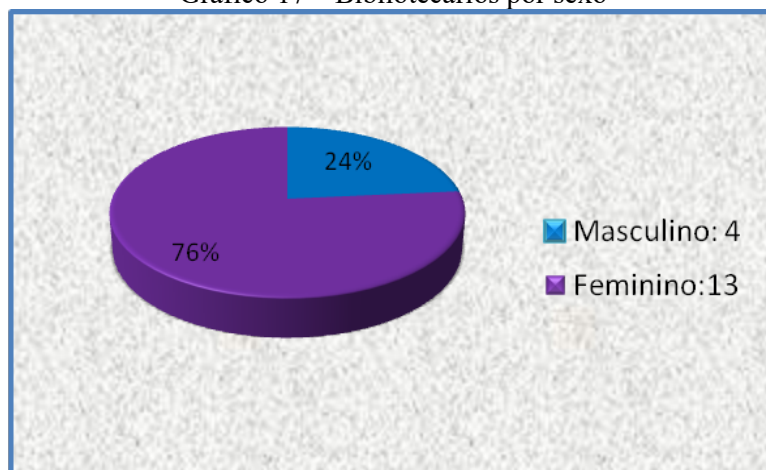
6.2.3 Análise dos questionários e entrevistas dos bibliotecários, ex-bolsistas de extensão

Nessa seção foram analisados os questionários e roteiros de entrevistas aplicados para o segmento Bibliotecário com o propósito de identificar como os entrevistados, desenvolvem a responsabilidade social da área em termos de intervenção social. Foram enviados 30 questionários, via correio eletrônico, *e-mail*, com taxa de retorno de 50% (15). Foram realizadas 2 entrevistas, *in lócus*, momento em que se buscou apreender a concepção da prática bibliotecária por meio do viés da Extensão. A fim de manter o anonimato dos respondentes, eles foram denominados pelas letras **B-1 ao B-17**. Os dos questionários foram representados graficamente a fim de facilitar as suas visualizações.

No primeiro momento de análise, foi delineado o perfil dos respondentes, conforme gráficos 35 e 36 e, em seguida, buscou-se identificar o compromisso social do bibliotecário por meio de sua *práxis* bibliotecária, analisando como a participação nos projetos extensionistas cooperou para uma prática comprometida com as questões sociais

(Gráficos 35 - 43). Quanto ao gênero dos respondentes do segmento bibliotecário (Gráfico 35) obteve-se:

Gráfico 17 – Bibliotecários por sexo

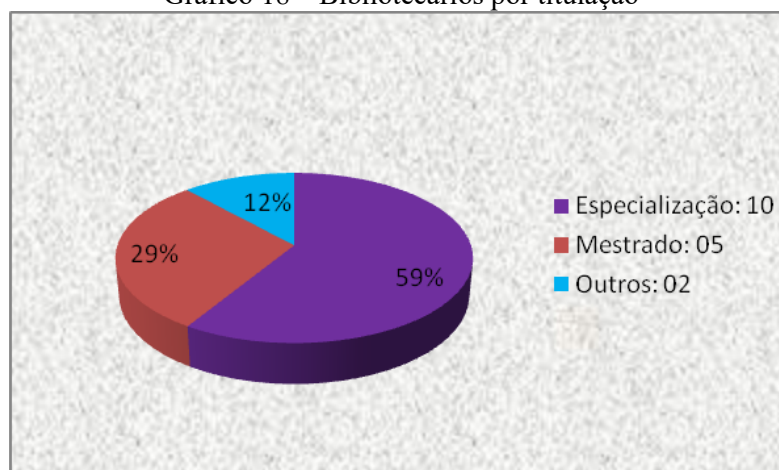


Fonte: Elaborado pela autora.

Essa informação corrobora o já exposto nos segmentos discentes e docente, que o gênero feminino predomina na profissão.

Quanto à educação continuada na classe profissional (GRÁFICO 18) identificou-se que a totalidade dos entrevistados tem uma pós-graduação, seja em nível de especialização, mestrado etc, denotando a busca de qualificação e atualização profissional.

Gráfico 18 – Bibliotecários por titulação



Fonte: Elaborado pela autora.

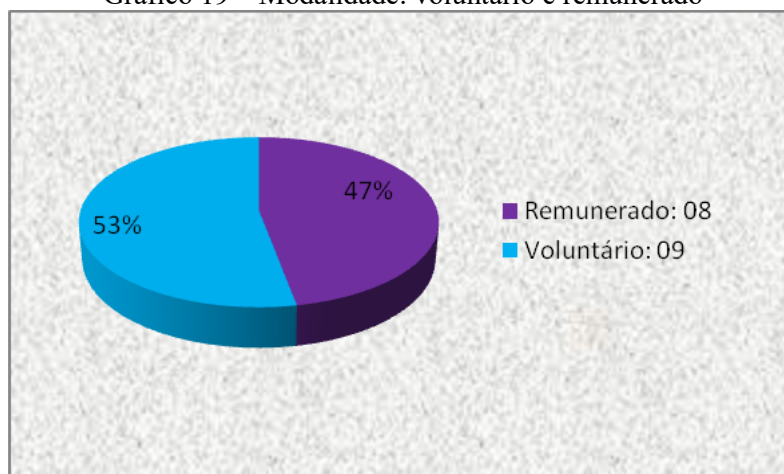
O índice de profissionais com especialização e mestrado é significativa e indica que a educação continuada é compreendida como fator relevante para a atuação profissional. Nesse entendimento Cunha (2006, p.141) enfatiza: “o sistema das profissões passa, nesse momento, por uma reorganização, em que são introduzidas novas formas de gestão do

trabalho e de socialização, valorizando as atividades em grupo, a interdisciplinaridade e o aprender contínuo”. Assim, o formato das profissões é modificado para atender às exigências sociais vigentes e o bibliotecário tem percebido essa realidade e buscado se adequar a essas novas configurações que afetam as profissões.

Nesse propósito, a função bibliotecária não se aplica somente ao processamento técnico (Catalogação, Classificação, Indexação etc), pois são exigidas habilidades e competências para gerenciar instituições, pesquisador, analista da informação, gerente de bases de dados, educador etc. Por meio dessas transformações, a educação continuada torna-se fator decisivo para a atuação profissional. A Educação, enquanto processo de aquisição e transformação de saberes, nunca termina (GOLDSTEIN, 2007). Nesse direcionamento, os cursos têm buscado fomentar especializações, mestrados e doutorados, além de capacitações a fim de cooperar com a qualificação da classe profissional, fatores decisivos no mercado globalizado.

Para analisar a contribuição da participação nos programas e projetos extensionistas foram verificadas algumas variáveis: voluntariado, tempo etc, descritas nos gráficos 19-20.

Gráfico 19 – Modalidade: voluntário e remunerado



Fonte: Elaborado pela autora.

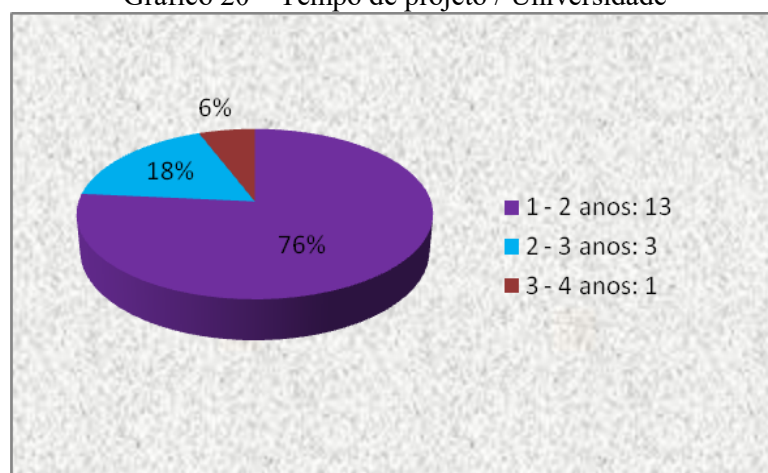
O voluntariado configura-se como ação proativa no processo de aprendizagem por fortalecer a cidadania. Acerca do voluntariado nas instituições de ensino *Kliksberg* (2006) enfatiza que as organizações precisam incorporar na sua agenda a formação ética dos estudantes, por meio da reflexão e vivência de experiências de solidariedade e voluntariado com a comunidade. O voluntariado compreendido como doação de tempo, trabalho e talento para causas de interesse pessoal e melhorar a qualidade de vida de determinada comunidade

oferece duas vantagens: aperfeiçoar habilidades visto que funciona enquanto espécie de capacitação e melhorar o serviço ofertado. A alteridade nesse ato fortalece o profissionalismo visto cooperar para o entendimento das necessidades do outro (GOLDSTEIN, 2007). Assim, as práticas extensionistas configuram-se laboratórios essenciais nesse processo.

Os dados revelaram que quase 50% participaram dessas ações na modalidade voluntariado, demonstrando uma característica importante dos participantes da pesquisa. Essa experiência proporciona o aperfeiçoamento cidadão e profissional, visto que permite vivências que refletem a *práxis* profissional. O voluntariado, um dos aspectos da responsabilidade social, foi prontamente constatado na população investigada. Diante disso, constata-se que um processo formativo que possibilite a oportunidade do voluntariado com vistas à promoção social é importante para o desenvolvimento da alteridade, do compromisso social.

O “tempo de participação” em projetos de extensão dos egressos dos cursos pesquisados configurou-se uma variável relevante visto que denota a relevância da prática para os protagonistas da ação. Os dados revelaram que grande parte dos respondentes participam de ações extensionistas por até 2 anos. Esse dado representa metade do tempo da graduação (GRÁFICO 20):

Gráfico 20 – Tempo de projeto / Universidade



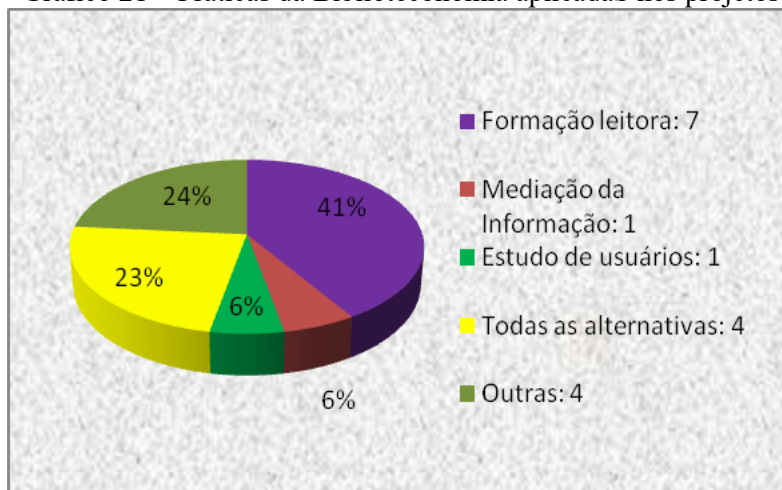
Fonte: Elaborado pela autora.

O processo educacional em paralelo com a prática da extensão é uma ação que leva ao aperfeiçoamento discente, visto que proporciona um saber diferenciado, focado para a sociedade. É possível afirmar que essa parceria ensino e extensão é uma forma de contribuir com um processo educacional integrativo, crítico e cidadão. Para Rodrigues (2013) o ensino vinculado às práticas extensionistas rompe as barreiras da Universidade, permitindo a troca de informações provenientes do ambiente primordial para a formação acadêmica: a sociedade.

Dessa forma, o conteúdo, antes hermético nos livros, passa a ser multidisciplinar, proporcionando novos saberes, novas metodologias de aprendizagem.

Para verificar o aprendizado propiciado pela Extensão universitária foram analisadas as práticas extensionistas e suas aplicações nessas ações (GRÁFICO 21).

Gráfico 21 – Práticas da Biblioteconomia aplicadas nos projetos



Fonte: Elaborado pela autora.

A aplicação das práticas nas ações foi apontada como positiva pelos respondentes, destacando a relevância dessa metodologia para o aperfeiçoamento da teoria aprendida em sala de aula. Para Rodrigues *et al.* (2013, p.114): “a partir do momento em que há o contato entre o aprendiz e a sociedade, acontecem por parte dos dois lados, benefícios. Aquele que está na condição do aprender acaba aprendendo muito quando há esse contato, pois se torna gratificante praticar a teoria recebida dentro da sala de aula. Esse é o conceito básico de extensão”. A integração universidade e sociedade repercute na qualidade do aprendizado visto que possibilita agregar as práticas profissionais em busca da melhoria da cidadania, principalmente dos segmentos sociais desprovidos de assistência por parte dos governos.

No intuito de identificação das práticas biblioteconômicas utilizadas nos programas e projetos desenvolvidos, a prática leitora e a mediação da informação foram as mais evidenciadas nesse processo. Essas metodologias buscam romper o caráter estanque da educação superior e fortalecer a dialogicidade com as comunidades. Em virtude das características do público assistido, essas técnicas possibilitam interagir proativamente. Um aspecto apontado pelos respondentes que carece de discussões aprofundadas nessas ações foi a visibilidade da variável “Estudo de usuário¹⁸”. Essa prática configura-se fundamental para conhecimento do público-alvo.

¹⁸ Estudo de usuário - direciona-se a identificação da necessidade de informação do grupo, comunidade assistida. (JARDIM, FONSECA, 2004).

Essa assertiva vem ao encontro das críticas apontadas pela literatura especializada, para os projetos extensionistas visto que grande parte sai formatado das universidades sem, antes um estudo prévio das comunidades e de suas reais necessidades. Esses dados destacam a periferização do público-alvo na construção dos instrumentos dos programas e projetos, sendo exigência principal o conhecimento das comunidades o aporte para a criação dessas ações. Há que se destacar que essa realidade não é genérica, a exemplo do projeto investigado na pesquisa de mestrado (SILVA, 2012) do qual se originou esta pesquisa. Empregar corretamente metodologias e práticas da área é primordial para a eficácia dessas ações.

A relevância da extensão no processo de ensino e aprendizagem foi evidenciada nos dados coletados, ao ser pontuado que 100% dos respondentes afirmaram que a extensão coopera com a visibilidade profissional e, que as temáticas desenvolvidas nos projetos integram a formação acadêmica com as demandas sociais. Essas variáveis evidenciadas nas respostas corroboram para que as ações de Extensão sejam laboratórios de aperfeiçoamento profissional. A responsabilidade social das instituições de ensino aponta para a intercalação de todo o sistema educacional, a fim de ser promotora de desenvolvimento, tanto da comunidade interna (alunos e técnicos) quanto da sociedade externa.

Corroborando nesse sentido, Carbonari e Pereira (2013, p.25) ressaltam que,

a instituição de ensino superior tem como desafio atual, criar espaços para diálogos entre os públicos (stakeholder), envolvendo alunos, professores, funcionários, sociedade e governo na busca de perspectivas com validade universal e dentro dos princípios da sustentabilidade.

A criação desses espaços dá-se na sociedade e, nessa perspectiva a Extensão possibilita a interação com os múltiplos ambientes de aprendizagem. Nesse direcionamento, destacam-se ações extensionistas na perspectiva de integração universidade e sociedade, com temáticas voltadas para as questões sociais.

Figura 18 – Projeto Biblioencanta



Fonte: Imagem da internet. Facebook

Nota: Tarde com os idosos do Lar Francisco de Assis.

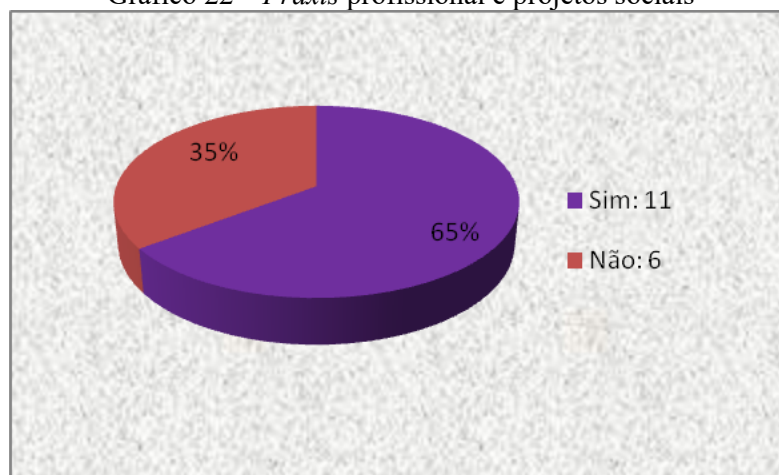
Figura 19 – Projeto Biblioencanta



Fonte: Imagem da internet. Facebook

Nota: Contação de histórias no Museu de História Natural da UFAL

Refletir sobre a abertura e ocupação de novos mercados de atuação é primordial nesse cenário educacional e profissional no país. Destaca-se que essa abertura de mercado não deve ser responsabilidade somente das instituições formativas, isto é, das universidades. Compete aos bibliotecários, às instituições representativas (Conselhos, Associações etc), cooperar para abertura de novas ambiências de atuação e com a visibilidade profissional. A fim de investigar a experiência nos projetos de extensão e sua influência na prática profissional, buscou-se identificar a existência de projetos de extensão desenvolvidos nas bibliotecas em que os egressos atuam.

Gráfico 22 – *Práxis* profissional e projetos sociais

Fonte: Elaborado pela autora.

Os dados evidenciaram que os egressos, que participaram de programas extensionistas, buscam reproduzir essa metodologia em sua *práxis* acadêmica. Nesse direcionamento, o processo formativo integrado ao cotidiano da sociedade, por meio da Extensão, fortalece o espírito crítico e cidadão do profissional. Mueller (2004, p.27) enfatiza que: “as condições sociais em que ocorrem os processos de profissionalização são determinantes para entender o processo de profissionalização”. Para a autora, o contexto influencia a profissionalização, refletindo o modelo profissional que adentrará ao mercado. A formação descontextualizada da sociedade implicará na ação limitada, voltada a uma parcela pequena da população, em consequente, a formação intercalada com a prática cotidiana das comunidades refletirá em um profissional habilitado para a sociedade em geral.

No intuito de compreender a Extensão enquanto propulsora da visibilidade profissional destaca-se que as ambiências em que ocorrem essas ações constituem-se espaços para o desenvolvimento do *marketing* de massa direcionado a todos os públicos. Para Amaral (2011, p.35): “isso reforça a adoção do *marketing* que recomenda e enfatiza a importância do usuário como cliente consumidor de informação e a adequação da oferta dos produtos e serviços de informação aos interesses e necessidades desses usuários”. Nessa acepção, cabe aos profissionais desenvolver atividades para interagir com os diversos segmentos sociais, cooperando na disseminação da informação e na construção da cidadania. O quantitativo de respondentes que desenvolvem ações junto às comunidades demonstra uma mudança de comportamento dos profissionais, antes considerados isolados da sociedade.

A fim de analisar o entendimento da prática extensionista pelos pesquisados, investigou-se, também, a compreensão da extensão universitária pelos bibliotecários partícipes deste estudo.

Dentre as respostas, destacamos,

Levar os conhecimentos adquiridos na vida acadêmica para a comunidade, com intuito de transformar a realidade social. É a universidade interagindo com a comunidade, disponibilizando o conhecimento adquirido. É a forma de melhorar o conhecimento estudado em sala de aula. (B8)

Extensão universitária seria uma maneira de expor para a comunidade externa todos os projetos e interesses da mesma, ou seja, seria mostrar todo o conhecimento adquirido com o ensino e a pesquisa buscando sobretudo estabelecer uma relação mais direta com a sociedade. (B11).

A clareza dos objetivos de uma organização constitui-se parte essencial da responsabilidade social. Para De Luca, Botomé e Botomé (2013), a explicitação da função ou objetivo de uma organização é condição para os comportamentos dos seus *stakeholder*, os resultados relacionados a esse objetivo e, conforme sua formulação, úteis para a sociedade e para seus próprios integrantes. A função de uma organização constitui o núcleo do que a define e a caracteriza. No caso da organização universitária, sua função, além de explícita, deve destacar os resultados (produtos ou efeitos) que cabe a esse tipo de organização produzir na sociedade como parte de sua responsabilidade. Diante dessa assertiva, as universidades, enquanto instituições formadoras de técnicos capacitados e cidadãos têm em sua estrutura organizacional o desenvolvimento da região.

Nesse intuito, cumprir com esses pressupostos constitui-se parâmetro fundamental para essas instituições realizar sua missão e responsabilidade social. Sobre os objetivos dessas instituições de ensino destaca-se:

Art. 4: A universidade tem por objetivo preservar, elaborar, desenvolver e transmitir o Saber em suas várias formas de conhecimento, puro e aplicado, propondo-se para tanto: a) ministrar o ensino para formação de quadros destinados às atividades técnicas e aos trabalhos da cultura; b) realizar pesquisas e estimular criações que enriqueçam o acervo de conhecimentos e técnicas nos setores abrangidos; c) estender à comunidade o exercício das atividades de ensino e pesquisa (UFC. Estatuto, 2012).

A atualidade já não comporta mais o modelo de universidades transmissoras do saber formatado em sala de aula, por isso precisam intercalar seu processo educativo com as comunidades. Acerca dessa percepção, retoma-se a indissociabilidade do tripé básico das universidades, com foco para o ensino, a pesquisa e a extensão enquanto ações fundamentais para cumprimento de sua missão. Sobre o processo extensionista nas universidades, o Art.73 versa que: “a Universidade participará do desenvolvimento da comunidade através de atividades de Extensão”. (UFC. Estatuto, 2012). Essa compreensão repercute uma proposta de universidade integrativa, unificada com a sociedade que vem de encontro ao isolacionismo dessas instituições, sua postura ainda com resquícios elitista e discriminatório, arraigada em

suas práticas internas desde sua gênese. A percepção “miope” por parte de docentes, técnicos e discentes tem sido uma das variáveis que enfraquece a *práxis* da ação extensionistas nas ambiências universitárias.

A Extensão compreendida pelos respondentes enquanto ação de integração é responsável pelo fortalecimento da pesquisa, do ensino, colabora com o desenvolvimento da responsabilidade social universitária, além de corroborar com as populações assistidas, principalmente nas camadas menos favorecidas socioeconomicamente. Esse fato foi evidenciado na documentação analisada dos formulários de projetos e programas desenvolvidos nos cursos pesquisados.

Diante dessa premissa, investigou-se a: “**relevância da participação nos projetos de extensão para sua formação profissional**”.

Destaca-se:

a participação nesses projetos possibilita ao futuro profissional uma aproximação com a sua área de atuação, levando-a a refletir sobre a maneira de desempenhar suas funções. (B5).

tive a oportunidade de ser bolsista de extensão durante a graduação e desenvolvi atividades extensionistas quando fui docente substituto. Atualmente sou bibliotecário e percebo a importância das práticas de extensão para a aproximação da universidade com a comunidade, enquanto ponte na troca de conhecimentos (B3).

Infere-se que a participação em programas e projetos extensionistas possibilita o aperfeiçoamento profissional, sendo uma ação colaborativa no processo de ensino e aprendizagem. O engajamento nessas ações favorece vantagens para o egresso visto que o somatório das experiências de sala de aula com a prática nas comunidades prepara os discentes para o enfrentamento dos desafios profissionais. O conhecimento adquirido dessa junção possibilita desenvolver habilidades e competências que somente o ambiente da Academia não comporta, conforme destaca o respondente **B11**:

a minha participação em projetos de extensão permitiu compreender que o bibliotecário deve ser proativo para criar iniciativas para participar mais diretamente na sociedade, através de ações sociais. (B11)

Os relatos mostraram os termos “trocas de experiências”, “novos espaços de atuação profissional”, “integração entre teoria e prática”, denotando que essa experiência prepara, com eficácia, os futuros profissionais para o mercado. Sendo o profissional da informação o resultado de várias formações, em virtude do repertório das disciplinas dos cursos, esses espaços colaboram para definir perfis diferenciados para atuação em diversas tipologias das unidades de informação, na pesquisa, na docência etc.

Acerca dessa formação em espaços plurais, Borges (2004, p.67) destaca que

a compreensão da sociedade do conhecimento, ao lado do entendimento das jurisdições e competências profissionais, do papel institucional da escola na formação, da responsabilidade e participação do profissional no processo de educação continuada são elementos decisivos para que esse indivíduo tenha competência e habilidade para operar em qualquer ambiente, sem perder seu espaço profissional.

Nessa acepção, a responsabilidade social destas instituições desvela-se enquanto desafio a fim de possibilitar ferramentas e mecanismos para uma formação contextualizada, que ultrapassa os limites do ensino hermético e formatado nas salas de aula, bem como a integração da comunidade interna nessa prática educacional comprometida com as questões sociais. A discussão acerca da responsabilidade social das universidades não é recente e tem se ampliado para várias instâncias dessa instituição.

Compreender essa responsabilidade pela vertente dos egressos é importante para visualizar como o público interno compreende esse aspecto do processo educacional. Nessa acepção, analisou-se a compreensão de **responsabilidade social universitária** pelos bibliotecários:

é o compromisso que a universidade tem com a sociedade em seus múltiplos contextos, que vai desde ações de saúde, de intervenções sociais. Representa uma extensão do poder público, através das universidades, nas comunidades. (B4).

A responsabilidade social traduz-se em diversas ações: ensino de qualidade, formação cidadã, compromisso com o progresso da sociedade, promoção da cultura, bem-estar coletivo etc. São inúmeras as atividades que possibilitam as instituições de ensino desenvolver sua responsabilidade social; porém, o que se observa é que dentre tantas atividades, o ensino e a pesquisa configuram-se como protagonistas dessa ação em detrimento das demais. Cabe às universidades propor metodologias para que possa exercer, com eficácia, sua responsabilidade social em todas as instâncias sendo o principal a produção e a promoção do conhecimento para a sociedade (BOTOMÉ, 1996), por conseguinte, o reflexo dessas ações será explícito na *práxis* profissional dos egressos das Academias.

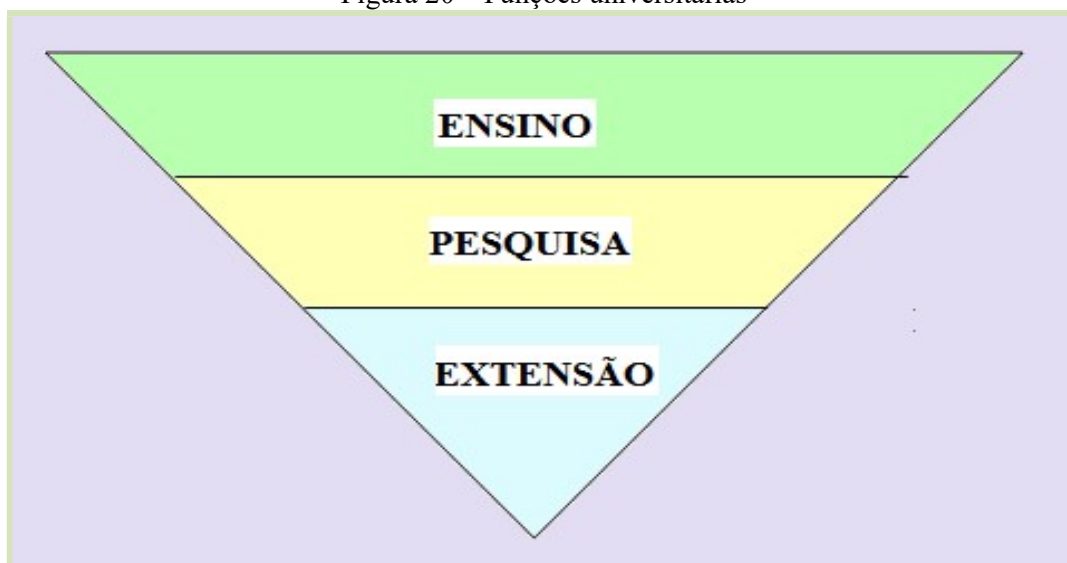
Interessante destacar que nos relatos dos respondentes, os termos evidenciados em seus discursos acerca da RSU foram: “compromisso”, “interação universidade e sociedade”. Assim, à medida em que o futuro profissional participa de um processo formativo em que o usuário e suas necessidades informacionais são destaque, isso refletirá na formação de um bibliotecário com visão acerca da *práxis* comprometida com o usuário.

6.3 Cruzamento dos dados qualitativos e quantitativos

Essa sessão apresenta a síntese das categorias de análise, sendo, portanto, relacionada aos três segmentos investigados discentes, docentes e bibliotecários: **Prática extensionista e responsabilidade social universitária; Projetos de Extensão e Identidade Bibliotecária; e Práxis Bibliotecária e Compromissos sociais.**

Os dados coletados revelaram a insuficiência de programas e projetos desenvolvidos nas comunidades, e esse quantitativo diminuiu no tocante à temática inclusão social. Em contraposição, a responsabilidade social foi pontuada nas ações desenvolvidas pelos docentes. A figura 22 reflete a posição das funções ensino, pesquisa e extensão no âmbito acadêmico, resultante das análises percebidas nos currículos docentes, nos questionários e entrevistas aplicados à população pesquisada. Face ao exposto, o tripé universitário gerou a imagem:

Figura 20 – Funções universitárias



Fonte: Elaborada pela autora.

Em consonância com a figura, é imprescindível ressaltar que

a responsabilidade social corporativa deve ser utilizada estrategicamente de forma a alcançar as pessoas dentro e fora da empresa.[...]. Assim, a responsabilidade social deve ser encarada como um processo que visa ao aprimoramento das relações entre os diversos atores que compõem o cenário social. Nesse sentido, ter uma integração mais efetiva com as comunidades é parte de sua responsabilidade social (SOUSA, 2006, p.5).

Nessa acepção, o engajamento de todos os *stakeholder* é essencial para o fortalecimento da responsabilidade social universitária. É necessário estimular práticas que favoreçam o desenvolvimento de estratégias capazes de assegurar a indissociabilidade destas

funções na Academia, com ênfase nesta pesquisa, para os cursos de Biblioteconomia da região Nordeste do Brasil. Não é pretensão desta proposta investigativa apresentar a Extensão enquanto a “redentora” ou “transformadora” da universidade. Nosso intento foi analisar a configuração desta ação no tripé universitário, buscando elencar os motivos que interferem em sua prática na Academia.

Quanto ao público-alvo assistidos pelas ações investigadas: idosos em situações de abandono, crianças com câncer e em situação de vulnerabilidade social, população carentes de bairros periféricos das capitais, ou seja, constitui-se pelas minorias sociais. O comprometimento do curso é cooperar com o acesso e disseminação da informação, vetor de desenvolvimento social e empoderamento por meio da transferência de tecnologia social, configurando-se como aspectos da responsabilidade social universitária. Nessa concepção, destacam-se os aspectos positivos: promoção do protagonismo, desenvolvimento de competências técnicas e humanas e formação cidadã.

Como resultado de uma dessas ações, acerca do protagonismo desses grupos, destaca-se a criação dos “Cadernos de Poemas” (FIGURA 23) pelos idosos assistidos no Projeto Biblioterapia para jovens/idoso: envelhecer é viver e nada mais (UFPB), a ser publicado; além desse, está em elaboração o Caderno de Receitas produzido pelo grupo assistido, refletindo assim em seu empoderamento

Figura 21 – Caderno de poemas

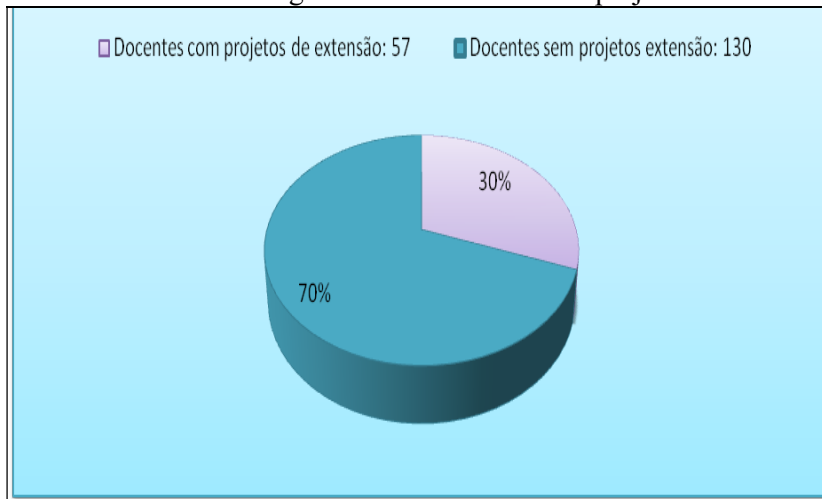


Fonte: Coordenadora do Programa.

Um dos benefícios gerados nessa proposta integrativa foi a construção de atividades altruístas, que resultam em satisfação de todos os envolvidos no processo educativo, essenciais para o fortalecimento da cidadania desses grupos. O protagonismo social do Curso de Biblioteconomia foi evidenciado nessas ações, de intercalação entre universidade e comunidades, por meio do processo de mediação da informação, cooperando também na visibilidade social da Biblioteconomia. Para Dudziak (2007) a existência de cidadãos emancipados e socialmente incluídos depende da capacidade de todos (coletividade), e de cada um, de desenvolver continuamente a competência em informação, o aprender a aprender e o aprendizado ao longo da vida. Assim, os cursos de Biblioteconomia precisam exercitar com efetividade a Extensão, a fim de possibilitar resultados positivos para a comunidade.

O paradigma da Biblioteconomia Social (SHERA, 1977) foca o usuário e suas necessidades informacionais, denotando o compromisso do bibliotecário na disseminação da informação. O processo de ensino e aprendizagem precisa refletir o ambiente profissional, para isso, ações interdisciplinares como a inserção do alunado em práticas cotidianas têm papel fundamental. A curricularização da extensão torna-se primordial para preparar o futuro profissional para o Mercado de trabalho. Assim, a participação docente é decisiva nesse processo, que necessita ser modificado (GRÁFICO 23).

Gráfico 23 – Panorama geral - docentes com/sem projetos de extensão



Fonte: Elaborado pela autora

Nesse objetivo, convoca-se essa categoria a repensar sua posição para favorecer a indissociabilidade do tripé básico universitário. Destaca-se o protagonismo docente nas ações de ensino, pesquisa e na própria gestão acadêmica; mas, no tocante às atividades extensionistas, principalmente as direcionadas às comunidades, sua participação fica aquém do desejado, precisando discussões aprofundadas sobre a temática. A responsabilidade social

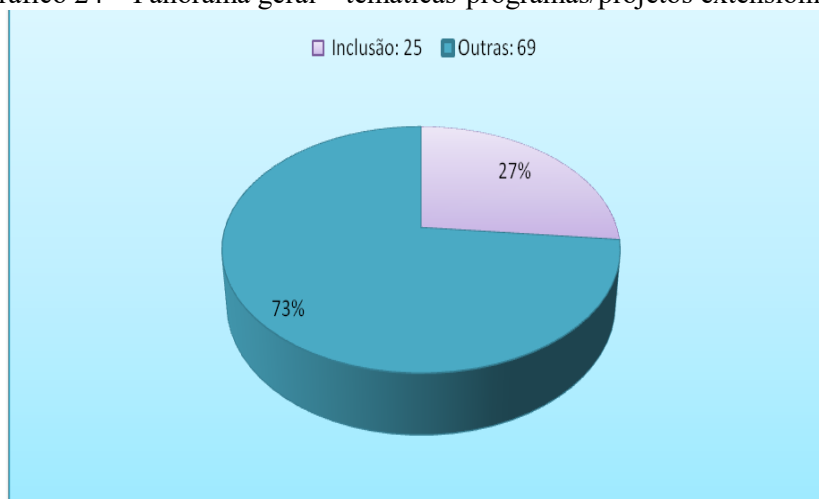
universitária configura-se na participação de todos os *stakeholder*, a fim de que a missão e objetivos da instituição sejam alcançados com primazia.

Face ao exposto, salienta-se que

a responsabilidade do que uma organização deve produzir para a sociedade é realizada por meio dos comportamentos dos integrantes da organização. Entretanto, nem sempre há uma percepção suficientemente clara ou precisa acerca dessa função por parte dessas pessoas. Isso ocorre até pela razão que a formulação de objetivos (função, papel ou responsabilidade social) é um processo ainda pouco conhecido e quase nada ensinado nas próprias instâncias de preparação de agentes que constituem as organizações, particularmente as universidades. (DE LUCA, BOTOMÉ; BOTOMÉ, 2013, p.466)

Assim, a classe docente precisa apresentar atuação que permita integrar as funções fundamentais da universidade, atendendo aos objetivos para uma educação integral. É essencial, nessa perspectiva, a participação intensa dos docentes nas ações de extensão, a fim de consolidar a mesma na *práxis* institucional. A análise detectou ainda que a extensão praticada nas universidades tem focado diversas atividades, direcionadas ao próprio público acadêmica, seja no formato de eventos, cursos, seminários, palestras etc. Quando direcionadas às comunidades internas, tem como temáticas a organização e gestão de acervos, seja de centros documentais, literatos; implantação de laboratório digitais; organização e tratamento da informação etc., porém, no tocante às temáticas sociais, o quantitativo dessas ações é pequeno (GRÁFICO 24).

Gráfico 24 – Panorama geral – temáticas-programas/projetos extensionistas



Fonte: Elaborado pela autora

A inserção da Extensão no processo formativo do aluno implica mais que uma ação interventiva, perpassa todo o processo ensino aprendizagem, em uma perspectiva multidisciplinar, agregando saberes e vivências práticas aos discentes. A sua ausência resulta numa formação alijada, desprovida de ferramentas pedagógicas essenciais à qualificação profissional e cidadã. Oportunizar o acesso à informação é a essência da profissão bibliotecária, portanto, ações direcionadas às temáticas sociais são relevantes para concretude desse propósito maior da profissão bibliotecária: a mediação da informação. Assim, o processo de ensino e aprendizagem deve viabilizar meios para a sua concretude. Freire (1996) destaca que ensinar não é transferir conhecimentos, mas uma postura ética e comprometida com o social. Nesse sentido, é necessário o engajamento de todos os que fazem a Academia para romper com essas estruturas engessadas, cristalizadas do fazer acadêmico que limitam as atividades acadêmicas na própria ambiência universitária.

Na Categoria **Projetos de Extensão e Identidade Bibliotecária**, os dados evidenciaram que as práticas específicas da área de Biblioteconomia estão presentes nas ações desenvolvidas e cooperam na visibilidade social da profissão. Em virtude do quantitativo dessas ações ser irrisório, a problemática persiste. O *marketing* profissional faz-se na Academia, pelos profissionais, associações, conselhos de classe, enfim, por todos que constituem a profissão. Conclui-se que o envolvimento na sociedade promoverá mudança desse quadro que atinge a classe profissional. Para Souza (2006) a visibilidade bibliotecária está centrada nas questões: Quem somos? Que fazemos? Onde pretendemos chegar? Essas indagações apontam para o acesso, a mediação da informação. Enquanto a classe profissional continuar fechada em suas tradicionais técnicas bibliotecárias ou nos currículos que não contemplam as exigências mercadológicas vigentes, essa temática persistirá. Entende-se que há uma parcela de profissionais que procuram modificar essa realidade, mas esse esforço é pequeno em detrimento a coletividade.

Na Categoria **Práxis Bibliotecária e Compromissos sociais** os dados demonstraram que há uma parcela de profissionais que prioriza a relação com a sociedade, desenvolvendo ações extensionistas comunitárias. Em virtude das tipologias das unidades de informação, há a dificuldade de desenvolver atividades sociais com públicos não usuários, mas isso não pode tornar-se obstáculo para desenvolver a integração com as comunidades ao entorno. A disponibilidade para o agir além das funções inerentes da profissão reproduz um modelo de educação proporcionada na formação acadêmica. O bibliotecário é protagonista de um cenário social em que a informação é vetor de progresso. Assim, não pode concebê-lo como um tecnicista, um catalogador. Essa profissão deve ser consciente que sua atuação é

fundamental para cooperar no acesso e mediação da informação. Portanto, precisa desenvolver habilidades inerentes à missão da sua profissão, que se configura na promoção do acesso à informação.

Nessa pretensão de incitar discussões e superações acerca do *locus* que se encontra a Extensão na Academia, buscou-se evidenciar as lacunas e os benefícios dessa função nos cursos de Biblioteconomia da região Nordeste do país. Parafraseando Souza (2007), tomamos seus apontamentos para fazer analogia à situação da extensão nos cursos pesquisados,

essa análise, aparentemente, pessimista, não é na essência. A pretensão ao expor as idéias sobre essa articulação por esse olhar é justamente incitar a um movimento de superação. As experiências boas existem, mas, infelizmente, são muito pontuais e, por isso, são boas sob o olhar dos resultados imediatos para quem as demandou; mas, se esta demanda requer serviço, falta ainda uma demanda que requeira pensar a articulação do ensino, pesquisa e extensão em Biblioteconomia. [...]. Essa articulação precisa ser alargada, pois, em última instância, pela predominância da discussão no ambiente acadêmico, está ampliando, talvez sem plena consciência desse mal, uma redução do potencial do campo bibliotecário no Brasil. (SOUZA, 2007, p.14, grifo nosso).

A contribuição das atividades de extensão universitária, para uma formação discente ética e cidadã, com vista ao fortalecimento da identidade bibliotecária na sociedade, é pouco aproveitada nos programas de graduação, realidade que se aplica também a pós-graduação, conforme evidenciou os dados coletados. Um olhar profícuo para essa função poderá contribuir para ampliar o escopo de atuação da Extensão no ambiente universitário, vindo a ser campo fértil para promoção da visibilidade social da profissão. A Extensão não pode ser percebida como uma atividade distinta das demais, realizada esporadicamente. Faz-se necessário mudar a cultura organizacional predominante, romper estigmas a fim de solucionar esse fato.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamental no exercício educativo: o seu caráter formador”.

(FREIRE, 1996)

Analisar a responsabilidade social universitária pelo viés da Extensão realizada nos cursos de Biblioteconomia da região Nordeste do Brasil remete a uma reflexão profunda acerca da missão dessa instituição acadêmica e da profissão bibliotecária nessa sociedade marcada por disparidade social intensa, e por essa razão constitui-se tarefa desafiadora. Compreender como as universidades públicas promovem uma educação cidadã, comprometida com questões sociais em um contexto em que o individualismo predomina é suscitar questionamentos acerca de uma formação, muitas vezes, tecnicista, mas carente de aspectos essenciais para o bem viver: cidadania, ética, alteridade, compromisso social etc.

Formar profissionais capacitados tecnicamente, estimulando a atuação crítica e participativa, considerando os aspectos sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas sociais, faz parte da responsabilidade social universitária. A contemporaneidade tem exigido das organizações, além do cumprimento das funções básicas direcionadas ao mercado profissional, atitudes e valores voltados para a cidadania. Nesse sentido, conclamam essas instituições de ensino a refletirem sua atuação, ora distanciada das comunidades para uma postura imbricada nas questões sociais. As universidades devem repensar a sua atuação no desenvolvimento do aprendizado colaborativo e contínuo, transdisciplinar, a fim de proporcionar habilidades cognitivas e relacionais, de cidadania como dimensão do processo formativo (CREMASCO, 2009).

Nessa proposição é essencial um ensino que estimule um novo pensar, metodologias e formas de aprendizagem, que fortaleça a formação acadêmica. Em contraposição, os dados coletados revelaram um panorama alijado da proposta da Extensão Universitária prenunciada pelo Plano Nacional de Extensão e ratificada pelo FORPROEX: pouca visibilidade da extensão nos currículos acadêmicos e ínfima integração com as comunidades. Destarte, estabelecer prioridades para a prática extensionista, principalmente, para as temáticas direcionadas para inclusão é premente nas Universidades em face ao atual contexto social. A sociedade requer das organizações compromisso com o social, a paz, os direitos humanos, a cidadania, variáveis da responsabilidade social. Nesse panorama, compete às universidades repensarem sua *práxis* educativa pautada em padrões da cátedra e cooperar

com um aprendizado estratégico, significativo, comprometido com o desenvolvimento social. No âmbito da educação superior, a articulação da extensão, ensino e pesquisa permite a integração da universidade com a sociedade, fator essencial para alcançar seus objetivos.

A responsabilidade social universitária implica a integração das funções acadêmicas a fim de que estas instituições educacionais possam lograr êxito em sua missão. Propor ferramentas para romper com a tradição arraigada na cultura organizacional “valorização do ensino e pesquisa em detrimento da extensão” é tarefa ímpar das IES na contemporaneidade. A mais, os dados revelaram um panorama incompatível com as instruções preconizadas pelos órgãos avaliativos da Educação superior no país: a fragilidade da indissociabilidade das funções acadêmicas nas ações investigadas. Para dirimir essa deficiência é necessária uma ação integrada dos atores envolvidos no processo educativo.

A questão da inconsistência dessa prática na Academia pode ser comparada à unidade do organismo humano enquanto sistema: quando um membro do corpo não é utilizado, ocorre seu atrofiamento e, conseqüentemente, sua morte. A atrofia ocasiona-se em detrimento do uso inadequado ou não utilização a qual gera a sua paralisia, refletindo conseqüências nos demais membros. Desse modo, o corpo precisa ser um organismo coeso, em que todos os membros sejam interligados, um retroalimentando o outro, com o propósito do bom funcionamento do todo. A harmonia e a igualdade entre as partes são fundamentais para o desenvolvimento integral do corpo. Assim como o sistema do corpo humano necessita dessa integração entre suas partes para seu desenvolvimento, as estruturas organizacionais precisam também ter suas partes interligadas para alcançar o objetivo geral.

Nessa analogia, pontua-se que a Extensão, direcionada para as comunidades, encontra-se na fase de dormência e, caso não seja despertada, decorrerá o atrofiamento e conseqüentemente a inexistência, ou invisibilidade, no *corpus* acadêmico. Em contrapartida, as novas exigências sociais apresentam perspectivas para o protagonismo da Educação superior, cabendo essas instituições aproveitarem esse momento ímpar para desmitificar a Educação enquanto processo ainda elitista. A preocupação pela responsabilidade social tornou-se um imperativo que reflete como a sociedade percebe a atuação das organizações. Para esse reconhecimento é necessário que as empresas e instituições contribuam para a inserção dos indivíduos no corpo social (CREMASCO, 2009). Nessa proposição, enquanto os cursos constituírem-se fronteiras rígidas, de “ostracismo” social, não contribuirá para minimizar a problemática vivenciada pela profissão desde sua gênese: a visibilidade social. A sociedade não comporta um aprendizado hermético, tecnicista, uma atuação profissional para uma parcela reduzida da população.

Neste pensamento, compete à Biblioteconomia contribuir com o acesso, transferência e disseminação da informação, mola propulsora de desenvolvimento nas sociedades, a fim de que a informação seja acessível a todos. Como iniciativas e possíveis estratégias é preciso firmar a conscientização na classe docente e bibliotecária a respeito do protagonismo profissional por meio das ações extensionistas desenvolvidas nas comunidades, ampliar suas atividades e integrar-se a todo tecido social, constituindo-se aporte para fortalecimento da cidadania. Destarte, apresenta-se um conceito, não para substituir, mas para complementar a visão do bibliotecário acerca dessa temática,

Extensão universitária é a práxis interdisciplinar inextricável da formação acadêmica, que entrecruza o processo de ensino e pesquisa e corrobora para o fortalecimento da responsabilidade social universitária. Uma prática educativa contextualizada e significativa, que fortalece a intercalação entre universidade e sociedade, em um diálogo efetivo a fim de produzir benefícios a todos os atores participantes.

A responsabilidade social da área implica formular estratégia de desenvolvimento para a mediação e socialização da informação a fim de que todos possam ter acesso ao conhecimento. Nesse direcionamento, a interlocução efetiva entre os cursos de Biblioteconomia e a sociedade por meio do processo extensionista produzirá resultados satisfatórios para assegurar o fortalecimento da cidadania a partir da mediação da informação e, obter, como resultado, a visibilidade social da profissão. Como efeitos das ações de extensão, destacam-se o fortalecimento dos grupos assistidos por meio da transferência da tecnologia social, fundamental para o exercício da cidadania; o aperfeiçoamento discente voltado para formação social e a visibilidade profissional. Esses aspectos positivos são essenciais para o aprofundamento de questões acerca da relevância dessa atividade que precisa perpassar todo o processo formativo.

As concepções aqui apresentadas são reflexões centradas na prática pessoal docente e nos resultados das pesquisas realizadas (Mestrado e Doutorado) acerca da importância da extensão para a sociedade. Certamente outras reflexões se fazem necessárias para dar continuidade a essa discussão, desvelando novos apontamentos, em detrimento das necessidades originárias do panorama social vigente. Conclui-se que a RSU é ratificada por meio de suas funções: ensino, pesquisa e extensão, com ênfase, nesta pesquisa, para a última, tendo em vista constituir-se ação pedagógica essencial para o fortalecimento do processo ensino e aprendizagem, bem como corroborar para que o conhecimento produzido na universidade alcance as comunidades promovendo mudanças significativas nessas instituições.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

ALESSIO, Rosemeri. **Responsabilidade social das empresas no Brasil: reprodução de posturas ou novos rumos?** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco. **Da arte de não participar**. 2003. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/pessoais_conteudo.php?cod=5>. Acesso em: 10 ago. 2015.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco. _____. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da pesquisa brasileira em Ciência da Informação**, Salvador/Ba, v.2, n.1, p. 89-103, jan./dez. 2009.

AMARAL, S. A. *Marketing* e desafio profissional em unidades de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n.3, p. 330-336, 1996.

_____. *Marketing* da informação: abordagem inovadora para a gestão de unidades de informação. **Percursos**, Florianópolis, v. 12, p. 22-38, 2011.

AMARO, Rogério Roque. A exclusão social hoje. **Cadernos ISTA**, n.9, 1996. Disponível em: <http://www.triplov.com/ista/cadernos/cad_09/amaro.html>. Acesso em: 14 abr. 2017.

ANDI; Instituto Ethos. **Empresas e imprensa: pauta de responsabilidade – uma análise da cobertura jornalística sobre a RSE**. São Paulo: Instituto Ethos, 2006, p.17.

AQUINO, Miriam de Albuquerque A problemática dos indivíduos, suas lutas e conflitos no turbilhão da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, p. 202-221, 2007.

_____. A inclusão de afrodescendentes nas políticas de informação: por uma compreensão da diversidade cultural. **Informação & Sociedade**, Brasília, DF, v.3, n.2, p.26-37, jan./jun. 2010.

AQUINO, Míriam de Albuquerque; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro (Org.). **Responsabilidade ético-social das universidades públicas e a educação da população negra**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila *et al.* A contribuição de J. H. Shera para a ciência da informação no Brasil. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.15, n.2, p. 71-89, jul./dez., 2010.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto de organizações não-governamentais (ONGs) brasileiras. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 28, n. 2, p. 155-167, 1999.

ARAGÃO, Esmeralda Maria de; QUARESMA, Dinorá L. de Assis. (Coord.). **Cinquentenário da escola de biblioteconomia e documentação**. Salvador: Gráfica Universitária, 1992.

ASHLEY, Patrícia Almeida. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 6-7.

_____. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 63-64.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR ISO 14001: Sistemas de gestão ambiental - requisitos com orientações para uso**. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

BARBOSA, Eliane. **Desigualdades sociais: o que as empresas podem fazer para superá-las?** 2014. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/cedoc/desigualdades-sociais-o-que-as-empresas-podem-fazer-para-supera-las/>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

BARBOSA, Carmem B.; QUEIROZ, José J.; ALVES, Júlia F. **Núcleo básico: ética profissional e cidadania organizacional**. São Paulo: Fundação Paulo Anchieta, 2011. (Coleção Técnica Interativa. Série Núcleo Básico. v.4)

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís A. Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.16, n.3, 1994.

_____. A condição da informação. **São Paulo em Perspectiva**, S.P., v. 16, n.3, p. 67-74, 2002.

BARROS, Flávia Roberta dos Santos. Bibliotecário e o compromisso social: quais as possibilidades para a realização desse encontro? In: SOUTO, Leonardo Fernandes (Org.). **O profissional da informação em tempos de mudança**. Campinas: Ed. Alínea, 2005. p.69-82.

BARROS, Maria Helena Toledo Costa de. Biblioteca pública: da missão social ao imaginário coletivo. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECONOMIA, 3., 1999, Marília. **Anais...** Marília: UNESP, 1999.

BAVA, Silvio Caccia. Tecnologia social e desenvolvimento local Silvio. 1998. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/1522/1522.pdf>> Acesso em: 30 jun 2017.

BAVARESCO, Rosa Maria Serra. **O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2003

BERTOLLETI, Vanessa Alves. Anísio Teixeira e o projeto de universidade brasileira: UFC e UNB. In: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas " História, sociedade e educação no Brasil". UFPB, João Pessoa, 31/jul. a 03/ago. 2012. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/1.39.pdf>. Acesso em: 01 maio 2015.

BERTONCELLO, Silvio Luiz Tadeu; CHANG JÚNIOR, João. A importância da responsabilidade social corporativa como fator de diferenciação. **FACOM**, n. 17, 1 sem. 2007, p. 71. Disponível em: <http://www.faap.br/revista_faap/revista_facom/facom_17/silvio.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2016.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Histórico**. Disponível em: < <http://www.bn.br>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. RJ: Campus, 1992, p. 25.

BOÉRO VILLAGRÁN, Paula. **Formação em responsabilidade social na universidade: análise de uma experiência**. 2002. 194f. Tese (Programa de Pós-graduação em Psicologia) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BÓLAN, Valmor; MOTTA, Márcia Vieira da. Responsabilidade social no ensino superior. **Revista Responsabilidade Social**, ano 3, n.3, p. 11-20, 2007.

BORGES, Maria Alice Guimarães. O profissional da informação: somatório de formações, competências e habilidades. In: BAPTISTA, Sofia Galvão, MUELLER, Suzana Pinheiro

Machado (Org.). **Profissional da informação: o espaço de trabalho**. Brasília: Thesaurus, 2004. v.3. p.55-69.

BORKO, H. Information science: what is it? **American Documentation**, v.19, n.1, p.3-5, 1968.

BOTOMÉ, Paulo Silvio. **Pesquisa alienada e ensino alienante o equívoco da extensão universitária**. Petrópolis/RJ: Vozes, EDUCS, EDUFSCAR, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. Tradução de Denice Barbara Catoni. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRAGA, Kátia Soares. Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. In: MUELLER, Suzana P. M (Org.). **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007, p. 25. (Série Ciência da Informação e da Comunicação).

BRASIL. Universidade Federal do Ceará. **Estatuto da UFC**. 2010. Disponível em: <http://www.ufc.br/portal/images/stories/files/auniversidade/estatuto/estatuto_ufc.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2015.

_____. **Constituição da República Federativa (1988)**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 02 abr. 2016.

_____. Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 jul. 2001.

_____. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe sobre o ensino superior no Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19851.htm>. Acesso em: 10 maio 2017.

_____. FUNAI. **Política indigenista**. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-acoes/politica-indigenista>>. Acesso em: 04 maio 2016.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2015.

_____. Lei nº.10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 abr. 2004.

_____. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Lei Maria da Penha**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 04 abr. 2016.

_____. Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm>. Acesso em: 04 abr. 2016.

_____. Ministério do Trabalho. **Classificação brasileira de ocupações**. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/regulamentacao.jsf>>. Acesso em: 30 maio 2015.

_____. Presidência da República. Lei nº 12.288 (2010). **Estatuto da Igualdade Racial**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288>. Acesso em: 10 jun. 2015.

_____. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Parte I, II, III e IV**. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Brasília: MEC, 2000.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 01 ago. 2017.

BUARQUE, Cristovam. **A aventura da universidade**. São Paulo: Ed. da UNESP; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p. 117.

_____. **A universidade numa encruzilhada**. Trabalho apresentado na Conferência Mundial de Educação Superior, 5, UNESCO, Paris, 23-25 de junho de 2003. Brasília: DF, MEC/UNESCO, 2003, p. 5 - 39.

CABRAL, Nara Grivot. **Saberes em extensão universitária: contradições, tensões, desafios e desassossegos**. Tese (Programa de pós-graduação em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

CALDAS, Maria Aparecida Esteves; BARBOZA, Josefa Pereira. O papel da extensão na formação do estudante de biblioteconomia. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v.5, n.1, p.30-36, jan./dez. 1995.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Responsabilidade social universitária: contribuições para o fortalecimento do debate no Brasil Adolfo Ignacio Calderón. *Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior – ESTUDOS*. Brasília, ano 24, n.36, jun. 2006. P.7-22.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Doze Premissas para a construção e uma política institucional de Responsabilidade Social nas IES. **Revista Responsabilidade Social**, ano 3, n. 3, jun. 2007, p. 58.

CALDIN, Clarice Fortkamp. A leitura como função terapêutica: biblioterapia. **Ci. Inf.**, Florianópolis, Brasil, n.12, p. 32-44, 2001.

CAPURRO, R. **Epistemology of Information Science**. 1992. Disponível em: <<http://www.v.hbi-stugart.de/~capurro.htm>>. Acesso em: 10 jun 2016.

_____. Hermeneutics and the phenomenon of information. **Research in Philosophy and Technology**, v.19, p. 79-85, 2000.

_____. Epistemologia e Ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003. [Cd ROM]

CARBONARI, Maria; PEREIRA, Adriana. **A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade**. São Paulo, 2007. Disponível em: <[file:///C:/Users/Elieny/Downloads/2133-8194-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Elieny/Downloads/2133-8194-1-PB%20(1).pdf)>. Acesso em: 26 jun. 2016.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-684, dez. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072006000400017&lng=pt_BR&nrm=iso>. Acesso em: 17. jul. 2017.

CARRIZO, Luís. Conhecimento e responsabilidade social – ameaças e desafios para a Universidade transdisciplinar. **Revista Estudos**, ano 34, n. 36, p. 75 -89, jun. 2006

CARROL, A. B. Corporate social responsibility. **Business and society**, Chicago, v.38, p.268-295, set. 1999

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

CASTRO, César Augusto (Org.) **Ciência da Informação e Biblioteconomia**: múltiplos discursos. São Luís: EDUFMA, 2002.

CASTRO, César Augusto. **História da biblioteconomia brasileira**. Brasília: Thesaurus Editora, 2000.

_____. O profissional da informação: perfis e atitudes desejadas. **Rev. Inf. & Sociedade**, João Pessoa, v.10, n.1, 2000.

CASTRO, Cláudio de Moura. **A prática da pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill, 1977.

CASTRO, Luciana M. Cerqueira; MATTOS, Ruben de Araújo. Extensão Universitária: possibilidade de Formação mais emancipadora na área da Saúde. 2. Congresso Brasileiro de Extensão Universitária Belo Horizonte – 12 a 15 de setembro de 2004. **Anais....** Belo Horizonte, 2004, p. 2.

CENTRO REGIONAL DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - UNRIC. Crise Global na Educação afetará várias gerações. 2016. Disponível em: <<https://www.unric.org/pt/sobre-o-unric>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

CHAGAS, Francisco das. **O ensino de Biblioteconomia no contexto brasileiro - século XX**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009. v.1.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONAE. **Construindo o sistema nacional articulado de educação**: o plano nacional de educação, diretrizes e estratégias de ação. Documento final. 2010. Brasília: MEC, 2010

CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. **Extensão universitária**: XXIII Reunião Plenária. Natal: UFRN, 1976. 60p.

COUTINHO, Clara; LISBÔA, Eliana. Sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem: desafios para educação no século XXI. **Revista de Educação**, v.18, n. 1, p.5-22, 2011.

CREMASCO, Marco Aurélio. A responsabilidade social na formação de engenheiros. In: **Responsabilidade social das empresas: a contribuição as universidades**. São Paulo: Peirópolis: Instituto Ethos, v.7. p. 17-42, 2009.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade temporã: o ensino superior da colônia à era Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CUNHA, Miriam Vieira da. As profissões e as suas transformações na sociedade. In: CUNHA, M. V. da, SOUZA, Francisco das Chagas (Org.). **Comunicação, gestão e profissão: abordagens para o estudo da Ciência da Informação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p.141-150.

CZINKOTA, M. R. et al. **Marketing: as melhores práticas**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

CYSNE, Fátima Portela. **Biblioteconomia: dimensão social e educativa**. Fortaleza: EDUFC, 1993, 15-52.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS - DUDH. Disponível em: < <http://www.dudh.org.br/definicao/documentos/>>. Acesso em: 10 maio 2016.

DE LA JARA, Mônica Jimenez; FONTECILLA. José Manuel de F.; TRONCOSO, Catalina Delpiano. Responsabilidade social universitária: uma experiência inovadora na América Latina. **Estudos: Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior**, Brasília: ABMES, ano 24, n. 36, p.57-74, jun. 2006.

DELORS, Jacques *et al* (Orgs.). **Educação um tesouro a descobrir** – relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. 7.ed. Brasília: Editora Cortez, 2010, p. 5.

DE LUCA, Gabriel Gomes de Luca; BOTOMÉ, Saulo Satoshi; BOTOMÉ, Sílvio Paulo. Comportamento constituinte do objetivo da universidade: formulações de objetivos de uma instituição de ensino superior em depoimentos de chefes de departamento e coordenadores de cursos de graduação. **Acta Comportamental**, v. 21, n. 4, 2013, p. 459-480.

FARIA, Sueli *et al*. Competências do profissional da informação: uma reflexão a partir da Classificação Brasileira de Ocupações. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 26-33, maio/ago. 2005

FERREIRA, Maria Mary. O profissional da informação no mundo do trabalho e as relações de gênero. **Transinformação**, Campinas, 15(2):189-201, maio/ago., 2003, p. 195.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2004, p. 25.

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução a biblioteconomia**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2007

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS BRASILEIRAS - FORPROEX. 2012. **Política Nacional de Extensão Universitária** (2012). Disponível em <<http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>> Acesso em: 02 jan. 2016.

_____. Comissão de Relações Internacionais. Programa de internacionalização da extensão universitária (Interext). Minuta de proposta. 2013. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/prec/files/2013/11/inter_ext.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2015.

FREIRE, Isa Maria; ARAÚJO, Vânia Mario Rodrigues Hermes de. A responsabilidade social da ciência da informação. **Transinformação**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 7-15, jan./abr. 1999, p. 14.

FREIRE, Isa Maria; ARAÚJO, Vânia Mario Rodrigues Hermes de. A responsabilidade social da ciência da informação. *Revista TransInformação*, v. 11, n. 1, 1999.

FREIRE, Isa Maria. Acesso à informação e identidade cultural: entre o global e o local. **Ciência da Informação**, Brasília, v.35, n. 2, p. 58-67, maio/ago. 2006.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Trajetória de muitas perdas e poucos ganhos. In: **Educação Escolar Indígena em Terra Brasilis - tempo de novo descobrimento**. Rio de Janeiro: Ibase, 2004. p. 11-31.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Prefácio de Jacques Chonchol 7. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. 93 p. (Coleção O Mundo, Hoje, v. 24).

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: paz e Terra, 1996, p. 67. (Coleção Leitura).

_____. **Educação como prática da liberdade**. Paz e Terra; 2000.

FUJITA, M. S. L.; BARRAVIERA, B. Revista ciência em extensão: 10 anos disseminando conhecimento e transformando a relação entre a universidade e a sociedade. **Rev. Ciênc. Ext.**, São Paulo, v.10, n.3, p.2-4, 2014. Editorial.

FUNAI. **Estatuto dos povos indígenas**. Proposta da Comissão Nacional de Política Indigenista. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

GADOTTI, Moacir. Informação, conhecimento e sociedade em rede: que potencialidades? **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 23, 2005, 43-57

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1987.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDSTEIN, Ilana. **Responsabilidade social**: das grandes corporações ao terceiro setor. São Paulo: Ática, 2007.

GOMES. Mércio Pereira. **Bom selvagem, mau selvagem**: o imaginário brasileiro. 2013. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/bom_selvagem_mau_selvagem>. Acesso em: 10 jun. 2016.

GOMES *et al.* Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagens de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. p. 185-221.

GUIMARÃES, José Augusto. Profissional da informação: desafios e perspectivas para sua formação. In: BAPTISTA, Sofia Galvão; MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. **Profissional da informação**: o espaço de trabalho. Brasília: Thesaurus, 2004. v.3. p.87-106.

HABERMAS, Jurgen. A idéia da Universidade: processos de aprendizagem. **R. bras. Est. Pedag.** Brasília, v.74, p.11 1-130, jan./abr. 1993.

HENRIQUES, Ricardo *et al.* **Educação escolar indígena**: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola. Brasília: MEC, 2007, p. 7.

HJØRLAND, Birger. Epistemology and the socio-cognitive perspective in information science. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v.53, p.257-270, 2002.

INSTITUTO ETHOS. **Indicadores Ethos de responsabilidade social empresarial**. São Paulo: Instituto de Empresas e Responsabilidade Social, 2009, p. 17. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>> Acesso em: 30 nov. 2014.

IPEA. **Situação social da população negra por estado**. Brasília: IPEA, SEPPIR, 2014, p. 4.

ISAIA, Silvia Maria de Aguiar; BOLZAN, Doris Pires Vargas. Tessituras formativas: articulação entre movimentos da docência e da aprendizagem docente. In: _____ (Org). **Qualidade da educação superior: a universidade como lugar de formação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. p. 191-202.

JUCÁ, Juliana Lustosa. **"Nós temos que assumir que somos índios e quebrar esse preconceito"**: estudantes Tapeba e o reconhecimento da identidade indígena. 2014. 77f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014, p. 12.

KAPFERER, Jean-Noel. **As marcas, capital da empresa: criar e desenvolver marcas fortes**. Porto Alegre: Bookman, 2003, p. 385.

KLIKSBERG, Bernardo. A ética e a responsabilidade social da universidade. **Estudos**, Brasília, DF, ano 24, n. 36, p. 23-25, mar. 2006.

KOK, P. *et al.* A corporate social responsibility audit within a quality management framework. *Journal of Business Ethics*, v.31, n.4, p.285-297, 2001.

KOTLER, P.; ARMSTRONG, A. **Princípios de marketing**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1998.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 1982.

LAVILLE, Christian; DIONE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
_____. _____. Reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEAL, Giuliana Franco. Exclusão como ruptura de laços sociais: uma crítica do conceito. **Mediações**, Londrina, v. 14, n.1, p. 260-274, jan./jun. 2009, p. 26.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; PINTO, Jax Nildo Aragão. A questão fundiária na Amazônia. **Estud. av.**, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 77-98, ago. 2005.

LOURENÇO, Márcia Rozane Balbinotti de. **A trajetória histórica da extensão na Universidade Tecnológica Federal do Paraná**. 2011. 182 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) - Programa de Pós-graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2011, p. 18.

MACEDO, Arthur Roquete de. O papel social da universidade. **Estudos: Revista da ABMES**, Brasília, ano 23, n. 34, abr. 2005.

MACIEL, Maria Lucia; ALBAGLI, Sarita (Org.). **Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

MARTINE, George. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. **São Paulo Perspec**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 3-22, set. 2005.

MATOS, Maria Yara Campos. Prefácio. *In*: AQUINO, Míriam de Albuquerque; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro (Org.). **Responsabilidade ético-social das universidades públicas e a educação da população negra**. João Pessoa: UFPB, 2011.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbetes temas transversais**. Dicionário interativo da educação brasileira - educabrasil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/temas-transversais/>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de S. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. In: _____. **Pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 9-29.

_____. Violência, um problema social que afeta a saúde pública. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, n.35, p. 23-35, 2006.

_____. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno de Saúde pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n.3, 1993.

MIRANDA, Antonio. Sociedade da informação: globalização, identidade cultural e conteúdos. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 78-88, maio/ago. 2000.

MORAES, Marielle Barros; ALMEIDA, Marco Antônio de. Mediação da informação, ciência da informação e teorias curriculares: a transdisciplinaridade na formação do profissional da informação. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 18, n. 3, p. 175 – 198, set./dez. 2013.

MORAES, Marielle Barros de; LUCAS, Elaine de Oliveira. A responsabilidade social na formação do bibliotecário brasileiro. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 109 - 124, jan./jun. 2012.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MOTA, Lauro A. As muitas faces da inclusão: a relação entre o social e o político. **Revista de Psicologia**, v.1, n.12, p.30-41, nov. 2010.

MUELLER, Suzana P. M (Org.). **Profissional da informação: o espaço de trabalho**. Brasília: Thesaurus Editora, 2004.

_____. **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007. (Série Ciência da Informação e da Comunicação)

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Políticas de extensão universitária brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

OLIVEIRA, Dennis de. Relações raciais e poder. **Princípios**, São Paulo, n. 34, 1994.

OLIVEIRA, Marlene; CARVALHO, Gabrielle Francinne; SOUZA, Gustavo Tanus. Trajetória histórica do ensino da biblioteconomia no Brasil. **Inf. & Soc.: Estudos**, João Pessoa, v.19, n.3, p. 13-24, set./dez. 2009.

ONU BRASIL. **O MUNDO tem 22 bilhões de pessoas pobres-ou-quase-pobres, alerta Relatório do PNUD**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/mundo-tem-22-bilhoes-de-pessoas-pobres-ou-quase-pobres-alerta-relatorio-do-pnud>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

_____. **EXCLUSÃO e discriminação de povos indígenas têm alto custo para o desenvolvimento, diz Banco Mundial**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/exclusao-e>>

discriminacao-de-povos-indigenas-tem-alto-custo-para-o-desenvolvimento-diz-banco-mundial/>. 2013. Acesso em: 14 out. 2016.

PAIVA, Vanilda. Extensão universitária no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 67, n.155, p.135-151, jan./abr. 1986.

PAULA, João Antônio de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces - Revista de Extensão**, v. 1, n. 1, p. 05-23, jul./nov. 2013.

PEREIRA, Sueli Menezes. Globalização, descentralização e exclusão social: grandes e novos desafios para a gestão escolar. **Linhas Críticas**, Brasília, v.8, n.4, p.119-138, jan./jun. 2002, p. 124.

PINHEIRO, Edna Gomes; SILVA, Alzira Karla Araújo da. Uma relação dialógica entre conceitos nas ciências cognitivas e na ciência da informação. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.3, n.3, p. 240-257, dez. 2009, p. 3.

PINTO, Virginia B. A biblioterapia como campo de atuação para o bibliotecário. **Transinformação**, Campinas, v. 17, n.1, p. 31-43, jan./abr., 2005

PISA 2015: análises e reflexões sobre o desempenho dos estudantes brasileiros/OCDE-Organização para a cooperação e desenvolvimento econômico. São Paulo: Fundação Santillana, 2016.

PNUD. **Informe Regional sobre desarrollo humano para América Latina y el Caribe progreso multidimensional: bienestar más allá del ingreso**. 2016. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=4331>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

POMBO, Olga. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. **Liinc em Revista**, v.1, n.1, mar. 2005, p. 3-15.

PRODANOV, Cleber C.; FREITAS, Ernani César de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo/RS: Feevali, 2013.

QUELHAS, Filipe de Castro. **Responsabilidade social corporativa**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 6., 2010, Niterói/RJ. **Anais...** Niterói/RJ, ago. 2010.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Tradução de João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes, Maria Carvalho. Lisboa: Gradiva, 1998, p. 100-170.

RABELLO, Rodrigo. História dos conceitos e ciência da informação: apontamentos teórico-metodológicos para uma perspectiva epistemológica. **R. Eletr. Bibliotecon. e Ci. da Inf.**, Florianópolis, n. 26, p.17-46, 2. sem. 2008.

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da Biblioteconomia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

RAYS, Oswaldo Alonso. Ensino pesquisa, extensão: notas para pensar a indissociabilidade. **Revista do Centro de Educação**, n. 21, 2003.

REDE NACIONAL DE EXTENSÃO RENEX. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/>>. Acesso em: 03 maio 2015.

RESPONSABILIDADE social das empresas: a contribuição das universidades. Peirópolis: Instituto Ethos, 2008. v.6.

_____. Peirópolis: Instituto Ethos, 2009. v. 7.

RIBEIRO, Wagner Costa. A quem interessa a globalização. **Revista ADUSP**, São Paulo, n.2, p. 18-21, 1995.

RODRIGUES, Andréia Lilian Lima et al. Contribuições da extensão universitária na sociedade. **Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais**, Aracaju, v.1. n.16, p.141-148, mar. 2013.

RODRIGUES, William Costa. **Metodologia científica**. 2007. Disponível em: <http://unisc.br/portal/upload/com_arquivo/metodologia_cientifica.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2016.

SANTOS, Ana Paula Lima dos; RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca Rodrigues. Biblioteconomia: gênese, história e fundamentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 9, n. 2, p. 116-131, jul./dez. 2013.

SANTOS, Marcos. Extensão universitária: espaço de aprendizagem profissional e suas relações com o ensino e a pesquisa na educação superior. **Revista Conexão**, Ponta Grossa, v.8, n.2, p.154-163, 2012.

SANTOS, Milton. A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas. **Terra Livre**, São Paulo, n.9, p.7-17, 1991.

_____. A aceleração contemporânea. In: SANTOS, Milton et al. (Org.). **O novo mapa do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. O intelectual e a universidade estagnada. **Revista Adusp**, São Paulo, p.1-20, out.1997.

_____. **O espaço da cidadania e outras reflexões**. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011. (Coleção O Pensamento Político Brasileiro; v.3).

SANTOS, Plácida. Leopoldona Ventura Amorim da Costa. Novas tecnologias na formação do profissional da informação. In: VALENTIN, M. L. P. (Org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. p.103-116.

SANTOS, Vrgínia Inácio dos. Identidade e diferença. **Mandragora**. São Paulo, v.16, n.16, p.115-117, 2010.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, n.1, v.1, p. 41-62, jan./jun., 1996.

SCHWARTZMAN, Simon. **As teorias da universidade brasileira**. Rio de Janeiro, 1984. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simons/teorias.htm>>. Acesso em: 01 jan. 2015.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL. Ministério da Educação. Universidade Federal da Bahia. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução nº 01/201 - Regulamenta o aproveitamento da ação curricular em comunidade e em sociedade (ACCS) para integralização curricular dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal da Bahia. 2013. Disponível em: <http://www.contabeis.ufba.br/fcc/wpcontent/uploads/2017/04/ACCS_Resolu%C3%A7%C3%A3o-01.2013_.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2016.

SHERA, Jesse H.. Toward a theory of librarianship and information science. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.87-97,1973.

_____. Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. Rio de Janeiro, **CI. inf.**, v. 6, n.1, p. 9-12, 1977.

_____. Sobre a Biblioteconomia, documentação e ciência da informação. In: GOMES, Hagar Espanha (Org.). **Ciência da Informação ou Informática?** Rio de Janeiro: Calunga, 1980. p.91-105.

SILVA, Alda Lima da. **A auto-imagem do profissional bibliotecário na sociedade contemporânea: um estudo de caso do Município de Salvador (BA)**. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ciências da Informação,- POSICI, UFBA, Salvador (BA) , 2009.

SILVA, Elieny do Nascimento. **Responsabilidade social nas ações de extensão do Programa Iniciativas Negras: trocando experiências**. 2012. 150f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

SILVA, Franciele Jacqueline Gazola da; SANTOS, Sandra Mara; MAZILLI, Andrade Sueli. Extensão universitária como prática formativa e projeto institucional: um olhar a partir da pedagogia universitária. X COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTIÓN UNIVERSITARIA EN AMÉRICA DEL SUR: Balance y prospective de la Educación Superior en el marco de los Bicentenarios de américa del sur. mar del plata, 8-10 diciembre de 2010. **Anais**. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/1>>. Acesso em: 10 maio 2017.

SILVA, Inês Amaro da. **Educação socialmente responsável: expressões no ensino de graduação em universidade comunitária**. Porto Alegre, 2014. 273 f.: il.Tese (Doutorado em Educação) – Fac. de Educação - PUCRS, 2014.

_____. **Responsabilidade social e sustentabilidade na educação superior**. Porto Alegre: ANPED, 2011.

SIMÕES, Cláudia Pestana et al (Org.). **Responsabilidade social e cidadania: conceitos e ferramentas**. Brasília: SESI/CNI, 2008.

SIMÕES, Mara Leite. O surgimento das universidades no mundo e sua importância para o contexto da formação docente. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v.22, n.2, p. 136-152, jul./dez. 2013.

SINAES. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**: da concepção à regulamentação. 4. ed. ampl. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – SINAES. Bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior. 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/sinaes.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

_____. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**: da concepção à regulamentação. 5. ed. rev. e ampl. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009.

SINAES: perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. **Ensaio: aval.pol públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 53, p. 425-436, dez. 2006.

SIQUEIRA, Angela C. As novas relações entre a universidade e a sociedade brasileira na era da revolução científico tecnológica: o saber(poder) em disputa. 2015. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/18/siqueira.htm>>. Acesso em: 10 maio 2016.

SIQUEIRA, Jéssica. Biblioteconomia, documentação e ciência da informação: história, sociedade, tecnologia e pós-modernidade. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v.15, n. 3, p. 52-66, set./dez. 2010.

SITUAÇÃO social da população negra por estado. Brasília: IPEA, 2014.

SLEUTJE, Maria Helena Silva Costa. Refletindo sobre os três pilares de sustentação das universidades: ensino-pesquisa-extensão. **RAP**, Rio de Janeiro, v.3, n. 33, p.99-111, maio/jun. 1999

SOUSA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária**. 2. ed. Campinas/SP: Alínea, 2010.

SOUZA, Francisco das Chagas. Articulação do ensino, pesquisa e extensão em Biblioteconomia na era das relações. In: CASTRO, César Augusto (Org.). **Conhecimento, pesquisa e práticas sociais em Ciência da Informação**. São Luís: EDUFMA, 2007. p. 15-34.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **O ensino da Biblioteconomia no contexto brasileiro**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1990.

_____. **Os paradigmas da biblioteconomia e suas implicações no ensino desta ciência.** Florianópolis: UFSC, v.1, n.2, 1996. Disponível em: <<http://www.encontros-bibli.ufsc.br/bibli2.html>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

_____. A escola de Biblioteconomia e a ancoragem da profissão de bibliotecário. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 11, n. 2, n. 2, 2001.

_____. A formação acadêmica de bibliotecários e cientistas da Informação e sua visibilidade, identidade e reconhecimento social no Brasil. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v.16, n.1, p.23-34, jan./jun. 2006

_____. **O ensino da Biblioteconomia no contexto brasileiro: século XX.** 2.ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2009.

SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 52-60, maio/ago.2000.

SVEIBY, Karl Erik O valor do intangível. **Revista de Informação e Conhecimentos para Gestão Empresarial**, São Paulo, ano 4, n, 22, p.66-69, set/out. 2000.

TAKAHASHI, Tadao (Org.). **Sociedade da informação no Brasil:** livro verde. Brasília: MCT, 2000.

TARAPANOFF, K. (Org.). **Inteligência, informação e conhecimento em corporações.** Brasília: IBICT, UNESCO, 2006.

TARGINO, Maria das Graças. Biblioteconomia, Informação e Cidadania. **Rev. Esc. Biblioteconomia**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 149-160, jul./dez. 1991.

TEDESCO, Juan Carlos. Os fenômenos de segregação e exclusão social na sociedade do conhecimento. **Cad. Pesqui.** São Paulo, n. 117, nov. 2002. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 26 ago. 2014.

THIOLLENT, M. Construção do conhecimento e metodologia de extensão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 1, 2002. Disponível em:<http://www.prac.ufpb.br/Icbeu_anais/apresentacao/apresentacao>. Acesso em: 16 out. 2013.

TOFLER, Alvin. **Resumo da palestra realizada no Congresso Nacional de Informática da SUCESU**, em 24 de agosto de 1993. [S.l.: s.n.], 1993. Disponível em: <<http://chaves.com.br/textalia/misc/tofler.htm>>. Acesso em: 02 jan. 2013.

TRASFERETTI, José. **Ética e responsabilidade social**. 3.ed. Campinas: Alínea, 2010.

TREVIZAN, Ana Flávia; AMARAL, Sérgio Tibiriçá. **Diferenciação entre minorias e grupos vulneráveis**, 2010. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/>>. Acesso em: 02. jul. 2016

TRINDADE, Hélio. Saber e poder: os dilemas da universidade brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.14, n.40, p. 122-133, 2000.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação superior**. Piracicaba: UNIMEP, 1998.

_____. **World Conference on Higher Education: the new dynamics of higher education and research for societal change and development**. Paris: Unesco, 2009a. Disponível em: <<http://www.Unesco.org/fileadmin/multimedia/hq/ed/pdf/>>. Acesso em: 21 jan. 2013.

_____. **Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009b**: as novas dinâmicas do ensino superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social. Paris: Unesco, 2009. Disponível em: <http://aplicweb.feevale.br/site/files/>>. Acesso em: 21 jan. 2016.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). **Profissionais da Informação: formação, perfil e atuação profissional**. São Paulo: Polis, 2000.

VALLAEYS, François. **Ética y RSU: reflexión crítica en torno a la ética aplicada a la Responsabilidad Social Universitaria**. Presentación del Blog: Urgencias éticas y Universidad. 10 out. 2006^a. Disponível em: <<http://blog.pucp.edu.pe/category/1129/blog/353/archive/2006-10>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

_____. **La ecología de la acción: un concepto fundamental para pensar la responsabilidad social**. 21 nov. 2006b. Disponível em <<http://blog.pucp.edu.pe/item/5227/la-ecologia-de-la-accion-un-concepto-fundamental-para-pensar-la-responsabilidad-social>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

_____. O que significa responsabilidade social universitária? **Estudos: Revista da ABMES**, Brasília, v. 24, n. 36, p. 35-56, jun. 2006c.

VALLS, Álvaro L. M. **O que é ética**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

VANGILER, Maria Aparecida de S.; SILVA, Clícia Rodrigues da. O poder disciplinar do tempo no contexto da sala de aula. In: Simpósio Linguagens e Identidades na Amazônia Sul Ocidental, 10. Colóquio Internacional as Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia, 7. 2016. Disponível em: <<http://revistas.ufac.br/revista/index.php/simposiufac/issue/view/48/showToc>>. Acesso em: 5 maio 2017.

VARELA, Aida Varela; BARBOSA, Marilene Lobo Abreu. Aplicação de teorias cognitivas no tratamento da informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v.3, n.2, p.116-128, jul-dez. 2007, p. 126.

VYGOTSKY E O CONCEITO DE APRENDIZAGEM MEDIADA. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/vygotsky-conceito-aprendizagem-mediada-636187.shtml?page=1>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Pensamento e linguagem**. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

WALTER, Maria Tereza Machado Teles. Identidades, valores e Mudanças: o poder da identidade profissional. Os bibliotecários subsistem na era da informação? **Em Questão**, Porto Alegre, v. 10, n.2, p. 287-299, 2004.

_____. **Bibliotecários no Brasil**: representações da profissão. 344f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Programa de pós-graduação do Departamento da Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília, Brasília: UNB, 2008.

YIN, Robert. **Estudo de caso**. Porto Alegre: Bookman, 2005a.

_____. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015b.

APÊNDICE A – CONVITE: PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA

Prezado Discente, Bolsista e ex-bolsista de Extensão:

Sou doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia – UFBA e gostaria de contar com a sua colaboração preenchendo o questionário a seguir sobre a prática da Extensão Universitária. O objetivo é avaliar a percepção dos entrevistados sobre a contribuição da participação nas ações de Extensão Universitária para formação cidadã e, como essas atividades contribuem na visibilidade social do bibliotecário.

Todas as informações fornecidas neste questionário são estritamente confidenciais e os dados reservados para uso exclusivo da pesquisa.

Esclarecimentos e dúvidas, estarei à disposição no e-mail elieny.silva@ufca.edu.br e telefone (85)985042167.

Agradeço antecipadamente.

Atenciosamente,

Elieny Silva

Doutoranda do PPGCI (UFBA)

Prof. Curso de Biblioteconomia da UFCA

APÊNDICE B – CARTA CONVITE

Prezado(a) professor (a):

Sou doutoranda do programa de pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e, no momento, realizo pesquisa que tem o objetivo de analisar as contribuições dos programas e projetos extensionistas para a formação dos bibliotecários. Por saber que V. Sa. atua, ou já atuou, em programas de extensão, como coordenador, gostaria de saber sobre a sua disponibilidade e gentileza para participar desta pesquisa. Para tanto, preciso da sua disponibilidade para um encontro presencial para a coleta de dados.

A sua participação é de extrema relevância para este estudo na área da Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Fico no aguardo da sua resposta, incluindo a sua indicação de melhor data para a realização do encontro.

Esclarecimentos e dúvidas, estarei à disposição no e-mail: elieny.silva@ufca.edu.br e telefone (85)985042167

Agradeço antecipadamente.

Atenciosamente,

Elieny Silva

Doutoranda do PPGCI (UFBA)

Prof. Curso de Biblioteconomia da UFCA

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA – DOCENTES (COORDENADORES DE EXTENSÃO)

1. RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Compreensão de extensão universitária e seus benefícios para a formação acadêmica;

Percepção da prática extensionistas realizada pelo curso, com ênfase para os projetos direcionados às comunidades externas;

Cooperação dos currículos e projetos pedagógicos do curso para promoção social da profissão.

2. RESPONSABILIDADE SOCIAL E VISIBILIDADE PROFISSIONAL

Importância da mediação da informação para promoção da cidadania nas comunidades assistidas;

Como a prática extensionista, desenvolvida junto às comunidades, promove a visibilidade social do bibliotecário;

Contributos da participação na extensão universitária para a vida profissional.

3. IMPACTOS SOCIAIS, EDUCACIONAIS E PROFISSIONAIS DA EXTENSÃO

Fale acerca sobre os impactos sociais para a comunidade discente, para as comunidades externas e para sua vida profissional;

Compreensão de como a Biblioteconomia desenvolve sua responsabilidade social em termos de intervenção social.

Tem fotografias? Pode disponibilizar para uso das imagens na tese?

Posso tirar fotografias do projeto e publicá-las na pesquisa?

Informações complementares:

Cargo: professor

() Visitante () titular () adjunto () assistente
 () substituo () aposentado () voluntário () outro: especificar:

Formação: graduação/pós-graduação: _____

Tempo de Docência: _____

Extensão universitária - Tempo de projeto extensionista: _____

Título do projeto: _____

Objetivo do projeto: _____

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA – DISCENTES (EX)BOLSISTAS DE EXTENSÃO

1 RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Compreensão da extensão universitária;

Fale sobre o compromisso da Extensão Universitária na mediação da informação para os grupos vulneráveis socialmente;

Contribuição dos currículos do curso de Biblioteconomia para promoção social da profissão.

2 VISIBILIDADE PROFISSIONAL

Discorra sobre a importância dos projetos de Extensão universitária para promoção da visibilidade do bibliotecário na sociedade;

Relevância da participação na extensão universitária para uma formação cidadã;

Comente acerca da visão da sociedade para o profissional bibliotecário;

Sugestões para melhorar essa realidade.

3 IMPACTOS SOCIAIS, EDUCACIONAIS E PROFISSIONAIS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Fale acerca dos impactos sociais, educacionais e profissionais para você, as comunidades assistidas, para profissão e para as universidades;

Estratégias para Biblioteconomia desenvolver sua responsabilidade social em termos de intervenção social.

Informações complementares:

Curso: _____ Semestre: _____

Extensão universitária: Tempo de projeto extensionista: _____

Título do projeto: _____

APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA - BIBLIOTECÁRIOS (EX-BOLSISTA DE EXTENSÃO)

1. RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Relevância da participação nos projetos de extensão para a formação bibliotecária.

2. RESPONSABILIDADE SOCIAL DA PROFISSÃO E VISIBILIDADE PROFISSIONAL

Importância da mediação da informação para promoção da cidadania nas comunidades assistidas e visibilidade profissional.

3. IMPACTOS SOCIAIS, EDUCACIONAIS E PROFISSIONAIS DA EXTENSÃO

A Instituição que trabalha desenvolve projetos de responsabilidade social para as comunidades. Fale acerca de sua participação nesses projetos;

Relacione sua atuação profissional atual com a experiência que teve nos projetos de extensão na universidade;

Discorra sobre os projetos desenvolvidos pela instituição, visibilidade do bibliotecário na sociedade e as contribuições da Biblioteconomia em termos de intervenção social.

Tem fotografias? Pode disponibilizar para uso das imagens na tese.

Posso tirar fotografias do projeto e publicá-las na pesquisa?

Formação: Graduação/pós-graduação: _____

Local onde trabalha: _____

Nome do projeto que participou: -----

Modalidade participou: _____

Tempo de Projeto: _____

Informações complementares:

Projetos que a biblioteca desenvolve:

Público-alvo: _____

Tempo de projeto extensionista: _____

Título do projeto: _____

Objetivos do projeto: _____

APÊNDICE F – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante:

Sou doutoranda do curso de pós-graduação em Ciência da Informação – POSICI, da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Estou realizando uma pesquisa sob a supervisão da professora Dra. Maria Isabel de Sousa Barreira cujo objetivo é analisar as ações de extensão desenvolvidas pelos cursos de Biblioteconomia das universidades federais do nordeste. A participação nessa pesquisa é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo.

Esclarecimentos e dúvidas, estou a disposição no e-mail elieny.silva@ufca.edu.br e telefone (85)985042167

Agradeço antecipadamente.

Atenciosamente,

Elieny Silva

Doutoranda do PPGCI (UFBA)

Prof. Curso de Biblioteconomia da UFCA

APÊNDICE G – QUESTIONÁRIO: DISCENTES

16/08/2017

Sujeitos pesquisados: Discentes (ex)bolsistas dos Programas/Projetos de Extensão

Sujeitos pesquisados: Discentes (ex)bolsistas dos Programas/Projetos de Extensão

1. Parte I - Perfil acadêmico

2. 1.1 Sexo:

Marcar apenas uma oval.

- Masculino
 Feminino
 Prefiro não declarar

3. 1.2 Curso/Semestra/Universidade:

Parte II: Perfil do Programa/Projeto de Extensão

4. 2.1 Nome do Projeto:

5. 2.2 Tempo de projeto:

Marcar apenas uma oval.

- 1 - 2 anos
 2 - 3 anos
 3 - 4 anos
 Outro: _____

6. 2.3 Modalidade:

Marcar apenas uma oval.

- Remunerado
 Voluntário

7. 2.4 Participou de outros projetos de extensão:

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

16/08/2017

Sujeitos pesquisados: Discentes (ex)bolistas dos Programas/Projetos de Extensão

8. 2.5 Como são divulgadas as atividades dos projetos que participa(ou):*Marcar apenas uma oval.*

- Periódicos de extensão
- Periódicos científicos
- Todas as alternativas
- Outro: _____

Parte III: Projeto de Extensão x Curso de Biblioteconomia**9. 3.1 Que ações/práticas da Biblioteconomia são (foram) aplicadas no projeto?***Marcar apenas uma oval.*

- Estudo de usuário
- Mediação da Informação
- Formação leitora
- Todas as alternativas
- Outro: _____

10. 3.2 Como a participação nos projetos de extensão contribui para a sua formação social e profissional?

11. 3.3 Como os programas extensionistas, oriundos do curso, colaboram para divulgar a profissão bibliotecária na sociedade.

Parte IV: Responsabilidade Social Universitária**12. 4.1 Qual a sua percepção de responsabilidade social universitária?**

13. 4.2 Os projetos de extensão contribuem para melhorar as comunidades assistidas:*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não

14. 4.3 Os programas de extensão cooperam para promoção da responsabilidade social universitária:*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não

APÊNDICE H – QUESTIONÁRIO: COORDENADORES PROJETOS DE EXTENSÃO

16/08/2017

Sujeitos pesquisados: Coordenadores dos projetos de extensão

Sujeitos pesquisados: Coordenadores dos projetos de extensão

1. Parte I: Perfil Profissional

2. 1.1 Local de trabalho:

3. 1.2 Sexo:

Marcar apenas uma oval.

- Masculino
 Feminino
 Prefiro não identificar

4. 1.3 Formação acadêmica: Graduação/ Pós-graduação:

5. 1.4 Tempo de docência:

Marcar apenas uma oval.

- 1 - 5 anos
 5 - 10 anos
 Outro: _____

6. 1.5 Tempo que coordena Programa de extensão:

Marcar apenas uma oval.

- 1 - 5 anos
 5 - 10 anos
 Outro: _____

7. 1.6 Títulos dos Programas/Projetos que coordena:

Parte II - Responsabilidade Social Universitária

16/08/2017

Sujeitos pesquisados: Coordenadores dos projetos de extensão

8. 2.1 O SINAES (Art. 3º, Inciso III) estabelece que as instituições de Ensino Superior são avaliadas quanto a sua responsabilidade social. Como compreende essa afirmativa através da prática da extensão universitária?

9. 2.2 Como os projetos de extensão contribuem para a formação social e profissional do bibliotecário?

10. 2.3 Na sua percepção como a prática da extensão é vislumbrada pelos docentes nas universidades?

11. 2.4 As atividades de extensão estão articuladas com o ensino e a pesquisa?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

12. 2.5 As atividades de extensão realizadas junto as comunidades contribuem com o desenvolvimento social das mesmas?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

Parte III: Programas/Projetos de Extensão x Curso de Biblioteconomia

13. 3.1 A identidade do curso de Biblioteconomia está representada no projeto que desenvolve:

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

14. 3.2 Quais ações/ práticas do curso são aplicadas em seus projetos de extensão:

Marcar apenas uma oval.

- Formação leitora
 Mediação da Informação
 Estudo de usuários
 Todas as alternativas
 Outro: _____

16/08/2017

Sujeitos pesquisados: Coordenadores dos projetos de extensão

15. 3.3 As ações extensionistas realizadas pelo curso cooperam para promover a profissão bibliotecária na sociedade?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

16. 3.4 Em que meios são divulgados as ações extensionistas que realiza:

Marcar apenas uma oval.

- Periódicos científicos
 Periódicos de extensão
 Todas as alternativas
 Outro: _____

17. 3.5 Sugestões para o fortalecimento da atividade de extensão nas universidades.

APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO: BIBLIOTECÁRIOS

16/08/2017

Sujeitos pesquisados: Bibliotecários (ex-bolsistas de extensão)

Sujeitos pesquisados: Bibliotecários (ex-bolsistas de extensão)

1. Parte I: Perfil Profissional

2. 1.1 Sexo

Marcar apenas uma oval:

- Masculino
 Feminino
 Prefiro não declarar
 Outro: _____

3. 1.2 Graduação: Universidade/ano de conclusão

4. 1.3 Pós-graduação:

Marcar apenas uma oval:

- Especialização
 Mestrado
 Doutorado
 Outro: _____

5. 1.4 Instituição que trabalha:

Parte II - Dados do projeto de extensão

6. 2.1 Nome do projeto que participou:

7. 2.2 Em que modalidade participou do projeto?

Marcar apenas uma oval:

- Remunerado
 Voluntário

16/08/2017

Sujeitos pesquisados: Bibliotecários (ex-bolsistas de extensão)

8. 2.3 Tempo de participação no projeto:

Marcar apenas uma oval.

- 1 - 2 anos
 2 - 3 anos
 3 - 4 anos
 Outro: _____

Parte III: Projeto de Extensão x Curso de Biblioteconomia**9. 3.1 Que práticas da Biblioteconomia foram aplicadas nos projetos que participou:**

Marcar apenas uma oval.

- Estudo de usuários
 Formação leitora
 Mediação da Informação
 Todas as alternativas
 Outro: _____

10. 3.2 De que forma as práticas da Biblioteconomia eram aplicadas na execução do projeto que participou? Comente.

11. 3.3 O projeto que participou integra o ensino e a pesquisa com as demandas (sociais, culturais etc) da sociedade:

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Outro: _____

12. 3.4 As ações extensionistas realizadas possibilitam a visibilidade da universidade nas comunidades:

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Outro: _____

Parte IV: Compreendendo a Extensão Universitária**13. 4.1 O que você entende por Extensão Universitária?**

16/08/2017

Sujeitos pesquisados: Bibliotecários (ex-bolsistas de extensão)

14. 4.2 Qual a relevância da participação nos projetos de extensão para sua formação social e profissional?

15. 4.3 O que você compreende por responsabilidade social universitária?

Parte V: Práxis Bibliotecária e Responsabilidade Social

16. 5.1 A biblioteca em que trabalha desenvolve projetos de responsabilidade social junto as comunidades:

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

17. 5.2 Relacione sua atuação profissional com a experiência adquirida nos projetos de extensão.

18. 5.3 As ações extensionistas realizadas pelo Curso de Biblioteconomia nas comunidades favorecem a divulgação da profissão na sociedade?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

ANEXO A – FORMULÁRIO DE CADASTRAMENTO – PROEXT
PROJETO: BIBLIOTERAPIA PARA VELHOS JOVENS/IDOSOS: VIVER É ENVELHECER NADA MAIS

1. Introdução

1.1 Identificação da Ação

Título: Biblioterapia para velhos jovens/idosos: Viver é envelhecer nada mais.

Coordenador: Edna Gomes Pinheiro / Docente

Tipo da Ação: Projeto

Edital: PROBEX 2016

Vinculada à Programa de Extensão?: Não

Instituição: UFPB - Universidade Federal da Paraíba

Unidade Geral: CCSA - Centro de Ciências Sociais e Aplicadas

Unidade de Origem: DBD - DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

Início Previsto: 02/05/2016

Término Previsto: 30/12/2016

Recurso Financeiro: Não Tem Recurso Financeiro Envolvido

1.2 Detalhes da Ação

Carga Horária Total da Ação: 640 horas

Justificativa da Carga Horária: A carga horária foi assinalada, conforme a carga horária pré-estabelecida no edital probex 2016. A carga definida, obedece também, os horários previstos para a realização de atividades socioculturais determinadas pela AMEM, devido os horários estabelecidos para o acompanhamento sociocultural dos idosos.

Periodicidade: Anual

A Ação é Curricular? : Sim

Abrangência: Municipal

Tem Limite de Vagas?: Não

Local de Realização: Associação Metropolitana de Erradicação da Mendicância (AMEM) - João Pessoa-PB

Período de Realização: 02 de maio a dezembro de 2016

Tem inscrição?: Não

1.3 Público-Alvo

Tipo/Descrição do Público-Alvo: Idosos residentes no AMEM

Número Estimado de Público: 50

Discriminar Público-Alvo:

	A	B	C	D	E	Total
Público Interno da Universidade/Instituto	7	3	0	0	0	10
Instituições Governamentais	0	0	0	0	0	0

Federais						
Instituições Governamentais Estaduais	0	0	0	0	0	0
Instituições Governamentais Municipais	0	0	0	0	0	0
Organizações de Iniciativa Privada	0	0	0	0	0	0
Movimentos Sociais	0	0	0	0	0	0
Organizações Governamentais (ONGs/OSCIPs) Não	0	0	0	0	0	0
Organizações Sindicais	0	0	0	0	0	0
Grupos Comunitários	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	40	40
Total	7	3	0	0	40	50

Legenda:

- (A) Docente
- (B) Discentes de Graduação
- (C) Discentes de Pós-Graduação
- (D) Técnico Administrativo
- (E) Outro.

1.4 Parcerias

Nome	Sigla	Parceria	Tipo de Instituição/IPES	Participação
Associação Metropolitana de Erradicação da Mendicância.	AMEM	Externa à IES	Organização Não Governamental (ONGs/OSCIPs)	A parceria será concretizada pelo apoio logístico, infraestrutura necessária. Será concedida espaços físico para que sejam desenvolvidas as atividades previstas no projeto.

1.5 Caracterização da Ação

Área de Conhecimento:

Ciências Sociais Aplicadas » Ciência da Informação » Biblioteconomia

Área Temática Principal:

Educação

Área Temática Secundária:

Direitos Humanos e Justiça

Linha de Extensão:

Terceira Idade

1.6 Descrição da Ação

Resumo da Proposta:

O projeto se propõe desenvolver ações extensionistas, na Associação Metropolitana de Erradicação da Mendicidade - AMEM.

direcionadas à biblioterapia, considerando a leitura como fonte e forma de apropriação de informação e de conhecimento, que oportuniza a construção de ideias e ações para favorecer idosos, ou seja, pessoas da terceira idade que se encontram afastadas do convívio familiar, a se (re) construir diante das adversidades da vida. Objetiva analisar as influências da leitura, advinda da educação não formal. Constrói a fundamentação teórica sócio-historicamente, com informações inerentes à leitura e a Biblioterapia. Articula a interseção dos domínios entre o campo da Biblioteconomia e da leitura para entender essa sintonia, no que se refere ao exercício da cidadania dos idosos, levando em conta as situações sólidas da sua realidade. Tem como objetivos: Estimular a participação ativa do idoso no Abrigo do AMEM; promover a integração entre gerações por meio de reminiscências; desenvolver práticas de leitura que despertem o prazer de ler e o interesse de celebrar a vida; fornecer, ao idoso, informações que lhes proporcionem melhores condições de vida; criar um espaço de leitura, lazer e resgate da memória individual e coletiva. Nessa perspectiva, entendemos que um projeto dessa natureza, que tenta conciliar lazer e educação, estimula a sensação de serem úteis à sociedade, e a autoestima, tornando-os mais sensíveis ao direito de envelhecer, haja vista que cada tempo da vida tem seu propósito e sua beleza.

Palavras-Chave:
Informações Relevantes para
Avaliação da Proposta:

Biblioterapia, leitura, idosos, terceira idade
 O projeto propiciará que as experiências de leitura advindas das práticas leitoras realizadas no AMEM, oportunizem a recomposição de identidades dos idosos, ali residentes, a fim de torná-los agentes ativos de suas vidas e de suas histórias, e assim se distanciarem do isolamento, do abandono familiar e do preconceito.

1.6.1 Justificativa

A escritora Simone de Beauvoir disse em um dos seus livros que se morre prematuramente ou se envelhece. O brasileiro conforme pesquisas realizadas, parece ter seguido o segundo caminho. O Brasil está envelhecendo. Nosso país apresenta atualmente a terceira maior população de idosos do mundo, com 42 milhões de pessoas com idade avançada. A constatação segundo alguns estudiosos no assunto, deve-se aos avanços da ciência da saúde, cujos resultados vêm garantindo o prolongamento do limite de vida. O envelhecimento é um

fenômeno que está acontecendo em todo o mundo devido, também, à diminuição da taxa de natalidade e a elevação da média de expectativa de vida para o ser humano que está a cada dia mais assegurada. A população brasileira está envelhecendo assustadoramente e muitos de nós ainda continuam indiferente a essa questão, talvez, pelo fato do Brasil ter sido considerado o país dos jovens, onde a juventude formava a maioria da população. Todavia, a longevidade como um processo irreversível do desenvolvimento gerou um número crescente de pessoas idosas, destituídas de ânimo, de sonhos, orientação e de informação”. (SILVA, 1980, p.6). O abandono do idoso se evidencia a precariedade dos serviços e programas sociais e de saúde. Diante dessa realidade, é necessária uma visão mais aprofundada sobre o que representa essa fase da vida e o que a sociedade pode fazer para criar mecanismos capazes de rever o tratamento dispensado ao idoso. A idade avançada, por si só, não constitui um problema social quando dela não decorrem necessidades de diferentes ordens, na maioria das vezes não atendidas pelo meio social. Nas sociedades pré-industriais, por exemplo, a velhice era apenas uma etapa da vida e, muito embora houvesse redução da capacidade física e mental, a participação dos idosos no contexto social, em especial, no ambiente familiar, não sofria modificações fundamentais. Num modelo econômico que valoriza o lucro e a produtividade, o idoso é considerado frequentemente um inútil, improdutivo, um coitado. Daí o desprezo por ele e o desrespeito ao direito social e a dignidade. Que devemos fazer e o que esperar de uma sociedade que começa a envelhecer rapidamente? Que valores desaparecem e que outros surgem nesse constante processo de transformação? Estamos aceitando a velhice como um fenômeno social e estamos preparados para conviver com ele? É obvio que não, cometemos erros injustificáveis em relação ao idoso, quando desrespeitamos o maior direito do ser humano – o direito à vida. Assim sendo, é preciso criar mecanismos que favoreçam a participação, independência e dignidade do idoso, criar novos valores nessa citologia. Para isto, é preciso entender de pessoas, no sentido estreito de descobrir o outro, de aceitar e identificar o outro e estabelecer com ele uma relação de troca legítima. Posto isso, o Estatuto do Idoso, importante instrumento para assegurar os direitos dos idosos, no Capítulo V, Artigo 20, estabelece que os idosos têm o direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, às diversões, aos espetáculos, a produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade. O Estatuto representa um avanço, enquanto política pública e garantidor de direitos, visando também minimizar um dos maiores problemas do idoso, que é a solidão. Em nossos dias, a universidade tem seus desafios potencializados por uma sociedade que acentua cada vez mais a cobrança social sobre os resultados alcançados, exigindo a partir daí a utilização de táticas e estratégias inovadoras de educação que estreitem o vínculo entre o fazer acadêmico e a comunidade. Situando o problema na sua dimensão maior, a medida em que é dado ênfase ao desenvolvimento social, compreendemos que a extensão universitária é apontada como o canal pertinente para a universidade utilizar os recursos provenientes da sociedade, de forma a traduzir a contribuição dela recebida. Partindo dessas considerações decidimos elaborar um projeto de extensão, através do qual a UFPB e o Departamento de Ciência da Informação possam contribuir com uma nova prática de prestar assessoria à comunidade, no que diz respeito ao direito social do idoso, ao envelhecer com qualidade de vida. A exposição dessa realidade justifica a proposta de incorporar no leque das atividades de extensão do Departamento de Ciência da Informação, o projeto “Biblioterapia para idoso/jovens velhos”, com a pretensão de reforçar valores, dissipar o isolamento e valorizar os jovens velhos residentes no Abrigo do AMEM, em João Pessoa-PB, pelo o que ele é e não pelo o que ele faz, pois entendemos que a idade não deve ser um fator de fronteira para o ser humano, Pautado na espontaneidade, esse projeto propõe criar um espaço, no qual o apoio, a ajuda mútua e a compreensão emocional/ intelectual sejam uma constante no cotidiano dos idosos, ali residentes. Assim sendo, foi idealizado com o propósito de se tornar

um recurso para minimizar os sentimentos de medo, de solidão, de estresse e da depressão, dentre outros sentimentos negativos dos idosos, levando em conta que o papel da Biblioterapia é administrar o processo de leitura, para auxiliar as pessoas a diminuïrem suas tensões, alavancando, assim, os sentimentos positivos (ROSSI; ROSSI; SOUZA, 2007). Para um ensaio de aprofundamento de nossas reflexões resolvemos expandir o sentimento comunitário na tentativa de enxergar valores perenes de justiça, liberdade e solidariedade, junto o idoso, visto que o envelhecimento faz parte do percurso de vida do homem. Nessa perspectiva, entendemos que um projeto dessa natureza, que tenta conciliar lazer e educação, garantir os direitos humanos e a justiça, expandir o elo entre ensino, pesquisa e extensão universitária, desenvolve o potencial criativo dos idosos, estimula a sensação de serem úteis à sociedade, e a autoestima, tornando-os mais sensíveis ao direito de envelhecer, haja vista que cada tempo da vida tem seu propósito e sua beleza.

1.6.2 Objetivos

OBJETIVO GERAL

Desenvolver práticas de leitura como estratégia de integração social e resgate da autoestima do idoso, que residem na Associação Metropolitana de Erradicação - AMEM

4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- estimular a participação ativa do idoso no Abrigo do AMEM;
- promover a integração entre gerações por meio de reminiscências;
- desenvolver práticas de leitura que despertem o prazer de ler e o interesse de celebrar a vida;
- fornecer ao idoso informações que lhes proporcionem melhores condições de vida;
- criar um espaço de leitura, lazer e resgate da memória individual e coletiva.

1.6.3 Metodologia e Avaliação

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A trilha metodológica desse projeto, será construída, a partir das seguintes etapas:

Para realizar as atividades desse projeto é necessário que os idosos não só aceitem, mas também se engajem na proposta, a fim de obtermos sucesso nas ações. Para isso, a proposta será apresentada a Coordenadora do Abrigo; a Jornalista Goreth Zenaide. Nessa etapa serão conhecidos os interesses e as expectativas dos participantes. Contato para utilização do espaço do AMEM, por meio de parceria; Definição de data e horário para início das atividades; Definição do papel de cada membro da equipe; Definição do número de participantes; Definição do primeiro tema de leitura a ser trabalhados; Definição das dinâmicas de grupo e de todas as atividades lúdicas a serem implementadas; Definição de calendário para as atividades;

Encontros serão planejados, três (3) vezes por semanas, os quais discorrerão sobre a importância de aprofundarmos os vínculos afetivos. Dessa forma visamos a ampliar o sentimento de confiança no grupo, e proporcionar relatos pessoais que expressem sentimentos íntimos.

Realizaremos reuniões de planejamento no DCI/CCSA/UFPB, quando serão definidos os temas, os textos e as dinâmicas de todos os encontros do mês. Selecionaremos temas

diversificados, que tratem da questão dos valores humanos, indispensáveis a melhoria da qualidade de vida dos participantes. Nesse planejamento serão mapeadas ações culturais como “café poético”, “brincadeiras infantis”, contação de histórias, dentre outras. Em seguida, buscaremos apoio da UFPB, CCSA, DCI, no sentido de conseguirmos apoio para concretizar as os objetivos propostos, procurando sempre sensibilizá-la da importância de um programa de leitura, de caráter recreativo, educativo e ocupacional, estruturado com as seguintes atividades:

- a) Sessões de leitura em grupo e individual, com textos previamente escolhidos com a finalidade de incentivar o gosto pela leitura e preencher o tempo ocioso dos idosos;
- b) Sessões com atividades lúdicas e reminiscências: contação de histórias, origami, desenhos, colagem, canto, dança, pintura, colagem, depoimentos (histórias de vida) etc. que despertem nos idosos o interesse pela a arte e a cultura, e promova a integração entre crianças, jovens e idosos.

Para executar essas atividades será formada e treinada uma equipe interdisciplinar composta por estudantes, professores e voluntários.

INSTRUMENTOS E TÉCNICAS METODOLÓGICAS

Como técnica de coleta de dados utilizaremos: entrevista semiestruturada, observação direta e sessões de reminiscências, a fim de detectarmos o interesse dos idosos pela leitura, pelas atividades lúdicas e sabermos até que ponto, a Biblioterapia está beneficiando o idoso em relação ao prazer de viver e a melhoria de qualidade de vida.

AVALIAÇÃO: Será feita através de observações durante o desenvolvimento de cada atividade. Em seguida serão registradas em relatórios onde constatarão informações tais como: descrição detalhada de cada atividade,

1.6.4 Referências Bibliográficas

ALVES, M.H.H. A aplicação da biblioterapia no processo de reintegração social. **Rev.Bras. Biblioteconomia e Documentação**. v.15, n. 1/2, p. 54-61, jan. 1982.

BEAUVOIR, Simone. **A velhice: as relações com o mundo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BRASIL. Lei nº8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 5 de jan. 1994. Disponível em: <http://www.in.gov.br>. Acesso em 10 ago. 2010.

CANÇADO, Flávio. **O velho precisa de estímulo**. Veja, São Paulo, n. 765, p. 146, maio, 1983.

FERNANDES, Flávio da Silva. **Envelhecimento reflete os problemas do viver**. Debates sociais. v. 18, n. 35, p. 5-14, 1982.

LARROUDE, Rita Luisa, PAIXÃO, Doroti, PEREIRA, Maria de Lourdes T. **Terceira**

idade: relato de uma experiência, 1991-1992.-São Paulo: APB, 1994.-(Ensaio APB ; 9)

MAGALHÃES, Dirceu Nogueira. **A invenção social da velhice.**- Rio de Janeiro, 1987.

PEREIRA, A.M.G.S., PEREIRA, M.M.G. Proposta para implantação de um programa de leitura para idéticos: hospital Dr. Clementino Fraga, pavilhão Henfil. IN: CONG. BRAS. BIBLIOT. DOCUMENTAÇÃO, XVI... **Anais**, Salvador, APBEB, 1991. v. II. p. 711

PINHEIRO, Edna Gomes. Projeto Renascer: um relato de experiência. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v.8, n.1 p.155-163, 1998.

ROSSI, Tatiana; ROSSI, Luciene; SOUZA, Maria Raquel. Aplicação da biblioterapia em idosos da Sociedade Espírita Obreiros da Vida Eterna (SEOVE), **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 322-340, jul./dez., 2007.

YUNES, E., PONDE, G. **Leitura e leituras da Literatura Infantil**. São Paulo: FTD, 1988. 148p. (Série Por Onde Começar?).

_____. **A biblioterapia em instituições de deficientes visuais:** um estudo de caso. João Pessoa, UFPB, 1987. 120p. (Tese de Mestrado).

RATTON, A.M. Biblioterapia. **Rev. Bibliotecon UFMG**. v.4, n.2, p. 198-214, set. 1975.

RIVA, Eliane Barbosa G, BERTOLLI, Salete. **Terceira idade:** programa integrado.- São Paulo: APB, 1994 (Ensaio APB; 12)

TERCEIRA idade quebra barreiras. **O Povo**, Fortaleza, 24 fev. 1989. 2.ca

1.7 Outros Produtos Acadêmicos

Gera Produtos:	Sim
Produtos:	Artigo Completo Oficina Pôster Resumo (Anais)
Descrição/Tiragem:	02 artigos 04 posters 04 oficinas 02 resumos
Gera Propriedade Intelectual:	Não

1.8 Arquivos Anexos

Nome	Tipo
probex__ad_referendum.doc.doc	Declaração de aprovação pelo departamento
probex._d_e_c_l_a_r_a_C_A_o.docx.docx	Certidão do Curso de Graduação
probex_2autorizacao_amem.pdf.pdf	Declaração de Parceria
probex_anexo_1_cadastro_equipe_executora__1_.doc.doc	FICHA DE CADASTRO DA EQUIPE DO PROJETO

probex._declaracao_assessoria_de_extensao.pdf.pdf	Declaração da Assessoria de Extensão
---	--------------------------------------

2. Equipe de Execução

2.1 Membros da Atividade

Docentes da UFPB

Nome	Regime de Contrato	Instituição	Carga	Função
Edileuda Soares Diniz	Dedicação exclusiva	UFPB	160 hrs	Apoio Técnico Operacional, Colaborador, Orientador
Edna Gomes Pinheiro	Dedicação exclusiva	UFPB	640 hrs	Coordenador, Orientador
Eliane Bezerra Paiva	Dedicação exclusiva	UFPB	160 hrs	Apoio Técnico Operacional, Colaborador
Maria Amélia Teixeira da Silva	Dedicação exclusiva	UFPB	160 hrs	Apoio Técnico Operacional, Colaborador, Orientador
Marynice de Medeiros Matos Autran	Dedicação exclusiva	UFPB	160 hrs	colaborador, Apoio Técnico Operacional, Apoio Administrativo, Orientador
Rosa Zuleide Lima de Brito	Dedicação exclusiva	UFPB	160 hrs	Apoio Técnico Operacional, Colaborador, Orientador
Rosisele Agapito da Silva Llarena	40 horas	UFPB	160 hrs	Apoio Técnico Operacional, Colaborador, Orientador

Discentes da UFPB

Nome	Curso	Instituição	Carga	Funções
Adryan Wagner Muniz dos Santos Leite	Biblioteconomia	UFPB	100 hrs	Voluntário(a), Estudante voluntário
Dayane da Silva Bezerra	Biblioteconomia	UFPB	100 hrs	Estudante voluntário
Diana Silva dos Santos	Biblioteconomia	UFPB	100 hrs	Estudante voluntário

Edeuza da Cruz Pontes Molla	Biblioteconomia	UFPB	100 hrs	Voluntário(a)
Katia Wanessa Borges de Lima	Biblioteconomia	UFPB	100 hrs	Estudante voluntário
Marilene Galdino da Silva	Biblioteconomia	UFPB	640 hrs	Bolsista de Extensão
Melquiza Pereira da Cruz	Biblioteconomia	UFPB	100 hrs	Estudante voluntário
Paulo Roberto de Cunha Fenandes Junior	Biblioteconomia	UFPB	256 hrs	Estudante voluntário
Rodrigo Moreira de Oliveira	Direito	UFPB	256 hrs	Estudante voluntário

Técnico-administrativo da UFPB

Não existem Técnicos na sua atividade

Outros membros externos a UFPB

Nome	Instituição	Carga	Funções
Marcos Antonio da Silva	Uninassau	100 hrs	Colaborador

Coordenador:

Nome: Edna Gomes Pinheiro

Nº de Matrícula: 0290121

CPF: 09791256349

EMAIL: ednagomespi@yahoo.com.br

Categoria: Professor Adjunto

Fone/Contato: (83)3216 7264 / (83)98819 2743

Orientador:

Nome: Edna Gomes Pinheiro

SIAPE: 0290121

CPF: 09791256349

EMAIL: ednagomespi@yahoo.com.br

Categoria: Professor Adjunto

Fone/Contato:

2.1 Cronograma de Atividades

Atividade: Coordenar as atividades proposta pelo projeto; organizar campanhas de doação de livros, revistas, etc. (maio e junho de 2016); organizar rodas de conversas com os responsável pela criança para conhecer a realidade das mesmas (maio de 2016); Encaminhar relatórios mensais e trimestrais de todas as atividades culturais e educativas pontuadas no projetos (maio a dez. 2016); Orientar os participantes nas aticidades de contação de história,

pinturas, colagem, origami (dobradura com papel - maio a dez. 2016);

Organizar os trabalhos com datas comemorativas (maio a dez. 2016); Orientar na elaboração de um livro com as histórias e desenhos feitos pelos idosos do projeto (out. a nov. 2016); Promover a divulgação desse livro, junto a sociedade (dez. 2016); traçar diretrizes para a criação do ABC sala lúdica do AMEM..

Início: Mai/2016

Duração: 8 Meses

Somatório da carga horária dos membros: 80 Horas/Mês

Responsável: Edna Gomes Pinheiro (C.H. 80 horas/Mês)

Atividade: Elaborar levantamento do material lúdico e bibliográfico a ser utilizado(maio a dez. 2016); organizar campanhas de doação de livros, revistas, etc. (maio e junho de 2016); organizar rodas de conversas com os responsável pelos idosos para conhecer a realidade dos mesmos (maio de 2016); elaborar relatórios mensais e quadrimestrais de todas as atividades culturais e educativas pontuadas no projetos (maio a dez. 2016); contação de história, pinturas, colagem, origami (dobradura com papel - maio a dez. 2016); realizar trabalhos com datas comemorativas (maio a dez. 2018); elaborar um livro com as histórias e desenhos feitos pelos idosos do projeto (out. a nov. 2016); divulgar esse livro, junto a sociedade (dez. 2016); traçar diretrizes para a criação do ABC sala lúdica.

Início: Mai/2016

Duração: 8 Meses

Somatório da carga horária dos membros: 80 Horas/Mês

Responsável: Marilene Galdino da Silva (C.H. 80 horas/Mês)

Atividade: Elaborar levantamento do material lúdico e bibliográfico a ser utilizado(maio a dez. 2016); organizar campanhas de doação de livros, revistas, etc. (maio e junho de 2016); organizar roteiros de mensagens e filmes motivacionais para apresentar aos idosos uma vez na semana (maio a dez. 2016); ajudar a elaborar dos relatórios do projeto; (maio a dez. 2016); contação de história, realização de bingos culturais; (maio a dez. 2016); realizar trabalhos com datas comemorativas (maio a dez. 2016);

Início: Mai/2016

Duração: 8 Meses

Somatório da carga horária dos membros: 32 Horas/Mês

Responsável: Paulo Roberto de Cunha Fenandes Junior (C.H. 32 horas/Mês)

Atividade: Elaborar levantamento do material lúdico e bibliográfico a ser

utilizado (maio a dez. 2016); organizar campanhas de doação de livros, revistas, etc. (maio e junho de 2016); organizar roteiros de mensagens e filmes motivacionais para apresentar aos idosos uma vez na semana (maio a dez. 2016); ajudar a elaborar dos relatórios do projeto; (maio a dez. 2016); contação de história, realização de bingos culturais; (maio a dez. 2016); realizar trabalhos com datas comemorativas (maio a dez. 2016);

Início: Mai/2016 **Duração:** 8 Meses

Somatório da carga horária dos membros: 32 Horas/Mês

Responsável: Rodrigo Moreira de Oliveira (C.H. 32 horas/Mês)

Atividade: Elaborar levantamento do material lúdico e bibliográfico a ser utilizado nas atividades; Confeccionar folders e cartazes promocionais para o projeto (maio a dez. 2016); organizar campanhas de doação de livros, revistas, etc. (maio e junho de 2016); organizar roteiros de mensagens e filmes motivacionais para apresentar aos idosos uma vez na semana (maio a dez. 2016); ajudar a elaborar dos relatórios do projeto; (maio a dez. 2016); contação de história, realização de bingos culturais; (maio a dez. 2016); realizar trabalhos com datas comemorativas (maio a dez. 2016); participar o ENEX (nov. 2016) com apresentação de trabalhos.

Início: Ago/2016 **Duração:** 5 Meses

Somatório da carga horária dos membros: 20 Horas/Mês

Responsável: Edeuza da Cruz Pontes Molla (C.H. 20 horas/Mês)

Atividade: Organizar campanhas de doação de livros, revistas, etc. (maio e junho de 2016); organizar roteiros de mensagens e filmes motivacionais para apresentar aos idosos uma vez na semana (maio a dez. 2016); ajudar a elaborar dos relatórios do projeto; (maio a dez. 2016); contação de história, realização de bingos culturais; (maio a dez. 2016); realizar trabalhos com datas comemorativas (maio a dez. 2016);

Início: Ago/2016 **Duração:** 5 Meses

Somatório da carga horária dos membros: 20 Horas/Mês

Responsável: Adryan Wagner Muniz dos Santos Leite (C.H. 20 horas/Mês)

Atividade: Organizar rodas de conversas com os idosos, a fim de conhecer a realidade dos mesmos (maio de 2016); contação de história, pinturas, colagem, origami (dobradura com papel - maio a dez. 2016); realizar trabalhos com datas comemorativas, construindo painéis com as datas comemorativas de cada mês.

Início: Ago/2016 **Duração:** 5 Meses

Somatório da carga horária dos membros: 20 Horas/Mês

Responsável: Marcos Antonio da Silva (C.H. 20 horas/Mês)

Atividade: Organizar rodas de conversas com os idosos, a fim de conhecer a realidade dos mesmos (maio de 2016); contação de história, pinturas, colagem, origami (dobradura com papel - maio a dez. 2016); realizar trabalhos com datas comemorativas, construindo painéis com as datas comemorativas de cada mês.

Início: Ago/2016 **Duração:** 5 Meses

Somatório da carga horária dos membros: 20 Horas/Mês

Responsável: Melquiza Pereira da Cruz (C.H. 20 horas/Mês)

Atividade: Organizar rodas de conversas com os idosos, a fim de conhecer a realidade dos mesmos (maio de 2016); contação de história, pinturas, colagem, origami (dobradura com papel - maio a dez. 2016); realizar trabalhos com datas comemorativas, construindo painéis com as datas comemorativas de cada mês.

Início: Ago/2016 **Duração:** 5 Meses

Somatório da carga horária dos membros: 20 Horas/Mês

Responsável: Dayane da Silva Bezerra (C.H. 20 horas/Mês)

Atividade: Organizar rodas de conversas com os idosos, a fim de conhecer a realidade dos mesmos (maio de 2016); contação de história, pinturas, colagem, origami (dobradura com papel - maio a dez. 2016); realizar trabalhos com datas comemorativas, construindo painéis com as datas comemorativas de cada mês; Partici par do ENEX 2016.

Início: Ago/2016 **Duração:** 5 Meses

Somatório da carga horária dos membros: 20 Horas/Mês

Responsável: Katia Wanessa Borges de Lima (C.H. 20 horas/Mês)

Atividade: Orientar os bolsistas extensionistas (mai./dez. 2016); conduzir as reuniões semanais com vista ao planejamento das atividades; (maio a dez. 2016) elaborar relatórios mensais e quadrimestrais de todas as atividades culturais e educativas pontuadas no projeto (maio a dez. 2016) Organizar exposições de trabalhos realizados pelos idosos (junho e dez. 2016) Planejar e organizar junto com a equipe a elaboração do livro com as histórias dos idosos do projeto.(out. nov. 2016)

Início: Mai/2016 **Duração:** 8 Meses

Somatório da carga horária dos membros: 20 Horas/Mês

Responsável: Eliane Bezerra Paiva (C.H. 20 horas/Mês)

Atividade: Orientar os bolsistas extensionistas (mai./dez. 2016); conduzir as reuniões semanais com vista ao planejamento das atividades; (maio a dez. 2016) elaborar relatórios mensais e quadrimestrais de todas as atividades culturais e educativas pontuadas no projeto (maio a dez. 2016) Organizar exposições de trabalhos realizados pelos idosos (junho e dez. 2016) Planejar e organizar junto com a equipe a elaboração do livro com

as histórias dos idosos do projeto.(out. nov. 2016)

Início: Mai/2016 **Duração:** 8 Meses
Somatório da carga horária dos membros: 20 Horas/Mês
Responsável: Rosa Zuleide Lima de Brito (C.H. 20 horas/Mês)
Atividade: Orientar os bolsistas extensionistas (mai./dez. 2016);
 conduzir as reuniões semanais com vista ao planejamento das
 atividades; (maio a dez. 2016)
 elaborar relatórios mensais e quadrimestrais de todas as atividades
 culturais e educativas pontuadas no projeto (maio a dez. 2016)
 Organizar exposições de trabalhos realizados pelos idosos (junho e
 dez. 2016)
 Planejar e organizar junto com a equipe a elaboração do livro com
 as histórias dos idosos do projeto.(out. nov. 2016)
 Elaborar proposta de criação do cantinho ABC/atividades lúdicas
 do AMEM.(jun./dez, 2016.).

Início: Mai/2016 **Duração:** 8 Meses
Somatório da carga horária dos membros: 20 Horas/Mês
Responsável: Rosisele Agapito da Silva Llarena (C.H. 20 horas/Mês)
Atividade: Orientar os bolsistas extensionistas (mai./dez. 2016);
 conduzir as reuniões semanais com vista ao planejamento das
 atividades; (maio a dez. 2016)
 elaborar relatórios mensais e quadrimestrais de todas as atividades
 culturais e educativas pontuadas no projeto (maio a dez. 2016)
 Organizar exposições de trabalhos realizados pelos idosos (junho e
 dez. 2016)
 Planejar e organizar junto com a equipe a elaboração do livro com
 as histórias dos idosos do projeto.(out. nov. 2016)
 Elaborar proposta de criação do cantinho ABC/atividades lúdicas
 do AMEM.(jun./dez, 2016.).

Início: Mai/2016 **Duração:** 8 Meses
Somatório da carga horária dos membros: 20 Horas/Mês
Responsável: Edileuda Soares Diniz (C.H. 20 horas/Mês)
Atividade: Orientar os bolsistas extensionistas (mai./dez. 2016);
 conduzir as reuniões semanais com vista ao planejamento das
 atividades; (maio a dez. 2016)
 Organizar exposições de trabalhos realizados pelos idosos (junho e
 dez. 2016)
 Planejar e organizar junto com a equipe a elaboração do livro com
 as histórias dos idosos do projeto.(out. nov. 2016)

Início: Mai/2016 **Duração:** 8 Meses
Somatório da carga horária dos membros: 20 Horas/Mês
Responsável: Maria Amélia Teixeira da Silva (C.H. 20 horas/Mês)
Atividade: Orientar os bolsistas extensionistas (mai./dez. 2016);
 Organizar exposições de trabalhos realizados pelos idosos (junho e
 dez. 2016)
 Planejar e organizar junto com a equipe a elaboração do livro com

Maria Amélia Teixeira da Silva	Orientar os bolsistas extensionistas (mai./...	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Marynice de Medeiros Matos Autran	Orientar os bolsistas extensionistas (mai./...	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Edeuza da Cruz Pontes Molla	Elaborar levantamento do material lúdico e ...	-	-	-	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X
Adryan Wagner Muniz dos Santos Leite	Organizar campanhas de doação de livros, re...	-	-	-	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X
Marcos Antonio Silva da	Organizar rodas de conversas com os idosos,...	-	-	-	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X
Melquiza Pereira da Cruz	Organizar rodas de conversas com os idosos,...	-	-	-	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X
Dayane da Silva Bezerra	Organizar rodas de conversas com os idosos,...	-	-	-	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X
Katia Wanessa Borges de Lima	Organizar rodas de conversas com os idosos,...	-	-	-	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X
Diana Silva dos Santos	Registrar as reminiscências dos idosos dura...	-	-	-	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X

ANEXO B – FORMULÁRIO DE CADASTRAMENTO – PROEXT
PROJETO: BIBLIOTECA COMUNITÁRIA DO CONJUNTO CEARÁ – BCCC



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

SOLICITAÇÃO PARA CONCESSÃO DE BOLSA DE EXTENSÃO - Ano: 2016...

DADOS DA AÇÃO DE EXTENSÃO

PROJETO BIBLIOTECA COMUNITÁRIA DO CONJUNTO CEARÁ	Código (obrigatório, caso seja uma ação já cadastrada): HJ00.2010.PJ0043
--	---

IDENTIFICAÇÃO DO(A) COORDENADOR(A)

Nome Completo: Ana Maria Sá de Carvalho		
E-mail: anassa@oi.com.br	Telefone: 32423040	Celular: 986985666/999887400
Cargo na UFC: Professora Voluntária-Aposentada		
Titulação: Doutorado	Regime de Trabalho: DE () 40h () 20h ()	
Departamento/Curso: Ciências da Informação/Curso de Biblioteconomia		
Unidade Acadêmica/Campus: Centro de Humanidades		

INFORMAÇÕES DA AÇÃO DE EXTENSÃO

Nº de bolsas pleiteadas: 02

Justificativa para o pedido de bolsa(s):

Conscientes de que os baixos índices de leitura do brasileiro, auferidos pelas avaliações educacionais, tanto nacionais, como internacionais, impedem o desenvolvimento do País, como é desejável. Conscientes, também, de que sem bibliotecas com acervos condizentes, profissionais capacitados para geri-las, e mediadores de leitura com habilidades específicas em teoria e prática da leitura, não se reverte a situação apresentada. Considera-se, portanto, que um projeto de extensão que invista numa biblioteca comunitária é, extremamente, relevante para a UFC, tendo em vista que a BCC pode vir a ser um marco desencadeador de ações motivadoras da leitura, oportunizando estudantes a participar dessas ações, contribuindo, assim, para tornar o Brasil um País de leitores.

Plano(s) de Trabalho do(s) Bolsista(s)

* Relacionar as atividades que o(s) bolsista(s) irá(ão) desenvolver na Ação de Extensão. No caso de solicitação de mais de uma bolsa, deverá ser apresentado um plano de trabalho para cada um dos bolsistas solicitados.

** Esse(s) plano(s) deve(m) ser compatível(is) com o cronograma de atividades mencionado no Formulário de Cadastramento de Ações Extensionistas preenchido (Bloco IV, item 21).

Plano de Trabalho do Bolsista nº 1:

- Atendimento ao usuário da BCC
 - Participar das reuniões semanais com a Coordenação do Projeto
 - Planejar e organizar as atividades da BCC, juntamente com as coordenadoras e bolsistas do PRCLER, Práticas Leitoras... e demais membros da equipe.
 - Realizar as tarefas designadas de acordo com as atividades planejadas
 - Trabalhar em consonância com o Bolsista 2.
 - Interagir com a comunidade no sentido de angariar novos leitores.
- Participar do XXV Encontro de Extensão
Elaborar relatos mensais das atividades empreendidas



Universidade Federal do Ceará
Pró-reitoria de Extensão

11. Apresentação – Explícite a proposta da ação de extensão, como se articulam, a sua integração com os planos de trabalho da(s) Unidade(s) envolvida(s), destacando sua relevância na perspectiva acadêmica e social, o público que se destina e o resultado esperado. Em caso de proposta de continuidade explicitar o estágio em que se encontra o programa/projeto e as ações já executadas.

Este projeto funciona no Centro de Cidadania e Direitos Humanos desde o ano de 2007 quando foi inaugurada como fruto dos projetos de pesquisa e extensão Prática Leitoras nas Escolas Públicas do Conjunto Ceará, tendo como finalidade desenvolver a leitura e a escrita, na comunidade, facilitando o acesso às fontes de informação com ações que visam transformar a BCC em um Centro de Referência da Leitura. O projeto da BCC foi elaborado por um grupo de professores das escolas do Bairro. A referida biblioteca foi implantada por um grupo de jovens da comunidade, intitulado GAIA, após participarem de um Curso de Auxiliar de Biblioteca, com o apoio de alunos e professores do Curso de Biblioteconomia da UFC. Hoje, complementando o material bibliográfico adquirido na sua implantação, possui 2 computadores doados pelo Banco do Nordeste, 02 note book, doados por uma empresa americana. O acervo está sendo automatizado, utilizando-se do *software* gratuito, Biblivree tem contado com o apoio da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel e da Biblioteca Municipal Dolor Barreira, assim com Editais do Governo e da Prefeitura e da Biblioteca Nacional. Compramos uma TV 46' com a Ementa da Vereadora Eliana Gomes que nos ofereceu para realizar um Festival de Leitura. Em 2016 pretendemos realizar o 7º Festival de Leitura da BCC. Em 2015 realizamos a II Feira Literária com a presença da escritora cearense que recebeu o prêmio Jabouti e contamos com a presença do Cordelista Klevisson Viana que substitui a escritora Socorro Acioli que se achava acamada. A participação nesses eventos congrega a comunidade e as escolas. A média de empréstimos de livros é de 100 mensalmente. Sob a orientação da coordenadora do projeto e de sua parceira Rute Batista de Ponte os bolsistas desenvolvem atividades técnicas e sociais, específicas da Biblioteconomia, ocasião em que eles têm oportunidade de ligar a teoria à prática. Desempenho papel de mediadores de leitura, interagindo e orientando os usuários da BCC, além de participarem, semanalmente, das reuniões administrativas de elaboração das atividades, visando discussões para melhora as ações realizadas e orientações para as atividades que serão desenvolvidas no decorrer da semana. A equipe espelha-se nos teóricos Bckkthin e Vygotsky, que se preocupam com o desenvolvimento da linguagem via interação social, quando o significado é construído através do diálogo. O projeto Biblioteca Comunitária do Conj. Ceará é relevante tanto para o Bairro com para a formação acadêmica dos bolsistas, ao por em prática o aprendizado teórico obtido em sala de aula e de coloca-lo a serviço da comunidade. As disciplinas que dialogam, diretamente, com este projeto são: Teoria e Prática da Leitura, Bibliotecas Pública e Escolar, Marketing em Bibliotecas, Estudo do Usuário, Administração e Organização de Bibliotecas e as ligadas aos processo técnicos como Catalogação e Classificação.



Universidade Federal do Ceará
Pró-reitoria de Extensão

12. Justificativa e Contextualização – Fundamentar teoricamente a pertinência da proposta como resposta a um problema ou necessidade identificada, destacando a relevância do problema/situação que necessita de uma ação extensionista. O texto deve ser objetivo e sucinto, baseado em dados, pesquisas, diagnósticos e indicadores sobre a questão.

Conscientes de que os baixos índices de leitura do brasileiro, auferidos pelas avaliações educacionais, tanto nacionais, como internacionais, impedem o desenvolvimento desejável do País. Conscientes, também, de que sem bibliotecas com acervos condizentes, profissionais capacitados para geri-las, e mediadores de leitura com habilidades específicas em teoria e prática da leitura, não se reverte a situação apresentada. Considera-se, portanto, que um projeto de extensão que invista numa biblioteca comunitária é, extremamente, relevante para a Comunidade local, como para a UFC, tendo em vista que a BCC faz o papel de Biblioteca Laboratório, considerando que ela é um equipamento, por excelência, para facilitar o desenvolvimento das teoria e práticas docentes e discentes da Biblioteconomia.

13. Objetivos – Face a justificativa e contextualização apresentada, detalhar os objetivos que se espera obter com a realização da ação de extensão. No caso de programa, relacionar os objetivos que orientam as ações dos projetos que integram o programa e que indicam os resultados a serem alcançados. Deve estar em consonância com os objetivos gerais de cada projeto.

13.1. Geral

Somar esforços no sentido de contribuir com a Comunidade do Conj. Ceará, elevando o nível da qualidade de leitura/escrita do Bairro, propondo e realizando ações motivadoras e incentivadoras de leitura, capacitando formadores de leitores e mediadores de leitura, tendo em vista transformar a BCC num centro referencial de leitura

13.2. Específicos

- a) Disponibilizar o acervo da BCC à Comunidade local e adjacências
- b) Desenvolver os processos técnicos biblioteconômicos necessários à organização do acervo
- c) Estimular, pelo debate e a reflexão, a troca de idéias entre os usuários da BCC
- d) Oferecer elementos e ferramentas que favoreçam o processo de recepção de textos pelos leitores da BCC
- e) Fomentar mediadores de leitura, formando formadores de leitores
- f) Atender ao usuário nas suas necessidades de orientações formais e informais
- g) Realizar eventos que congregam a comunidade.

14. Metas

- 1- Empréstimo de mais de mil livros anualmente.
- 2- Realizar 20 atividades de contação de histórias
- 3- Realizar 06 seções de cinemas, ou de documentários, na BCC
- 4- Organizar 06 exposições culturais na BCC
- 5- Realizar 30 reuniões com a Coordenadora do Projeto com a equipe de bolsistas
- 6- Visitar, no mínimo, 12 escolas do Bairro
- 7- Promover e divulgar a leitura de 02 escritores cearenses
- 8- Promover 04 palestras
- 9- Organizar 06 oficinas variadas
- 10- Realizar o 7º Festival de Leitura



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

<p>Plano de Trabalho do Bolsista nº2... <i>(um quadro desse para cada bolsista adicional):</i></p> <ul style="list-style-type: none">- Participar da organização do acervo, como co-responsável Organizar o acervo, sendo responsável pela automação do mesmo, utilizando o <i>Biblivre</i>.- Responsabilizar-se pela organização das estantes e dos arquivos- Participar das reuniões semanais com a Coordenação do Projeto- Trabalhar em estreita relação com o Bolsista 1 <p>Participar do XXV Encontro de Extensão.</p> <ul style="list-style-type: none">- Elaborar relatos mensais das atividades executadas, para posterior avaliação entre os membros dos projetos em processo na BCC.
--

<p>Local e data: Fortaleza, 12 de janeiro de 2016</p> <p>Assinatura do(a) Coordenador(a):</p> <p><i>[Assinatura]</i> - Coord. PROLER</p>
--



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

CADASTRAMENTO DE PROJETO

Código/Ano de Referência: 2016

01. Título do Projeto

Biblioencanta: Incentivo à leitura por meio da hora do conto

02. Unidade Proponente

Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes – Curso de Biblioteconomia.

03. Unidade(s) Envolvida(s)

Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes

04. Parceiros

05. Equipe de trabalho (Todos que estiverem participando direta ou indiretamente)

Categoria: Docente	
Matrícula*:1647199	(Participantes no Anexo)
Nome: ADRIANA LOURENÇO	
CPF*:12723168-67	
Contato: (82)9958-7505	
E-mail: drilou@yahoo.com	
Unidade: ICHCA	
Curso: BIBLIOTECONOMIA	
Participação: COORDENADORA	
Titulação: Mestre	
Carga horária: 8h	

* Preenchimento obrigatório

06. Área Temática Principal (Marcar apenas um item)

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Comunicação | <input type="checkbox"/> Meio-ambiente |
| <input checked="" type="checkbox"/> Cultura | <input type="checkbox"/> Saúde |
| <input type="checkbox"/> Direitos Humanos | <input type="checkbox"/> Tecnologia |
| <input type="checkbox"/> Educação | <input type="checkbox"/> Trabalho |

07. Área Temática Secundária (Opcional - Marcar apenas um item)

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Comunicação | <input type="checkbox"/> Meio-ambiente |
| <input type="checkbox"/> Cultura | <input type="checkbox"/> Saúde |
| <input type="checkbox"/> Direitos Humanos | <input type="checkbox"/> Tecnologia |
| <input checked="" type="checkbox"/> Educação | <input type="checkbox"/> Trabalho |

08. Áreas de Conhecimento (Marcar apenas um item)

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Ciências Exatas e da Terra | <input checked="" type="checkbox"/> Ciências Sociais Aplicadas |
| <input type="checkbox"/> Ciências Biológicas | <input type="checkbox"/> Ciências Humanas |
| <input type="checkbox"/> Engenharia/Tecnologia | <input type="checkbox"/> Linguística, Letras e Artes |
| <input type="checkbox"/> Ciências da Saúde | <input type="checkbox"/> Ciências Agrárias |

09. Linha de Extensão (Marcar apenas um item)

- | | | | |
|--|---|----|--|
| 1. Alfabetização, leitura e escrita | X | 29 | Jornalismo |
| 2. Artes cênicas | | 30 | Jovens e adultos |
| 3. Artes integradas | | 31 | Línguas estrangeiras |
| 4. Artes plásticas | | 32 | Metodologias e estratégias de ensino/aprendizagem |
| 5. Artes visuais | | 33 | Mídias-artes |
| 6. Comunicação estratégica | | 34 | Mídias |
| 7. Desenvolvimento de produtos | | 35 | Música |
| 8. Desenvolvimento regional | | 36 | Organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares |
| 9. Desenvolvimento rural e questão agrária | | 37 | Patrimônio cultural, histórico, natural e imaterial |
| 10. Desenvolvimento tecnológico | | 38 | Pessoas c/ deficiências, incapacidades, e necessidades especiais |
| 11. Desenvolvimento urbano | | 39 | Propriedade intelectual e patente |
| 12. Direitos individuais e coletivos | | 40 | Questões ambientais |
| 13. Educação profissional | | 41 | Recursos hídricos |
| 14. Empreendedorismo | | 42 | Resíduos sólidos |
| 15. Emprego e renda | | 43 | Saúde animal |
| 16. Endemias e epidemias | | 44 | Saúde da família |
| 17. Espaços de ciência | | 45 | Saúde e proteção no trabalho |
| 18. Esporte e lazer | | 46 | Saúde humana |
| 19. Estilismo | | 47 | Segurança alimentar e nutricional |
| 20. Fármacos e medicamentos | | 48 | Segurança pública e defesa social |
| 21. Formação de professores (formação docente) | | 49 | Tecnologia da informação |

- | | | |
|-------------------------------------|---|--|
| 1. Alfabetização, leitura e escrita | X | 29 Jornalismo |
| 22 Gestão do trabalho | | 50 Temas específicos /Desenvolvimento humano |
| 23 Gestão informacional | | 51 Terceira idade |
| 24 Gestão institucional | | 52 Turismo |
| 25 Gestão pública | | 53 Desenvolvimento Humano |
| 26 Grupos sociais vulneráveis | | |
| 27 Infância e adolescência | | |
| 28 Inovação tecnológica | | |

10. Local de Realização

Instituições que abrigam/atendem crianças e adolescentes em risco social.

Instituições parceiras: Força Nacional – projeto: Força na Comunidade; Semed – Secretaria Municipal de Educação; Lar da Menina; Instituto Esp. Ed. Herculano Pires; Biblioteca Pública Estadual; LACA – Lar de Amparo à Criança em Adoção; Lar São Domingos

11. Abrangência

() Intraunidade

(x) Interinstitucional

() Interunidade

12. Área de Atuação

(x) Urbana

() Rural

() Urbana-Rural

13. Público-Alvo (Quantificar e Qualificar)

O público-alvo Externo desse projeto são as crianças em risco social atendidas por diferentes instituições na cidade de Maceió e cidades da região.

No período anterior de vigência o projeto atendeu a um número relevante de crianças e adolescentes, número esse que ultrapassa 4.000 pessoas atendidas.

O público-alvo interno são os alunos regularmente matriculados na disciplina Contação de história, onde os alunos poderão colocar em prática o que aprenderam em sala de aula.

14. Palavras Chaves

INCENTIVO À LEITURA. CONTAÇÃO DE HISTÓRIA. FORMAÇÃO DE LEITORES. AÇÃO CULTURAL.

15. Resumo

Entendendo que, quanto mais cedo histórias orais e escritas entrarem na vida da criança, maiores a chance de ela gostar de ler, vê-se a importância do incentivo à leitura para a formação de leitores e cidadãos. Diante de uma realidade nacional em que os que possuem maior escolaridade e maior poder econômico tem acesso maior à leitura, levantamos o questionamento: O que pode ser feito para contribuir na mudança dessa realidade em nível local? Com as preocupações de dar respostas a essa inquietação e de formar acadêmicos de Biblioteconomia da UFAL mais conscientes e ativos na sociedade da qual fazem parte, propõe-se o projeto de “Incentivo à leitura por meio da hora do conto” em duas instituições que abrigam crianças em risco social da cidade de Maceió - AL. Objetivando de forma geral contribuir para a formação de novos leitores e de cidadãos mais críticos e conscientes e ainda estimular o hábito de leitura, a frequência às bibliotecas e por fim oportunizar o contato de arte e cultura para crianças que raramente possuem a possibilidade de

interagir e presenciar uma apresentação de contação de história, desenvolver-se-á, inicialmente, curso de capacitação aos integrantes do projeto na arte da contação de histórias e, após planejamento das ações, o desenvolvimento das atividades junto às instituições selecionadas. Permeando as etapas do projeto serão realizados estudos sistematizados sobre a temática: leitura, biblioteca escolar, ação cultural e cidadania para aprofundamento teórico do tema.

16. Justificativa

Partindo da compreensão ampliada do conceito de leitura, como um agente de transformação, entende-se sua aquisição necessária a todos os indivíduos, para que possam tornar-se verdadeiros cidadãos sociais, considerando-a um instrumento de acesso à cultura e à realidade social de grande importância no desenvolvimento do ser humano. Compreendendo também que a cada nova leitura é possível descobrir novas significações, e que, nesse contexto, a leitura é antes de tudo, um processo contínuo de compreensão e aprofundamento, consideramos de relevante importância despertar o interesse pela leitura na criança. Se a leitura pode ser um agente de transformação, o incentivo à leitura pode ser considerado o ato que precede uma transformação social.

Infelizmente, por meio do relatório da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, desenvolvida pelo Instituto Pró-ler, publicada anteriormente, vimos que o número de brasileiros leitores caiu em relação à última pesquisa realizada em 2007 e, de igual impacto, que “quanto mais escolarizado e mais rico é o entrevistado, maior é a penetração de leitura”. Diante do exposto, levantamos a questão: O que pode ser feito para contribuir na mudança dessa realidade em nível local?

Assim, com as preocupações de estender à comunidade os resultados de estudos decorrentes do ensino superior em Biblioteconomia, de possibilitar aos discentes a vivência da relação teoria-prática e principalmente de contribuir para uma mudança do atual perfil de leitores do Brasil, mais especificamente de crianças em risco social atendidas por instituições da cidade de Maceió, propõe-se projeto de extensão de incentivo à leitura por meio de contação de histórias.

Como uma das formas possíveis de incentivo à leitura em crianças considerou-se a contação de histórias como um mediador entre os livros e os possíveis leitores, pois conforme Bamberger (2002, p.79) “Depois que a hora das histórias houver despertado o interesse das crianças pelos livros de um autor, elas, decerto, haverão de querer outros livros [...]”.

Por meio de experiência voluntária e de supervisão de estágio discente, chegou-se ao entendimento que as instituições Instituto de Estudos Herculano Pires e Lar das Meninas se enquadravam em um perfil desejável para serem apoiadas, pois trata-se de instituições sem fins lucrativos, que assistem crianças em risco social e possuem infraestrutura adequada para o recebimento dos acadêmicos do curso.

Contudo, entendendo que quanto mais cedo histórias orais e escritas entrarem na vida da criança, maiores a chance de ela gostar de ler, vê-se a importância do incentivo à leitura para a formação de leitores e cidadãos.

17. Objetivos

Geral:

Contribuir para a formação de novos leitores e de cidadãos mais críticos e conscientes.

Específicos:

Estimular o hábito de leitura em crianças e jovens;

Estimular as crianças e jovens a frequentarem as bibliotecas das instituições envolvidas;

Oportunizar o contato de arte e cultura para crianças que raramente possuem a possibilidade de interagir e presenciar uma apresentação de contação de história.

Metas:

Propiciar a convivência dos acadêmicos do curso de Biblioteconomia da UFAL com uma realidade local de crianças em risco social que não possuem acesso à literatura, tão pouco são estimulados ao hábito da leitura e auxiliar essas crianças atendidas a se tornarem leitores e consequentemente cidadãos críticos e conscientes.

18. Demandas sociais com as quais este projeto pretende interagir

Diferentes instituições/organizações procuram o curso de Biblioteconomia da UFAL solicitando apoio na organização de seus acervos e no desenvolvimento de atividades ligadas à leitura, no entanto não há condições de atendê-las em sua totalidade. O presente projeto vai ao encontro dessa demanda, uma vez que se propõe a desenvolver ações de estímulo à leitura em duas instituições que atendem crianças e jovens em risco social.

O curso de Biblioteconomia da UFAL vem desenvolvendo estudos sistemáticos sobre as temáticas: leitura, biblioteca escolar, ação cultural e cidadania, por meio de grupo de pesquisa e vem despertando o interesse nos discentes participantes em atuarem, colocando em prática o apreendido e auxiliando na transformação da sociedade local.

19. Articulação entre o ensino e a pesquisa em função das demandas sociais (Colher informações do Projeto Pedagógico do Curso)

Pautado na proposta da formação de um egresso capaz de refletir criticamente sobre o valor social, econômico, político e cultural do ambiente de geração e disseminação do conhecimento e objetivando a democratização do acesso aos recursos de informação como meio de assegurar o exercício da cidadania, o Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia aponta “a necessidade de contextualizar as atividades de informação, formando um profissional para atuar com compromisso social visando à democratização da informação para o exercício da cidadania e para o desenvolvimento social e econômico.” Assim, considerando a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, apresenta um currículo capaz de enfrentar dois desafios importantes, sendo o primeiro voltado para o imperativo tecnológico e o segundo “dar respostas a uma realidade regional, que apresenta altas taxas de analfabetismo”. Neste sentido, para o desenvolvimento desse projeto combina-se a proposição de conteúdos de disciplinas bem como de contribuições teóricas e metodológicas de discussões de grupo de pesquisa existente no Curso.

As disciplinas diretamente envolvidas são:

Contação de História – 60 horas

Contação de histórias como forma de incentivo à leitura: usos e possibilidades em ambientes educacionais formais e não formais. A contação de história como recurso terapêutico.

Leitura e Biblioteca – 60 horas

Leitura, natureza e funções. Formação do leitor: motivações interesse de leitura. Tipologias do leitor. Literatura infanto-juvenil. Discussões sobre gênero e panorama histórico. Literatura infanto-juvenil e pedagogia. Práticas de leitura na biblioteca. Pesquisa escolar e biblioteca.

Biblioteca e Ação Cultural – 60 horas

Analisa os conceitos de cultura, ação, animação e fabricação cultural. Relaciona as práticas de ação cultural em diferentes unidades de informação. Discute a problemática da ação cultural no contexto contemporâneo.

Informação e Cidadania – 60 horas

Concepções de informação e cidadania. Relação entre informação e cidadania. Informação, cidadania e sociedade brasileira.

Estágio Supervisionado 2 – 120 horas

Aplicação dos conhecimentos teóricos e práticos ministrados nas disciplinas de formação por meio do contato direto com diferentes tipos de unidades de informação.

20. Relação dialógica com a sociedade (Como se dará o envolvimento da sociedade no projeto)

As temáticas que envolvem o projeto serão planejadas, discutidas e preparadas no âmbito da universidade, mas terão sua aplicação direta ao público-alvo do projeto;

As instituições foco desse projeto apresentam condições para sua realização, condições essas que envolvem tanto a disponibilização de ambiente favorável ao recebimento dos acadêmicos do curso de biblioteconomia, quanto ao desenvolvimento de atividades permanentes de amparo às crianças em risco social;

Com o decorrer do projeto procuraremos sensibilizar parceiros de setores editoriais para a doação de livros infanto-juvenis atuais que atendam ao público-alvo do projeto.

21. Forma de participação do corpo discente

Por meio de bolsas extensionistas e a partir de plano de trabalho os alunos participarão de atividades que possibilitem a aplicação prática de conteúdos ministrados em disciplinas que convirjam com o objetivo e atuação do presente projeto de extensão. Além de servir de campo de desenvolvimento de estágio uma vez que comporta todos os itens necessários à sua implementação.

22. Período de Realização

Permanente

23. Carga horária total do projeto

24. Metodologia

Como procedimento metodológico o projeto terá 3 fases.

A primeira fase:

Caracteriza-se pela capacitação da equipe do projeto e pelo planejamento das ações.

Por meio de curso de contação de histórias, que será ofertado tanto para os integrantes do projeto, como para os demais alunos interessados, pretende-se desenvolver nos participantes as habilidades necessárias às técnicas de contar histórias oralmente.

Em seguida será realizado o planejamento para o quadrimestre das atividades a serem desenvolvidas nas instituições, como a escolha das histórias e o ensaio das atividades.

A segunda fase:

Caracteriza-se pelo desenvolvimento da ação de contação de história nas instituições. Nessa fase será desenvolvida avaliação permanente ao final de cada atividade para redirecionamento das ações se necessário.

Permeará as duas fases a atividade de estudo sobre a temática: leitura, biblioteca escolar, ação cultural e cidadania para aprofundamento teórico do tema.

A terceira e última fase:

Desenvolver-se-á o relatório final do projeto, assim como artigo para submissão em periódico da área.

25. Impacto

Na população atendida:

Convivência com ações culturais, estímulo ao hábito da leitura e contato com a literatura infanto-juvenil.

Na formação discente:

Aprofundamento nos estudos sobre formação de leitores, ação cultural e cidadania;

Experiência de pesquisa e extensão como complemento a sua formação acadêmica;

Vivência prática dos conteúdos teóricos apresentados no curso de Biblioteconomia;

Convivência com a realidade local por meio das crianças atendidas nas instituições;

Participar como agente de uma transformação social.

Para a Universidade:

Intervir em uma realidade local e oferecer mecanismos para sua mudança;

Ampliar os projetos de extensão da Universidade por meio da interação com a sociedade, especificamente com a comunidade Alto do Céu, periferia de Maceió;

Ampliar a visibilidade das ações extensionistas por meio de apresentação em eventos externos e por meio de publicação em periódicos da área.

26. Avaliação (Instrumentos e indicadores)

De processo: (Desenvolvimento das atividades planejadas)

Após o treinamento dos alunos participantes do projeto será realizada avaliação de suas condições para participação prática no projeto;

A avaliação das atividades desenvolvidas será continuada, pois após a realização de cada contação de história o grupo se reunirá para apontamentos acerca da apresentação e redirecionamento das ações, se necessário.

De resultado: (Alcance das metas planejadas)

O grupo avaliará o desenvolvimento de suas ações para reflexão e desenvolvimento de relatório e artigo para publicação.

De impacto: (Transformação social)

Verificação do uso e do empréstimo de livros de literatura nas bibliotecas das instituições;

Após o desenvolvimento das atividades aplicaremos questionário aos educadores das instituições que acompanham as crianças atendidas.